

USO ATUAL DAS TERRAS BACIAS DO EXTREMO SUL E DO RIO JEQUITINHONHA

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
Ronald de Arantes Lobato

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Informações Geoambientais
Rita Pimentel

Ficha Técnica

Coordenação de Recursos Naturais e Ambientais
Sonia Lima

Equipe Técnica

ELABORAÇÃO	PLANEJAMENTO CARTOGRÁFICO
Aline Pereira Rocha	Ana Lúcia da Silva Teixeira
Sonia Maria Lima dos Santos	Erivaldo Lima de Queiroz
PARTICIPAÇÃO NA FASE INICIAL	VETORIZAÇÃO TEMÁTICA
Alfredo José de Araújo Gomes	Aline Pereira Rocha
Lolita Maria Alves Garrido	ARTE FINAL
COLABORAÇÃO	Elisângela Soares do Prado
Jussara Tourinho de Melo	

Revisão de Linguagem
Fernando Sarno

Coordenação de Biblioteca e Documentação
Ana Paula Sampaio
NORMALIZAÇÃO – Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações
Márcia Santos
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO – Elisabete Cristina Teixeira Barretto
PRODUÇÃO EXECUTIVA – Anna Luiza Sapucaia
PROJETO GRÁFICO – Elisabete Barretto, Julio Vilela
EDITORIAÇÃO – Autor Visual Comp. Gráfica

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio
Jequitinhonha. – Salvador: SEI, 2008.
176 p. il. (Série estudos e pesquisas, 81).

ISBN 978-85-85976-66

I. Uso da terra – Bacia do Extremo Sul. 2. Rio
Jequitinhonha. I. Título. II. Série.

CDU 711.14(813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar - CAB – CEP 41750-002 Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4793 – Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br

■ SUMÁRIO

5	APRESENTAÇÃO
7	INTRODUÇÃO
9	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
15	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA
15	O MEIO NATURAL
31	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO
37	POVOS INDÍGENAS
41	REMANESCENTES DE QUILOMBOS
45	USO DA TERRA
47	CULTURAS
47	Cacau
49	Café
53	Coco-da-baía
56	Mamão
60	Cana-de-açúcar
63	Policultura
74	SILVICULTURA
78	PASTAGEM
82	EXTRATIVISMO
85	Apicultura
86	COBERTURA VEGETAL
86	Formações florestais
89	Vegetação secundária
90	Formações pioneiras
93	Áreas degradadas
95	OUTROS USOS
95	INDÚSTRIA
102	Indústria de papel e celulose
106	RECURSOS MINERAIS
110	TURISMO
117	Costa das Baleias e Costa do Descobrimento – Atrações turísticas por município
123	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
131	ASSENTAMENTOS RURAIS
138	PESCA E AQUICULTURA

147	USOS E CONFLITOS
153	CENÁRIOS E TENDÊNCIAS
161	REFERÊNCIAS
165	GLOSSÁRIO
167	ANEXO
167	PONTOS DE CONTROLE – GPS

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), através da Diretoria de Informações Geoambientais, disponibiliza o mapeamento do Uso Atual das Terras das Bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha, elaborado pela Coordenação de Recursos Naturais e Ambientais.

Esta Série de Estudos e Pesquisas dá prosseguimento a uma linha de trabalho que vem sendo desenvolvida de forma sistemática, com o objetivo de dotar o Estado de informações atualizadas sobre as formas de ocupação do território baiano.

O estudo focaliza a ocupação relacionada às atividades agro-silvo-pastoril, a dinâmica e as formas de apropriação do espaço em função das pressões exercidas sobre os recursos naturais, principalmente do avanço da silvicultura, além de agregar outras informações relacionadas ao meio físico e aos aspectos socioeconômicos. Busca ainda dar uma visão geral da área e constituir-se em instrumento de suporte à decisão, norteador das políticas públicas com vistas à sustentabilidade ambiental.

O conhecimento da região é necessário para se estabelecer o ordenamento do processo de ocupação desse espaço geográfico, considerando suas potencialidades e limitações, além de contribuir para a redução das disparidades regionais e dos problemas socioeconômicos e ambientais decorrentes do uso e ocupação das terras.

O dinamismo implementado nesta região, devido às mudanças ocorridas no espaço agrário com a introdução da silvicultura e da necessidade de diversificação de culturas e de outras atividades com vistas à sustentabilidade ambiental, implica em novos padrões de ocupação e, conseqüentemente, maior pressão e maiores impactos ambientais.

A temporalidade das informações relativas ao uso da terra condiciona sua origem ao período em que foram levantadas, espacializadas e sistematizadas, representando uma referência para estudos posteriores e possibilitando que se estabeleça o acompanhamento da dinâmica espaço-temporal a partir do cruzamento das informações atuais com aquelas que venham a ser produzidas e que retratem os processos mais significativos de transformação da paisagem regional.

Esta publicação consta de um memorial descritivo, acompanhado de documento cartográfico relativo ao Uso Atual das Terras das Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha, publicado em duas folhas, na escala 1:250.000, que abrange todos os municípios do Extremo Sul e os inseridos na bacia do rio Jequitinhonha, correspondendo a uma área aproximada de 31.203,98 Km². Para facilitar, o acesso estará disponível também, via download, através do site www.sei.ba.gov.br.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como enfoque principal a espacialização do Uso das Terras das Bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha, inserida no Território de Identidade Extremo Sul, cuja dinâmica desencadeada nas últimas décadas tem demandado informações relacionadas à ocupação dos espaços e das atividades instaladas, em função das mudanças relevantes no campo socioambiental, com reflexos na estrutura fundiária da região.

O processo de ocupação dessa área está diretamente ligado à supressão da vegetação primária, ao pastoreio intensivo, plantio e expansão da monocultura do eucalipto, implantação e ampliação dos empreendimentos do setor de papel e celulose e ao crescimento das atividades turísticas em praticamente toda a zona costeira, se constituindo nos principais vetores de desenvolvimento.

A publicação está compartimentada em capítulos, iniciando com uma abordagem sobre a metodologia utilizada. No mapeamento enfatiza o uso de imagens do satélite CBERS, complementadas com imagens Landsat. Discorre também sobre a análise das informações levantadas em diversas instituições, na bibliografia disponível e nas observações registradas nos trabalhos de campo.

No decorrer do texto há uma caracterização geral da área com informações relativas aos aspectos naturais, como: os recursos edafoclimáticos, as estruturas geomórficas, a disponibilidade hídrica e suas inter-relações, e fatores condicionantes no desenvolvimento das atividades agropastoril e silvícola, que, por sua vez, são determinantes da dinâmica populacional, dos movimentos migratórios decorrentes das crises do cacau, do setor madeireiro e dos impactos ambientais gerados com o avanço da monocultura do eucalipto.

A infra-estrutura de transporte mereceu uma abordagem, pois a BR-101 representa um divisor no desenvolvimento da região. Há também um breve histórico da ocupação, no qual são tratados de forma particular os povos indígenas e os remanescentes de quilombos, que tiveram papel preponderante na primeira ocupação da região e cujos aspectos culturais permanecem influenciando principalmente a culinária regional.

Na seqüência, o capítulo *Uso da Terra* trata das unidades mapeadas relativas à ocupação com agropecuária, informações gerais sobre os cultivos, locais de ocorrência, nível tecnológico, comportamento em termos de produtividade e importância socioeconômica. Para complementar os conhecimentos relativos a cada cultivo, foram utilizados dados estatísticos da Produção Agrícola Municipal do IBGE com a finalidade de enriquecer as análises, compatibilizando as informações de natureza espacial e as estatísticas.

As atividades econômicas não agrícolas foram incluídas no capítulo *Outros Usos*, no qual se destacam os setores industriais, turismo, unidades de conservação, recursos minerais, assentamentos rurais, pesca e aquicultura.

Também foram analisados os *Usos e Conflitos* resultantes das pressões sobre os recursos naturais, que, no geral, encontram-se bastante explorados, especialmente a vegetação natural.

Para concluir, o capítulo *Cenários e Tendências* faz uma síntese atual das perspectivas sinalizadas nos diversos setores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é desenvolvido de forma sistemática e, por conseguinte, segue a base da metodologia dos estudos anteriores, com introdução de novos elementos ou variáveis em função das peculiaridades da área objeto do estudo e avanços tecnológicos. Estes se traduzem em benefícios na obtenção e processamento dos dados e informações, a exemplo da utilização de GPS, software de sensoriamento remoto, geoprocessamento e programas gráficos, cujo desempenho tem contribuído para o aprimoramento técnico, principalmente no âmbito da interpretação das imagens, na qualidade e otimização dos mapeamentos temáticos, especialmente o de uso da terra.

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico para subsidiar as etapas subsequentes, dotando a equipe de conhecimento sobre o espaço, agregando informações relativas à ocupação com agropecuária e aquelas referentes às atividades ligadas a mineração, indústria, pesca e, especialmente, ao setor de turismo e celulose, segmentos com desempenho expressivo nas economias regional e nacional. A seguir foi realizada viagem de campo para o reconhecimento da área e posterior estruturação da legenda preliminar do mapeamento.

Ainda na primeira etapa, o setor de Cartografia e Geoprocessamento (CartGeo) elaborou a base cartográfica georreferenciada no sistema de projeção UTM, datum SAD 69, para o lançamento do tema. Foram utilizadas 21 folhas planialtimétricas do mapeamento sistemático que cobre o estado da Bahia na escala 1:100.000, executadas pela Sudene, sobre as quais foram realizadas a atualização do sistema viário, áreas urbanas e hidrografia, com inclusão de novos barramentos e outros ajustes necessários. Posteriormente, foi feita criteriosa seleção dos elementos planimétricos para adequação à escala final do trabalho, 1:250.000.

De posse da base cartográfica digital atualizada, georreferenciada e estruturada com uso do Software Arcview, foi organizado um banco de dados com as informações levantadas, que por sua vez, através do uso de outras ferramentas como GPS TracMaker, Global Mapper, facilitaram o acompanhamento em tempo real e aquisição de informações *in loco* nas viagens de campo, contribuindo para a consolidação da base de dados.

No mapeamento temático foram selecionadas imagens digitais do satélite China-Brasil Earth Resources Satellite (CBERS-2), liberadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), nas órbitas 148, 149 e 150, pontos 118, 119 e 120, observando-se aspectos referentes à sazonalidade (Figura 01). O período analisado foi de 2004 a 2007, cuja variação temporal se deve à presença de nuvens. Quando necessário, em função da qualidade da imagem, foram consultadas imagens Landsat para complementar, auxiliar e tirar dúvidas em relação a padrões de uso de difícil identificação.



Fonte: CBERS 2004-2007.

Figura 01 – Imagens de satélite utilizadas

Nas etapas de campo foram tomados 713 pontos de observação registrados com GPS, que se constituíram em importante subsídio na interpretação das imagens, delineamento e identificação dos padrões de usos e no controle dos limites das manchas. Entretanto, em função da densidade e da escala final da representação cartográfica, foram selecionados 385 pontos, seguindo o critério de maior representatividade e centralização do ponto na mancha. A interpretação foi feita de forma visual, em tela.

Exemplifica-se com a monocultura de eucalipto, cuja dinâmica se observa nas áreas recém plantadas, muitas vezes confundidas com outras culturas e até mesmo com a pastagem, a depender do estágio em que se encontra o cultivo.

O sistema geodésico usado é o South American Datum 1969 (SAD 69), além do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM).

As imagens CBERS-2 foram georreferenciadas e recortadas nos limites das folhas topográficas na escala 1:100.000 e, posteriormente, submetidas a tratamento a partir do software de sensoriamento remoto Envi.

Para uma melhor identificação e discriminação dos alvos terrestres, usou-se a composição colorida ou falsa cor, na qual se atribui a cor primária (vermelho, verde e azul) a três bandas ou canais espectrais quaisquer, conhecida como composição RGB.

Foram então selecionadas quatro bandas espectrais (Bandas 1, 2, 3 e 4), a partir das quais se escolheu a melhor combinação de canais e filtros para uma composição colorida que mais se adequasse à proposta do estudo, resultando nas composições 421, 243 e 321.

A classificação e interpretação visual da composição colorida das imagens RGB da área estudada basearam-se na descrição das categorias temáticas resultantes da mesma, observando os seguintes critérios: cor, tonalidade, textura, forma e tamanho, proporcionando, assim, melhores resultados na identificação dos diferentes padrões de uso da terra (Figuras 02a e 02b). As técnicas de realce buscam melhorar a qualidade visual da imagem e facilitam a análise pelo fotointérprete.

A necessidade de se estabelecer comparações no decorrer da interpretação conduziu à seleção de imagens Landsat 5, nas bandas 2, 3, 4, 5 e 8, das cenas 215/71, 215/72, 216/71, 216/72, dando prioridade aos períodos mais recentes. A composição (imagem CBERS-2) RGB 243 foi a mais usada, pois é a que mais se aproxima da composição 543 nas imagens Landsat, permitindo fazer comparações quanto à identificação dos diversos padrões de uso.

No processo de vetorização, o contorno dos polígonos que identificam áreas homogêneas nas imagens foi realizado através do software Arcview. Na escala de representação foi definida a área mínima mapeável considerando as orientações do Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2006), que considera a menor área mapeável equivalente a um quadrado de 5mm x 5mm, cuja relação é vinculada à escala. Assim, se estabeleceu área em torno de 1.250m x 1.250m, equivalente a 156ha, compatível com a representação final, e para as manchas menores, 750mx750m, equivalente a 56ha.

Alguns usos ou ocorrências consideradas importantes, mesmo abaixo das dimensões fixadas, foram mapeadas, a exemplo de manchas de testemunhos de floresta, os manguezais e as mus-sunungas, áreas que têm feições particulares e que aparecem com frequência na região.

O trabalho de campo foi realizado em três etapas. A primeira antecedeu a interpretação das imagens e teve o objetivo de conhecer a área e identificar os padrões de usos e os diferentes tipos de cultivo para estabelecer uma legenda preliminar. As demais tiveram o objetivo de checar a interpretação feita em gabinete e fazer os ajustes necessários em ambos os aspectos. Em função da extensão da área, a verificação do mapa foi dividida em duas etapas, visando uma maior cobertura e melhor identificação de possíveis lacunas no trabalho em escritório. Nos trabalhos de campo foi usado GPS para registrar pontos referentes aos padrões de uso, as localidades, ocorrências minerais, indústrias, etc., além de permitir a navegação em tempo real com uso de notebook e dos *softwares* Global Mapper e GPS TrackMaker, procedimento que possibilitou uma melhor checagem do mapa preliminar.

As unidades de mapeamento representadas são na maioria compostas por associações de uso, compatibilizando com a escala final do trabalho, 1:250.000, ordenadas de acordo com a predominância e importância econômica.

A construção dos textos de análise se deu durante todo o período de elaboração dos trabalhos, sendo contemplados como temas os principais tipos de uso da terra identificados na área.



Silvicultura (eucaliptos) - Belmonte/Santa Cruz Cabrália, Bahia



Mussununga - Belmonte, Bahia



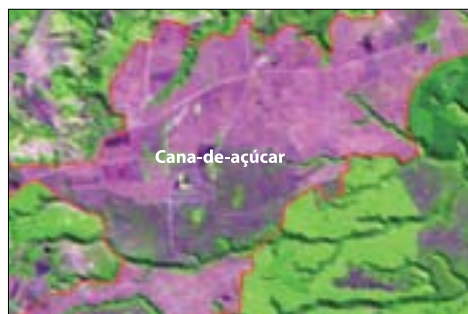
Manguezal - Caravelas, Bahia



Mata cabruca (Cacau) - Belmonte, Bahia



Pastagem - Vereda, Bahia



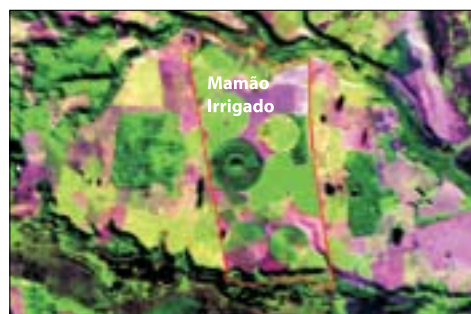
Cana-de-açúcar - Santa Cruz Cabrália, Bahia

Fonte: CBERS, 2004-2007; SEI, 2008.

Figura 02a – Padrões interpretados nos mosaicos de imagens CBERS, órbitas: 148, 149, 150 e pontos: 118, 119, 120. Combinação das bandas 2,4,3



Café - Itamaraju, Bahia



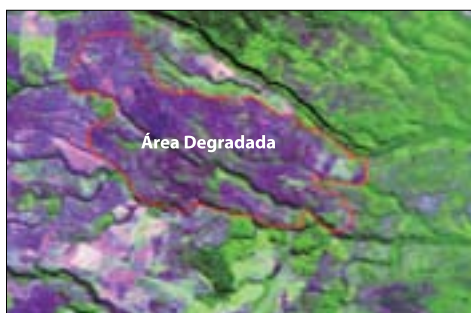
Mamão Irrigado - Pivô Central - Prado, Bahia



Floresta Ombrófila - Prado, Bahia



Restinga - Caravelas/Alcobaça, Bahia



Área degradada - Prado, Bahia



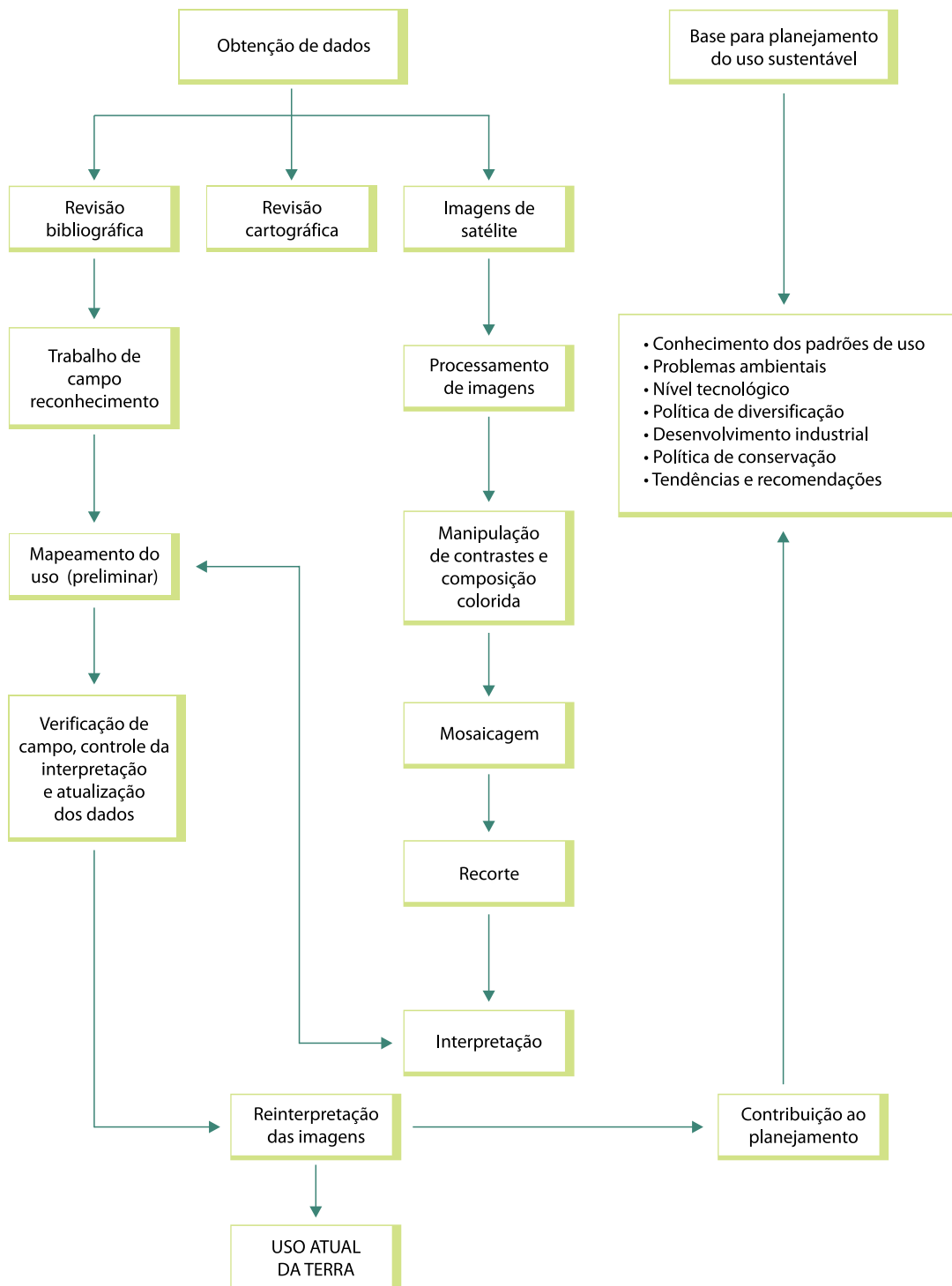
Área urbana - Teixeira de Freitas, Bahia

Fonte: CBERS, 2004-2007; SEI, 2008.

Figura 02b – Padrões interpretados nos mosaicos de imagens CBERS, órbitas: 148, 149, 150 e pontos: 118, 119, 120. Combinação das bandas 2,4,3

A execução do trabalho seguiu etapas sucessivas, distribuídas no roteiro metodológico esquematizado a seguir.

ROTEIRO METODOLÓGICO



CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O MEIO NATURAL

A potencialidade natural da área em análise é uma de suas principais e mais importantes características. Dotada de particularidades ímpares, se sobressai tanto pelas belezas naturais quanto pela diversidade de atividades potenciais e em exploração, que, por sua vez, produzem espaços distintos e igualmente ímpares.

Ocupa uma área aproximada de 31.203,98 km² situada no Extremo Sul do Estado da Bahia, entre as coordenadas de 15°40' e 18°20' de latitude sul e 38°50' e 40° 27' de longitude oeste, correspondendo às Bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha (Figura 03).



Fonte: SEI, 2008.

Figura 03 – Localização da área de estudo

Quatro grandes bacias hidrográficas fazem parte deste conjunto: as Bacias dos rios Buranhém, Alcobaça, Mucuri e Jequitinhonha. Duas delas abarcam bacias menores, conformando uma rede hidrográfica de significativa expressão.

Nessa região, duas atividades se destacam entre as demais e atualmente são consideradas vetores de desenvolvimento: o turismo e a indústria de papel e celulose, ambas amplamente difundidas e consolidadas. São responsáveis pela projeção econômica estadual em nível nacional e internacional e, regionalmente, implicam em importantes alterações no aspecto sócio-espacial, a exemplo do aumento considerável no ritmo de crescimento populacional, o mais elevado de todas as Regiões Econômicas no ano de 2000, acima, inclusive, da Região Metropolitana de Salvador e do município de Salvador.

Quanto à organização político-administrativa, engloba vinte e cinco municípios (sete parcialmente inseridos no estudo), pertencentes à Região Econômica Extremo Sul, em sua maioria, à Região Econômica Sudoeste e à Região Econômica Litoral Sul, conforme representado na Figura 04.

Até meados do século XX, a economia regional se sustentava em sistemas de produção tradicionais rurais, que, de forma geral, perduraram até a abertura da BR-101, em meados da década de 1950, tornando-se um divisor na história da região e da Bahia.

Desse momento em diante, tem-se o processo recente de desenvolvimento socioeconômico do Estado, com o sistema de produção capitalista, a partir da implantação da silvicultura, da agricultura, da pecuária extensiva e do turismo. Com isso, intensas alterações passam a fazer parte do cenário regional, provocando rupturas com estruturas socioeconômicas mantidas até então.

A partir da década de 1980, com a consolidação do potencial regional para o turismo e a celulose, os setores secundário e terciário assumem, definitivamente, a liderança na área, refletindo as tendências observadas na Bahia e no Brasil. Na década de 1990, as duas atividades assumem papel fundamental no surgimento e consolidação da região como centro dinâmico regional nos cenários estadual e nacional.

Com base nos três últimos levantamentos censitários realizados pelo IBGE, a importância da Região Econômica do Extremo Sul se evidencia na dinâmica demográfica estadual. Entre 1980 e 2000, a região registrou significativa aceleração no ritmo de crescimento populacional, ocupando, no ano de 2000, a sétima posição quanto ao crescimento demográfico estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003). De modo geral, esta mesma dinâmica pode ser observada nos municípios das regiões Sudoeste e Sul que também compõem a área.



Fonte: SEI, 2008.

Figura 04 – Municípios inseridos na área de estudo Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha

A análise do crescimento populacional nessa área exige critérios mais cuidadosos em função dos desmembramentos ocorridos após o censo demográfico de 1980, que alterou significativamente a organização político-administrativa do país, especialmente no período 1991-2000. Fortes tendências para a concentração de população nas áreas urbanas e, ao mesmo tempo, esvaziamento nas zonas rurais compõem a nova realidade.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2003), o aumento no crescimento se deve, de modo geral, à intensificação dos movimentos migrató-

rios e à diminuição gradativa e regular dos índices de mortalidade. O crescimento negativo elevado na zona rural em praticamente todos os municípios reflete as complexas alterações na dinâmica econômica regional, que ocorre principalmente nas últimas décadas, e que levaram ao esvaziamento do campo com a migração da população para as áreas urbanas ou para outros municípios.

Nessa região, entre os censos de 1991 e 2000, segundo o IBGE, analisando as taxas geométricas de crescimento anual total, urbana e rural, individualmente, o município de Santa Cruz Cabrália, com as mais elevadas taxas de crescimento populacional total (15,5%), urbana (17,4%) e rural (13,4%), o município de Jucuruçu, com o mais baixo índice de crescimento da população da sede (-2,8%), o município de Belmonte, com os mais baixos índices de crescimento na população urbana (-0,1%) e Nova Viçosa com o mais baixo índice de crescimento rural (-8,3%).

Além disso, observa-se que a distribuição da população regional total se dá de forma irregular entre os vinte e cinco municípios, conforme exposto na Tabela 1, com densidades que variam entre 5,6 hab/km², no município de Lajedão, e 93,2 hab/km², no município de Teixeira de Freitas, cuja densidade foi bastante superior à do Estado (23,14 hab/km²) e da própria Região (20 hab/km²), salientando-se que as diferenças nas dimensões territoriais municipais também contribuem para alguns destes índices.

Não obstante a diversidade no crescimento demográfico intra-regional total, verifica-se que a maior parte da população reside em áreas consideradas urbanas, fator que confere à região altos índices de urbanização, 73% em 2000, tornando-a a segunda maior do Estado, atrás apenas da Região Metropolitana de Salvador, com 98,4% (Tabela 01).

Dentre os vinte e cinco municípios que compõem a área, Eunápolis foi o que registrou as mais elevadas taxas de urbanização nos anos de 1991 e 2000, com valores de 90,1% e 94,1%, respectivamente, enquanto a menor taxa foi registrada no município de Jucuruçu, 14,9%.

Ressalta-se ainda que mais da metade do contingente demográfico regional, 53%, está concentrado nas sedes municipais, reiterando o desequilíbrio na distribuição da população (Tabela 01).

No ano de 2007 foi realizada a Contagem da População pelo IBGE, não contemplados no estudo por não haver, em um outro período, dados de contagem populacional que pudessem ser tomados para uma análise comparativa.

No entanto, constata-se que os municípios de Teixeira de Freitas e Porto Seguro se mantêm na liderança com o maior número de população.

A clara tendência para a concentração populacional nas sedes acarreta problemas na gestão municipal de forma geral e em especial nas áreas de infra-estrutura e serviços, gerando e/ou agravando deficiências no ambiente urbano, fato observado na crescente favelização na periferia dos centros mais desenvolvidos.

Tabela 01
Informações municipais

Municípios	Área total (km ²)	Área incluída no estudo (km ²)	População total (hab.)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Taxa de urbanização total (%)	Taxa de urbanização das sedes (%)
Alcobaça	1.505,990	1.505,990	20.900	13,9	34,2	34,2
Belmonte	2.009,900	1.501,590	20.032	10,0	53,9	48,2
Caravelas	2.361,280	2.361,280	20.103	8,5	51,4	25,8
Eunápolis	1.196,700	1.196,700	84.120	70,3	94,1	94,1
Guaratinga	2.324,320	2.324,320	24.319	10,5	41,2	39,2
Ibirapoã	786,058	786,058	7.096	9,0	50,3	50,3
Itabela	853,267	853,267	25.746	30,2	73,2	73,2
Itagimirim	817,306	817,306	7.728	9,5	76,9	76,9
Itamaraju	2.369,910	2.369,910	64.144	27,1	74,9	74,9
Itanhém	1.445,060	1.445,060	21.334	14,8	66,0	49,6
Itapebi	972,036	972,036	11.126	11,4	76,8	71,3
Itarantim	1.783,750	860,020	16.923	9,5	76,6	73,0
Jucuruçu	1.438,460	1.438,460	12.377	8,6	14,9	14,9
Lajedão	613,907	613,907	3.409	5,6	54,3	54,3
Macarani	1.371,660	0,230	14.594	10,6	73,4	73,4
Maiquinique	413,863	204,760	7.326	17,7	71,1	71,1
Medeiros Neto	1.245,750	1.245,750	21.235	17,0	75,5	61,5
Mucuri	1.774,760	1.774,760	28.062	15,8	66,6	27,4
Nova Viçosa	1.326,120	1.326,120	32.076	24,2	76,8	25,2
Porto Seguro	2.408,590	2.408,590	95.721	39,7	83,2	67,2
Potiraguá	989,471	0,0029	14.579	14,7	51,8	49,0
Prado	1.664,540	1.664,540	26.498	15,9	53,5	46,9
Santa Cruz Cabrália	1.550,790	1.550,790	23.888	15,4	56,6	56,6
Teixeira de Freitas	1.153,790	1.153,790	107.486	93,2	91,8	91,1
Vereda	828,700	828,700	7.450	9,0	17,1	17,1
Total: 25	35.205,978	31.203,937	718.272	20,0	73,0	53,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000.

Com potencial econômico diversificado, a área vem registrando crescimento continuado em quase todos os setores, o que lhe confere o posto de segunda região em atração de investimento do Estado, atrás apenas da Região Metropolitana de Salvador.

De forma geral, as principais atividades econômicas da região são: a agropecuária extensiva (vocalização natural), pesca, extração intensiva de madeira, indústria de móveis, serrarias, indústria de papel e celulose (dinâmica intensa na ocupação espacial) e o turismo.

Evidencia-se a indústria de papel e celulose, marcante pelos números expressivos em todo o processo de exploração; a atividade turística, com importância nacional e internacional, atrás apenas da região de Salvador; a pecuária, que apesar de perder espaço e mercado para

a silvicultura ainda apresenta representatividade, tendo na pecuária bovina um de seus mais importantes segmentos mantendo-se, ainda, como o “carro-chefe” da economia; e a agricultura, despontando as culturas do café, do cacau (através das campanhas de revitalização da cacauicultura) e do mamão, com mercado externo garantido principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Além dessas culturas de importância histórica, vale citar, pelo impulso que vêm recebendo, novos cultivos e explorações de alcance mundial, a exemplo da pimenta-do-reino, do urucum e da aroeira (esta última em sistema extrativista).

A área abrange dois grandes pólos turísticos em seu litoral a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, com a cidade de Porto Seguro ocupando o posto de mais importante centro regional do setor (superando a cidade de Salvador quanto ao número de leitos em hotéis), e a implantação de grandes e luxuosos *resorts* em sua porção sul.

A área estudada possui localização privilegiada, quando se considera a proximidade com o Centro-Sul do Brasil e, ainda, como articuladora entre essa região e a Região Metropolitana de Salvador, o Nordeste do País e demais regiões do Estado através da BR-101, um dos eixos rodoviários mais importantes na dinâmica sócio-espacial brasileira.

No setor industrial destaca-se um dos grandes expoentes atuais da economia: a produção de papel e celulose. A região abriga duas grandes indústrias a Veracel, associação entre a brasileira Aracruz Celulose e a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, e a Suzano. Grande percentual das áreas dessas empresas é ocupado por imensos plantios de eucaliptos em substituição às culturas tradicionais, a pecuária e a agricultura.

De maneira geral, as principais características dessa indústria referem-se a sua produção em grande escala e, por isso, com baixo custo unitário; é produtora de *commodities*, ou seja, de produtos homogêneos cujos preços são determinados em bolsas internacionais de mercadorias; o setor é altamente concentrado – no Brasil, quatro empresas detêm cerca de 39% da produção de papel e 57% da produção de celulose; e, além disso, é um setor extremamente verticalizado, com suas indústrias detendo a produção desde a matéria-prima até o produto final.

Um dos grandes questionamentos acerca do desenvolvimento da atividade por parte dos movimentos ambientalistas refere-se à forma como as plantações se estabelecem. São, florestas homogêneas contínuas, que inviabilizam a manutenção do equilíbrio natural dos ecossistemas locais. Se por um lado alavanca a economia local, por outro, a indústria de papel e celulose contribui para o aumento do desemprego no campo, com o êxodo rural e o aumento da favelização nas periferias dos grandes centros regionais.

Em função dessa dinâmica e como estrutura de apoio para atividades aí desenvolvidas, vários outros segmentos são atraídos, diversificando o mercado e ampliando as possibilidades de geração de emprego e renda.

Algumas especificidades intrínsecas à área advêm do processo de ocupação e povoamento, que desde o início ficou concentrado na faixa litorânea, espaço de domínio da Mata Atlântica.

O resultado de anos de exploração contínua e intensa foi a devastação quase completa desse ecossistema, qualificando-o atualmente como uma das florestas tropicais com mais elevado risco de extinção do planeta.

A diversidade das relações econômicas e produtivas instaladas na região proporcionou o estabelecimento de uma dinâmica ímpar no Estado da Bahia. A necessidade de grandes extensões de terra para o desenvolvimento de suas principais atividades, bem como as relações das atividades entre si, levou à conformação de um padrão complexo e em constante transformação quanto ao uso e ocupação das terras. Convivem lugares com as mais diversas estruturas, desde extensas áreas com monoculturas, pastagens e eucaliptos, até agriculturas diversificadas, áreas de proteção permanente e de uso restrito.

Nos primórdios, a Mata Atlântica ocupava uma faixa com largura aproximada de 100 km, desde o sul da capital, Salvador, até o limite com o Estado do Espírito Santo. A costa litorânea adentrava o interior até onde as condições edafoclimáticas permitissem sua instalação. Atualmente, o que resta desse bioma, cerca de 4%, está amparado por legislação específica, com a criação de Unidades de Conservação da Natureza (UC), que, no entanto, não impedem a exploração inadequada e intensa dos seus recursos.

Segundo Almeida (2000, p. 14), a situação torna-se ainda mais preocupante quando se considera que esse domínio possui uma diversidade biológica incomparável e, ainda, grande nível de endemismo com elevada porcentagem das espécies restrita às matas localizadas na porção sul da Bahia. Ressalta-se, com isso, a importância de sua manutenção e, adicionalmente, a urgência na adoção de medidas efetivas de recuperação.

A devastação da vegetação natural e o uso indiscriminado e intensivo dos recursos naturais contribuem para a degradação dos espaços. Além da extinção de inúmeras espécies, concorrem para a redução da capacidade de renovação dos recursos, comprometendo a capacidade produtiva, especialmente quanto aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Alteram o ciclo natural, afetando o regime hídrico e, consecutivamente, o equilíbrio ambiental, ou seja, concorrem para o comprometimento não somente das espécies, mas da fisiografia e das propriedades do solo.

A remoção da vegetação aumenta a infiltração e a retirada de sedimentos das áreas mais elevadas, assoreia os cursos d'água e planícies, reduzindo a vazão e comprometendo as áreas de várzea que são utilizadas, em geral, para a atividade de subsistência. Além disso, sem a fixação da cobertura natural as águas das chuvas tendem a escoar superficialmente de forma mais rápida, diminuindo os índices de infiltração e comprometendo a alimentação do lençol freático.

Apesar dos elevados níveis de degradação, o potencial hídrico regional é expressivo, tanto nos mananciais de superfície quanto nos subterrâneos, apresentando uma densa rede de drenagem com padrão dendrítico, localmente orientada por estruturas e falhas, com rios principais e afluentes dos baixos cursos em regime permanente, e influenciado pelos climas mais úmidos próximos ao litoral. À montante das bacias, especialmente nas principais nas-

centes, o regime fluvial é alterado em função dos fatores típicos dos climas mais secos que se estabelecem em seus domínios.

Exemplificando a importância dos recursos hídricos da região, cita-se a Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no rio Jequitinhonha e distante aproximadamente 50km da cidade de Eunápolis. Trata-se de um empreendimento cuja importância pode ser mensurada não somente pela expressividade dos recursos empregados na obra, mas, principalmente, sob o ponto de vista estratégico para a geração de energia elétrica. Com uma área inundada de 62km² abrangendo os municípios de Itapebi, Itagimirim e Itarantim, na Bahia, e Salto da Divisa, em Minas Gerais, a usina tem uma potência de produção de energia de 450.000kw.

Os mananciais subterrâneos possuem importância regional significativa, haja vista o uso predominantemente voltado para abastecimento humano. Basicamente, os recursos hídricos subsuperficiais da área em estudo podem ser classificados em duas unidades: o Aquífero Cristalino e o Aquífero Sedimentar.

Considerando as características hidrológicas e estratigráficas, o Aquífero Sedimentar pode ser subdividido em três unidades: o Aquífero dos Sedimentos Quaternários, o Aquífero Caravelas e o Aquífero Barreiras. Ocupando a porção oriental da área, o Aquífero Barreiras concentra a maioria das captações, que estão voltadas, principalmente, para o abastecimento de algumas sedes municipais.

O Aquífero Cristalino é o que apresenta maior vulnerabilidade, em função da barreira natural formada pela composição areno-argilosa do seu manto de intemperismo, que condiciona baixas velocidades de infiltração. Desta forma, com um nível estático pouco profundo, cerca de cinco metros em média, apresenta elevado risco potencial de contaminação.

Com nível estático mais profundo (dezoito metros, em média) e constituição litológica às vezes argilosa, o Aquífero Barreiras apresenta baixo risco de contaminação natural. Porém, sobre o seu domínio se localizam os principais núcleos populacionais e, conseqüentemente, as principais fontes de poluição relacionadas com a disposição e tratamento inadequado dos resíduos urbanos, às quais se somam as áreas de mineração e de indústrias de transformação. Estes resíduos devem ser monitorados principalmente quando acontecer de aflorarem às margens de rios e, em especial, coincidindo com a localização de grande parte dos núcleos populacionais. Salienta-se que a maior parte da água aí consumida advém de poços perfurados neste aquífero, que é a principal unidade estratigráfica da área.

Dos fatores climáticos, a pluviometria é considerada como dos mais significativos, com estreitas correlações entre os índices pluviométricos, as formações vegetais e o modelado.

A posição geográfica concorre para a configuração das características naturais, pois a influência da massa líquida na costa contribui para a ocorrência de umidade elevada e chuvas constantes. Ao avançar para o interior (sentido leste-oeste), os efeitos da continentalidade e da topografia contribuem para a diminuição desses fatores.

Com essa conformação se distinguem três tipos climáticos, distribuídos nos sentidos norte-sul e leste-oeste, variando do sub-úmido a seco ao úmido, com uma faixa intermediária de úmido a sub-úmido, conforme pode ser observado na Tabela 02 e na Figura 05.

Tabela 02 Caracterização climática				
Município	Altitude (m)	Precipitação anual (mm)	Temperatura média anual (°C)	Tipo climático <i>Thornthwaite</i>
Belmonte	4	1.534,3	24,4	Úmido
Caravelas	3	1.388,5	24,4	Úmido a sub-úmido
Guaratinga	324	1.247,3	23,3	Úmido a sub-úmido
Ibirapuã	110	1.181,7	23,7	Sub-úmido a seco
Itapebi	80	1.232,7	24,0	Sub-úmido a seco
Itarantim	320	814,7	22,3	Sub-úmido a seco
Medeiros Neto	180	1.124,4	23,3	Sub-úmido a seco
Porto Seguro	4	1.758,2	24,4	Úmido
Itanhém	380	1.168,8	21,2	Sub-úmido a seco
Itamaraju	80	1.230,4	23,9	Úmido a sub-úmido

Fonte: SEI, 1999.

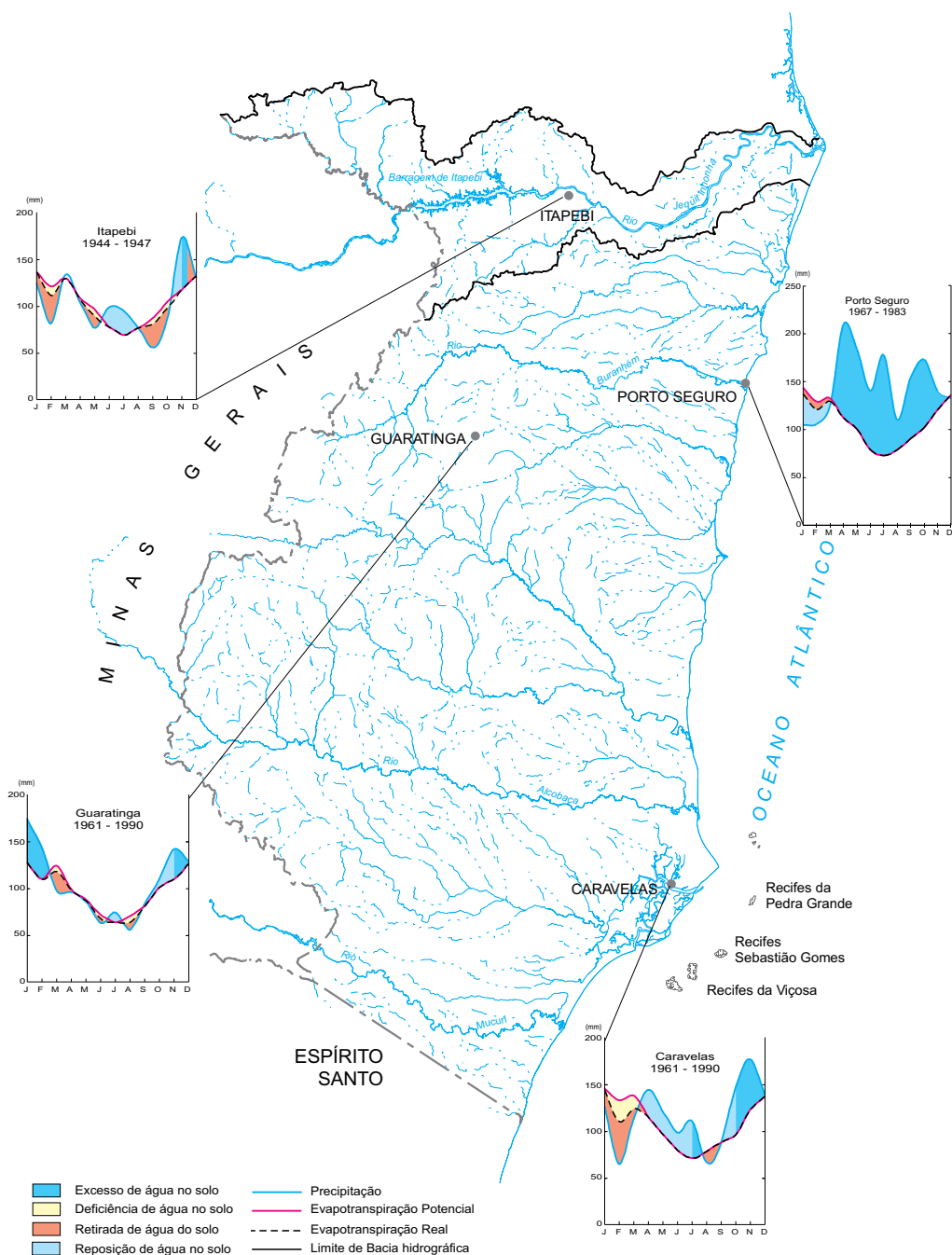
As precipitações médias anuais giram em torno de 1.200mm, sendo que os índices mais baixos são registrados na zona do Médio Jequitinhonha, em torno de 700mm a 900mm anuais, a exemplo das proximidades da cidade de Itarantim, com 814,7mm, e os mais elevados registrados no extremo norte da costa, em torno de 1.500mm a 1.600mm anuais, nas proximidades da cidade de Porto Seguro, com 1.758,2mm em média.

O período chuvoso corresponde ao trimestre novembro, dezembro e janeiro, com exceção da região do Médio Jequitinhonha, norte da área, que ocorre no período de outubro, novembro e dezembro.

A umidade relativa do ar tem uma variabilidade concordante com a da pluviosidade, sendo que as variações anuais se dão, geralmente, nos sentidos leste-oeste (do litoral para o interior) e sudoeste-nordeste, constatando-se baixo déficit hídrico, com significativa redução quando se aproxima da faixa litorânea, chegando a valores mínimos nas proximidades da cidade de Porto Seguro.

O excedente hídrico apresenta padrão crescente no sentido sudoeste-nordeste, com cerca de 40mm anuais na porção centro-sul e até mais de 400mm anuais no litoral norte, como pode ser visualizado nos gráficos dos balanços hídricos (Figura 05).

Segundo a classificação climática de *Thornthwaite*, o conjunto desses fatores permite identificar os três grandes domínios descritos na Tabela 02, cujas características estão refletidas na diversidade das formações vegetais e de uso da terra.



Fonte: Mapa das Regiões Administrativas da Água (RAA), Estado da Bahia, escala 1: 1.250.000, SRH/SRHSH, 1996.
Balanço Hídrico do Estado da Bahia, SEI/Seplantec, 1999.

Figura 05 – Balanço hídrico segundo *Thornthwaite*, Bacia do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha

Em sua porção oeste, ocupando uma faixa com sentido norte-sul, ocorre o clima sub-úmido a seco, cujas diferenciações litológicas e topográficas diversificam as respostas aos condicionantes climáticos e, conseqüentemente, às formações vegetais e morfológicas, com o estabelecimento de microclimas e subsistemas locais.

Nesse domínio, em sua parte mais elevada e acidentada, no extremo oeste, identifica-se a Floresta Estacional Semidecidual, atualmente ocupada em grande parte por pastagens e vegetação secundária. Nas encostas voltadas para o litoral, em áreas mais baixas, que comportaram, originalmente, a Floresta Ombrófila Densa e que atualmente estão ocupadas predominantemente por pastagens, encontra-se, em alguns pontos, vegetação secundária em distintos níveis de degradação/recuperação.

Em seu limite oeste, ocupando a faixa central norte-sul, com prolongamento até a linha de costa nas proximidades da localidade de Trancoso, e daí até o extremo sul, identifica-se o domínio do clima úmido a sub-úmido, típico da Floresta Ombrófila Densa, atualmente ocupada por vegetação secundária e pastagens, além de áreas com influências fluviomarinhas, fluviais e marinhas.

No litoral, a partir das proximidades da localidade de Trancoso, seguindo para norte em uma faixa estreita e contínua, ocorre o clima úmido e as Florestas de Terras Baixas, nos terrenos da Formação Barreiras, domínio original da Floresta Ombrófila Densa. Limita-se com os domínios das Formações Pioneiras, que se caracterizam pela instabilidade pedológica e constantes mobilizações, condicionadas pelas interferências locais em terrenos do Quaternário recente (Holoceno) e constituídas por vegetação de restingas arbustivas e herbáceas, mangues e formações herbáceo-graminóides nas planícies fluviais. Ocupam uma faixa estreita e variável na linha de costa e nos vales dos cursos principais.

Ao norte, na Depressão do Médio Jequitinhonha, sentido oeste-leste, e com ocorrência nos três domínios climáticos descritos, identifica-se uma área de Tensão Ecológica nas áreas de terras baixas e florestas densas, com transição entre a Floresta Ombrófila e a Savana, e, mais a oeste, em terras mais elevadas e escarpadas, área de ocorrência da Floresta Estacional Semidecidual.

Pode-se afirmar que as florestas naturais são praticamente residuais em toda a extensão deste território, embora nos domínios da lavoura cacaueteira, no denominado maciço cacaueteiro, ainda ocupem maiores espaços, registrando espécies de portes consideráveis sombreando o cultivo. A policultura, a pecuária e a silvicultura intensificaram o desmatamento, especialmente no extremo sul e oeste da região.

Quanto ao modelado, a região apresenta feições bastante diferenciadas, oriundas de movimentos tectônicos e de sedimentação associados a fatores naturais e à intervenção humana. Esta diferenciação proporciona uma compartimentação da superfície segundo regiões geomórficas, cujas especificidades influenciam diretamente o uso e a ocupação, além de constituírem papel fundamental para o conhecimento do espaço físico.

Assim sendo, distinguem-se três grandes domínios geomórficos na região das Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha: o domínio dos Maciços Plutônicos, o domínio dos Dobramentos Remobilizados ou Reativados e o domínio das Bacias Sedimentares.

A ocorrência de processos intrusivos em períodos diversos em rochas que apresentam litoestruturas variadas, aliada a processo de reativação tectônica do Proterozóico (o Ciclo Brasileiro), proporcionou o estabelecimento de dois compartimentos no domínio dos Maciços Plutônicos, cujas características permitem sua classificação em Regiões Deprimidas e Regiões Elevadas.

As Regiões Deprimidas possuem formas mais trabalhadas, corresponde aos vales dos principais rios, a exemplo do vale do rio Jequitinhonha, extremo norte da área. As formas dominantes são marcadas pelo aplanamento e, localmente, pela presença de morfologia diferenciada nos limites com unidades circundantes, ressaltando feições mais aguçadas.

Essas formas têm forte relação com a instalação da rede de drenagem, que se adapta às fraquezas estruturais e aos condicionantes climáticos, caracterizando-se, assim, como uma região morfológicamente controlada pela dinâmica fluvial, sob a ação de climas úmidos e sub-úmidos e com altitudes oscilando entre 200m e até mais de 400m, denominada Depressão do Médio Jequitinhonha.

A localização entre regiões de modelado diversificado e os diferentes graus de declividade e intensidade da proteção do solo (manutenção da vegetação) determina o volume da deposição de material coluvial, que forma coberturas mais espessas nos pontos mais baixos, originando planos sobre os quais, atualmente, ocorre a instalação de pastos em substituição à vegetação natural.

As Regiões Elevadas correspondem ao Bloco Montanhoso de Santo Antônio do Jacinto e caracterizam-se por modelado montanhoso, resultante das intrusões que pontuam a região com maciços residuais elevados. Sua posição e altimetria conferem importância de divisor de águas dos rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

O modelado montanhoso típico é ressaltado pela dissecação diferencial, com orientação adaptada às falhas e escarpas, evidenciadas como estruturas retilíneas e circulares, ocorrendo, também, feições convexizadas relacionadas à dissecação homogênea e que resultam em vales menos profundos e aguçados. Essas estruturas retilíneas e circulares regionais típicas refletem na organização da rede de drenagem, conformando um padrão radial, com presença de desníveis bruscos, originando cachoeiras e saltos, a exemplo das cabeceiras do rio Jequitinhonha, nas proximidades da localidade de Ibirajá. Essas redes de drenagem alimentam os rios Jequitinhonha, Buranhém e Jucuruçu.

Essa conformação morfoestrutural confere uma forte dinâmica e sua precária estabilidade é comprometida com a intervenção antrópica, pois, a desnudação das encostas, a proliferação de pastagens e a agricultura de subsistência nas áreas mais baixas aumentam o escoamento superficial e a infiltração, intensificando os deslizamentos e ravinamentos.

Nesse domínio encontram-se, com maior frequência, os solos Latossolo Vermelho-Amarelo, Argissolo Vermelho-Amarelo (Podzólico), Argissolo Vermelho-Escuro (Podzólico), Neossolos (Litólicos), Latossolo Amarelo, Latossolo Amarelo Húmico, Cambissolo e Afloramentos Rochosos.

Ocupando a porção central da área com sentido norte-sul, a leste dos Domínios Plutônicos e a sul da Depressão do Médio Jequitinhonha, tem-se o domínio dos Dobramentos Remobilizados ou Reativados, classificado em Piemontes Orientais e Chãs Pré-Litorâneas.

Voltado para o litoral e protegido, a leste, pelas altitudes, o Bloco Montanhoso do Santo Antônio do Jacinto encontra-se submetido à forte influência exercida pelo clima úmido nos processos de modelagem. Em consequência, os profundos mantos de intemperismo conduzem à formação de solos profundos, como os Latossolos Vermelho-Amarelo, os Argissolos Vermelho-Escuro (Podzólico), os Argissolos Vermelho-Amarelo (Podzólico), os Cambissolos e as coberturas detríticas Cenozóicas do Grupo Barreiras.

A intensidade dos processos químicos oculta os terraços estruturais que se mostram, eventualmente, a partir da orientação da drenagem, sugerindo a existência de falhas ou fraturas, especialmente no sentido noroeste-sudeste, de alguns segmentos retilíneos ou angulosos, de margens assimétricas (níveis diferentes) e na permanência de alguns pontões e cristas específicas do embasamento.

De maneira geral, o relevo desse domínio é caracterizado por uma dissecação homogênea, com níveis escalonados formando patamares, com interflúvios tabulares, convexos e ligeiramente abaulados. Pontualmente, apresenta modelado diferencial resultando no surgimento de formas aguçadas nas linhas de cumeadas e cristas; destacam-se formas residuais, a exemplo de áreas adjacentes às cidades de Itagimirim e de Itamaraju, em sua porção central, sendo, nesta última, em maior número. Nestes casos são geralmente concordantes com relevos de unidades vizinhas, com o do Bloco Montanhoso do Santo Antônio do Jacinto. Estes são os Piemontes Orientais.

Na vizinhança das cidades de Itagimirim, Ibirapuã e Lajedão, ocorrem pequenos trechos de modelado de aplanamento retocados inumados ou semiconservados, que correspondem a restos de coberturas detríticas Cenozóicas do Grupo Barreiras e que se apresentam como topos nivelados dissecados por vales que apresentam controle estrutural, as Chãs Pré-Litorâneas. Estas podem alcançar de 3m a 4m de espessura, com texturas arenosas e argilo-lateríticas (barro-vermelho), originadas, provavelmente, de eventos que proporcionaram a remobilização do material das rochas do embasamento, em períodos anteriores aos do escavamento dos vales.

Por sua constituição e dinâmica, o padrão de drenagem típico é dendrítico, com encaves de subdendrítico em função de orientações locais de alguns cursos paralelos e perpendiculares à costa. Os principais cursos são os dos rios Mucuri, Alcobaça ou Itanhém, Pampa, Jucuruçu e Buranhém, com vales geralmente alargados e de fundos chatos.

A deposição de material coluvial, resultante da intensificação de processos erosivos proporcionados pela retirada da cobertura vegetal, muito freqüente na área, pode levar ao alargamento de alguns vales, com a formação de alvéolos, além da formação de ravinas e reativação de processos antigos.

O terceiro domínio geomórfico identificado é formado pelos sedimentos do Grupo Barreiras e pelos sedimentos dos ambientes costeiros datados do Cenozóico, o Domínio das Bacias Sedimentares, classificado em Região das Planícies Costeiras e Região dos Piemontes Inumados.

Esse domínio está condicionado ao controle tectônico que atingiu o embasamento a partir do Cretáceo. Sua constituição litológica compõe-se de sedimentos arenosos e argilo-arenosos, que se expandem para oeste até o limite das formações cristalinas do domínio anteriormente descrito, e entre arenosos e argilosos, característicos dos ambientes marinhos, fluviomarinhos, lagunares e eólicos, acumulados durante várias etapas da evolução quaternária, expandindo-se para oeste até que seus processos não sejam mais determinantes no ambiente anterior.

O primeiro ambiente refere-se aos Piemontes Inumados, que são constituídos pelos Tabuleiros Costeiros, ocupando uma faixa contínua no sentido norte-sul, formados de sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras depositados sobre o embasamento muito alterado. Possui disposição sub-horizontal, com inclinação para leste, em direção ao Oceano Atlântico, e, pontualmente, para nordeste e sudeste, com variabilidade na altimetria entre 10m e pouco mais de 100m.

Localizam-se entre as Chãs Pré-Litorâneas, a oeste, e as planícies do litoral, a leste, com contatos pontuais identificados por falésias ou paleofalésias, com ocorrência ao norte da cidade de Prado e ao sul da Cidade de Porto Seguro.

Predominam, nesse ambiente, feições aplanadas que se encontram parcialmente conservadas, constantemente submetidas a retoques sucessivos, o que lhes confere certa uniformidade. Nas áreas de dissecação fluvial, há ocorrência de topos convexos ou aguçados, especialmente nos locais em que o substrato aflora e em que as coberturas são rasas. De maneira geral, essa diversidade morfoestrutural apresenta estreita correlação com os diferentes níveis de base da rede de drenagem, que, por sua vez, apresenta padrão paralelo à subparalelo relacionado ao controle tectônico.

Na porção norte da região, os Tabuleiros apresentam dissecação diferencial em pontos restritos, com ocorrência de afloramentos sob a forma de pontões e cristas não muito profundos e íngremes.

Os climas úmidos e sub-úmidos influenciam diretamente os processos morfodinâmicos e quando associados à constituição argilosa e feição tabular são responsáveis pela baixa drenagem, condicionando a formação de voçorocas. Nos locais de ocorrência das Areias Quartzosas e de cobertura coluvial espessa, a infiltração é favorecida, propiciando o escoamento das águas e reduzindo estes processos. No entanto, por outro lado, se intensifica a lixiviação (migração vertical das partículas do solo provocada pelo escoamento sub-superficial), aumentando a espessura e a acidez do solo.

A elevada umidade (com médias anuais entre 1.100mm e 1.500mm) e a regularidade do regime hídrico propiciam a formação de solos mais profundos, os Latossolos, e, pontualmente, nas áreas próximas ao litoral, os Argissolos (Podzólicos) com texturas mais arenosas e maior índice de lixiviação. Essas particularidades proporcionam sensível tendência da pedogênese sobre a morfogênese.

Em sua porção ocidental, o substrato relativamente espesso possibilitou a instalação de uma cobertura vegetal de porte significativo, formada originalmente pela Floresta Ombrófila e atualmente quase totalmente substituída por pastagens. A maior proximidade do litoral e as fracas declividades em sua porção oriental favoreceram a instalação da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), relativamente conservada nos topos, mas também substituída por pastagens, especialmente no Extremo Sul.

Um dos grandes problemas identificados nos sítios urbanos e nas áreas de exploração agrícola que se localizam próximas aos cursos d'água refere-se à potencialização dos processos morfogenéticos, proporcionados pela retirada das matas ciliares e conseqüente erosão das encostas, além dos desmatamentos à montante que aumentam a carga de sedimentos na época das cheias, assoreando os leitos dos rios e comprometendo a fertilidade das áreas de várzeas as culturas de subsistência, à jusante.

Ocorrências recentes que demonstram esse tipo de problema referem-se a registros de alagamentos e deslizamentos de encostas em vários pontos da região no período chuvoso no final do ano de 2005 (TORALLES, 2005), quando diversos bairros de vários municípios, a exemplo de Itabela, foram inundados e cerca de 200 pessoas ficaram desabrigadas em decorrência de fortes chuvas. Além disso, várias foram as encostas que deslizaram, comprometendo o tráfego em rodovias, como a BR-101.

A segunda unidade do Domínio Sedimentar corresponde às faixas de praias e desembocaduras dos rios, localizadas entre o mar e os Terraços Costeiros, denominadas Complexos Deltaicos, Estuarinos e Praias. Estes ambientes se distribuem de forma descontínua ao longo da costa, a depender do fluxo e refluxo da maré, sendo caracterizados por planícies de acumulação, terraços marinhos e fluviomarinhos, cordões e dunas e topos planos, conformando relevo plano e levemente ondulado.

Nesses espaços, a ação combinada das correntes marinhas, os aportes fluviais e a ação eólica justificam a natureza de sua dinâmica e sua relação com as mudanças climáticas.

Registram-se falésias atuais nas chamadas encostas de abrasão, cuja atividade provoca o solapamento das bases e o desmoronamento da parte superior, contribuindo para o alargamento da faixa de praia. Ocorrem disseminadas ao longo do litoral, sendo mais expressivas no trecho entre as localidades de Prado e Cumuruxatiba.

Ao adentrar o interior através dos vales dos rios principais, os resultados dessa dinâmica podem assumir forma de deltas, como na foz do rio Peruípe, próximo à cidade de Caravelas, com cerca de 15km de largura. Nestes ambientes, a sedimentação provocada pela ação da

maré nas desembocaduras dos cursos resulta, geralmente, na formação de solos orgânicos e escuros, nos quais se insere o mangue, vegetação típica das áreas costeiras.

Nas feições deltaicas ocorrem cordões litorâneos, estruturas típicas dos modelados de acumulação, cujas disposições revelam antigos posicionamentos da linha de costa. Estes cordões formam restingas e sulcos paralelos temporariamente inundáveis, sobre os quais se instala vegetação marinha arbórea, arbustiva e herbácea, registrando incipientes processos pedogenéticos.

Ainda na foz do rio Peruípe, surgem formas planas, resultantes de acumulações mais antigas, levemente inclinadas para o mar e com rupturas de declive, em relação à planície marinha recente, chamadas de terraços marinhos. Estas formas são testemunhos de antigos posicionamentos da linha de costa, conhecidos como paleolitorais. Com solos aluviais de textura arenosa, areno-argilosa e argilosa, além de coluviões de textura variável e com fraca declividade, o escoamento subsuperficial é facilitado e influencia diretamente o nível do lençol freático.

Os processos morfogenéticos mais intensos estão relacionados às cheias periódicas que levam ao escoamento superficial concentrado e forte instabilidade na dinâmica do relevo, como nos rios Jequitinhonha e Mucuri e nos cursos inferiores das demais bacias da região. Toda essa dinâmica – as enchentes de várzeas, a morfologia e natureza dos solos férteis e os excedentes hídricos – favorece as culturas cíclicas e permanentes e as pastagens, típicas da região, especialmente as culturas de várzeas.

Pedologicamente, nos topos tabuliformes destacam-se os tipos de solos Latossolo Amarelo e Argissolo Amarelo (Podzólico), nos terraços; os Neossolos Quartzarênicos (Areias Quartzosas Marinhas), os Espodossolos (Podzol Hidromórfico), nos Mangues; e nas planícies de acumulação, os Cambissolos, Organossolos (solos Orgânicos) e Gleissolos (Solos Hidromórficos Gleizados).

Em linhas gerais, os condicionantes naturais (climáticos, geológicos, pedológicos) proporcionaram processos morfogenéticos diversos, que resultaram em feições diversificadas no modelado. As intervenções antrópicas interferem na alteração da dinâmica natural de forma contundente, especialmente quando há possibilidade de exploração mineral, como nas planícies de Cumuruxatiba, das quais se extrai minerais pesados nos sedimentos da Formação Barreiras, e em Caravelas, com a exploração de ferro.

Nos municípios de Guaratinga, Itamaraju, Porto Seguro, Prado, Itanhém, Medeiros Neto e Alcobaça há exploração de uma significativa variedade de pedras semi-preciosas que são utilizadas como gemas, apesar de não constituírem representatividade econômica, como a água-marinha, berilo, crisoberilo, crisólita, andaluzita, ametista, cristal de rocha, quartzo esfumaçado, turmalina, topázio e granada (IBGE, 1987).

Os principais garimpos da área são os de Salomão-Centenário, nos municípios de Vereda, Jucuruçu e Itanhém; os de Juerana e Cachoeira do Mato, em Alcobaça; os das localidades de São Paulinho, Prata, Alho e Pirajá, em Itamaraju; os de São José do Prado, no município de Prado; e os de Buranhém e Barra Nova, em Guaratinga. No município de Prado, ocupando uma área de mais de seis quilômetros, ocorre o mais importante

depósito de minerais pesados da área, desde a foz do rio Japará Grande, ao sul, até a vila de Cumuruxatiba, ao norte.

De forma generalizada, essas áreas encontram-se muito intemperizadas, representando risco à manutenção do equilíbrio natural, com acúmulo de material desmontado dos garimpos, retirada e queimada da vegetação, contribuindo com a degradação local e com o assoreamento dos vales em época de chuvas.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Os processos de ocupação e ordenamento do espaço da região remetem às primeiras ocupações do território nacional. Durante este período, os diversos ciclos de desenvolvimento imprimiram padrões e intensidade de ocupação do solo, condizentes com as dinâmicas e inserção regional em cada um desses momentos.

De maneira geral, as adversidades encontradas para a consolidação dos núcleos urbanos da área (incluindo o Litoral Sul e o Extremo Sul do Estado), especialmente durante os três primeiros séculos de colonização do território brasileiro, contribuíram, segundo alguns autores, para postergar a conformação do sistema urbano-regional.

Sistemática e periodicamente, a capitania de Porto Seguro registrava reduções populacionais, implicando em entraves para um desenvolvimento socioeconômico em bases mais consolidadas. Três fatores são citados como preponderantes para este processo: o reduzido número de imigrantes portugueses para a área, os ciclos constantes de mortalidade em função de epidemias e confrontos com a população nativa (índios) e a emigração provocada pelo surgimento de outros núcleos de povoamento, seja pela transferência de militares e religiosos, seja pela descoberta de ouro e pedras preciosas, dentre outros fatores (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003).

Inicialmente de forma lenta e gradual, o processo estava voltado, basicamente, para a exploração dos recursos naturais e a formação de áreas para a agricultura. No século XVI o litoral foi dotado de infra-estrutura básica para garantir a atividade e durante muito tempo foi ocupado com atividades voltadas para o resgate e envio dessas mercadorias à Portugal, ou seja, serviu de entreposto comercial, principalmente na extração de pau-brasil e outras madeiras nobres.

Os primeiros núcleos populacionais, as cidades de Porto Seguro e Caravelas, ambas no litoral, foram construídos com o objetivo de servirem de postos para o armazenamento da madeira extraída, o pau-brasil, e para a proteção dos portugueses contra os índios e contra outros povos europeus. No entanto, estes núcleos iniciais tiveram vida efêmera e somente mais tarde vieram a prosperar.

Posteriormente, mas ainda no século XVI, vultosos investimentos portugueses e holandeses introduziam na região a cultura da cana-de-açúcar, buscando a exploração do produto que, na época, lograva elevado valor comercial na Europa, o açúcar. Com a agroindústria açucareira instituí-se o trabalho escravo como imperativo para a sua viabilização, em função da necessidade de elevado quantitativo de mão-de-obra e de extensas áreas para sua produção.

No século XVII, a atividade sofre acentuada queda e essa nova realidade contribui para a conformação de uma integração regional periférica da então Capitania de Porto Seguro. Entretanto, há divergência da estrutura primário-exportadora vigente no país e não há o estabelecimento de fortes integrações com os demais centros econômicos. Este cenário permanece praticamente inalterado até meados do século XVIII, quando ocorre a incorporação daquela capitania à Capitania da Bahia.

A partir desse momento, o povoamento, até então restrito a duas vilas – Porto Seguro e Santa Cruz – e dois povoados – Santo Amaro e Santo André –, passa por significativa expansão, e são criadas as vilas de Belmonte, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa e São José do Porto Alegre (atual Mucuri), no litoral, e Vila Verde, no interior.

Conseqüentemente, expande-se a área de exploração extrativista, com a implantação da policultura de gêneros alimentícios, em especial feijão e farinha de mandioca, consolidando a região como principal fornecedora para o Recôncavo Baiano e a Região Nordeste do Brasil.

Assim, até o século XIX a natureza extrativista e a policultura lhes confere a função de fornecedora de suprimentos para mercados externos.

Considerando o meio de transporte mais viável na época (o marítimo), cabe ressaltar a influência exercida sobre o padrão de ocupação, condicionado à presença de portos, cuja importância encontrava-se diretamente relacionada à segurança que era capaz de proporcionar. Desenvolve-se, nestes termos, a rede regional de cidades.

Ainda no século XVIII foram iniciadas as culturas do café e do cacau, fundamentais para o desenvolvimento regional, mas que não promoveram maior integração com a economia estadual, especialmente em sua fase inicial.

Introduzido em Ilhéus desde o século XVIII, foi somente no início do século XIX, e com mais intensidade no transcorrer do século XX, que o cacau alcançou relevância econômica no Extremo Sul. Em meados da década de 1950, sobressaíam em importância os municípios de Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça.

O fim do trabalho escravo é mais um grande marco na configuração socioespacial, pois a grande massa da população passa a ocupar as áreas ao longo dos principais rios, intensificando a derrubada da vegetação para implantação de culturas de subsistência e, posteriormente, de cacau.

Todo esse processo resultou na organização de comunidades formadas pela população mais pobre e com base na pequena propriedade familiar. Essas relações, baseadas na reprodução da economia camponesa e não na acumulação mercantil, perdurou na região até meados do século XX como principal conformação do padrão ocupacional.

A manutenção dessa realidade foi alimentada por várias décadas, em grande parte pela precariedade dos sistemas de transporte e comunicação e conseqüente isolamento da região, tanto interno quanto externo.

As ligações internas eram feitas, basicamente, por via marítima e as comunicações terrestres por estradas vicinais em precárias condições. A partir da década de 1950 ocorre a ampliação da rede viária com a interligação entre Salvador e o Estado do Espírito Santo através da BR-5, com mudanças significativas na circulação e no desenvolvimento intra e inter-regional.

Essa rodovia articulava todas as cidades litorâneas localizadas entre Valença e Porto Seguro, via BR-4, e detém, até os dias atuais, papel de grande importância para a economia regional e nacional, como a BR-101 e a BR-116.

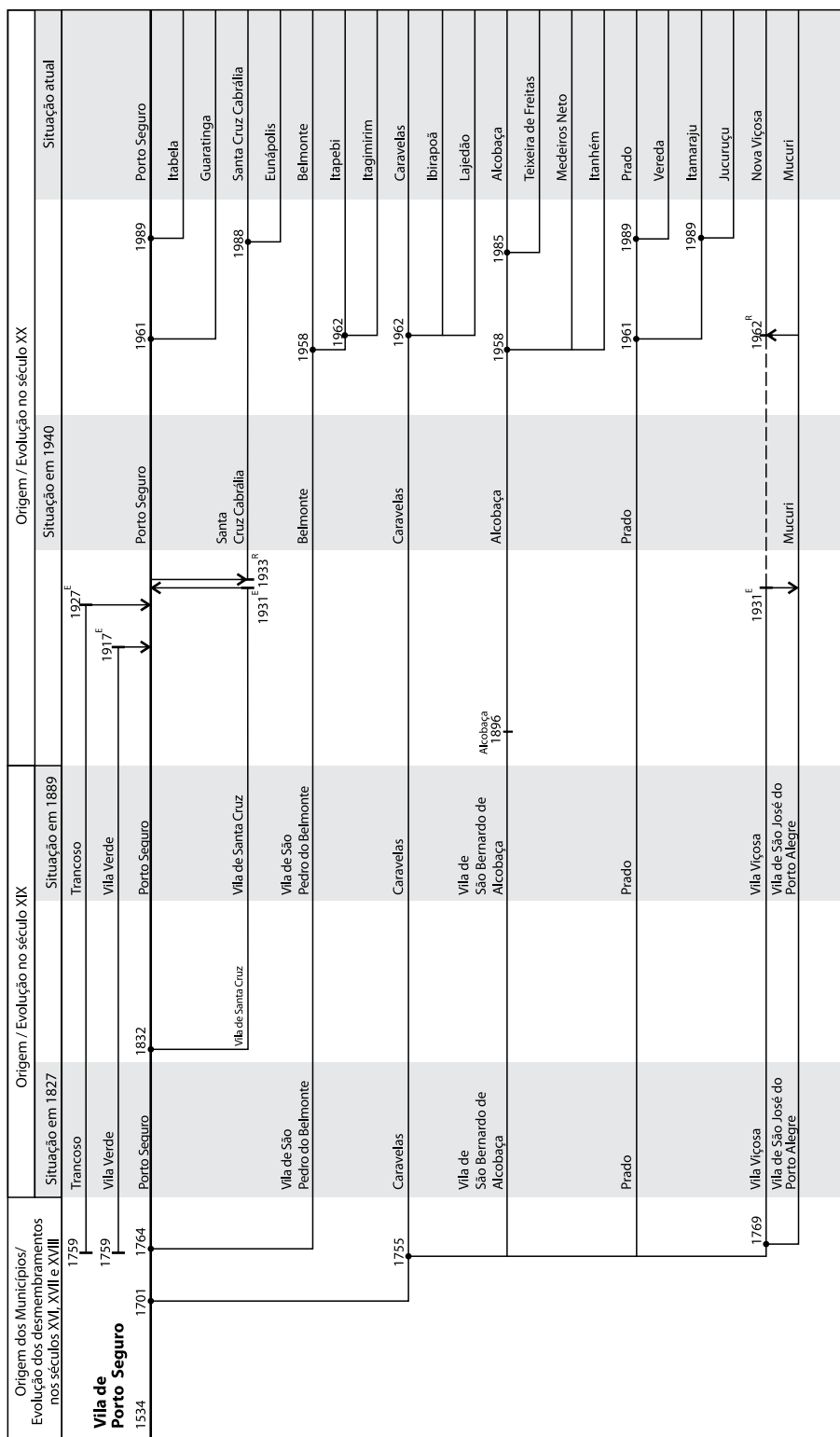
Assim, até a década de 1970 a região foi marcada por grande diversidade em sua estrutura espacial, cujas bases eram atreladas à economia agroexportadora, que, apesar dos ciclos diferenciados, em todo o tempo exerceu sua função inicial e, principalmente, com uma plataforma de produção com origens fora dos seus limites espaciais. Ou seja, em que se pese a potencialidade e a dinâmica regional, o controle econômico sempre esteve fora do alcance das lideranças locais.

A necessidade de integração da economia nacional veio mudar esse padrão socioespacial. A implantação da BR-101 na década de 1970 foi elemento fundamental neste sentido, ao acentuar os processos de interiorização da ocupação e de integração da produção do Extremo Sul do Estado com o Sudeste do país, também concorrendo para este cenário a decadência do modelo agroexportador e o início do processo de industrialização no Centro-Sul. A redução dos fluxos regionais leva à decadência a estrutura socioespacial constituída no litoral, gerando intensos impactos nos centros mais importantes.

Até a real implantação da BR-101 e, mais precisamente, o período compreendido entre 1950 e 1975, quando então são firmados os processos que consolidam uma nova base estrutural, as dinâmicas regionais voltam-se para a intensificação da exploração da madeira e para a incorporação da pecuária (esta última, de forma paulatina), iniciando a interiorização da ocupação territorial. Ao mesmo tempo em que a Região perdia, neste curto período de tempo, cerca de 40% de suas matas naturais, o município de Alcobaça já sobressaía com mais de 40% do rebanho bovino das regiões Sul e Extremo Sul do Estado (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995).

As melhorias nos sistemas de transportes e, por conseguinte, no escoamento da produção, associadas aos baixos preços das terras, proporcionaram convergência significativa de contingente populacional e de investidores, como madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais, dentre outros (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1994).

A interiorização da ocupação e a integração agrícola regional, proporcionadas pela implantação da rodovia, levaram os núcleos pioneiros situados nas suas proximidades a uma explosão demográfica, em contraste com a acentuada decadência dos antigos e promissores núcleos litorâneos. Consolida-se, assim, um novo ciclo de mudanças socioespaciais, que culminou com a evolução administrativa na década de 1980 (Figuras 06a e 6b).



Fonte: SEI, 2001.

Nota: E = Extinto; R = Restaurado

Figura 06a – Evolução administrativa

Origem dos Municípios/ Evolução dos desmembramentos nos séculos XVI, XVII e XVIII	Origem / Evolução no século XIX		Origem / Evolução no século XX		Situação atual
	Situação em 1827	Situação em 1889	Situação em 1940		
Vila de São Jorge dos Ilhéus 1534	Vila de São Jorge dos Ilhéus	Vila de São Jorge dos Ilhéus	Ilhéus		Ilhéus *
	1833	Imperial Vila de Canavieiras	Canavieiras	1962	Canavieiras *
				1991	Mascote
Vila de Santo Antônio da Jacobina 1720	Vila de Santo Antônio da Jacobina	Jacobina			Potiraguá
					Jacobina *
	07/11/1943	Conquista 1921	Conquista 1943	1943	Vitória da Conquista *
			Encruzilhada	1943 E 1952 R	Encruzilhada *
				1961 1962	Maracani
					Maquinique
					Itarantim

Fonte: SEI, 2001.
Nota: (*) - Município de origem, não está inserido na área em estudo.
E = Extinto; R = Restaurado

Figura 06b – Evolução administrativa

Todos esses processos cíclicos e históricos de construção das bases econômicas conduziram ao atual cenário socioeconômico e ao padrão estrutural do espaço, com o litoral abrigando atividades predominantemente turísticas, com suas principais cidades apresentando um forte padrão arquitetônico histórico colonial, e o interior ocupado pela indústria de papel e celulose, mas ainda prevalecendo a pecuária como principal atividade econômica na maior parte dos municípios.

A estes fatores somam-se as excelentes condições biofísicas, favoráveis para a implantação de ambas as atividades, a facilidade de adaptação das espécies voltadas para a silvicultura e os atributos naturais de características cênicas ímpares e de rara beleza.

Essas particularidades proporcionaram que atividades tão distintas concorressem para a convergência de aspectos fundamentais para um importante e significativo suporte infra-estrutural – rede viária, serviços, rede urbana, aeroportos, portos – e, assim, ampliassem as potencialidades, reduzissem custos e proporcionassem maior competitividade.

A BR-101 tem, assim, papel fundamental na estruturação do espaço regional como ponto de interligação estratégico, destacando-se as ligações com Salvador, enquanto capital estadual e centro político, com Itabuna, enquanto centro da região cacaueteira, além das ligações mantidas com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

A sua implantação proporcionou, também, o recomeço da extração de madeira sob outros moldes. Realizado de forma rudimentar até então, este novo ciclo de exploração foi caracterizado pela introdução da motomecanização e pela construção da ferrovia Bahia-Minas, para o escoamento do produto até o porto de Caravelas.

Associada a essa atividade, desenvolveu-se a pecuária bovina em um acordo de cooperação, através do qual os madeireiros extraíam a matéria-prima sem contestar a propriedade da terra que, posteriormente, era ocupada pelos pecuaristas. Enquanto aqueles “limpavam” a área, estes exploravam sua atividade com custo reduzido de implantação.

O resultado desse “consórcio extrativista” levou à destruição quase total da vegetação natural em pouco mais de uma década de atividade indiscriminada e predatória. Da densa Mata Atlântica restaram apenas alguns bolsões, muitos deles protegidos por legislação específica, a exemplo da Unidade de Conservação do Parque Nacional de Monte Pascoal (1961), da Estação Ecológica do Pau-Brasil (1969), da APA de Santo Antônio (1994), da APA da Coroa Vermelha (1993), da APA Caraíva-Trancoso (1993), além do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (1983), reconhecido como a mais rica região de recifes de corais do Atlântico Sul.

Atualmente, extensas áreas estão ocupadas por florestas homogêneas de eucaliptos, destinadas à indústria de celulose, especialmente nos tabuleiros costeiros locais de solos profundos e com baixa fertilidade.

A silvicultura surgiu como atividade econômica potencial a partir da década de 1970, com a criação do Distrito Florestal do Extremo Sul, resultado de incentivos públicos voltados para o reflorestamento na tentativa de recuperação das áreas intensamente devastadas. Entretanto,

no processo de implantação, alguns dos poucos remanescentes da Mata Atlântica foram substituídos, independentemente dos níveis de recuperação ou degradação.

Ao se confirmarem como vetores de desenvolvimento regional, a silvicultura e a indústria de papel e celulose, e mais recentemente o turismo, contribuem para alterar significativa e definitivamente o padrão de ocupação e uso do solo, elevando a região do patamar de condição econômica inexpressiva ao das mais dinâmicas do Estado, superando, inclusive, a tradicional região cacauzeira no Litoral Sul.

Ratificando essa nova realidade, Silva (2004, p. 210-211) destaca o volume de investimentos previstos pelo governo estadual no período 2002-2006. De acordo com os eixos de desenvolvimento, a região Extremo Sul foi colocada em primeiro lugar no volume total de aplicações, ressaltando, ainda, o incremento proporcionado por novos e contínuos incrementos no setor agropecuário, o que indica significativos índices junto com as regiões Oeste e Baixo Médio São Francisco, além da continuidade de investimentos na atividade turística.

No entanto, o reflorestamento contribuiu para intensificar o processo de urbanização ao reduzir a oferta de empregos na zona rural. Por sua vez, a expansão da atividade turística atrai significativo número de migrantes das mais diversas partes do para os centros regionais potenciais, especialmente para Porto Seguro, atualmente importante pólo turístico nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Esses fatores, aliados à questão política de gestão e planejamento, maximizam problemas característicos do ambiente urbano. A forma aleatória e descontrolada de ocupação das áreas urbanas e a pressão imobiliária exercida pelo turismo contribuem para o processo de favelização das cidades maiores ou de localidades tipicamente turísticas, como Arraial d'Ajuda e Trancoso.

POVOS INDÍGENAS

A importância dos povos indígenas e dos remanescentes de quilombos na ocupação do território e a herança cultural advindas destes povos motivaram sua inclusão neste estudo com destaque, visando um melhor conhecimento a respeito do processo histórico, transformações a que foram submetidos e a situação atual.

A questão indígena no Brasil tem forte relação com a ocupação do território, desde o reduzido número da população atual até a manutenção das tradições socioculturais das comunidades ainda existentes. Levando em conta um número estimado de 1 a 10 milhões de indivíduos na época da chegada dos europeus em terras brasileiras, percebe-se o impacto da colonização sobre o povo indígena (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2006).

A extinção de comunidades inteiras em curtos períodos de tempo teve como uma das causas mais diretas o processo colonizador, seja pelo combate direto através de guerras, pelo contágio por doenças até então desconhecidas e para as quais os índios não possuíam imunidade natural ou pela imposição de novos costumes.

Assim, pode-se atribuir à colonização o atual estágio de manutenção dessas culturas, haja vista a intensidade do contato com os colonizadores, especialmente no sentido leste-oeste do território, em função da concentração do processo no litoral e das dificuldades iniciais de interiorização.

Em virtude da conscientização de sua importância, a preservação e o resgate da riqueza cultural indígena têm recebido, nos dias atuais, maior atenção por parte dos organismos governamentais. Para as comunidades, o grande desafio está em garantir o direito essencial que se traduz no acesso à terra. E como a terra não é para o índio apenas o meio de subsistência, mas o que carrega todo o arcabouço sociocultural de anos de existência, assegurar a terra ao índio é, além de garantir um direito, garantir a sobrevivência física, a preservação da riqueza cultural e do rico patrimônio ambiental das áreas, além do conhecimento milenar conservado por estas populações.

Entretanto, mesmo levando em conta a sabedoria milenar e, também, o quanto é indispensável poder estar e viver na terra, há de se considerar que o índio tem hoje um grande desafio a vencer. Foram séculos de expropriação, de afastamento completo de seus domínios e, concomitantemente, de devastação das matas naturais. Não existe mais o ambiente que originou as tradições e no qual criaram raízes; assim, a forma tradicional de vida não supre as necessidades do índio moderno.

Nesse cenário, o índio tem como principal desafio a superação de dificuldades e a busca por uma nova sustentabilidade, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos e aproveitando oportunidades.

Apesar de viverem em todo o território nacional, os índios representam apenas pequena parcela da população brasileira. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a população indígena brasileira, considerando somente os índios que vivem em aldeias, é atualmente de aproximadamente 345 mil índios, distribuídos em 215 sociedades indígenas, correspondendo a 0,2% da população do Brasil. Ao contemplar aqueles que vivem fora de terras indígenas, em áreas urbanas, calcula-se um acréscimo entre 100 e 190 mil pessoas, e, além destes, considera-se ainda a existência de cerca de 53 grupos não contatados e de outros tantos que buscam reconhecimento oficial da condição de povo indígena.

No entanto, mesmo com a relevância com que a questão indígena passou a ser tratada nos últimos anos, a garantia do direito à terra tem encontrado muitos empecilhos. Diversas são as comunidades que pleiteiam junto aos organismos competentes a homologação de terras, porém muito poucas tiveram seus anseios atendidos. Os resultados podem ser mensurados através dos muitos conflitos por terras entre índios e brancos, inclusive pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na região estudada, cinco municípios possuem povos indígenas, os pataxó e os tupinambá, como pode ser visto na Tabela 03, mas apenas as Terras Indígenas de Coroa Vermelha e de Imbiriba, município de Porto Seguro, foram homologadas, esta última em 13 de março de 2007.

A história regional reproduz, em outra escala, os acontecimentos em âmbito nacional. A colonização e ocupação do território objetivando o “povoamento de áreas desabitadas” se deram de forma intensa e com conseqüências também marcantes.

Tabela 03
Povos indígenas

Povo indígena	Município	Terra indígena e comunidades	Situação jurídica	Área (ha)	População
Tupinambá de Belmonte	Belmonte	Terra indígena Tupinambá de Belmonte	Tradicional, sem providência (a identificar) parcialmente Sub-Júdice
	Belmonte	Comunidade Patiburi	Tradicional, sem providência (a identificar) parcialmente Sub-Júdice	...	74
	Itamaraju	Terra Indígena Monte Pascoal		*75.000	...
		Comunidade Trevo do Parque	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub-Júdice	...	143
		Comunidade Aldeia Nova		...	99
		Comunidade Pé do Monte		...	127
	Porto Seguro	Terra Indígena Monte Pascoal		*75.000	...
		Comunidade Barra Velha		8.627	1.639
		Comunidade Meio da Mata	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub-Júdice	...	248
		Comunidade Boca da Mata		...	873
		Comunidade Guaxuma		...	190
		Terra Indígena Imbiriba	Tradicional, regularizada (homologada)	398	312
		Terra Indígena Coroa Vermelha	Tradicional, regularizada (homologada), a revisar, parcialmente Sub-Júdice	*1.492	*3.967
		Terra Indígena Aldeia Velha	Tradicional, em regularização (em identificação), parcialmente Sub-Júdice	2.500	636
	Prado	Terra Indígena Monte Pascoal		*75.000	...
		Comunidade Águas Belas		1.189	203
		Comunidade Craveiro		...	135
		Comunidade Corumbauzinho		2.000	266
		Comunidade Alegria Nova	Tradicional, parcialmente regularizada (em identificação), Sub-Júdice	...	57
		Comunidade Barra do Cahy		...	192
		Comunidade Córrego do Ouro			110
		Comunidade Tauá			240
		Comunidade Tibá			247
		Comunidade Pequii	
	Santa Cruz Cabralia	Terra Indígena Coroa Vermelha	Tradicional, regularizada (homologada), a revisar, parcialmente Sub-Júdice	*1.492	*3.967
		Terra Indígena Mata Medonha	Tradicional, regularizada (homologada/ registrada), a revisar	550	161

Fonte: ANAI-BA/Funasa, 2007.

Nota: (*) Área e População distribuídas entre dois ou mais municípios.

Nessa região em particular, os povos indígenas participaram ativamente do processo de ocupação territorial, desde o primeiro contato dos europeus, em 1500; a carta de Pero Vaz de Caminha traz citações específicas e incisivas a respeito de sua presença.

Como primeiros moradores temos os pataxó e os maxakalí, na área compreendida entre os rios João de Tiba e São Mateus, vivendo em certa sintonia. Os maxakalí ocuparam as terras

onde hoje se localiza a divisa da Bahia com Minas Gerais, enquanto os pataxó se concentraram no litoral. Ao norte, no vale do rio Jequitinhonha, mais para o interior, concentravam-se os índios botocudos, além dos kamakãs junto a então vila de Belmonte. De acordo com alguns estudiosos, essa teria sido a região original de concentração do tronco macro-jê, que agrega as famílias botocudo, puri, kamakã e maxakalí, que, por sua vez, abarca a língua pataxó. Desta forma, pode-se compreender a riqueza lingüística e cultural aí existente.

Reconhecido como tupi, o povo do litoral que dominava, dentre outros, o atual território correspondente aos municípios de Porto Seguro, Belmonte e Santa Cruz Cabralia, vivia concentrado em comunidades que poderiam chegar aos milhares de indivíduos e possuíam um sistema mais sedentário de vida, com roças de milho e mandioca, a caça e a pesca. Formavam aldeias, povoações estáveis com relativa complexidade social e territorial.

O sedentarismo transformou-se no grande trunfo dos europeus para a conquista dos índios, ao contrário do que houve com os povos do oeste, que eram nômades e viviam em pequenos grupos dispersos. Das aldeias missionárias litorâneas, que no século XVI contavam mais de uma dezena apenas nas proximidades de Porto Seguro, apenas duas sobreviveram, e com centenas de perdas; foram elas a de São João Batista e a de Patatiba, atualmente Trancoso e Vale Verde, respectivamente. Já nesse século constata-se a inexistência de índios livres no litoral baiano.

A área correspondente ao Extremo Sul da Bahia e ao vale do Jequitinhonha tem no século XIX o ápice desse processo. No Extremo Sul, no início e meados do século XIX, a grande maioria da população indígena estava concentrada nas vilas litorâneas, desde Santa Cruz Cabralia até Mucuri, de onde foi removida posteriormente e concentrada em uma única aglomeração, próxima à foz do rio Corumbau. Esta teria sido a origem da aldeia pataxó de Barra Velha, antigo Bom Jardim.

Em suma, o cenário da real formação dos povos indígenas da região do rio Jequitinhonha e do Extremo Sul da Bahia possui, desde o início, grande complexidade. Uma série de conflitos cujas vítimas, os poucos remanescentes, estão espalhados pelo território nacional, exigindo do governo a retratação histórica de sua identidade físico-cultural – segundo eles, possível a partir da devolução de suas terras.

A manutenção dessa condição de instabilidade amplia a distância entre as comunidades indígenas e os brancos. Além dos mesmos conflitos existentes nas demais regiões do Brasil, somam-se, nesta região, aqueles relacionados à existência de Unidades de Conservação (UC's) com sobreposição a terras indígenas – a exemplo do Parque Nacional do Monte Pascoal com a terra Barra Velha e o plantio de eucaliptos –, seja nas áreas das empresas ou na forma de fomento florestal.

Na busca pelos seus direitos e com a consciência ambiental ampliada, as comunidades reconhecem e denunciam o sistemático desrespeito à legislação ambiental. Problemas como a invasão dos limites de suas terras, ainda não legalizadas por vezes; o avanço descontrolado do eucalipto, inclusive próximo aos limites das Unidades de Conservação; a destruição da vegetação nativa; a mobilização de terra, que altera completamente o relevo e, com isso, as nascentes e fontes hídricas, dentre outros.

A vocação turística da região desponta como uma das oportunidades de sobrevivência para as comunidades indígenas, principalmente as mais organizadas. Observa-se nos centros regionais mais importantes, que exploram o turismo como atividade econômica, alguns núcleos convivendo nas proximidades de suas áreas urbanas, onde procuram comercializar o artesanato que produzem.

A comunidade indígena de Barra Velha, por exemplo, tem núcleo instalado bem próximo ao povoado de Caraíva no qual foi erguido um centro comunitário voltado para o atendimento ao turista. Entre as cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália cita-se, também, a comunidade de Coroa Vermelha, ocupando uma faixa do litoral (neste caso com localização estratégica entre as duas zonas urbanas), com grande e rico comércio de artesanato margeando a rodovia. Outros núcleos também exploram o artesanato, entretanto, seja em função da localização ou por possuírem bases mais organizadas, estes dois ressaltam no conjunto.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Os remanescentes de quilombos no Brasil são também denominados de mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidade quilombola ou terras de preto, constituindo precioso patrimônio cultural e territorial. Esta riqueza e sua importância são, na maioria das vezes, desconhecidas da população e, também, do próprio Estado, cujo papel é proteger e salvaguardar.

Hoje, a autodenominação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos se dá em razão dos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas específicas, que as distinguem de outros setores da coletividade nacional.

O descaso e/ou ignorância de boa parte dos administradores e da população com relação às tradições culturais trazidas do continente africano por seus antepassados, e até hoje mantidas em boa parte dessas comunidades, fazem com que toda essa riqueza corra risco iminente de extinção.

A constituição de 1988 traz, em seus artigos 215 e 216, clara referência à necessidade de manutenção dessas comunidades e à preservação dos seus valores culturais ao afirmar que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, além de considerar imprescindível o território em que vivem, determinando que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

Além disso, o disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ratifica os artigos constitucionais anteriormente citados ao afirmar que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Não obstante o reconhecimento legal de seus direitos, as diversas comunidades remanescentes de quilombos existentes no território brasileiro são vítimas dos mais diversos tipos de violência que atentam, diretamente, aos mais básicos dos direitos: o da terra, da morada

e da sobrevivência física e cultural. O problema perpassa, necessariamente, pela questão fundiária, pois as comunidades não possuem nenhum documento que indique a posse da terra ou sua descendência quilombola, e, historicamente, a questão fundiária no território brasileiro é sinônimo de incerteza e longos e demorados processos.

Apesar do tempo de vigência, a legislação pouco fez por essas comunidades em função da demora (ou falta) de sua aplicação. Poucos avanços foram registrados no Brasil. Do total de 2.228 comunidades remanescentes de escravos, segundo o Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade de Brasília (UnB), o Maranhão é o estado com o maior número de comunidades, 642; a Bahia ocupa o segundo lugar com 396 comunidades, e o Pará, o terceiro, com 294 comunidades, respectivamente, 28,8%, 17,8% e 13,2% das comunidades identificadas e mapeadas. Entretanto, deste total, ainda segundo o CIGA, apenas 3,1%, 70 comunidades negras, foram pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em todo o Brasil.

De um total de 396, no Estado da Bahia apenas 01 (uma) comunidade quilombola tem seu território regularizado, a comunidade Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa.

Essa realidade produz circunstâncias cujas proporções não podem ser mensuradas. As comunidades vivem em situação de grande vulnerabilidade e insegurança, não somente quanto à posse das terras, que, por si, proporcionaria melhores condições de trabalho e renda, mas, também, quanto a problemas gerados pela precariedade no atendimento a exigências básicas – como saúde, educação, infra-estrutura, locomoção – que proporcionem o mínimo de qualidade de vida, além de conflitos com os pretensos proprietários dos imóveis, que a qualquer custo querem tirá-los das terras.

Nas Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha algumas dessas comunidades persistem ao tempo e às inovações de ordem econômica implantadas, especialmente a expansão da monocultura do eucalipto. No entanto, a grande maioria sucumbiu às dificuldades presentes em quase todas elas e que, muitas vezes, têm como base a demora no reconhecimento como remanescente de quilombo, na certificação e registro das terras.

A falta dessas ações impossibilita a exploração da agricultura e pecuária familiar como fonte de sustento, e faz com que os quilombolas sofram os mais diversos tipos de pressão para saírem das terras. A ausência de políticas públicas também contribui para o estabelecimento desse quadro de inconstância, violência e insegurança.

Entre os municípios estudados, aquele que registra o maior número de comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares como remanescentes de quilombos, encontradas na literatura pesquisada, é o de Nova Viçosa. São comunidades remanescentes de quilombolas: Rio do Sul, Volta Miúda, Mutum, Naiá, Cândido Mariano, Helvécia – com certidões de auto-reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, emitida pela Fundação Palmares, conforme decreto federal 4887/2003 – e Maitá (todos em Nova Viçosa), Bacalhau (Caravelas), Espora Gato (Caravelas) e Vila Juazeiro.

A ausência de documentos e registros dessas comunidades dificulta o seu estudo e, muitas vezes, a indicação de sua existência é feita por moradores da região. Dessa forma, a precisão na localização e sua história ficam comprometidas, o que faz com que boa parte seja somente citada, enquanto outra é omitida por falta de um mínimo de informações. Mas, um fato em comum entre todas elas, citadas ou não no presente texto, é a descaracterização territorial e cultural pela qual passaram durante tantos anos de abandono e indiferença da sociedade e dos organismos governamentais.

Convém mencionar a comunidade de Helvécia, no município de Nova Viçosa, em razão de estar presente na literatura e de ter sido visitada durante as pesquisas de campo.

Helvécia é considerada um dos primeiros quilombos da história afro-brasileira, e a análise de sua história fornece importantes elementos para a compreensão da distribuição dos africanos e sua participação na formação da cultura regional.

Segundo Lucchesi e Baxter (2006), a origem da comunidade data do ano de 1818, quando o Governo Central do Brasil concede a três colonos alemães as sesmarias ao longo do rio Peruípe, doze léguas acima de Nova Viçosa, comarca de Caravelas. Junto com outros colonos suíços e franceses fundaram a Colônia Leopoldina, que se tornou, em meados da década de 1850, responsável por cerca de 90% da produção do café brasileiro. Em um período em que a escravidão sofria fortes pressões, a Colônia foi um dos últimos empreendimentos que utilizou mão-de-obra escrava.

Com uma população de cerca de 200 brancos (suíços, alemães, franceses e brasileiros) e 2.000 negros, prosperou como empreendimento até que uma combinação de fatores, desde a abolição da escravatura em 1888 até a expansão da cultura do café em outras regiões, conspirou para a decadência e a expulsão de praticamente todos os colonos.

A abolição levou muitos ex-cativos a se instalarem nas terras vizinhas das plantações de café nas quais trabalharam e a implantarem culturas de subsistência. O centro da antiga colônia daria forma à localidade denominada Helvécia, e seus habitantes viveriam em função da construção da Ferrovia Bahia-Minas, cuja inauguração ocorreu no ano de 1897. Com isso, muitos ex-cativos, descendentes diretos dos escravos do café, se instalaram na localidade, marcando forte presença na composição étnica até os dias atuais.

Ainda segundo os autores, a manutenção dos costumes e características quilombolas da comunidade foi preservada ao longo do tempo por diversos fatores intrínsecos. Dentre eles, citam o fato de a localidade permanecer relativamente isolada e não dispersar pela região, ao se agrupar na sede da antiga Colônia Leopoldina. Esse relativo isolamento começou a se quebrar com a saída de diversas pessoas, basicamente os mais jovens, que buscavam as cidades mais promissoras da região na tentativa de melhoria na qualidade de vida.

Assim, apesar da relativa manutenção de costumes e características originais – da mesma forma que as demais comunidades, mas talvez com menor intensidade – o que se observa é que também a comunidade de Helvécia encontra-se muito descaracterizada em suas origens. A necessidade do amparo legal torna-se, assim, ainda mais urgente, com o intuito de resgatar sua essência, além de fazer valer o direito adquirido.

USO DA TERRA

Este mapeamento tem como referência o estudo anterior “Uso das Terras do Centro Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia”, integrante desta série, no qual se inclui a área contemplada neste estudo (CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES, 1994). A espacialização do uso no referido trabalho identificou as pastagens como o padrão predominante, seguido pela vegetação natural, incluindo os remanescentes de florestas e a vegetação secundária em vários estádios de regeneração. Posteriormente aparecia a silvicultura, em fase de expansão, nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, ocupando preferencialmente os topos dos tabuleiros, com plantios de eucalipto quase exclusivamente na margem direita (sentido norte) da BR-101 até o limite da Planície Litorânea.

Nessa atualização as pastagens continuam ocupando a maior extensão da área mapeada, entretanto, registrou-se uma redução considerável em razão do avanço da silvicultura, sendo substituída pela monocultura de eucalipto, constituindo o segundo maior padrão de uso em extensão, suplantando a vegetação natural, que também foi subtraída para dar lugar a novas pastagens, culturas e eucalipto. As empresas reflorestadoras continuam ampliando as áreas reflorestadas buscando suprir demandas das duas unidades industriais de celulose presentes na região.

Na espacialização anterior, o eucalipto encontrava-se restrito a quatro municípios e em posição específica na paisagem, ocupando exclusivamente os tabuleiros, avançando atualmente em outras posições e direções. Ele encontra-se presente em quase todos os municípios que compõe a região, sendo que em Itamaraju, Itanhém e Ibirapoã foram criadas leis municipais que proíbem o seu plantio. Nos demais municípios a tendência é a expansão, uma vez que o eucalipto oferece vantagens econômicas superiores às da pecuária, especialmente para aqueles proprietários inseridos nos programas de fomento das empresas reflorestadoras, e que em sua maioria vêm praticando a silvicultura consorciada com a pastagem.

Atualmente, a exploração florestal voltada para a produção de celulose, no Extremo Sul, se constitui um vetor de desenvolvimento responsável pela transformação que vem ocorrendo no espaço agrário, promovendo mudanças de forma radical na estrutura de ocupação da terra, gerando impactos relevantes na organização socioeconômica regional.

Em relação aos espaços ocupados com as culturas permanentes e temporárias, no estudo anterior foram identificadas manchas de cacau ao longo das planícies aluviais dos rios Jequitinhonha e Mucuri, e cana-de-açúcar concentrada no sudoeste e centro norte da área. Contudo, nas unidades de pastagem foram inseridas pequenas áreas com culturas de mamão, café e cana-de-açúcar, não sendo individualizadas em razão da pequena extensão das manchas e da escala do trabalho.

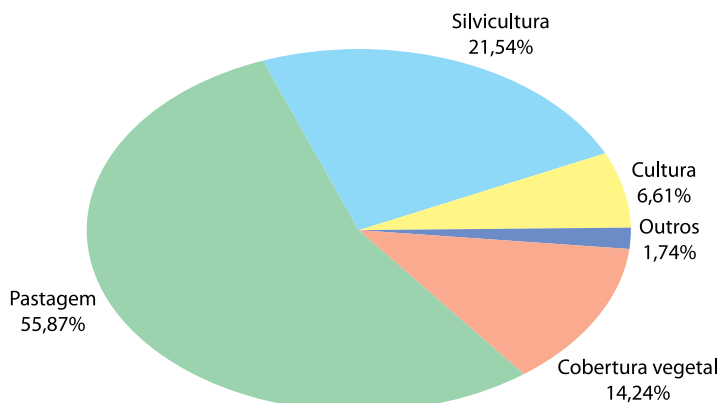
Na atualização verificaram-se mudanças nas áreas ocupadas com as culturas. No caso do cacau, ocorreu uma retração provocada pelos problemas fitossanitários, porém, há sinais de recuperação, pois se trata de uma cultura rentável com mercado garantido, além de preservar espécies da Mata Atlântica, conhecidas como mata cabrucada. As culturas do café, mamão, coco-da-baía e cana-de-açúcar se expandiram, sendo que a cana-de-açúcar tem perspectivas de ampliação em razão do programa de governo para a produção de etanol com vistas ao mercado externo.

Também ocorrem áreas policultoras nas pequenas propriedades e, principalmente, nos assentamentos da reforma agrária onde se desenvolve uma agricultura familiar, com cultivos comerciais e de subsistência, dos quais se pode destacar o urucum, o maracujá, a pimenta do reino, a mandioca, o coco-da-baía, etc.

Além da atividade agrosilvopastoril, os extrativismos vegetal e animal ocorrem geralmente de forma não sustentável, especialmente o vegetal, havendo registros de cortes de espécies da Mata Atlântica e caça de animais silvestres.

Na espacialização dos padrões de uso, objeto deste trabalho, a pastagem é o padrão predominante, a silvicultura aparece em seguida, em lugar da vegetação natural, que passou a ocupar o terceiro lugar com manchas expressivas de vegetação secundária, sendo que a vegetação primária está restrita quase que exclusivamente às reservas legais, unidades de conservação e topos de morros; por último estão representadas as culturas, que apesar de ocuparem uma extensão relativamente menor, desempenham importante papel econômico e social na absorção de mão-de-obra.

O Gráfico 01 a seguir mostra a distribuição dos padrões agrosilvopastoris identificados na área. Foram levantadas e analisadas também atividades econômicas pontuais relevantes na região, como: indústrias, exploração mineral e pesca, além das unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária incluídas como outros usos.



Fonte: SEI, 2008

Gráfico 01 – Padrões de uso e cobertura vegetal

CULTURAS

As culturas ocupam cerca de 6,61% da área mapeada, mas este percentual não traduz a dimensão real ocupada por este padrão, considerando que as manchas identificadas no mapeamento representam aquelas cuja dimensão permitiu sua espacialização e as demais estão inseridas em unidades de pastagem.

As características climáticas da região, com precipitação bem distribuída durante todo ano e temperaturas amenas, aliadas aos fatores edáficos e topográficos, se coadunam e propiciam o desenvolvimento de culturas permanentes e temporárias, que serão comentadas neste capítulo.

Cacau

O Brasil, até a década de 1920, foi o maior produtor de cacau do mundo, e teve sua “fase de ouro” entre 1976 e 1985, quando o governo lançou o Programa de Expansão da Lavoura Cacaueira, executado pela Ceplac, que aumentou consideravelmente a área plantada e incentivou o uso de insumos com o objetivo de aumentar a produção e colocar o País novamente no primeiro lugar do ranking mundial. Entretanto, a partir de 1985 começaram os problemas da cacaucultura: os preços caíram no mercado internacional, ocorreram anos sucessivos de seca e, para selar a crise, a lavoura foi contaminada com a vassoura-de-bruxa.

A cultura do cacau tem vivenciado, ao longo do tempo, crises cíclicas, na sua maioria relacionadas com os preços no mercado internacional. Entretanto, nenhuma comparável ao desastre provocado pela infecção com o fungo fitopatogênico *Moniliophthora perniciosa*, antes chamado de *Crinipellis perniciosa*, conhecido por vassoura-de-bruxa, que chegou à Bahia em 1989, provavelmente vindo da Região Amazônica.

As perdas provocadas pela vassoura-de-bruxa não têm precedentes, chegando a reduzir em mais de 60% a capacidade produtiva da cultura do cacau, o que veio culminar, em 1998, com uma produção insuficiente para atender à demanda interna, fato que levou o Brasil a trocar de posição, passando de grande exportador a importador.

A produção de cacau em 1988, antes da vassoura-de-bruxa, foi de 390 mil toneladas, caindo para 123 mil toneladas em 2000. Esta queda de produção causou impacto em toda a região produtora de cacau, transformando, em curto espaço de tempo, áreas prósperas em ambientes decadentes, com fortes reflexos no comércio e, principalmente, nos níveis de desemprego, provocando o deslocamento dessa mão-de-obra para as periferias das cidades, motivando o aparecimento dos bolsões de miséria, a exemplo do Baianão, em Porto Seguro.

A Bahia possui extensas áreas com características favoráveis ao *Theobroma cacao* ou cacau, com clima quente e úmido e solos argilo-arenosos. Por ser uma espécie ombrófila, o cacau vegeta bem em locais sombreados e úmidos, tendo como áreas preferenciais os sub-bosques e a mata raleada, encontrando no Sul e Extremo Sul da Bahia o ambiente da Mata Atlântica propício ao seu desenvolvimento.

A importância econômica do cacau é inquestionável, e o sistema denominado de cacaucabruca tem contribuído para a conservação do ambiente, especialmente das espécies

da Mata Atlântica, o que faz do cacau uma cultura ecológica. Por outro lado, as folhas dos cacaueiros formam uma serrapilheira, espécie de assoalho constituído de matéria orgânica, devolvendo ao solo parte do que retira, além de proteger da erosão e manter o equilíbrio ecológico, harmonizando a fauna, a flora e a atividade econômica.

Na área de estudo foram mapeadas duas unidades: Cp1 e Cp2. Na primeira o cacau ocorre em unidades simples, concentrado em manchas significativas, identificadas ao longo dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Jucuruçu, superfícies úmidas formadas por solos aluvionais cujas propriedades correspondem às exigências desta cultura. Também se registram ocorrências em pequenos vales dos rios Água Fria, no município de Itanhém (Foto 01), e Água Limpa, em Jucuruçu. Na unidade Cp2 o cacau aparece associado a outras culturas e à pastagem, não sendo possível individualizar devido à escala do trabalho; é significativo nos municípios de Guaratinga, Itamaraju e Itabela. Ressalta-se ainda que a cultura do cacau desempenha papel importante na geração de emprego e renda.



Fonte: Agecom / Alceu Elias

Foto 01 – Cacau no vale do rio Água Fria, Itanhém

A Bahia é o maior produtor de cacau do País e o quinto na escala mundial. O Extremo Sul apresentou em 2006 uma produção de 17.244 toneladas, equivalente a 11,6% da produção do estado. Através dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, no período de 2002 a 2006, observa-se que nos principais municípios produtores a área e a produção de cacau se mantiveram quase inalteradas, o que demonstra que a cultura se mantém com certo equilíbrio, após grande período de perdas, à exceção de Mucuri, que teve uma queda significativa na produção, como se observa nas tabelas 04 e 05.

Tabela 04
Área plantada com cacau – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Área (ha)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Belmonte	11.875	11.875	11.875	11.875	12.736
Guaratinga	7.576	7.576	7.576	7.576	8.441
Itabela	3.580	3.580	3.580	3.580	3.981
Itamaraju	15.765	15.783	15.783	15.783	13.044
Itapebi	4.480	4.480	4.480	4.480	5.242
Mucuri	3.316	3.305	3.074	3.100	3.644

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 05
Produção de cacau – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Belmonte	2.375	2.375	2.375	2.375	3.291
Guaratinga	3.501	3.501	3.501	3.501	3.008
Itabela	1.193	1.193	1.193	1.193	1.150
Itamaraju	5.266	5.919	4.893	5.208	3.480
Itapebi	1.062	1.062	1.062	1.062	1.083
Mucuri	1.658	1.652	1.537	1.550	300

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Hoje a cacaucultura está em compasso de recuperação. O governo do estado, através do Plano Executivo de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio da Região Cacaueira do Estado da Bahia, vem investindo nesta direção e, apesar da região do Extremo Sul não estar inserida na área *core* do cacau, vêm sendo executadas ações que prevêm a recuperação e revitalização da lavoura cacaueira e principalmente, a diversificação das culturas.

Entre as ações está a distribuição de mudas de cacau clonado por meio do Programa Mata Verde e outras mudas mais resistentes a pragas e de alta qualidade, originárias da Biofábrica, além de novas tecnologias para o manejo da cultura, tendo como alvo os pequenos produtores e os assentamentos rurais da reforma agrária.

Café

O café é originário da Etiópia e no início do século XVIII foi introduzido na América por colonizadores franceses através das Guianas. Em 1727, o café começou a ser cultivado no norte do Brasil; a partir daí, devido às condições climáticas, seu cultivo foi disseminado em outras regiões e num espaço relativamente curto de tempo o País passou a ser o maior produtor mundial, a despeito de ter passado por várias crises.

A princípio, o café ficou concentrado nos estados do Paraná e São Paulo, entretanto, após a devastadora geada ocorrida em 1975, que danificou grande parte dos cafezais, o governo promoveu incentivos favorecendo o desenvolvimento desta cultura em outros estados, especialmente Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, em áreas com potencial pedoclimático.

Em 2006, a safra anual do café no Brasil atingiu cerca de 2,5 milhões de toneladas, mantendo o País na liderança do mercado mundial, sendo responsável por 30% do mercado de café em grãos e investindo no aumento das exportações de café torrado e moído, com maior valor agregado. Também, é o segundo mercado consumidor, perdendo apenas para os Estados Unidos. O estado da Bahia obteve 149.800 toneladas de café em 2006, o que corresponde a 5,8% do total produzido no País.

No estado, três áreas se destacam e se consolidam como produtoras: a do Planalto, no sudoeste, a mais tradicional; a Oeste, com grandes extensões de café irrigado, ambas produzindo o café Arábica; e a litorânea, com o cultivo do café Robusta da variedade Conillon. No parque cafeeiro do estado o café Arábica é predominante, correspondendo a 76% da produção, sendo que 95% deste café são da variedade Catuaí e os 24% restantes são de café Robusta.

O café Arábica se desenvolve em altitudes entre 900 a 2.000 mil metros e temperaturas entre 18°C e 22°C. As qualidades relacionadas são o aroma forte, frutos de sabor levemente amargo e teor de cafeína relativamente baixo, entre 0,9% e 1,5%, sendo direcionado para compor bebidas finas. As referidas características colocam esta variedade com maior aceitação no mercado e, conseqüentemente, com maior valor comercial que as demais.

Das variedades do café Arábica, a Catuaí tem sido a preferida para o plantio pela boa adaptação, produtividade e maior resistência à ferrugem, apresentando vantagens quanto ao porte baixo, que facilita o manejo, especialmente na fase da colheita, além do valor econômico, o que explica a predominância da variedade no estado.

O café Robusta variedade Conillon é originário de regiões baixas, quentes e úmidas, vegetando bem entre 22°C e 26°C de temperatura, precipitação de 1.000mm 2.000 mm anuais e altitude máxima de 500m, razão pela qual na região predomina esta variedade. Na sua composição são encontradas mais substâncias solúveis, açúcares e o dobro da cafeína existente na variedade Arábica. Da produção, quase 80% destinam-se à fabricação de solúveis e composição de *blenders*. Também, apresenta maior resistência às intempéries climáticas, é menos dependente do uso de agrotóxico e tem custo de produção menor. Por ser uma variedade menos cultivada, há baixa oferta mundial, entretanto, atualmente registra-se uma demanda em ascensão, fato que abre perspectivas para os produtores desta *commodity*, que tem os Estados Unidos e o Japão como os maiores importadores.

No Extremo Sul as condições edafoclimáticas possibilitaram o desenvolvimento do café Conillon, com a ampliação do cultivo com esta variedade de 5.000 hectares em 1990 para

20.984 hectares em 2006, e uma produtividade superior a 20 sacas por cada hectare cultivado, atraindo cafeicultores de outros estados, especialmente do Espírito Santo.

Na área, a cultura do café está espacializada como unidade de mapeamento Cp3, que identifica as ocorrências nos municípios de Prado, Itamaraju, Eunápolis, Jucuruçu e Itabela (Foto 02). Nestes espaços, esta cultura, por sua concentração, foi individualizada. Também o café se evidencia em pequenas propriedades policultoras e assentamentos rurais, geralmente em pequenas parcelas.



Foto 02 – Café, Itabela

De maneira geral, observa-se que o cultivo do café é desenvolvido com uso de técnicas agrícolas por vezes com uso da irrigação, que é utilizada de forma complementar. Do ponto de vista de absorção de mão-de-obra é importante e gera um emprego a cada hectare cultivado, enquanto o eucalipto a cada 183 hectares.

Para melhor dimensionar a área e a produção de café no Extremo Sul, foram selecionados os principais municípios produtores da região, uma vez que a maior parte das manchas de café não é mapeável na escala do trabalho, complementando-se a informação com os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM). Dentre os municípios que apresentam melhor desempenho se destacam Prado e Itamaraju, os maiores produtores de café na região (tabelas 06 e 07).

Tabela 06
Área plantada com café – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Área (ha)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Eunápolis	900	920	910	925	1.110
Itabela	1.900	1.952	1.952	1.985	2.340
Itamaraju	3.350	3.780	3.980	3.980	3.980
Jucuruçu	1.780	1.780	1.780	1.780	1.790
Prado	4.900	5.260	5.310	5.310	5.310

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 07
Produção de café – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Eunápolis	540	552	552	555	666
Itabela	1.140	1.170	1.140	1.191	1.404
Itamaraju	5.695	5.216	6.368	6.209	6.368
Jucuruçu	2.314	2.225	2.563	2.470	2.506
Prado	8.330	7.627	8.762	8.602	8.655

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Da análise do período entre 2002 a 2006, conclui-se que o café teve crescimento relativamente pequeno e quase uniforme nos principais municípios produtores, totalizando em 2006, para toda a região cultivada, 20.984 hectares com colheita de 25 mil toneladas, correspondendo a 16,7% do café produzido no estado.

Entre os municípios cafeicultores de Itabela e Jucuruçu, observa-se uma variação na produtividade no período de 2002 a 2006. Jucuruçu colheu uma média de 2.000t (duas mil toneladas) de café em uma área plantada de aproximadamente 1.780ha. O município de Itabela colheu pouco mais de mil toneladas no mesmo período e utilizando área semelhante, o que leva a deduzir que algum fator interfere nos resultados. Verificou-se que em Itabela predominam solos de baixa fertilidade do tipo Latossolo, com alto índice de acidez, características que contribuem para a baixa produtividade. Já em Jucuruçu ocorrem solos mais férteis, do tipo Argissolos eutróficos (Podzólicos), o que possibilita melhores rendimentos. Além disso, o manejo com tratos culturais adequados é importante para obtenção de bons resultados em qualquer lavoura, e no caso específico do café, imprescindível.

O café é uma cultura importante dentro das exportações, além de ser geradora de empregos diretos e indiretos. No estado a cultura tem possibilidades de crescimento em todos os pólos cafeeiros, principalmente na região do cerrado.

Coco-da-baía

O coco-da baía – *Cocos nucifera* L., da família das Palmáceas, tem origem asiática, é típico de clima tropical e foi introduzido no Brasil por volta de 1553. Ocupa preferencialmente áreas onde a precipitação média fica em torno de 1.600mm/ano temperatura média acima de 22°C, radiação solar superior a 2.000h/ano, umidade relativa acima de 60%, altitude limite de 600m e é tolerante à presença ligeira de sais solúveis e sódio no solo, fatores que justificam sua preferência pelas zonas costeiras.

O coqueiro é uma cultura permanente, ocupa preferencialmente a zona intertropical do planeta e desempenha papel importante na geração de renda, na alimentação e na produção de mais de cem produtos. O coco é cultivado em quase noventa países, se destacando nas Filipinas, Indonésia e Índia, tanto na produção quanto na comercialização.

No Brasil, o coco está classificado entre as frutícolas fornecedoras de óleo com grande potencial para se inserir na matriz energética. O coqueiro vegeta bem em vários ambientes, especialmente nas zonas costeiras, onde os solos arenosos e a forte luminosidade são fatores que contribuem para seu desenvolvimento, principalmente ao longo do litoral nordestino.

Das variedades cultivadas no Brasil e na Bahia, o coco anão verde se destaca, sendo plantado em maior escala por ser mais indicado para exploração comercial. Em razão da sua precocidade, florescendo a partir dos três anos, tem maior produção de frutos, o que possibilita o retorno do investimento com maior rapidez. Além disso, tem maior aptidão para o consumo da água *in natura* ou envasada, em função do melhor sabor e quantidade em relação ao coco gigante, e ainda seu porte facilita a colheita.

A variedade *Typica* (Var. Gigante) tem o ciclo tardio. Floresce por volta dos sete anos, pode atingir 35 metros de altura e tem maior quantidade de polpa; por esta razão é indicada para a agroindústria alimentícia. O coco híbrido, obtido através do cruzamento entre a variedade anã verde do Brasil do Jequi (AveBrJ) e a Gigante do Brasil da Praia do Forte (GBrPF), tem dupla finalidade: fornecer coco para a agroindústria e para consumo *in natura*. A produção desta variedade ainda é pouco expressiva, entretanto, tem-se confirmado o avanço em função da sua dualidade, permitindo ao produtor duas alternativas de comercialização. Por ser mais exigente, se faz necessário investimento para melhoria da capacidade produtiva dos solos, por isso são cultivados em médias e grandes propriedades, podendo alcançar produtividade superior a 100 frutos/planta/ano.

O potencial para produção de óleo de coco também varia em função do cultivar; a variedade híbrida, se tiver manejo e tratos culturais bem conduzidos, poderá produzir cerca de 4 toneladas de óleo ha/ano, ao passo que o Gigante produz em torno de 1,2 toneladas de óleo ha/ano.

Do coco tudo é aproveitado: rico em proteína e vitaminas, a água é saborosa e considerada um isotônico natural pela sua riqueza em sais minerais; a polpa é utilizada na culinária, extração do óleo, cosméticos, detergentes, fluidos para freios, cortiça isolante; da casca fabrica-se cordas, tapetes, vestuários, sacarias, encostos de veículos, cosméticos, adubo orgânico e outros.

Mais recentemente, o coco aparece na lista dos biocombustíveis, por tratar-se de uma fonte renovável, adaptável a vários ambientes, o que contribui para a sua introdução na matriz energética, além de possuir grande potencial para produção de óleo, especialmente o híbrido, que pode chegar a 4.000kg por hectare.

O agronegócio do coco-da-baía no Brasil tem tido uma grande expansão. De 1990 a 2006 registrou-se um grande incremento na produção, passando de 734.418 mil de frutos para 1.985.478 milhão de frutos, segundo dados do IBGE. A Região Nordeste sempre se destacou como maior produtora, respondendo, em 2006, por quase 70% da produção nacional. Outras regiões, como a Sudeste, que em 1990 tinha pouco mais de 1% e em 2006 atingiu 17%, vêm investindo nesta cultura em função da demanda crescente pelo coco *in natura* e também como alternativa de renda para pequenos produtores.

A área ocupada com a cultura do coco no estado apresentou, nos últimos cinco anos, um crescimento relativamente pequeno. No entanto, a produção quase que dobrou, deixando claro que o uso de práticas agrícolas, como fertilizantes e defensivos, de tratamentos culturais adequados e a interiorização da cultura em áreas irrigadas, além do aumento do cultivo das variedades anã e híbrida, que apresentam rendimentos diferenciados, têm contribuído para este resultado na produção, como pode ser visto na Tabela 08 a seguir.

Tabela 08 Área, produção e rendimento médio do coco-da-baía – Bahia – 2001-2006			
Ano	Área (ha)	Produção	Rendimento médio (kg/ha)
2001	81.820	424.444	5.187
2002	78.689	731.208	9.292
2003	76.448	684.016	8.947
2004	80.726	705.732	8.742
2005	82.123	713.571	8.689
2006	81.686	628.376	7.692

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Do total produzido na Região Nordeste em 2006, a Bahia participou com quase 35%, seguida de outros produtores como Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. No estado, as regiões do Litoral Norte e Metropolitana de Salvador são as grandes produtoras de coco-da-baía. O Extremo Sul foi responsável, em 2006, por 11,6% da produção do estado, numa área de 13.760 hectares ocupada pela cultura.

No mapeamento foi identificada a unidade Cp4 ao longo do litoral de Belmonte e Alcobaça. Apesar da presença do coco na faixa costeira, a representação espacial dessas manchas não foi possível na totalidade em razão da escala do trabalho, ficando parte do coco na unidade P7 da pastagem (Foto 03).



Foto 03 – Coco-da-baía, Mucuri

A análise dos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE permite verificar que alguns municípios apresentam uma produção diferenciada, a exemplo dos municípios de Porto Seguro e Prado. Com áreas equivalentes, Prado apresenta uma produção cerca de 40% maior, fato que se observa também em Alcobaça e Caravelas, o que se atribui às características do solo, variedade plantada e aos tratos culturais utilizados. Não se registrou nenhuma variação significativa no período analisado; a maioria apresentou crescimento pouco significativo e alguns se mantiveram estáveis, o que demonstra estagnação da cultura, conforme as tabelas 09 e 10.

Tabela 09
Área de coco-da-baía – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Área (ha)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Alcobaça	1.780	1.850	2.035	2.040	2.040
Belmonte	1.632	1.632	1.632	1.660	1.700
Caravelas	2.160	2.170	2.290	2.290	2.250
Eunápolis	1.700	1.700	1.700	1.720	1.745
Porto Seguro	1.995	1.995	1.995	1.990	1.990
Prado	1.980	1.980	2.178	2.180	2.190

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 10
Produção de coco-da-baía – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Produção (mil frutos)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Alcobaça	10.057	10.545	11.396	11.526	11.465
Belmonte	6.895	6.895	6.895	7.105	7.276
Caravelas	12.204	12.369	12.939	12.824	12.600
Eunápolis	6.800	6.800	6.800	6.880	6.980
Porto Seguro	7.980	7.980	7.980	7.960	7.960
Prado	11.286	11.385	12.415	12.426	12.264

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Mamão

O mamoeiro é típico de regiões tropicais e subtropicais, vegeta bem em ambientes com temperaturas médias, sem muitas variações durante o ano, em solos de textura média, ricos em matéria orgânica, bem drenados, e exige precipitações pluviométricas acima de 1.200mm, sendo muitas vezes necessário a utilização de irrigação complementar. Esta cultura tem importância econômica, social e nutricional, sendo utilizada *in natura* e na produção de papaína empregada nas indústrias de alimentos, cosméticos e têxtil.

O Brasil destaca-se como maior produtor e o terceiro exportador de mamão em escala internacional, registrando uma produção de 1,9 milhões de toneladas em 2006. O mamão é cultivado em todo o território nacional, com exceção de alguns lugares, onde ocorrem invernos rigorosos, sendo que as regiões Sudeste e Nordeste respondem, em média, por 87,5% da produção nacional, destacando-se os estados do Espírito Santo e Bahia.

O estado da Bahia participou, em 2006, com 56% da produção do Nordeste e 48% do total nacional, com aproximadamente 16,5 mil hectares ocupados com a cultura do mamão, cuja produção atingiu cerca de 915 mil toneladas, das quais 83,5% são procedentes da região do Extremo Sul, onde predominam os plantios da variedade Sunrise Solo (mamão Papaya ou Havaí), e onde também são produzidos os mamões Formosa e Golden. A tendência é o crescimento desta cultura em todo o estado, principalmente na área de estudo, considerando a implantação de projetos voltados para a melhoria de qualidade do mamoeiro, com vistas aos mercados externos.

A preocupação com o meio ambiente fez surgir na Europa, na década de 70, a Produção Integrada de Frutas (PIF), que se reporta conceitualmente à produção econômica de frutas de alta qualidade, obtida com métodos ecologicamente mais seguros, que visa minimizar os efeitos colaterais indesejáveis do uso de agroquímicos, aumentar a proteção do meio ambiente e, conseqüentemente, melhorar a saúde humana.

Esse é, na verdade um modelo de produção com menor uso possível de agroquímicos, através de manejo integrado de pragas e doenças, baseado no monitoramento e não na aplicação

preventiva e na integração com outras práticas tanto culturais como biológicas. Também leva-se em conta o aspecto social da produção, como a saúde do trabalhador, a não utilização de mão-de-obra infantil e o treinamento das pessoas.

Para elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira requeridos pelo mercado internacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou em 27/09/2001 a Instrução Normativa Nº 9, regulamentando o processo da Produção Integrada de Frutas (PIF) no Brasil, cujos procedimentos foram elaborados por equipes multidisciplinares com base nas diretrizes da *International Organization for Biological Control* (IOBC).

A instalação da Produção Integrada do Mamão no estado se deu em 2001, sob a coordenação do setor de fruticultura da Universidade de Brasília, sendo que a área estudada conta com a parceria da Associação dos Exportadores de Frutas do Extremo Sul da Bahia (Profrutas). A adesão do agricultor ao sistema PIF é totalmente voluntária e eles devem assumir compromisso de respeitar as normas impostas pelo sistema e se submeterem à certificação.

O mamão que já era exportado para países europeus, a partir de 2006, conseguiu conquistar o exigente mercado norte americano, entretanto, foi necessário que os produtores se adequassem às normas estabelecidas pelo importador implantando o *System Approach*, que visa a produção de frutas de alta qualidade, obtida através de controle fitossanitário, que consiste em monitorar ou rastrear a cultura desde a primeira frutificação até o destino final, passando pelo plantio, safra e embarque, sendo necessário a confirmação de ocorrência zero da mosca-da-fruta durante cinco anos para conferir a sanidade e segurança quarentenária da propriedade e posterior certificação.

Alem disso, foi necessária a construção de um *Packing House* em Mucuri, área de processamento pós-colheita adaptada às exigências dos Estados Unidos na qual o mamão passa por um processo de seleção, limpeza e acondicionamento para exportação, com capacidade para 24 toneladas de mamão/dia. Os demais *packing houses* existentes na região estão direcionados para as demandas dos países europeus, Canadá e outros.

A princípio foram certificadas nove áreas produtoras de mamão do Extremo Sul que atendem aos padrões de qualidade em conformidade com as exigências dos mercados, especialmente dos Estados Unidos. A certificação foi dada pelo sistema de produção integrada de frutas (protocolo brasileiro) e EurepGap (protocolo europeu), processo coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

A aplicabilidade do *Approach* é fruto de um trabalho integrado com a participação da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), responsável pela implantação e monitoramento do programa. A certificação do mamão veio imprimir um maior dinamismo ao setor, com ampliação das exportações e conseqüente reflexo na geração de emprego e renda na área produtora.

Os sistemas *approach* e PIF, além de garantir a qualidade do produto, são também econômicos, pois com a diminuição de fertilizantes e agrotóxicos reduz o custo de produção e os riscos de contaminação pela mosca-da-fruta.

O mamão, como a maioria das culturas, exerce um papel social importante no que se refere à absorção de mão-de-obra, gerando cerca de 10 mil empregos diretos e 15 mil indiretos, com perspectivas de ampliar em função das ações implementadas pela ADAB, que certifica a cultura do mamão para países importadores.

Na área mapeada, as manchas com mamão, em geral, são relativamente pequenas, não permitindo toda a espacialização em unidades simples em função da escala do trabalho, ficando grande parte do mamão associado à pastagem e policultura. Foram identificadas duas unidades de mapeamento: a Cp5, na qual o mamão foi individualizado, e a Cp6, em que o mamão encontra-se associado à pastagem (Foto 04).



Foto 04 – Mamão, Prado

Apesar do índice pluviométrico da região atender a exigência do mamoeiro, registra-se o uso da irrigação complementar para manter o nível de umidade exigida pela cultura, prática que se intensifica no período de maior estiagem e em áreas com solos que apresentam baixa retenção de umidade. Os sistemas de irrigação utilizados variam em função da disponibilidade técnica e financeira; em geral é usada a gravidade, mas ocorre também por gotejamento, aspersão e, de forma pontual, por pivô central.

Entre o rio Jucuruçu Braço Sul e o Córrego Palmeira, no município de Prado, foi identificada uma extensa área cultivada com mamão irrigado através de pivô central inserida na uni-

dade de mapeamento Cp5. O município se destaca como o maior produtor de mamão do Extremo Sul.

Na complementação foram analisados os dados da Produção Agrícola Municipal no período de 2002 a 2006, verificando-se que os municípios de Eunápolis e Itabela reduziram a área plantada no último ano de observação. Os demais municípios mantiveram suas áreas praticamente inalteradas, com exceção de Teixeira de Freitas, que em 2005 reduziu a área plantada, recuperando no ano subsequente; entretanto, verifica-se que, proporcionalmente, em 2005 houve um aumento considerável na produção, o que se atribui ao sistema de manejo que vem sendo usado pelos produtores. (Tabelas 11 e 12).

Tabela 11
Área plantada com mamão – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Área (ha)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Eunápolis	850	850	850	800	230
Itabela	845	840	840	840	337
Mucuri	780	784	706	893	820
Porto Seguro	1.000	1.000	1.000	1.000	2.963
Prado	3.450	3.352	3.245	3.400	3.936
Teixeira de Freitas	1.230	1.186	1.076	498	1.208

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 12
Produção de mamão – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Eunápolis	21.250	21.250	21.250	20.000	13.800
Itabela	40.560	40.320	40.320	40.320	20.220
Mucuri	35.100	35.280	31.770	60.724	36.490
Porto Seguro	45.000	45.000	45.000	45.000	42.885
Prado	186.300	211.176	220.660	227.800	271.584
Teixeira de Freitas	55.350	53.370	48.420	33.864	53.394

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

A região do Extremo Sul totalizou em 2006 uma área aproximada de 12.989 hectares, com uma produção de 764.084 toneladas de mamão, correspondendo a 83% do total produzido no estado, cerca de 71% em relação ao Nordeste e 40% do total nacional. Estes dados reiteram a importância desta cultura para a região, com possibilidades de crescimento em função de novos cultivares, com manejo voltado para a conservação do meio ambiente, resultantes das parcerias entre produtores locais e as pesquisas desenvolvidas pelas instituições públicas que atuam na região.

Cana-de-açúcar

Historicamente, a cana-de-açúcar foi a primeira lavoura a ser introduzida pelos portugueses no Brasil. Inicialmente ocuparam as faixas úmidas litorâneas e por volta da primeira metade do século XVI teve início o ciclo do açúcar, contribuindo para o avanço desta cultura, que ultrapassou a Zona da Mata, se estabeleceu no Agreste e por último chegou aos vales úmidos do sertão semi-árido. Esta expansão e o crescimento das demandas de açúcar exigiam um número cada vez maior de mão-de-obra, o que levou os colonizadores a instituir o trabalho escravo.

O desenvolvimento da cana-de-açúcar, a produtividade e a facilidade de encontrar áreas favoráveis permitiu que, nos meados do século XVII, o Brasil se tornasse o maior produtor de açúcar do mundo, produto considerado “ouro branco”, responsável pela prosperidade e sustentabilidade nos dois primeiros séculos de colonização.

Entretanto, a cultura tem enfrentado, ao longo do tempo, crises cíclicas. A primeira foi motivada pela concorrência do açúcar britânico e holandês das Antilhas e, mais tarde, do açúcar extraído da beterraba, desenvolvido na Europa. A distância do Brasil em relação aos postos consumidores e o baixo nível tecnológico também contribuíram para acabar com o monopólio brasileiro.

Com a implantação do Programa Nacional do Alcool na década de 70, criado para reduzir as importações de petróleo, a área da cana-de-açúcar foi ampliada de forma substancial para atender a demanda, uma vez que o governo substituiu parte do consumo de gasolina por álcool (etanol), visando tornar o Brasil menos dependente, com uma fonte de energia renovável e combustível alternativo e menos poluente.

Presume-se que a cana-de-açúcar é originária da Ásia meridional e pertence à família das gramíneas da espécie *Saccharum Officinarum*, cultivada em países tropicais e subtropicais. No Brasil é cultivada em todos os estados, sendo que São Paulo concentra quase 50% da área de cana-de-açúcar do País. Esta cultura exige solos férteis, profundos, porosos, pH entre 5,5 e 7,3, pluviosidade em torno de 1.500mm de chuvas anuais e topografia plana, se adaptando bem aos aluviões.

A cana-de-açúcar apresenta múltipla utilidade; além do uso *in natura*, é matéria prima para fabricação de açúcar, álcool e derivados, a exemplo de plásticos biodegradáveis, aguardente, rapaduras, açúcar mascavo, forragem, etc. O processo de transformação da cana-de-açúcar em álcool gera um subproduto denominado de vinhoto ou vinhaça, altamente poluente, cujos efeitos nocivos vêm sendo minimizados com a transformação deste resíduo em adubo potássico, utilizado nas culturas de milho, soja, café e da própria cana-de-açúcar.

A produção nacional de cana-de-açúcar em 2006 atingiu cerca de 457 milhões de toneladas, considerada a maior produção mundial, sendo que 86% são provenientes da região Centro-Sul, ficando os 14% restantes no Norte-Nordeste. No Estado da Bahia, a produção de cana-de-açúcar correspondeu a 1,3% do total nacional e 19% da região Nordeste, ocupando cerca de 106.455 hectares.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dos 6(seis) milhões de toneladas colhidas no estado em 2005, cerca de 3 milhões foram utilizadas na produção de 250 milhões de litros de álcool e o restante na fabricação de aproximadamente 165 mil toneladas de açúcar.

O etanol obtido da cana-de-açúcar se constitui numa fonte de energia renovável, reduz a pressão sobre o petróleo e diminui a emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global, e coloca o setor sucroalcooleiro com perspectivas de investimentos, especialmente no Brasil, que detém as mais avançadas tecnologias na sua produção.

Diante dessa tendência, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, em parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e a Fundação Bahia, implantou em 2006 a Estação Experimental de Mocambo, na Ilha de Itaparica, para desenvolver pesquisas com a cana-de-açúcar. O local foi escolhido pelas condições de solo e clima com luminosidade, temperatura e umidade exigidas pela cultura, e que favorecem o seu desenvolvimento. A pesquisa tem como objetivo montar um banco de germoplasma para selecionar genótipos superiores, observando a produtividade, produção de sacarose, resistência a pragas e doenças, levando em consideração, também, o custo por hectare, visando rentabilidade, usando mais de 80 toneladas por hectare como parâmetro mínimo para atender os produtores de cana-de-açúcar não só da Bahia, como de todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar do Brasil.

Estudos e resultados apontam a região do Extremo Sul com vantagens em relação às demais, com rendimento médio de 100 toneladas por hectare, quando a média nacional é de 74t/ha, além de ter 210 dias de colheita no ano contra 180 no Centro-Sul e 130 na Zona da Mata, se apresentando como uma das mais promissoras para o desenvolvimento de um pólo bioenergético. Além disso, a área é dotada de infra-estrutura, o que potencializa esta região para novos investimentos.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura do estado, os Tabuleiros do sul possuem cerca de 600 mil hectares com aptidão para a cana-de-açúcar, dos quais apenas 25 mil estão sendo utilizados, com baixo custo de implantação.

A cultura da cana-de-açúcar encontra-se em expansão na área de estudo, com duas usinas: a de Santa Maria, localizada no município de Medeiros Neto, com 8,7 mil hectares plantados e produção de álcool superior a 37 mil m³ por ano; e em Ibirapoã, onde se implantou um complexo sucroalcooleiro no qual, a usina Ibirácool iniciou suas atividades em junho de 2007, com capacidade de moagem de até 1,5 milhão de toneladas/ano e produção de 60 mil m³ de álcool por ano, quando estiver em plena operação.

Para complementar as informações, foram analisados os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) disponibilizados pelo IBGE, referentes à área plantada e à produção em intervalo de cinco anos, entre 2002 a 2006. Foram selecionados os sete municípios com maior produção, conforme Tabelas 13 e 14.

Tabela 13
Área plantada com cana-de-açúcar – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Área (ha)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Caravelas	5.030	5.010	5.662	5.900	6.000
Eunápolis	3.140	3.140	3.140	3.170	3.200
Ibirapuã	312	310	358	389	720
Lajedão	1.123	1.220	1.326	1.452	1.780
Medeiros Neto	2.310	2.360	2.651	2.879	7.160
Mucuri	5.160	5.210	5.552	5.501	6.531
Nova Viçosa	1.870	1.910	1.980	1.950	2.610
Santa Cruz Cabrália	900	900	900	900	900

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 14
Produção de cana-de-açúcar – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Caravelas	231.380	230.460	356.706	371.700	390.000
Eunápolis	157.000	157.000	157.000	158.500	160.000
Ibirapuã	17.427	17.360	20.048	21.784	40.320
Lajedão	62.888	68.320	74.256	81.312	99.680
Medeiros Neto	129.360	132.160	148.456	161.224	400.960
Mucuri	288.960	291.760	310.912	308.056	365.736
Nova Viçosa	104.720	106.960	110.880	109.200	146.160
Santa Cruz Cabrália	36.000	36.000	36.000	36.000	36.000

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Na análise, observa-se que em 2006, Medeiros Neto, Caravelas e Mucuri são os maiores produtores de cana-de-açúcar, apesar de não possuírem usinas nos seus territórios. Isso se deve às características edáficas com aptidão para a cultura, aliadas à proximidade de usinas com demandas permanentes. A cana-de-açúcar produzida nestes municípios alimenta as usinas de Medeiros Neto e de Cristal, esta última no estado de Minas Gerais.

Na espacialização a cultura da cana-de-açúcar está identificada por três unidades de mapeamento: a Ct1, correspondendo às áreas de maior concentração e extensão, que permitiu a delimitação de manchas em unidade simples, com ocorrência nos municípios de Medeiros Neto, Nova Viçosa, Mucuri e Santa Cruz Cabrália; a Ct2, onde a cana ocorre associada à pastagem; e a Ct3, associada à pastagem e ao eucalipto.

Policultura

O sistema agrícola baseado na diversidade e rotação de culturas é uma tendência que vem sendo pesquisada e defendida pelos técnicos das instituições governamentais voltadas para o desenvolvimento da agropecuária, visando a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental da propriedade e dos ecossistemas onde estão inseridas, em substituição ao modelo da agricultura patronal, voltada para a monocultura de exportação ou de geração de matéria-prima para alimentar indústrias, praticada em grandes e médias propriedades, que ao longo do tempo tem se mostrado um modelo danoso ao meio ambiente.

Constata-se, assim, que a vulnerabilidade desse sistema agrícola monocultor compromete a economia e o meio ambiente, a exemplo da cultura do cacau, em toda zona produtora, inclusive no Extremo Sul, que sofreu perdas irreversíveis em razão da “vassoura-de-bruxa”. Alia-se a este problema as crises em consequência da flutuação de preços no mercado internacional a que estão sujeitas as *commodities*. Esse fato causou prejuízos em vários segmentos: o produtor ficou descapitalizado, comprometendo o desenvolvimento econômico da região; parte da mata cabrucada foi devastada; e o aumento dos índices de desemprego, o que comprova que em paralelo a uma cultura de exportação deve haver alternativas que garantam a sustentabilidade ambiental.

O sistema que vem sendo incentivado diversifica a agricultura, interligando-a com a pecuária. Sua eficiência está no aproveitamento dos resíduos vegetais e animais, que incorporados ao solo melhoram a fertilidade, protegem os solos contra os impactos causados pelas chuvas e ainda complementam a adubação orgânica, eliminando gastos de custeio.

Contudo, trata-se de um modelo em construção em todo o País, voltado para a agricultura familiar, em pequenas propriedades, em razão da complexidade e da disponibilidade de mão-de-obra de forma intensiva. Como tal, não é um processo fácil, pois a migração de um modelo dominante para outro, com bases na agroecologia, precisa de tempo para ser absorvido, ainda que sua concretização traga benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Nessa direção, o governo, através do Pronaf, vem dando apoio ao desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, já que ela ocupa aproximadamente 30% da área total dos estabelecimentos rurais e é responsável por cerca de 40% do PIB agrícola, sendo também importante fonte geradora de emprego e renda e uma forte alternativa para fixar o homem à terra.

As áreas mapeadas como policultoras são representadas pela unidade Pc, ocupando cerca de 7.608,86 hectares, estando restritas aos assentamentos rurais. As demais áreas policultoras encontram-se inseridas nas unidades de pastagem identificadas como P2, P4, P5 e P7, sendo que na unidade P2 a policultura é mais representativa, ocorrendo aí manchas ocupadas, principalmente, por culturas comerciais como café e mamão, identificadas nos municípios de Itamaraju, Prado, Eunápolis, Belmonte e Porto Seguro.

Nas pequenas propriedades e, principalmente, nos assentamentos rurais, são desenvolvidas culturas permanentes e comerciais, como a pimenta-do-reino, urucum, maracujá, café, mamão, cana-de-açúcar, coco-da-baía, e temporárias, como a melancia, banana, abacaxi e outras. A diversificação, além de promover a sustentabilidade da propriedade, favorece a renda e ajuda na conservação do solo. Registra-se ainda cultivos incipientes de cupuaçu e pupunha, e ocorrências de macadâmia, pinha, graviola e também culturas tradicionais como milho, feijão e mandioca.

Pimenta-do-reino

A pimenta-do-reino possui grande valor econômico sendo uma das especiarias mais valorizadas e consumidas no mundo. Por ser originária da Índia é também conhecida como pimenta-da-Índia. A presença de galhos maleáveis faz da pimenta uma planta trepadeira que se desenvolve aderida a estacas de madeira ou tronco de árvores.

Essa cultura foi introduzida na Bahia pelos portugueses no século XVII, sendo, posteriormente, levada para os estados do Pará, Paraíba e Maranhão. A princípio a pimenta não se desenvolveu, em função do cultivar utilizado. Entretanto, em 1933, com a chegada dos imigrantes japoneses e a introdução do cultivar Cingapura (ecotipo de *Kuching*) e do sistema de cultivo adotado na Malásia, a pimenta-do-reino tornou-se uma cultura mais racional e com perspectivas comerciais.

O Brasil, até a década de 1940, importava parte do que consumia. Com o avanço da cultura no Pará e os bons rendimentos, os produtores se sentiram estimulados e ampliaram os investimentos, elevando a produção e tornando o Brasil auto-suficiente. Hoje, a pimenta é cultivada principalmente no estado do Pará, que contribui com cerca de 85% da produção nacional, seguido por Espírito Santo com 6,6% e Bahia com 4,6%, de acordo com dados de 2006.

No estado, a pimenta-do-reino é cultivada no Baixo Sul, onde se destacam os municípios de Ituberá, Valença e Wenceslau Guimarães, na região do Litoral Sul. A cultura tem pouca expressão, com pequenos cultivos em Arataca, Una e Santa Luzia. No Extremo Sul a pipericultura vem aumentando gradativamente e apresenta um bom desempenho; em 610 hectares plantados obtiveram-se rendimentos de 2.106 toneladas em 2006, o que corresponde a 56% da produção total do estado, com perspectivas de crescimento em função da demanda externa.

A pimenta-do-reino quando cultivada utilizando sementes de qualidade e técnicas de manejo adequadas, geralmente apresenta alta produtividade e retorno financeiro, o que favorece o seu desenvolvimento em pequenas propriedades, como se observa nesses espaços, e, principalmente, nos assentamentos rurais localizados nos municípios produtores (Foto 05).



Foto 05 – Pimenta-do-reino, Prado

Para estabelecer um paralelo entre o mapeamento e os dados da Produção Agrícola Municipal disponibilizados pelo IBGE, foram selecionados os municípios com maior produção de pimenta-do-reino da região do Extremo Sul, destacando-se Itamaraju como o maior produtor da região. Os dados da Tabela 15 confirmam a estabilidade da produção ao longo dos últimos cinco anos e o crescimento da cultura em Alcobaça, que apresentou, a partir de 2005, um incremento significativo, e em 2006 superou Itamaraju, o maior produtor de pimenta da região.

Tabela 15
Produção de pimenta-do-reino – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006

Municípios	Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Alcobaça	62	72	78	400	480
Caravelas	112	130	137	198	162
Eunápolis	213	213	213	210	217
Itamaraju	333	361	418	416	380
Jucuruçu	108	133	140	152	144
Porto Seguro	200	200	200	200	180
Prado	263	289	323	328	304

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

No município de Itamaraju encontram-se instaladas três fabricas de condimentos tendo como base a pimenta-do-reino e o urucum. Parte da produção destina-se ao mercado de São Paulo e à exportação.

A pipericultura é muito importante na geração de divisas através das exportações, tendo como países importadores os Estados Unidos, Holanda, Argentina, França, Espanha e Alemanha. Além disso, tem capacidade de absorver mão-de-obra, chegando a gerar, em média, um emprego para cada tonelada colhida, o que confirma a importância desta cultura dentro da proposta de desenvolvimento da agricultura familiar com diversificação e desenvolvimento sustentável.

Urucum

O urucum é uma cultura tropical cujas sementes, depois de transformadas em pó, se constituem em corante utilizado em diversos segmentos industriais como: produção de alimentos defumados, fabricação de massas e queijos, cosméticos, farmacologia, indústria têxtil, em substituição aos corantes artificiais e sintéticos e também como corante, condimento usado na culinária doméstica que dá coloração avermelhada aos alimentos.

É importante enfatizar que o urucum vem sendo pesquisado em função da sua importância como cultura alternativa, sendo capaz de gerar emprego e renda, empregando uma pessoa para cada hectare cultivado e com demanda crescente nos mercados interno e externo.

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) desenvolve pesquisa sobre a toxicidade da bixina, substância extraída da semente do urucum, cujo Índice de Ingestão Diária Aceitável (IDA) determinado em 1982 pela Organização Mundial de Saúde é de 0,065 mg/dia. Entretanto, os ensaios e testes realizados no laboratório de Toxicologia da EBDA indicaram que o uso da bixina em quantidade superior ao determinado pela OMS não prejudica a saúde do homem, fato que vislumbra um aumento no consumo e, conseqüentemente, a expansão da cultura com respaldo científico, além de incrementar as vendas no mercado internacional.

Também a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) desenvolve trabalhos relacionados à cultura e mantém um banco de germoplasma, considerado um dos maiores nesta especialidade, contando com mais de 120 acessos (introduções) de urucum, correspondendo a cerca de mil espécies de plantas.

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), em 2006 o Brasil possuía 10.382 hectares de área plantada com urucum e uma produção de 11.097 toneladas, das quais o estado da Bahia participou com 1.224 toneladas, o equivalente a 11%. A região do Extremo Sul participou com 68,5% da produção do estado. Os municípios de Itamaraju, Porto Seguro, Eunápolis e Alcobaça se destacam como maiores produtores, sendo que em 2006 Alcobaça se destacou entre os demais com 110 hectares cultivados e uma produção de 145 toneladas.

As maiores ocorrências dessa cultura se originam dos assentamentos rurais e pequenas propriedades, constituindo-se em pequenas parcelas incluídas no mapeamento nas áreas

policultoras. Do ponto de vista econômico, a produção de urucum é beneficiada por várias empresas, produzindo basicamente pó para condimento. Já sua venda para outros fins depende de uma organização associativa que possa investir na qualidade e agregar valores para o produtor (Foto 06).



Foto 06 – Urucum, Prado

Maracujá

O maracujazeiro pertence à família *Passifloraceae*, se desenvolve em regiões de clima tropical e subtropical e atinge seu melhor desenvolvimento em temperaturas em torno de 26°C, precipitação entre 900 e 1.500mm/ano, bem distribuídas, e mais de 10 horas de luminosidade/dia. A sua origem ainda é discutida; para uns surgiu na América tropical, mais precisamente no Brasil, como sugere o nome, cuja origem é tupi-guarani e deriva do *Murukuia*, que significa “alimento em forma de cuia”, numa referência à forma do fruto. Das 400 espécies diferentes de maracujá, mais de 200 encontram-se no Brasil, o maior produtor e consumidor mundial da fruta.

As condições climáticas favorecem o cultivo do maracujá. No município de Alcobaça, a cultura vem se desenvolvendo de forma sustentável, com a participação da Prefeitura, em parceria com o Estado e as empresas Aracruz Celulose e Suzano Papel e Celulose, que vem contribuindo com o fornecimento das estacas de madeira de eucalipto, para servirem de suporte para a planta, e mudas de eucalipto, visando a sustentabilidade da cultura e a melhoria da renda dos pequenos agricultores da região.

O projeto Fortalecimento e Verticalização da Economia do Maracujá, no primeiro momento, visava a expansão da cultura com orientação técnica e, posteriormente, a implantação de uma microempresa para produção de polpa, utilizando os frutos de segunda e terceira linha, ficando os de primeira para abastecer mercados da região, a Ceasa e outros estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais.

Esse projeto teve início há pouco mais de dois anos e vem dando bons resultados para os agricultores, gerando emprego principalmente para as mulheres, que além de trabalharem na produção de maracujá, são responsáveis pela polinização, que é realizada de forma manual. É importante salientar que o maracujá emprega uma média de cinco pessoas por cada hectare na época do plantio e duas na entressafra. O escoamento da produção também é direcionado pelo projeto.

De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, a região do Extremo Sul teve 1.101 hectares plantados com maracujá, cuja produção atingiu 24.585 toneladas em 2006. Destacaram-se os municípios de Caravelas e Alcobaça, que juntos totalizaram 650 hectares cultivados e produção de quase 16 mil toneladas, com perspectivas de expansão da cultura, principalmente se houver investimento para promover algum tipo de beneficiamento que possa agregar valores para o produtor (Foto 07).



Foto 07 – Maracujá, Alcobaça

Melancia

A melancia (*citrullus lanatus*) é uma cultura temporária, rasteira, de origem africana, cultivada em diversas regiões do Brasil pela sua adaptabilidade, especialmente nas áreas secas e pre-

ferencialmente em solos de textura arenosa. Entretanto, os principais pólos produtores de melancia são os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, cuja produção, segundo dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, corresponde, juntos, a quase 50% da produção nacional. Em 2006 a região Nordeste contribuiu com 35% dessa produção e a Bahia com 15%, dos quais 23% encontram-se na área de estudo.

Na região do Extremo Sul, o município de Caravelas destaca-se como o grande produtor. Dados dos últimos anos indicam que a área cultivada e a produção se mantiveram em equilíbrio. Em 2006 alcançou uma produção de 43.500 toneladas em 1.450 hectares cultivados com melancia, seguido por Alcobaça com 400ha plantados e 12 mil toneladas, registrando-se ainda ocorrências da cultura nos municípios de Prado, Eunápolis, Mucuri, Teixeira de Freitas e outros.

A melancia é consumida principalmente *in natura*, em forma de sucos, geléias e doces. A parte comestível contém 93% de água, conferindo-lhe um extraordinário poder diurético e refrescante.

Apesar de se tratar de uma cultura pouco exigente, de fácil manejo e adaptação, o produtor enfrenta problemas na comercialização em razão do volume e peso do produto, o que constitui um entrave para a expansão da cultura.

Abacaxi

O abacaxi é uma cultura semiperene, originária do Brasil, que figura entre um dos maiores produtores do mundo, atingindo em 2006 cerca de 1,7 milhões de frutos. A produção está voltada para a demanda interna de frutas *in natura*, restando uma pequena parte para ser utilizada nas indústrias processadoras de suco, polpa e doces. A exportação é pouco expressiva, correspondendo a menos de 1% da produção nacional. Isto se deve aos preços competitivos praticados pelos países produtores e aos custos e os riscos associados às exigências dos países exportadores na questão da coloração interna e externa, peso e tamanho dos frutos.

A variedade nacional Pérola é nacional, é a mais cultivada no País e vem tendo certa aceitação pelos países europeus. São frutos mais doces e suculentos, menos fibrosos, indicados principalmente para consumo *in natura*, com características superiores aos desenvolvidos pelos países concorrentes. Contudo, os frutos apresentam pontos negativos como coloração externa esverdeada, presença de espinhos na coroa e coloração interna clara, pouco atrativa, pois a preferida é mais amarelada. Os pesquisadores estão buscando resolver estes entraves para efetivar a introdução da cultura em novos mercados.

A região do Piemonte do Paraguaçu destaca-se como a maior produtora de abacaxi, onde a cultura se adaptou ao ambiente de clima semi-árido, produzindo frutos de excelente qualidade. A cultura também é desenvolvida por pequenos produtores, tendo se consolidado como agronegócio a partir de 1990, de forma dinâmica e competitiva.

No estado, em 2006, o abacaxi ocupava uma área de 6,9 mil hectares com produção de 142 mil toneladas, sendo o maior produtor o município de Itaberaba, que responde com

cerca de 62% do total produzido. Os dados da Produção Agrícola Municipal mostram que nos últimos sete anos a área e a produção de abacaxi apresentaram pouca variação, como se observa na Tabela 16.

Tabela 16 Área, produção e rendimento médio de abacaxi – Bahia – 2001-2006			
Ano	Área (ha)	Produção	Rendimento médio (kg/ha)
2000	4.286	118.293	27.600
2001	4.934	142.785	28.939
2002	4.747	139.924	29.476
2003	4.674	138.795	29.695
2004	4.796	141.624	29.530
2005	4.829	121.368	25.133
2006	6.900	142.091	20.600

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

A cultura do abacaxi no espaço estudado ainda é incipiente. Entretanto, a Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e outras instituições financeiras e de pesquisa, vem desenvolvendo desde 2005 um sistema de produção do abacaxi para a região, buscando maior produtividade e visando inserir a cultura no agronegócio de forma competitiva.

De acordo com os pesquisadores, é grande o potencial da região para essa cultura, não só pelos fatores climáticos, mas, principalmente, pelas possibilidades de escoamento da produção para a região Sudeste, o maior mercado consumidor do Brasil.

Em 2006, a região do Extremo Sul cultivou 658 hectares com abacaxi produzindo 15,5 mil frutos, correspondendo a 9% da produção do estado. O município de Itabela se destacou como maior produtor, tendo colhido 4.000 frutos, seguido de Prado, com 3.190 frutos, de acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

Entretanto, registra-se uma diminuição da área plantada nos últimos cinco anos em razão de problemas fitossanitários, como a incidência da *fusariose* e a baixa produtividade da cultura pela falta de manejo adequado; entraves que poderão ser sanados com a aplicação do sistema de produção que está sendo desenvolvido na região pela Embrapa, inclusive com a introdução da variedade Imperial, híbrida resultante do cruzamento do *Perolera* com *Smooth Cayenne*, resistente ao fungo *Fusarium*, que atenderá a algumas exigências dos importadores, como a polpa amarela, elevado teor em açúcares e o excelente sabor.

A abacaxicultura é muito importante do ponto de vista social, pois absorve um número significativo de mão-de-obra ao longo de todo o círculo, além de dar uma boa resposta financeira para o produtor. O abacaxi é cultivado por pequenos agricultores.

Além das culturas já mencionadas, é importante salientar a ocorrência do cupuaçu e da pupunha, ainda pouco expressivos, mas com perspectivas de expansão pela capacidade de adaptação ao ambiente, e da batata-doce, hortaliça que vem apresentando um crescimento expressivo na região.

Cupuaçu

O cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) é uma fruta tropical nativa da região amazônica, de fácil adaptação em áreas de clima quente e úmido, pouco exigente, vegetando bem em solos de baixa fertilidade.

A cultura tem grande potencial econômico, sendo utilizada na fabricação de sorvete, licor, geléia, bombom, etc. Na culinária doméstica, para fabricação de pudins, tortas e bolos, sendo pouco difundido no estado e consumido preferencialmente como sorvete e suco. Das sementes se fabrica o cupulate, produto similar ao chocolate, e a gordura é usada na indústria de cosméticos.

Por ser uma planta de porte florestal e necessitar de sombreamento nos dois primeiros anos, pode ser desenvolvida de forma consorciada com outras espécies como a seringueira, bananeira, coqueiro e a pupunheira. Registra-se na área de estudo a ocorrência de cupuaçu consorciado com coco-da-baía, mamão e banana, nos municípios de Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia.

Na falta de dados relativos à área ocupada e à produção do cupuaçu na região, adotaram-se dados históricos (1999) como referência da introdução da cultura na região, orientado por programa de crédito rural aplicado aos pequenos agricultores e assentados. Foram contemplados oito municípios, dos quais se destacam Porto Seguro com 1.800 plantas em uma só propriedade; Santa Cruz Cabralia com 1.015 em duas propriedades; Itamaraju com 217 distribuídas em seis propriedades; e outras em Guaratinga, Belmonte e Prado, perfazendo um total de 3.195 plantas de cupuaçu.

Pupunha

A pupunheira é uma palmeira perene da Amazônia, podendo atingir trinta metros. Vem sendo introduzida em outras regiões visando a produção de palmito no sistema de cultivo, para atender uma demanda de cerca de 100.000t/ano, e que depende em 80% do produto extrativista, o que vem provocando o esgotamento dos estoques naturais.

Trata-se de uma planta rústica, pouco exigente em termos de solo, vegetando bem em solos de baixa fertilidade, em clima quente e úmido com pluviosidade acima de 1.600 milímetros por ano, bem distribuída, de crescimento rápido e produção de palmito após dois anos de plantada.

O palmito extraído da pupunheira apresenta características especiais entre os demais: tem baixos índices de substâncias oxidantes, fator que impede que escureça depois do corte e que ocorra alteração no sabor, podendo ser consumido de forma tradicional, *in natura* ou processado e resfriado.

A cultura da pupunha faz parte do programa de diversificação para a região, sendo mais representativa nos territórios de identidade do Baixo Sul e Litoral Sul. Além da Bahia, é também cultivada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás.

A pupunheira tem várias utilidades; a palmeira pode ser usada no paisagismo, o tronco aproveitado na construção de casas, os frutos são comestíveis, ricos em vitamina A e em amido, e podem ser consumidos *in natura*, cozidos em água ou fermentados em água para refresco. Pode-se ainda obter vinho, vinagre, manteiga, azeite e farinha; do tronco se produz celulose. A produção de palmito é importante pelo valor comercial e a demanda existente.

A falta de dados dificulta a informação sobre o desempenho do palmito na área. Contudo, os dados de uma propriedade em Santa Cruz Cabralia, com 520 pupunheiras e uma produção de quatro mil hastes, podendo chegar a dez mil, demonstram que a cultura é viável na região não só pelo aspecto econômico e social, mas principalmente pelo aspecto ambiental, reduzindo o extrativismo em outras regiões e, assim, evitando a destruição das palmeiras nativas.

A proposta é de expansão da pupunha em bases tecnológicas adequadas, a princípio nos municípios de Belmonte, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabralia, visando a modernização do processo industrial do palmito em base sustentável.

Batata-doce

A batata-doce é uma hortaliça típica das zonas tropicais e subtropicais, cultivada em todas as regiões do País, considerada rústica em razão da sua resistência e adaptação edafoclimática, baixo custo de produção, se desenvolvendo em solos pobres, com baixo uso de tecnologia. Entretanto, esta cultura ainda é tratada de forma marginal pelos produtores, consumida mais no meio rural, o que leva a baixos índices de produtividade e baixa qualidade do produto.

Contudo, registra-se uma mudança em relação ao crescimento da cultura, que ao longo de décadas declinou em razão do êxodo e da urbanização, e que agora vem apresentando sinais de crescimento. A batata enfrenta restrições por parte dos consumidores dos mercados nos grandes centros, com baixo volume de vendas e bons resultados nas periferias destas cidades, cuja população, na maioria, é procedente da zona rural, onde a batata-doce é um suprimento alimentar importante.

A cultura poderá ter melhor desempenho se forem abertos canais de comercialização, com plantio direcionado, usando a tecnologia disponível, podendo aumentar a produtividade e a qualidade do produto, pois trata-se de uma fonte de carboidratos com alto conteúdo nutricional, bastante valorizada nas dietas dos adeptos da musculação e culturismo e importante fonte de energia, recomendada pelos nutricionistas.

O Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças (CNPH) da Embrapa vem desenvolvendo pesquisas na busca de cultivares mais resistentes às doenças e pragas, tendo selecionado quatro variedades no Distrito Federal que estão sendo experimentadas em outras regiões do Brasil, visando melhorar a produtividade que hoje ainda é muito baixa, em torno de 8,7t/ha. Todavia, com uso de tecnologia esta produtividade poderá ultrapassar 25t/ha.

Segundo dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, a área do trabalho produziu, em 2006, cerca de 10.286 toneladas de batata-doce, correspondendo a 34,8% da produção total do estado, estando o cultivo concentrado nos municípios de Caravelas, que se destaca como o principal produtor, Prado e Alcobaça, que ampliaram as superfícies cultivadas e, conseqüentemente, aumentaram a produção. O município de Prado teve um incremento de mais de 100% em sua produção, passando de 2.035 toneladas em 2005 para 4.800 toneladas em 2006. Também em Alcobaça se verificou um crescimento substancial do plantio e da produção, que passou de 700 para 1.700 toneladas em 2006. Estes dados indicam que a hortaliça cultivada na região vem obtendo resposta do mercado consumidor.

Culturas Temporárias Tradicionais

As culturas do feijão, milho e mandioca encontram-se disseminadas em todos os municípios, geralmente voltadas para subsistência, à exceção da mandioca, que ocupa maiores extensões, com parte da produção direcionada para a produção de farinha e outros produtos derivados.

A região Nordeste é a maior produtora de mandioca, contribuindo, em 2006, com 36% do total produzido no Brasil, com destaque para o estado da Bahia, que participou, no período, com 16,5% da produção nacional e 45% da do Nordeste. No Extremo Sul, no mesmo período, a mandioca ocupou aproximadamente 17.547 hectares, com uma produção de 220.024 toneladas, correspondendo a 5% do total do estado. A produção vem se mantendo estável nos últimos cinco anos, como se pode verificar na Tabela 17.

Tabela 17 Produção de mandioca – Extremo Sul, Bahia – 2002-2006					
Municípios	Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Alcobaça	15.840	22.436	23.564	27.864	19.418
Caravelas	14.148	19.880	21.098	27.327	20.234
Eunápolis	20.400	20.400	20.400	22.200	24.000
Itamaraju	13.520	19.077	23.571	26.112	24.700
Jucuruçu	7.930	11.242	13.545	14.520	14.300
Porto Seguro	14.400	14.400	14.400	13.200	12.000
Prado	12.150	17.551	24.549	25.785	25.344
Santa Cruz Cabrália	13.200	13.200	13.200	13.200	13.200

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Contudo, diante da importância da mandioca no contexto da agricultura familiar, a Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, em parceria com a Ceplac e o governo do estado, através da EBDA, desenvolve projetos e planos de ação visando o desenvolvimento da mandioca e da fruticultura regional. Busca ainda identificar os problemas, orientar e capacitar os agricultores em relação ao manejo para melhorar a produtividade, viabilizar um retorno econômico e, conseqüentemente, uma maior competitividade.

O pequeno desenvolvimento dessas culturas, inclusive da mandioca, na área é atribuído à estrutura fundiária da região, com predominância de grandes e médias propriedades utilizadas com pastagens, ficando as culturas temporárias restritas aos pequenos produtores e direcionadas para a subsistência, sendo o excedente comercializado nas feiras livres das cidades circunvizinhas ou com atravessadores, não representando uma alternativa de negócio.

SILVICULTURA

O eucalipto é uma espécie florestal considerada exótica. Procedente da Austrália, chegou ao Brasil por volta de 1903. Foi inicialmente cultivado em São Paulo, e em 1966 o governo federal lançou um Programa de Reflorestamento com incentivos fiscais, promovendo a expansão das florestas de eucalipto e pinus voltada para a produção de celulose e para a indústria moveleira, atingindo em duas décadas cerca de três milhões de hectares plantados.

Dotado de condições edafoclimáticas (de solo e clima) extremamente favoráveis ao cultivo do eucalipto, além dos incentivos fiscais para expansão, o Estado da Bahia constituiu-se área privilegiada para o desenvolvimento da atividade florestal e da agroindústria de celulose, contando atualmente com uma área reflorestada de 462.225 hectares e previsões crescentes de investimentos. Integram o setor baiano de madeira, papel e celulose quatro grandes empreendimentos: Bahia Sul Celulose, Aracruz, Veracel e CAF Florestal.

Segundo Souza e Oliveira (2002), o Estado apresenta produtividade 25% superior à média nacional e potencial plantado de quatro milhões de hectares. Comparada à produtividade da área plantada com eucalipto entre os países de clima frio, onde se concentram as indústrias de papel e celulose, a produtividade brasileira revela algumas vantagens. O período de rotação da cultura cai de uma média de 25 a 80 anos para apenas sete anos, com uma produtividade 34m³ por hectare. Na Bahia essa produtividade pode chegar de 42m³ até a 50m³.

Intensamente influenciada pelos custos de produção, em especial quanto à disponibilidade de matéria-prima, a dinâmica do setor tem forte conotação territorial na busca por condições vantajosas na estrutura de produção. Neste ponto, o Extremo Sul da Bahia apresenta ótimas condições para sua implantação e desenvolvimento, que abarcam desde os incentivos fiscais até a disponibilidade de terras para o plantio.

A partir de 1988, com a instalação da Bahia Sul Celulose, as empresas reflorestadoras chegaram ao Extremo Sul da Bahia atraídas pelas extensas áreas de terras agricultáveis, mão-de-obra barata, apoio e financiamento do governo, dando início ao plantio de eucalipto nesta região, que cresceu consideravelmente com a implantação da Veracel, a segunda maior fábrica de celulose do mundo.

Para atender a demanda crescente do mercado por papel e celulose, as reflorestadoras continuam ampliando suas áreas com a monocultura de eucalipto, através da aquisição de novas propriedades ou formando sociedades com produtores que arrendam suas terras para implantação do cultivo, em sistema de fomento.

Nesse sistema, a indústria fornece ao fomentado a planta topográfica de sua área, formicida, adubos, assistência técnica para o plantio, mudas de eucalipto e de espécies nativas, que enriquecem as áreas de preservação. No final do ciclo, compra a madeira produzida. Boa parte dos fomentados combina a produção de eucalipto com outras culturas, como a pecuária, como forma de diversificação das fontes de renda (Foto 08).



Fonte: CRNA / Diego, 2006

Foto 08 - Fomento – Consórcio Pastagem e Eucalipto, Nova Viçosa

Anteriormente palco de atividades tradicionais rurais, que ainda possuem grande peso na economia, a região tem na exploração florestal um dos principais vetores de desenvolvimento, como pode ser visto na Tabela 18, responsável direta pelas recentes e importantes transformações aí ocorridas. Ocupa hoje a segunda posição nas exportações baianas, participando com 15% do total e chegando, no ano de 2002, aproximadamente a 80% do fornecimento de madeira em tora e para papel e celulose, além de outros destinos.

O eucalipto tem diversas aplicações, servindo de matéria-prima aos mais variados produtos de uso doméstico ou industrial. Dentre eles cita-se a celulose, na forma de papéis diversos (impressão, cadernos, revistas), absorvente íntimo, papel higiênico, guardanapo, fralda descartável, viscose, tencel (roupas), papel celofane, filamento (pneu), acetato (filmes), ésteres (tintas), cápsulas para medicamentos, espessantes para alimentos, componentes eletrônicos, óleos essenciais para fármacos, produtos de higiene, produtos de limpeza, alimentos, produtos apícolas (como mel, própolis e geléia real), madeira serrada, para móveis, construção civil, brinquedos, postes e mourões, laminados, MDF, HDF, chapa de fibra, compensados, carvão e lenha.

Tabela 18
Produção da silvicultura, por município – Extremo Sul, Bahia – 2006

Estado Região Municípios	Madeira em tora					
	Para papel e celulose		Outras finalidades		Carvão vegetal	
	(m³)	(R\$ em 1.000)	(m³)	(R\$ em 1.000)	(t)	(R\$ em 1.000)
Bahia	7.582.995	406.419	66.367	12.490	81.420	23.575
Extremo Sul	6.997.214	390.150	3.848	212	22.510	6.752
Alcobaça	-	-	-	-	-	-
Belmonte	135.707	7.600	-	-	-	-
Caravelas	-	-	-	-	-	-
Eunápolis	1.754.268	98.239	-	-	-	-
Ibiraipoã	636.608	35.344	-	-	4.202	1.260
Itagimirim	29.129	1.631	-	-	-	-
Itapebi	26.466	1.482	-	-	-	-
Mucuri	1.805.429	100.237	-	-	11.194	3.358
Nova Viçosa	837.412	46.493	-	-	5.493	1.648
Porto Seguro	497.784	27.876	-	-	-	-
Prado	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz Cabrália	1.026.211	57.468	-	-	-	-
Teixeira de Freitas	248.200	13.780	3.848	212	1.621	486

Fonte: IBGE, 2007.

Em que pesem os benefícios trazidos pela atividade para a dinâmica regional, é indispensável ressaltar que, em âmbito local, diversos são os conflitos advindos de sua implantação, desde o enfoque ambiental até o social e o econômico.

A expansão da silvicultura vem gerando reações contrárias à implantação e manutenção das indústrias, especialmente quando não se faz o plantio de espécies nativas e concorre, sistematicamente, para a expulsão de índios e quilombolas de suas terras, e o desrespeito a áreas de preservação permanente, como nascentes de margens dos cursos d'água. Ou seja, reações contrárias à ampliação da atividade voltada única e exclusivamente para o atendimento da demanda do mercado, sem as devidas preocupações socioambientais.

Nesse sentido, diversos projetos de lei foram enviados aos mais diversos níveis da esfera de gestão, no sentido de coibir o sistema extensivo de cultivo do eucalipto, em especial para a produção da celulose. Algumas reações já podem ser registradas, a exemplo dos municípios de Ibiraipoã, Itamaraju e Itanhém, que possuem legislação específica proibindo o avanço dos maciços florestais homogêneos em suas áreas. O que não impede que os maciços continuem avançando, com as indústrias procurando parcerias com os proprietários no intuito de expandir o cultivo.

Em atividades impactantes como essa, é consenso que deve haver monitoramento e que a consciência e responsabilidade social e ambiental se façam presentes com o firme propósito de promover o crescimento local associado à ampliação do setor. Além disso, cabe às empresas

conscientizarem-se de que melhorias ambientais são muito mais do que custo e significam oportunidades econômicas competitivas em atividades com passivos ambientais elevados.

Da mesma forma, o cultivo de eucalipto em larga escala a partir da ocupação de extensas áreas com maciços homogêneos não mais se justifica, assim como qualquer outro cultivo nos mesmos moldes. Atualmente, a legislação ambiental tem mecanismos suficientes para impedir que os erros inicialmente cometidos e mantidos desde a década de 1960 se perpetuem por mais tempo.

Há de se conciliar, portanto, o cultivo das espécies necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas conjuntamente com as demais atividades, envolver e beneficiar todos os atores inseridos no processo de modo a promover o desenvolvimento amplo e sem o comprometimento da sociedade e do ambiente.

Na espacialização da silvicultura no Extremo Sul identificaram-se duas unidades de mapeamento: S1 e S2. Na primeira se incluem as florestas de eucalipto individualizadas, talões extensos e contínuos que se encontram nos topos dos tabuleiros; e entre as encostas cuja topografia não é favorável à ocupação com eucalipto, a vegetação natural permanece intercalada com estes. As manchas da unidade S1 são predominantes nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, ocorrendo ainda em extensões significativas em Eunápolis, Santa Cruz Cabralia, Prado, Porto Seguro, Itabela e outros (Foto 09). Na unidade S2, a floresta de eucalipto ocorre associada à pastagem e policultura, ocupando áreas representativas nos mesmos municípios de ocorrência do S1.



Foto 09 – Eucalipto, Eunápolis

Fonte: CRNA / Diego, 2006

As manchas espacializadas com eucaliptos produzidos sob a forma de fomento estão consorciadas com pastagem e correspondem a extensões não mapeáveis na escala do trabalho; por esta razão, foram incluídas na unidade P9.

PASTAGEM

Nessa região, as pastagens são predominantes, ocupando cerca de 17.179,43Km², o equivalente a 56% da área de estudo, constituindo-se em suporte para uma pecuária bovina em sistema extensivo na sua maioria, mas com registros de áreas significativas cujas propriedades utilizam sistema semi-intensivo e intensivo de produção. Este padrão está presente a partir do litoral, sendo que no Extremo Oeste ocorrem em manchas extensas e contínuas.

A construção da BR-101, em 1970, acelerou o processo de desmatamento, estimulando a instalação de inúmeras serrarias. Com a retirada da cobertura vegetal, os espaços foram ocupados principalmente por pastagens em função das características edafoclimáticas, se consolidando, assim, a vocação da área para a pecuária.

Paralelamente, a demanda por alimentos, gerada pelo contingente populacional que migrou para estas áreas, de diversas partes do estado, em busca de oportunidades, exerceu papel importante neste processo de apropriação dos espaços, contribuindo para o desenvolvimento e implantação de culturas e expansão das pastagens.

A formação das pastagens delineou uma estrutura fundiária concentradora, com propriedades geralmente superiores a quinhentos hectares, cuja apropriação deu origem a conflitos, iniciados em 1970 e acirrados em 1980, pela posse da terra. Nestas áreas se instalou uma pecuária extensiva, que vem se modernizando desde 1980, com introdução de tecnologias para melhoramento dos rebanhos.

O desmatamento, que ao longo das décadas se estendeu até a mata ciliar, interfere na rede de drenagem da região, com assoreamento dos rios, redução da matéria orgânica dos solos e, conseqüentemente, dos níveis de carbono, o que coloca em desequilíbrio o sistema.

Entretanto, estudos realizados por pesquisadores da Embrapa e Ceplac mencionam que nas áreas com pastagens, principalmente com capim do tipo *Brachiaria*, forrageira que tem a capacidade de repor a matéria orgânica dos solos através da decomposição dos resíduos e raízes, estima-se que após dez anos de implantada, a pastagem pode igualar ou até ultrapassar os teores de carbono das áreas de floresta nativa. Contudo, isto não se aplica a todas as pastagens do País, pois outros fatores devem ser considerados, principalmente o clima.

Para tanto, é necessário que as pastagens tenham manejo adequado e, de preferência, que sejam desenvolvidas em sistema integrado com espécies de leguminosas, pois estas contribuem para aumentar os índices de nitrogênio, elemento importante para a formação da matéria orgânica dos solos. Todavia, as estimativas indicam que mais de 50% das pastagens implantadas encontram-se em processo de degradação, o que dificulta a realização deste sistema.

Nesse contexto, entende-se que a recuperação e manutenção das pastagens existentes, com manejo adequado, poderá ser um grande negócio, com retorno dos teores de carbono do solo, podendo ocorrer excedentes e os pecuaristas passarem a ser detentores da “moeda verde”. Segundo acordos internacionais, os países que não conseguirem reduzir os níveis de poluição deverão pagar aos que acumulam carbono, o que significa uma nova fonte de renda para o produtor, além de ter maior produtividade com os seus rebanhos.

Apesar da possibilidade de recomposição da matéria orgânica do solo, esta perspectiva não deve estimular a implantação de novas pastagens, pois os prejuízos causados pela subtração da floresta são irreparáveis, além da dispersão e extinção de animais e de espécies vegetais, provocando desequilíbrio na natureza sem possibilidade de retorno, restando ao homem a busca de formas para mitigar estes efeitos.

Nessa região se concentra o maior rebanho de bovinos do estado, das mais diversas raças zebuínas e seus cruzamentos. Entretanto, a zebuína Nelore é a mais requisitada por sua adaptação à região, por apresentar eficiência na reprodução, ter a carcaça aprovada com a porção comestível em torno de 70%, o traseiro ser proporcionalmente maior que o dianteiro, lhe assegurando maior percentual de carne nobre, e sua maior precocidade.

O cuidado com a sanidade do rebanho é uma prática nas regiões pecuaristas do estado, com vacinação sistemática, registrando-se uma cobertura superior a 93% e garantindo a ausência da febre aftosa nas últimas décadas. A vigilância epidemiológica também desempenha papel importante na fiscalização e controle da circulação de bovinos através de barreiras fixas e móveis instalada nos principais acessos ao estado.

No Extremo Sul as pastagens estão disseminadas em toda a área, intercaladas com culturas, monocultura de eucalipto e vegetação natural. São em geral cultivadas com predomínio do capim *brachiaria*, como suporte para pecuária bovina direcionada principalmente para corte, e de forma incipiente a bubalinocultura, ocupando os brejos, a exemplo da baixada do rio dos Frades, no município de Porto Seguro.

As pastagens, na sua maioria, são utilizadas inadequadamente com superpastejo, fator que provoca a degradação e, por sua vez, baixa produtividade, sendo constatados sinais de erosão em razão dos longos períodos de ocupação. Esta situação pode ser confirmada se for considerada a relação entre o efetivo de bovinos e a área ocupada por pastagens, em torno de 1,2 cabeça por hectare.

Predominam as pastagens cultivadas como suporte para pecuária, na maioria extensiva e semi-intensiva, ocorrendo em menor escala intensivo, com investimentos em genética e com utilização da inseminação artificial, cuidados nutricionais, mineralização dos rebanhos, uso de pastejo rotacionado, sendo que o controle sanitário garante a sua inclusão na área livre de contaminação pela febre aftosa.

Verifica-se que as pastagens apresentam variações em função das características edafoclimáticas, com clima variando entre o úmido do litoral até o sub-úmido a seco no extremo oeste, onde os níveis de umidade diminuem, interferindo no desenvolvimento das forrageiras.

Para melhor representação das pastagens, elas foram subdivididas em nove unidades de mapeamento diferenciadas em função da presença de culturas, que em razão da dimensão ocupada não são mapeáveis em unidades simples, ficando inseridas nas pastagens identificadas como P1 a P9.

A unidade P1 se caracteriza por extensas pastagens cultivadas, correspondendo a aproximadamente 65% da área ocupada. Estas pastagens servem de suporte para uma pecuária extensiva, semi-intensiva e intensiva, e encontram-se principalmente no sentido oeste, onde se destacam os municípios de Medeiros Neto, Lajedão, Guaratinga, Itanhém, Itamaraju, Itagimirim e Itapebi, e em manchas menores, em outros municípios.

Nessa unidade observam-se propriedades onde a qualidade das pastagens é um indicativo de que existe um pastejo adequado. Contudo, de modo geral, o manejo ainda é inadequado, com pastos extremamente degradados, apresentando sinais de erosão laminar e até erosão em sulcos nos declives mais acentuados.

Também estão incluídas na unidade P1 as baixadas aluviais do Rio Jucuruçu no seu baixo curso, inseridas no município de Prado, onde adquirem extensões significativas, sendo utilizados canais de drenagem para eliminar o excesso de água nos períodos de maior pluviosidade. Nesta unidade estão inseridos os municípios de maior produção pecuária em número de bovinos para corte e leite, com presença de laticínios a exemplo do queijo minas frescal da marca Amaralina, produzido em São João do Sul, no município de Guaratinga, encontrado nas grandes redes de supermercados.

Na unidade P2, a pastagem convive com a policultura, em razão da presença de pequenas áreas ocupadas com culturas permanentes, principalmente café, mamão, pimenta-do-reino, urucum, mandioca, entre outras. Estas pastagens cultivadas localizam-se mais no centro-leste da área, com maior ocorrência nos municípios de Prado, Porto Seguro, Alcobaça, Eunápolis e Belmonte.

A unidade P3 se diferencia em função da presença do eucalipto que se intercala com a pastagem, cujas dimensões não foi possível individualizar, correspondendo a quase 15% das pastagens. Sua ocorrência se dá em maior concentração onde a monocultura do eucalipto é mais dominante, a exemplo dos municípios de Mucuri, Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Itagimirim (Foto 10).

Quanto à unidade P4, agrega manchas onde a pastagem é predominante e encontra-se intercalada por eucalipto e policultura. Dentre as culturas mais freqüentes destacam-se o mamão, café, urucum e pimenta-do-reino. Esta unidade ocorre principalmente em Alcobaça, Prado, Teixeira de Freitas e Nova Viçosa.

A unidade P5 foi identificada em áreas com cana-de-açúcar, eucalipto e policultura. As manchas ocupadas pelas culturas geralmente têm dimensões que não possuem representatividade neste levantamento, ficando, desta forma, inseridas na referida unidade de mapeamento. Sua ocorrência abrange os municípios de Mucuri, Caravelas e Medeiros Neto.



Foto 10 – Pastagem e Eucalipto, Teixeira de Freitas

Na unidade denominada P6, a pastagem aparece como dominante e divide espaço com a cana-de-açúcar, quase que eqüitativamente, com representatividade nos municípios de Ibirapuã e Mucuri.

Na unidade P7, a pastagem divide espaço com o eucalipto, que é dominante, e em pequenas parcelas com coco-da-baía policultura voltada para subsistência, com cultivo da mandioca, feijão, milho e banana, identificada apenas no município de Mucuri.

No que se refere à unidade P8, é constituída por pastagens intercaladas com parcelas significativas de café. Todavia, a escala do trabalho não permitiu a sua individualização, apesar da extensão das áreas ocupadas com a cultura. Esta unidade está concentrada nos municípios de Itabela e Guaratinga.

Na unidade P9, as áreas de pastagens se encontram consorciadas com eucalipto, cujas propriedades se integraram ao Programa de Fomento de Madeira de Eucalipto, promovido pelas empresas reflorestadoras com objetivo de ampliar a oferta de matéria-prima para atender demandas das unidades industriais. A empresa fornece as mudas de eucalipto, insumos, assistência técnica e assegura a compra futura com preço de mercado, cabendo ao produtor o plantio, manutenção, colheita e transporte.

A disseminação da unidade P9 se relaciona, principalmente, com os municípios que apresentam limitações ou encontram-se sem disponibilidade de terras para silvicultura; verifica-se que a adesão por parte dos pecuaristas tende a se ampliar. Nesta unidade, o eucalipto é plantado em faixas intercaladas com a pastagem, um sistema de convivência pacífica entre o

eucalipto e a pecuária bovina, agregando renda ao produtor, que inserido neste agronegócio garante a sustentabilidade da propriedade quanto às oscilações da pecuária, além de ter maior rentabilidade. No entanto, é importante salientar que o programa pode ser o ponto de partida para a substituição gradativa das pastagens pelo eucalipto, considerando-o, em termos econômicos, mais vantajoso.

O efetivo bovino da área de estudo, em 2005, foi de 2.056.197 cabeças de gado, o equivalente a 20% do efetivo do estado. Para complementar as informações relacionadas à pecuária, foram selecionados os municípios com melhor desempenho, relacionados na Tabela 19.

Tabela 19 Rebanho bovino, principais municípios pecuaristas – Extremo Sul, Bahia – 2001-2005					
Município	Rebanho bovino (cabeças)				
	2001	2002	2003	2004	2005
Eunápolis	78.113	97.228	107.091	107.681	103.469
Guaratinga	111.555	137.680	148.430	149.464	142.693
Itamaraju	149.259	148.365	162.294	176.928	173.584
Itanhém	139.684	141.529	154.446	157.169	155.925
Itarantim	99.421	101.630	105.696	115.737	126.871
Jucuruçu	61.840	64.881	80.905	84.995	91.925
Medeiros Neto	118.586	128.816	142.942	136.981	134.517
Prado	82.514	82.715	88.881	105.700	98.781
Teixeira de Freitas	97.432	104.131	114.774	105.570	101.710

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)

O Programa do Novilho Precoce na Bahia tem evoluído com uso de novas técnicas, principalmente a de castração, que vem revolucionando com melhores resultados, se comparada às técnicas tradicionais, contribuindo para o aumento da produção de músculos na parte traseira do animal, da gordura, maciez, palatabilidade e do ganho de peso corpóreo, em média de 8 a 15 kg por carcaça.

O Extremo Sul é o principal pólo do Nordeste na produção de novilho precoce. Nesta região o abate pode ocorrer com até trinta meses de idade. As vantagens do uso do novilho precoce vêm despertando cada vez mais o interesse dos pecuaristas, em razão das vantagens oferecidas, como a melhoria da qualidade da carne, o aumento do desfrute do rebanho e da produtividade da propriedade, além do incentivo fiscal com a redução do ICMS.

EXTRATIVISMO

A atividade extrativista se reporta à captação de recursos naturais através da força de trabalho com pouco capital e baixa tecnologia, relacionada com a extração vegetal, mineral, animal e a pesca, e que na maioria das vezes se subordina ao processo capitalista de produção.

Na região do Extremo Sul, o extrativismo vegetal continua a exercer pressão sobre os remanescentes da mata nativa e também da mata em regeneração, que apresenta duas modalidades de exploração: a primeira se constitui numa alternativa econômica com retorno garantido e pouco investimento, relacionada com a exploração da madeira, especialmente aquela com valor comercial para abastecer serrarias ou para transformar em carvão e alimentar siderúrgicas no Espírito Santo; na segunda modalidade o extrativismo é praticado como meio de sobrevivência, realizado pela população local, como a extração da piaçava e do fruto da aroeira.

A piaçava (*Attalea funifera Martius*) é uma espécie nativa e endêmica do Sul da Bahia. Historicamente, esta palmeira teve grande importância para os navegadores no período colonial. Em função da sua resistência, foi utilizada para produção de cordas que serviam de amarras de navios.

Essa palmeira se desenvolve em solos de baixa fertilidade, cujas características não permitem a exploração econômica com culturas. Entretanto, apesar de tratar-se de uma planta nativa, quando recebe tratamentos culturais como limpeza e controle de plantas invasoras, a produção de fibras aumenta. Quando é cultivada, pode atingir 1.000 plantas por hectare, e em campo natural a média é de 300 plantas por hectare, constituindo-se numa alternativa com baixo investimento e alto rendimento.

A utilização da piaçava está direcionada para confecção de vassouras, assentos de carro, cordoaria, cobertura de quiosque e o bulbo da piaçava nova é um palmito de agradável sabor. Esta palmeira é extraída pela população local como meio de subsistência, sem orientação que possa dar sustentabilidade à espécie, o que poderá provocar sua escassez e gerar problemas para a população.

A piaçava ocorre em maior concentração em Belmonte, cuja produção em 2005 foi de 1.732 toneladas, seguida de Santa Cruz Cabralia com 436 toneladas e Porto Seguro com 226 toneladas, identificada na unidade de mapeamento Vs4 como vegetação secundária com palmeira. Em Belmonte, grande parte da piaçava encontra-se dispersa, não sendo possível uma maior espacialização desta palmeira no município.

A aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius Raddi*) é uma árvore nativa do Brasil; ocorre do Ceará até o Paraná, nos estados da região Centro-Oeste, sendo encontrada com frequência na região Nordeste. A aroeira tem várias denominações, como urundeúva, aroeira, aroeira do sertão, aroeira do campo e outras. Atingem de seis a quatorze metros nos biomas cerrado e caatinga, podendo chegar a vinte metros em solos mais férteis. A madeira da aroeira possui grande resistência mecânica e é praticamente imputrescível.

No assentamento Riacho das Ostras, os frutos da aroeira são uma fonte de renda para os agricultores. A atividade segue recomendações em um processo simples: na colheita devem deixar de 20% a 30% dos frutos nas árvores para preservar a espécie e alimentar os animais silvestres; usar lonas para não deixar os frutos caírem no chão e evitar contaminação. Depois de colhidos, são ensacados e exportados para a Europa, Estados Unidos, Japão e Paraguai (Foto 11).

Apesar de a aroeira vegetar em várias regiões do Brasil, ainda é pouco conhecida. Suas propriedades antioxidantes despertam o interesse dos pesquisadores nesta área de conhecimento para fazer a substituição dos antioxidantes sintéticos por naturais, face às restrições aos sintéticos devido ao seu potencial carcinogênico, tanto nos produtos alimentícios como no uso farmacêutico.

Essa espécie tem inúmeras potencialidades medicinais na casca, folhas e frutos, sendo usada como antiinflamatório, diurético, depurativo e outros. Entretanto, é como especiaria que ela é mais conhecida, pois se trata de um fruto de sabor suave e levemente picante, podendo ser usado em preparo de molhos para dar sabor e refinamento aos pratos e também em grãos inteiros ou moídos. Esta especiaria tem grande aceitação, e por isso a demanda é crescente no mercado internacional.



Foto 11 – Aroeira, Assentamento Riacho das Ostras, Prado

O extrativismo vegetal voltado para extração da madeira oriunda da Mata Atlântica está proibido em toda a área de estudo. Não tendo registro nas estatísticas oficiais, a extração e queima de madeira continua a ser praticada de forma ilegal para abastecer madeireiras e produção de carvão. A fiscalização do Ibama vem autuando e aplicando multas aos infratores, confiscando o produto como forma de coibir estas ações e, mesmo assim, a saga da destruição continua na região.

São comuns os relatos sobre a devastação do que resta da floresta nativa. Durante uma operação de combate ao comércio clandestino de carvão, em novembro de 2007, nos municípios de Prado, Ibirapuã, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa e Mucuri, num sobrevôo na região, foram localizados mais de dois mil fornos, os quais utilizam madeira da Mata Atlântica.

É importante salientar que para produzir um metro cúbico de carvão são necessários três metros cúbicos de madeira. Além de agredir o meio ambiente com a retirada da mata e a liberação de gás carbônico na queima da madeira, os trabalhadores das carvoarias ilegais estão sujeitos a péssimas condições de trabalho, com habitações em condições desumanas e completo desrespeito às leis trabalhistas.

Áreas extensas de vegetação nativa em diversos estádios de regeneração estão sendo destruídas. Até as Unidades de Conservação Permanente estão sendo desrespeitadas, especialmente no Parque Nacional do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro. É visível no entorno do parque áreas desmatadas, e através das imagens de satélite observam-se clareiras, sinalizando que há desmatamento também no interior do parque, além daquela permitida e utilizada pela comunidade pataxó que habita o local.

Apesar do Ibama, órgão fiscalizador, se fazer presente, falta infra-estrutura para atender a região, pois além da questão da Mata Atlântica, ocorre a pesca predatória, que acarreta a diminuição da piscosidade desta faixa costeira, requerendo uma intensa fiscalização tanto na fase do defeso quanto na modalidade da pesca. A região conta com apenas uma Reserva Extrativista Marinha, a de Corumbau, que se estende por uma área de 89.889 hectares, visando a preservação do cinturão pesqueiro localizado entre a Ponte do Espelho, Praia de Coruípe, Barra das Ostras e Praia de Cumuruxatiba, nos municípios de Porto Seguro e Prado.

Apicultura

Nessa região, a atividade apícola tem pouca expressão em volume comercializado, mas vem exercendo uma importante função social como uma alternativa de renda para pequenos agricultores. Os apicultores estão se organizando em cooperativas como forma de se fortalecerem, diminuindo custos e, conseqüentemente, obtendo maior competitividade na comercialização do produto.

Segundo a Associação de Apicultores de Eunápolis (Asoape), que agrega apicultores dos municípios de Belmonte, Itabela e Guaratinga, estima-se que existam cerca de 20 apicultores em atividade, com 2.500 colméias em operação, divididas com pequenos produtores.

Considerando a flora da região, caracterizada pelos remanescentes da Mata Atlântica e o eucalipto, a área estudada apresenta importante potencial apícola, estimado em mais de 300 toneladas de mel/ano. A produção atual é baixa, sendo explorados apenas 15% deste potencial.

Outros municípios também estão se organizando. A região conta com sete associações de apicultores, onde se destaca a Cooperativa de Apicultura e Meliponicultura do Extremo Sul da Bahia (Coopamel), com sede em Mucuri, o que demonstra a vontade de desenvolver o setor, pois juntos poderão diminuir custos, principalmente de transporte, e atrair incentivos.

O projeto de Apicultura Solidária é desenvolvido pela Aracruz Celulose e Suzano Papel e Celulose com objetivo de ajudar as comunidades que se encontram no entorno da área de

influência das empresas. No município de Teixeira de Freitas, oitenta famílias estão sendo beneficiadas. Esta iniciativa poderá servir de incentivo para a apicultura avançar como uma alternativa de renda para esta população.

A empresa, além de ceder as áreas para estruturar a criação de abelhas, distribui com os apicultores todo o material necessário para o desenvolvimento da atividade, e ainda oferece a assistência técnica. Este projeto beneficia os pequenos produtores ligados à Associação de Apicultores do Extremo Sul da Bahia, à Associação Apícola de Mucuri e à Associação de Apicultores de Nova Viçosa. O apiário Apis Bom Mel produz industrialmente própolis com gengibre em forma de spray. O apiário está localizado na Fazenda Bela Vista, na BA-994, km 9, no município de Medeiros Neto.

COBERTURA VEGETAL

A região do Extremo Sul encontra-se na área de domínio das formações florestais que variam em função da interação solo-clima. Entretanto, o processo de ocupação com base na exploração dos recursos florestais promove a devastação, tendo sido iniciado com o pau-brasil, que por longo tempo foi matéria-prima das indústrias de corantes da Europa. Este procedimento teve continuidade e perdura até o momento atual, sempre voltado para os interesses econômicos.

Nesse contexto, a vegetação natural foi sendo descaracterizada com a retirada não só de pau-brasil, mas de outras espécies nobres como jacarandá, cedro, sucupira, peroba, vinhático entre outras. Este processo foi intensificado com a implantação da BR-101, quando a apropriação dos espaços se deu de forma acelerada, com a substituição da vegetação natural por pastagem, provocando um desequilíbrio no meio ambiente.

Apesar de a cobertura vegetal exercer papel importante, não só pelo processo de fotossíntese, mas na conservação dos solos, do ciclo hidrológico, e principalmente na manutenção da biodiversidade existente, ao longo do tempo esta cobertura foi sendo substituída por atividades econômicas de forma predatória. Mesmo após legislações criadas para coibir o desmatamento indiscriminado, a subtração das áreas florestais continua, restando hoje menos de 6% da floresta, que correspondem quase na totalidade às unidades de conservação protegidas por lei; ainda assim, essas áreas florestais encontram-se em constante ameaça.

Na região foram identificadas a Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), Floresta Estacional Semidecidual e Decidual, Mata Ciliar, Mussunungas, Vegetação Secundária dos diversos biomas e as Formações Pioneiras.

Neste trabalho, a abordagem sobre a cobertura vegetal representa um complemento ao trabalho de mapeamento do Uso da Terra e não um levantamento da vegetação. Por esta razão, os biomas presentes na área estão comentados de forma generalizada.

Formações florestais

No domínio das formações florestais incluem-se a Floresta Ombrófila de Terras Baixas (Mata Atlântica), Floresta Estacional Semidecidual e Decidual, Mata Ciliar e Mussunungas.

Como já foi dito, a pressão antrópica sobre a vegetação natural remonta ao início da colonização, deixando em lugar da Floresta Ombrófila ou Mata Atlântica extensas áreas ocupadas com pastagem, Floresta de Eucalipto e culturas. Da mata original restam apenas remanescentes de floresta fragmentados e na sua maioria descaracterizados, em manchas isoladas, geralmente em relevo acidentado, ocupando topos e encostas íngremes e as Unidades de Conservação, que apesar de serem protegidas por lei ainda são alvo da sanha dos madeireiros.

A unidade de Floresta Ombrófila está identificada como FI1, representada principalmente pelo Parna do Descobrimento, localizado no município de Prado e pelo Parna do Pau Brasil, em Porto Seguro, Reserva da Ceplac, as RPPN Estação Veracel e Estação Veracruz e manchas remanescentes pulverizadas em toda a extensão mapeada, na maioria não mapeáveis na escala do trabalho.

Constata-se, ainda, a ocorrência das matas de cabruca, denominação usada para a Mata Atlântica raleada mantida como cobertura para o cacau, identificada ao longo do rio Mucuri, rio Jequitinhonha, em pequenos trechos do rio Jucuruçu Braço Norte, córrego Salomão e nas serras de Itamaraju e Guaratinga.

Na faixa mais a oeste da área, registra-se uma diminuição da umidade em decorrência do afastamento da faixa costeira. Isso acaba refletindo na cobertura vegetal, condicionada em função da variação climática, dando lugar a um ambiente marcado por um período seco que varia de 90 a 120 dias, propiciando o desenvolvimento da Floresta Estacional Semidecidual FI2, representada por pequenas manchas. Isso ocorre em maior densidade no noroeste da área, nos municípios de Itapebi e Itagimirim e em manchas esparsas no centro-oeste.

No extremo oeste o clima sub-úmido a seco favorece o desenvolvimento da Floresta Estacional Decidual FI3, cuja característica principal é a caducidade foliar em função do período seco prolongado. Este bioma também se encontra quase totalmente substituído por pastagem, representada por pequenas manchas dispersas, que são observadas com maior frequência na parte noroeste, principalmente no município de Potiraguá e no centro-oeste, próximo ao limite com o estado de Minas Gerais.

A Mata Ciliar FI4, apesar da intensa drenagem com extensos vales, encontra-se reduzida a faixas estreitas, descontínuas, ao longo do alto curso do rio Buranhém. No restante da área essa mata não é mapeável. A maior parte do desmatamento radical ocorrido para implantação das pastagens chega até as margens dos rios, contrariando o Código Florestal (Lei nº4771/65), que inclui estas áreas para preservação permanente e cuja largura da mata a ser preservada está relacionada com a largura do curso d'água.

A recomposição da Mata Ciliar representa uma das ações que merece atenção na recuperação dos mananciais, uma vez que a subtração desta vegetação facilita o carreamento de sedimentos para o leito dos rios, contribuindo com o assoreamento, a redução da atividade pesqueira e enchentes, e comprometendo a qualidade da água.

Além da vegetação já comentada, nessa região ocorrem manchas bastante peculiares de vegetação arbustiva que se desenvolvem dentro do Domínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, denominada de Mussunungas.

O termo mussununga é derivado originalmente da palavra indígena (tupi-guarani) *muçurunga*, que significa terra arenosa, úmida e fofa, utilizada para designar um tipo de composição florística caracterizada por variações fisionômicas que vão do campestre ao arbóreo, relacionada com áreas instáveis, submetidas a condições especiais que configuram depressões com camadas impermeáveis em subsuperfícies onde a espessura do pacote sedimentar arenoso sobrejacente influi sobre o desenvolvimento deste tipo de cobertura vegetal, que muitas vezes se assemelha às , identificadas no norte do Espírito Santo, Sul e Extremo Sul da Bahia (Foto 12).



Fonte: CRNA / Diego, 2006

Foto 12 – Mussununga, Belmonte

A ocorrência deste tipo de vegetação atribui-se às características edáficas, com presença de solos do tipo Espodosolos arenosos. Originados de rochas do Grupo Barreiras, são de coloração muito clara, com acumulação de matéria orgânica, presença de uma camada de impedimento (horizonte B espódico), fator que eleva o lençol freático nos períodos de maior precipitação, provocando alagamentos estacionais neste ambiente (Foto 13).

Esse ecossistema se compara com formações florestais abertas, de baixa densidade e com estrato herbáceo dominante, predominando a *Tabebuia cassinoides*, o *Imperata brasiliensis* e a *Pteridium aquilinum*.

Essa formação florística na área de estudo é composta, de modo geral, por uma estrutura fisionômica subarbustiva–arbustiva que acompanha cordões arenosos, geralmente de forma circular, circundadas pela Floresta Ombrófila ou restinga, descontínua, de tamanho, formas e fitofisionomias diferenciadas. Estas peculiaridades, vistas de forma comparativa, permitem

inferir sobre a natureza e intensidade dos impactos provocados pelas atividades antrópicas, sugerindo que elas interferem diretamente nas alterações, do que se conclui que quanto maior o impacto provocado, mais aberta, dispersa e rebaixada é a mussununga.

Nesse mapeamento, as mussunungas estão incluídas nas formações florestais e identificadas como Ms. Foram mapeados campos desta vegetação no município de Belmonte, guardando uma homogeneidade florística entre elas. No sentido leste e nordeste do Parque Nacional do Monte Pascoal, próximo à Aldeia Barra Velha, e na APA Caraíva/Trancoso, em Porto Seguro, é possível encontrar mussunungas. Também foram mapeadas manchas significativas nos municípios de Prado, Santa Cruz Cabrália e Alcobaça. Nesta área, grande parte das ocorrências destas formações encontra-se impactada com pastagem e a monocultura do eucalipto, principalmente as mussunungas de Caravelas e Mucuri, não sendo possível identificá-las.



Foto 13 – Mussununga, Porto Seguro

Vegetação secundária

Nesta categoria se incluem todas as comunidades florísticas onde houve interferência do homem, com substituição da cobertura primária para uso com atividades agropastoril ou exploração mineral.

A vegetação secundária é resultado do desmatamento e uso inadequado, que provocam perdas dos elementos químicos e da matéria orgânica, com as queimadas tornando estas áreas improdutivas. Por esta razão, é abandonada e em seu lugar ocorre a regeneração da vegetação natural, que aparece em diferentes estádios de regeneração em função do grau de lixiviação dos solos, aliado ao tempo e ao clima.

Esse padrão foi subdividido em quatro unidades de mapeamento, identificadas em função do tipo de vegetação original e do estágio de regeneração em que se encontram. A vegetação secundária, denominada de Vs1, se refere às manchas no domínio da Mata Atlântica em avançado estágio de regeneração, onde a floresta se apresenta densa e com todos os extratos. A Vs2 se refere ao mesmo ambiente, porém difere da anterior pelo estágio inicial e médio de recuperação. A Vs3 corresponde a manchas no domínio da Floresta Estacional Semidecidual e Decidual e a Vs4 ocorre também no domínio da Mata Atlântica, em área próxima ao litoral e se caracteriza pela presença de palmeira *Attalea funifera* Martius, conhecida por piaçava, nome de origem indígena (tupi) que significa “planta fibrosa”.

As manchas de vegetação secundária estão disseminadas em toda a extensão mapeada, sendo encontradas, geralmente, em pequenas extensões, entretanto, registra-se maior densidade no centro-oeste.

Formações pioneiras

Esta denominação refere-se à vegetação de primeira ocupação em áreas pedologicamente instáveis em razão dos aportes de material resultante dos processos de deposição e sedimentação aluvial ou marítima a que estão submetidos, promovendo, desta forma, um constante rejuvenescimento dos solos, gerando ecossistemas peculiares. Fazem parte dessa categoria os mangues, as restingas e os brejos.

Mangue

O manguezal é considerado um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestres e marinhos. Característicos de regiões tropicais e subtropicais, estão sujeitos a inundações periódicas por água do mar e água doce, sofrendo flutuações abruptas e pronunciadas de salinidade.

A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam ideais para reprodução, criadouro e abrigo de várias espécies da fauna aquática e terrestre (verdadeiros berçários naturais).

Desempenham importante papel como exportadores de detritos orgânicos para áreas estuarinas. Estes detritos em suspensão nas águas, compostos principalmente por fragmentos de folhas de mangue, formam a base alimentar de diversas espécies de caranguejos, camarões e peixes.

A composição florística dos manguezais é simples, contém poucas espécies vegetais e um único estrato. Sua vegetação serve para fixar as terras, impedindo a erosão e ao mesmo tempo estabilizando a costa. Suas raízes funcionam como filtros na retenção dos sedimentos.

No mundo existem cerca de 162.000km² de manguezais entre as latitudes 25° N e 25° S. O Brasil ocupa o segundo lugar entre os países detentores deste ecossistema, com cerca de 25.000km², que ocorre na quase totalidade do litoral brasileiro, indo do Amapá a Santa Cata-

rina. Somente o Rio Grande do Sul não registra este ecossistema em seu território. Na Bahia, estima-se que a área de manguezal seja de 1.000km², com destaque para o Extremo Sul, onde este ecossistema exerce grande influência.

Os manguezais são encontrados em diversos pontos do litoral do Extremo Sul baiano, nas desembocaduras dos rio Jequitinhonha, em Belmonte, do rio Tiba, em Santa Cruz Cabralia, do rio Buranhém, em Porto Seguro, dos rios Jucuruçu e Alcobaça, em Prado, e no rio Mucuri. Entre Caravelas e Nova Viçosa, separados por uma extensa faixa de restinga, encontra-se a maior concentração desse ecossistema na área mapeada, formado pelo rio Peruípe e outros córregos e riachos que compõem a densa drenagem deste ambiente.

Os manguezais estão seriamente ameaçados pela expansão urbana, apesar de estar incluídos na categoria de preservação permanente, e vêm sofrendo com o desmatamento, pesca com explosivos, contaminação química, construção de barragens, mariscagem não gerenciada, aterros, lixões, obras de engenharia e lançamento de esgotos (domésticos e industriais), dentre outros. De todos os ecossistemas, o manguezal é um dos mais produtivos e também o mais vulnerável às atividades antrópicas, principalmente aos efeitos do desenvolvimento econômico e do crescimento desordenado das áreas urbanas.

Restinga

Ecologicamente, as restingas são ecossistemas costeiros, formados pela justaposição de cordões litorâneos, fisicamente determinados pelas condições edáficas (solo arenoso), e pela influência marinha, de origem sedimentar recente (início no período Quaternário), sendo que as espécies que aí vivem (flora e fauna) possuem mecanismos para suportar os fatores físicos dominantes como salinidade, extremos de temperatura, forte presença de ventos, solo instável, insolação forte e direta, etc.

É uma vegetação própria de terrenos salinos, formados por ervas, arbustos e árvores. Predomina do litoral da Bahia ao Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, porém é encontrada desde a costa leste do Pará, perfazendo um total de aproximadamente 9.000km de extensão. As espécies mais freqüentes são a salsa-da-praia, o cajueiro e a mangabeira. Recebe os efeitos destrutivos a que o manguê está exposto.

Em cada uma das grandes regiões reconhecidas para a costa brasileira, ocorrem planícies formadas por sedimentos terciários e quaternários, depositados predominantemente em ambiente marinho, continental ou transicional; freqüentemente tais planícies estão associadas a desembocaduras de grandes rios e podem estar intercaladas por falésias e costões rochosos.

A vegetação da restinga cria obstáculos que barram ou redirecionam os ventos que carregam as areias, além de segurar essa areia com as raízes, ramos e folhas, ou seja, agem na contenção de dunas.

As restingas são facilmente mapeáveis devido a sua conformação, seguindo as linhas de contorno, e a fisionomia florística condicionada à presença de Neossolos (Areias Quartzosas Marinhas) e Espodossolos (Podzol Hidromórfico).

No Extremo Sul da Bahia, a vegetação de restinga está presente em quase toda a faixa costeira, sendo fragmentada pela ocupação humana e monocultura de coco. Em Belmonte, no baixo curso do rio Jequitinhonha, ocorre uma extensa área de restinga de quase 15km de largura, que vai se afunilando e chega a atingir aproximadamente 25km de comprimento no sentido norte-sul, onde se encontram espécies típicas deste tipo de vegetação e aparecem áreas fortemente povoadas por piaçava.

Descendo pelo litoral, encontra-se a Área de Proteção Ambiental da Coroa Vermelha, constituída, em grande parte, por restinga; próximo à foz do rio dos Frades e ao sul de Caraívas, a restinga volta a aparecer com sinais de forte interferência do homem ocorrendo manchas sem vegetação que dão lugar a grandes extensões de areia.

Também é muito expressiva a restinga localizada entre Alcobaça e Mucuri, numa extensão de 65km, sendo que entre Alcobaça e Caravelas encontra-se o trecho de maior largura, atingindo cerca de 12km. Neste trecho está previsto um grande empreendimento voltado para carcinicultura, considerado de alto impacto, com riscos de contaminar os manguezais associados, além de atingir as formações coralinas.

Brejos

Compreendem as comunidades vegetais que recobrem as planícies aluviais, variando com o grau de umidade. Geralmente são constituídos por extrato herbáceo e com ocorrências de plantas que podem chegar a dois metros, como a taboa (*Typha spp.*), e o lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*).

Esse ecossistema tem várias denominações; além de brejo, é também conhecido por alagadiço, charco, banhado e outros. São encontrados além das planícies adjacentes aos rios, em depressões e as margens de lagoas de água doce.

Os ambientes dos brejos geralmente têm pouca ou nenhuma inclinação e ocupam baixadas, situação que retarda ou impede o escoamento das águas.

A densa drenagem e alta pluviosidade, aliada às extensas planícies de inundação dos rios mais caudalosos, propiciam a presença de extensas faixas de brejos, representadas pela unidade Fp3. Ao longo do rio Buranhém, registra-se faixa de Fp3 com largura de até 3km e 15km de comprimento. Ao longo do rio dos Frades, a extensão ocupada por brejo é de cerca de 30km e largura média de 1km, aproveitada com a criação de búfalos (Foto14).



Foto 14 – Bubalinocultura, Rio dos Frades

Nas baixadas aluviais ocorrem áreas em nível mais elevado, nas quais o lençol freático encontra-se mais rebaixado e onde se verifica canais de drenagem para a manutenção dos níveis de umidade em patamares aceitáveis para seu aproveitamento com pastagem e pecuária extensiva.

Áreas degradadas

Estas áreas são registros do uso indevido dos solos. A prática das queimadas de forma sucessiva provoca mudanças na estrutura do solo, pois reduz os aportes de matéria orgânica e, conseqüentemente, leva ao esgotamento dos nutrientes, esterilizando o solo. Nessas áreas, até a vegetação natural encontra dificuldades para se regenerar em razão da compactação das camadas superficiais dos solos.

As manchas das áreas degradadas aparecem mais próximas ao litoral, em razão da maior interferência do homem. As mais significativas e mapeáveis localizam-se nos municípios de Porto Seguro, Prado e Caravelas.

OUTROS USOS

INDÚSTRIA

O Extremo Sul corresponde, atualmente, à segunda maior área em atração de investimentos do Estado da Bahia, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de Salvador. Concentra a maior parte da produção de celulose e papel existente no Estado, além do setor moveleiro que dela se originou, aproveitando a oferta madeireira existente e, embora timidamente, mas de forma crescente, elevando a participação da Bahia neste setor.

Entretanto, apesar de todas as inovações, é a pecuária bovina em sistema extensivo a grande vocação regional, com grandes expoentes, especialmente nos municípios localizados em sua porção oeste. Cita-se, ainda, o setor mineral, com os mármore e granitos no município de Teixeira de Freitas, e o setor metal-mecânico, com retífica e manutenção de máquinas em Mucuri.

A atividade turística tem no litoral, Costa das Baleias e Costa do Descobrimento, os grandes expoentes e desenvolve-se contando com elevados investimentos por parte do Governo do Estado e da iniciativa privada, sendo que diversos outros segmentos têm no turismo o pilar de sustentação, dele advindo e nele encontrando fatores para a manutenção e sustentabilidade.

Os municípios mais representativos na atividade turística são aqueles localizados no litoral, tendo a cidade de Porto Seguro como liderança regional.

Outras atividades que representam alguma importância para a região no setor são aquelas vinculadas à indústria da construção civil e de produtos alimentícios, estando ambas intimamente relacionadas à expansão da atividade turística, formando a estrutura industrial da economia regional em conjunto com a agroindústria de papel e celulose.

Na esteira da indústria de papel e celulose, mas com forte caráter histórico, existe a indústria madeireira/moveleira, que surge ligada ao processo de ocupação e formação do território que hoje conforma a região do Extremo Sul da Bahia, sendo diretamente responsável pela formação de diversos núcleos interioranos pioneiros regionais.

Durante a implantação da cacauicultura, a madeira extraída apareceu como fonte para a indústria da construção civil e sempre se constituiu em elemento que fomentou o intercâmbio entre a Bahia e os estados do Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no cenário intra-regional, principalmente com a Região Metropolitana de Salvador e com Salvador.

A nova atividade do Sul e Extremo Sul do Estado e seu potencial de troca com essas regiões desenvolveu e consolidou na região um importante pólo de extração e beneficiamento da madeira, especialmente nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Itabela, Itamaraju e Teixeira de Freitas. Atualmente, é neste último que está instalada a maior parte das serrarias da região.

A Aracruz Produtos de Madeira S.A., em Nova Viçosa, explora o segmento de movelaria e madeira, atrelado à produção das indústrias anteriores e com grandes perspectivas econômicas.

Alguns fatores foram fundamentais para a implantação da atividade na região. Dentre eles cita-se: mercado pouco competitivo e amplo, mão-de-obra disponível e barata, disponibilidade de matéria-prima e interesse dos proprietários em agregar valor ao produto, linha de programas e incentivos governamentais na região, redução de custos na produção da madeira e interesse para o desenvolvimento da indústria de base (insumos, compensados, etc.) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997).

Outros fatores se mostraram contrários à implementação da atividade, alguns, inclusive, considerados essenciais quando da caracterização do cenário favorável, como a oferta reduzida dos produtos primários, mão-de-obra sem qualificação necessária, pouca tradição com a atividade, infra-estrutura precária em transportes (compromete o escoamento) e energia, dentre outros.

Não obstante os fatores contrários, a atividade tem se desenvolvido satisfatoriamente no Extremo Sul do Estado e encontrado boa aceitação nos mercados em que consegue introduzir seus produtos, conformando, assim, parte integrante da base econômica regional.

De maneira geral, e apesar de não possuir número elevado de grandes investimentos, a indústria vem se confirmando como uma das atividades econômicas principais, elevando a região ao patamar de grande centro de atração de investimentos do Estado e de importante exportador de produtos com valor agregado. Assim como no cenário estadual, confirma-se como expoente no mercado nacional.

Outra atividade industrial de significativa importância para as economias dos municípios nos quais estão instaladas, são as usinas de beneficiamento da cana para a produção de álcool e açúcar. No município de Medeiros Neto, tem-se a Usina Santa Maria, que emprega aproximadamente 635 funcionários, e, no município de Santa Cruz Cabrália, a Usina Santa Cruz, que emprega 141 funcionários.

Há destaque também na produção de laticínios em geral nos municípios localizados na porção oeste da região, onde se localizam extensas pastagens com gado bovino, ressaltando Guaratinga, Itabela e Ibirapuã.

As demais indústrias são de médio e pequeno porte, nos mais variados ramos da atividade, e pontuam a área nos diversos municípios. Geralmente relacionam-se à produção de alimentos, cerâmicas para a construção civil e produtos à base de madeira.

Conclui-se que, com exceção da indústria de celulose e papel, não há na região elevado nível de desenvolvimento industrial, registrando ocorrências sem grande expressividade nacional, mas com importância nos âmbitos local e regional. O benefício incorporado pelo setor na região torna-se indispensável ao ampliar a arrecadação de ICMS, aumentar a balança comercial estadual e, com a indústria moveleira se desenvolvendo na esteira da indústria de papel e celulose, fortalecer o setor florestal, com significativos reatamentos na geração de emprego e renda.

As maiores concentrações industriais ocorrem nos municípios de Eunápolis, Itamaraju, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, como pode ser visualizado no Quadro 01, enquanto os que possuem maior volume de empregos diretos gerados pela indústria são Mucuri, Eunápolis e Teixeira de Freitas, sendo que Mucuri detém a liderança. Entre as unidades industriais, a Veracel Celulose é considerada como a de maior porte.

(continua)

Quadro 01 Ocorrências industriais		
Município	Empresa	Produto
Alcobaça	Netuno Alimentos S/A	Armazenamento de pescado
	Estaleiro Naval Pedro Paulo	Barco de pesca
	RLS - Artefatos de Cimento	Anel de cimento armado, laje pré-moldada, manilha, bloquete para calçamento, dentre outros
Belmonte	Biomix Indústria e Comércio de Fibras Naturais Ltda	Artefatos de fibra de coco (artesanato)
Caravelas	Beu Pescador	Preparação de peixe, crustáceo e molusco
Eunápolis	Agrizi	Móvel de madeira
	Apis Valverde	Mel, Própolis
	Produtos de Limpeza Attak	Produtos de limpeza e polimento
	Cabrália Pneus	Pneu, recapagem de pneu
	Celeste Móveis e Esquadrias	Móveis
	Cerâmica e Transporte Tomazelli Ltda	Blocos
	Cerâmica Rosa Neto Ltda	Blocos, lajotas para laje
	Cris & Lara	Confecção
	Serralheria Dadalto	Portão, grade, janela
	Eka Bahia	Clorato de sódio, oxigênio, dióxido de cloro
	Fast-Fruit	Polpa de fruta
	Serraria Londrina	Caixote para frutas, palete
	Friba	Derivados de carne
	Fibra & Cia	Traineira para pesca, lancha em fibra, bote, caiaque, toboágua, banheira de hidromassagem
	Giovanna Congelados	Massas alimentícias
	Gondim Gráfica e Editora	Produtos gráficos
	Cerâmica Capixaba	Bloco cerâmico
	logurte Thaissa	logurte

(continuação)

Quadro 01 Ocorrências industriais		
Município	Empresa	Produto
Eunápolis	Eunápolis Toldos	Toldo
	Carroceria Mury	Carroceria
	Dikamoveis	Móveis
	logurte Chay	logurte
	Mesulinox	Artigos em metal
	Mesul Metalúrgica	Artigos em metal
	Gramarmore	Artefatos em mármore e granito, pisos, pedras decorativas
	Bahia Bali	Móveis
	Santa Cruz Comercial de Pneus	Reforma de pneu
	Serral	Porta, janela, móveis, estacas em madeira
	Shirsa Confecções	Confecção
	Stilo Estofados	Estofados
	Veracel	Pasta celulósica de eucalipto semibranqueada
Guaratinga	Multirocha Mineracao	Extração de pedra, areia, argila, granito
Ibirapoã	P&L Laticínios	Laticínios
Itabela	Floresta Azul Aguardente	Aguardente
	Leite Mais Vida	Laticínios
	Madeira Rubim Ltda	Caixote, porta, janela, esquadria
	Mardesol	Janela, porta, portão, aduela
Itamaraju	Café Itamaraju	Café torrado e moído
	Art Point	Pano de prato
	União Pré-moldados	Laje, manilha, meio-fio, estaca, bloquete
	Pré-moldados Brasil	Laje pré-moldada, Bloco
	Cavessel Indústria de Carvão Ltda	Carvão
	Cerâmica Gatto	Telha, lajota
	Cerâmica Sumaré	Telha, lajota
	Cerâmica Tonini	Lajota cerâmica
	BR Pneus	Recauchutagem de pneus
	Design Stamp	Serigrafia, camiseta
	Dihoje	Condimentos, molhos, temperos
	Bom Gosto Condimentos e Alimentos	Temperos
	Emílio Ferreira Lima	Farinha de osso calcinada
	Estofados Bonisenha	Estofados
	Serraria Bronzon	Porta, janela
	Alumínio Esperança	Panelas, bacias, caldeirões
	Itabovi	Sal mineral, ração balanceada
	Laticínios São José	Queijo, manteiga
	Madeira Zucolotto	Esquadrias

(continuação)

Quadro 01 Ocorrências industriais		
Município	Empresa	Produto
Itamaraju	Marsan	Vela, sabão, água sanitária, desinfetante
	Panificadora Colônia	Pão, biscoito
	Pingo Kente	Tempero, azeitona verde
	Tapeçaria moura	Estofados
	Sumader – Sul Madeiras	Esquadrias, portão, cancelas
Itanhém	Well-Done	Polpa de fruta
	Café Ticiania	Café torrado e moído
	Itaporanga Construtora e Pré-moldados	Pré-moldados
	Promipec	Farinha de osso calcinada, sal mineral, ração balanceada, sal mineral proteinado
	Padaria Trigo de Ouro	Pão, biscoito, bolo, torta salgada
Itapebi	Mineração São Vicente Ltda	Brita
Itarantim	Queijos Oriente	Queijo parmesão
	ItaGran Granitos	Extração de granitos
	Laticínio Santa Rita	Queijo parmesão
	Laticínio Três Estrelas	Queijo, manteiga
	Laticínio Mel	Queijo parmesão, queijo mussarela, manteiga
	Somibras	Extração de granitos
Macarani	Mineração Cambuquira	Granito
	Cerâmica Botelho	Bloco cerâmico
	Laticínio Leme	Queijo parmesão
Maiquinique	Gostoso	Queijo mussarela, parmesão, lanche, minas frescal, provolone, ricota, manteiga, iogurte, bebida láctea
	Carbografite do Brasil (*)	Extração de grafite
Mascote	Barra Forte Mineração Ltda	Extração de granito em bloco
	Calcário BR 101	Calcário dolomítico
Medeiros Neto	Usina Santa Maria	Álcool etílico, anidro e hidratado
Mucuri	Andritz Brasil	Equipamento para indústria de papel e celulose
	Carbat	Estrutura metálica, jateamento e pintura de estruturas metálicas
	Cerâmica Itabatan Ltda	Tijolo, argila embalada, laje pré-moldada
	Fábrica de Móveis Felliza	Guarda-roupa modulado, cozinha modulada, palete
	Fertsolo	Composto orgânico (adubo)
	GM Carvão	Carvão vegetal
	Georgia Engenharia	Construção civil
	Indústrias Químicas Cubatão	Sulfato de alumínio
	Specialty Minerals	Carbonato de cálcio
	Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S/A	Celulose de eucalipto branqueada, papel de imprimir e escrever
	Vancel Mecânica e Usinagem	Solda, usinagem

(continuação)

Quadro 01 Ocorrências industriais		
Município	Empresa	Produto
Nova Viçosa	Aracruz Produtos de Madeira S/A	Lyptus – madeira serrada
	Esquadria W L	Portão, porta, estrutura metálica, grade, janela, torre de transmissão
	Embalatec	Palete
	Ibisel	Carvão vegetal
	Valmet	Equipamento florestal
	Carmerino Pré-moldados	Bloco, laje, poste, canaleta, coluna, estaca de cimento
	Serra Service São Judas Tadeu	Caixa descartável, madeira serrada, palete, estrado, escada, caixa para abelhas
	Santana Pré-moldados	Bloco estrutural, laje, meio-fio, estaca, caixa de gordura, suportes
Porto Seguro		
	Casa do Gelo	Gelo em escamas e em cubos
	Cerâmica Tomazelli	Bloco
	Construtora Saita	Edificação
	Danda Reis Malharia	Pano de prato, toalha de mesa, toalha de banho
	Planeta Brasil	Camisetas
	Estrela Panificadora e Confeitaria Ltda	Pão, doce, bolo, biscoito
	Ki Blocos	Laje pré-moldada, bloco, laje, treliça
	Galpão d'Ajuda	Esquadria de madeira, móveis
	Milli Madeiras	Esquadria de madeira
	Gráfica Jac	Serviço de off-set
	Panificadora Sabor do Sul	Pão, farinha de rosca, bolo, biscoito
	Magia Colorida	Sorvete
	Marcenaria Batista	Móveis, esquadria de madeira
	Marcenaria Tavani	Móveis, esquadria de madeira
	Panificadora Pandoro	Pão, croissant, bolo, torta
	Power Clean	Produtos de limpeza e polimento
	Safeplus	Cofre eletrônico
	Casa do Pão	Pão, bolo, biscoito, sorvete, picolé
	Sorveteria Sabor Capixaba	Picolé, sorvete
	Tec Control	Bloqueador de energia, painel de cabeceira, sensor de presença, luminária (linha hoteleira)
Potiraguá	Calcário BR 101 Ltda	Calcário dolomítico
	GMB	Extração de granito e mármore
Prado	Cerâmica Danimar	Lajota, bloco cerâmico, tijolinho
	Monte Pascoal	Beneficiamento de caulim
	Semapa	Porta, janela, esquadria de madeira

(continuação)

Quadro 01 Ocorrências industriais		
Município	Empresa	Produto
Santa Cruz Cabrália	CVC Coroa Vermelha Construtora	Construção civil
	Carmeblue	Bolsa
	Da Vovó	Tempero
	SR Construtora	Terraplanagem, construção civil, eletrificação
	Envasadora Cabrália Ltda	Soda Aquamater, água purificada adicionada de sais
	Bahia Brasil	Confecção praia
	Usina Santa Cruz	Álcool etílico, anidro e hidratado
Teixeira de Freitas	Alumax Esquadrias de Alumínios e Vidros Ltda	Moldura, vidro temperado para engenharia, espelho, vidro
	Center Vidros	Esquadria de alumínio, moldura, vidro temperado
	Café Pataxós	Café torrado e moído
	Bahia Sul Mineração	Pia, balcão, bancada, túmulo em pedra
	Alumfer	Porta, portão, grade, box
	CAF	Carvão vegetal
	Café Indiana Indústria e Comércio Ltda	Café torrado e moído
	Carrocerias Tupy	Carroceria de madeira e metálica, sobregrade, coxo de madeira
	Checon da Madeira e Material de Construção	Caixote para frutas e verduras
	Cloro Bom	Desinfetante, cloro
	Cintos Canaã	Cinto, bolsa
	Construtora Modular	Edificação, construção civil
	D'Sun	Sorvete
	Decore Móveis	Móveis
	Dilifrut Indústria de Alimentos Ltda	Fruta cristalizada
	Elizio Máquinas	Manutenção em máquina de costura
	Fábrica de Urnas Líder	Urna mortuária
	Fase Sport	Uniforme esportivo
	Frisa Nordeste	Carne com osso, farinha de carne e osso, sebo bovino, miúdo, couro, carne
	Silvio's Jóias	Anel, aliança
	Gráfica Apolo	Nota fiscal, talonário, panfleto, cartão, convite, envelope
	Gráfica Original	Convite, folder, folhinha, nota fiscal, livro, jornal, revista, panfleto, envelope
	Granifera – Granitos da Bahia	Chapa de granito, ladrilho
	Granitos Milano	Beneficiamento de granito e mármore
	Granitos Venécia	Chapa de granito, ladrilho, beneficiamento de granito
	Cerâmica Ferrari	Lajota, laje
	Móveis Max	Armário de cozinha, móvel de quarto, armário de banheiro
	Biscoitos Ikaro	Pão, biscoito, bolacha
	Vassouras Gransul	Vassoura

(conclusão)

Quadro 01 Ocorrências industriais		
Município	Empresa	Produto
Teixeira de Freitas	Sismetal	Estrutura metálica
	Serraria São Gabriel	Madeira serrada, porta, janela, aduela, alisar
	Marcenaria Irmãos Grola	Esquadria de madeira, veneziana, peça de madeira para instalação comercial e industrial
	Caixaria São Judas Tadeu	Caixa de papelão e madeira
	Cimagran	Artefato de granito (soleira, pia, bancada, mesa)
	Eletrosandro	Manutenção e reparo em motor elétrico, em drive, em painel elétrico industrial
	Texcouro	Sela, casco, barrigueira, cabresto
	Locaservice	Terraplanagem, locação de máquina e equipamento para construção, transporte rodoviário de carga
	New Impress	Revista, jornal, propaganda, impresso em geral, nota fiscal
	Colorado	Carroceria de madeira, tronco para animal (brete)
	Marmoraria Várzea	Mármore, granito
	Metalmec	Usinagem, caldeiraria, jateamento, solda
	Doce Cheiro	Cosmético
	Panificadora Jardim Liberdade	Pão, biscoito, bolo, torta salgada
	Panificadora Favo de Mel	Pão, doce, salgado, confeitaria em geral
	Sabor Natural	Polpa de fruta
	Reflorestar	Desdobramento de madeira
	Eli & Be	Picolé
	Scopel	Bloco cerâmico, brita, areia lavada, bloco concreto, pavimento, manilha
	Silver Bike	Bicicleta
	Unigraf	Nota fiscal, cartaz, envelope timbrado, ficha cadastral, cartão de visita, folder, panfleto
	Total	Obra viária
	Univest Uniformes	Uniforme empresarial, uniforme escolar, uniforme esportivo
	W M Ferragens	Solda, janela, porta, portão, esquadria metálica
Vereda	Laticínio Lara	Mussarela, manteiga

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, Informação Empresarial, Salvador, 2007.

(*) Informações coletadas em campo.

Em razão da importância da indústria de celulose para esta região e também pela sua representatividade nas exportações brasileiras, esta será tratada com maior detalhamento neste capítulo.

Indústria de papel e celulose

A celulose é uma fibra vegetal e corresponde a 50% da composição da madeira. Para obtenção da celulose, podem ser utilizados diversos processos, como o químico, semiquímico, químico-termomecânico, termomecânico ou mecânico, que darão origem a pastas com as

quais são produzidos diferentes tipos de papéis. A escolha do processo se dará em função do tipo de madeira utilizado.

No Brasil usa-se mais freqüentemente o processo químico, porque a madeira utilizada (eucalipto) tem constituição mais dura e, também, pelo fato de que resulta em um produto de melhor qualidade do que o produzido pelo processo mecânico, que pode gerar impureza na pasta. Dentre os processos químicos, o chamado *Kraft* é o mais utilizado e resulta na celulose sulfato branqueada de fibra curta.

Na produção da pasta celulósica, é levado em conta o tipo de papel desejado no resultado. Uma vez determinado, diversos aditivos entram na composição da massa, como pigmentos, alvejantes óticos, bactericidas, caulim, dentre outros.

A coloração final do papel depende do teor de uma substância chamada lignina, a cola da madeira, que é removida no processo de cozimento da madeira. Após esse processo, há o branqueamento da pasta celulósica. Uma pasta celulósica com elevados níveis de alvura se destina a papéis de escrever e imprimir, absorventes, guardanapos e sanitários, por exemplo. Quando a finalidade da pasta é a produção de papéis para embalagens, como papelão, sacos e sacolas, não há necessidade desse processo, barateando os custos e reduzindo a carga de resíduos descartados no ambiente.

Entre 1993 e 1999, a indústria de papel e celulose foi o setor mais dinâmico na pauta de exportação da Bahia, elevando as vendas externas em quase cinco vezes neste período (PEDREIRA, 2004, p. 1017) e consolidando-se como segundo exportador e o quarto colocado na indústria de transformação no Estado.

O Extremo Sul da Bahia agrega diversos fatores que o torna privilegiado quando consideradas as especificidades da atividade florestal e da agroindústria de papel e celulose. Dentre as características locais cita-se a existência de áreas extremamente aptas ao reflorestamento, incentivos fiscais, terras com baixo custo, disponibilidade de mão-de-obra (para a implantação inicial dos plantios e das unidades fabris), proximidade dos centros urbanos, facilidade no escoamento da produção a partir da BR-101, além de condições edafoclimáticas que atendem às necessidades.

Com base nessas facilidades, dentre outras, três grandes empresas instalaram suas unidades na região: a Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri, a Aracruz Produtos de Madeira S.A., no município de Nova Viçosa, e a Veracel, no município de Eunápolis, com eucaliptos plantados em terras próprias, na maior parte, e em sistema de fomento com produtores rurais locais.

A Veracel tem sua unidade fabril localizada no município de Eunápolis, numa área de 164.600ha, abrangendo ainda os municípios de Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

É um projeto agroindustrial integrado, ou seja, que absorve todos os seus processos produtivos, da matéria-prima até o produto final, e representa um dos maiores investimentos privados já

realizados no Brasil. É formada por duas grandes empresas multinacionais, a brasileira Aracruz, que vende a celulose e os volumes de produção, e a sueco-finlandesa Stora Enso, que leva a celulose até suas unidades fabris espalhadas por todo o mundo, especialmente na Europa, Estados Unidos e Ásia.

De forma sucinta, a instalação da unidade em Eunápolis iniciou no ano de 1991, culminando em 2005 com o início da produção da fábrica. No ano de 1991, a então Veracruz Florestal Ltda., subsidiária da Odebrecht, inicia a aquisição de terras na região, entre elas a atual Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel.

Em 1992 é iniciado o plantio dos eucaliptos. Em 1997 ocorre a associação entre a Odebrecht e a Stora (sueca) e, em 1998, é alterada a razão social para Veracel Celulose S/A. Em 1999 ocorre a fusão entre a Stora (sueca) e a Enso (finlandesa), formando a Stora Enso e, com isso, reafirmando a sociedade que se fortalece com o ingresso, em 2000, da Aracruz Celulose ao empreendimento.

O ano de 2001 é marcado pelo início da construção do Terminal Marítimo de Belmonte (TMB) e pelo início das operações de colheita florestal. O TMB entra em operação em 2002, junto com o início das operações de transporte e comercialização da madeira colhida. O início da construção da fábrica dá-se no ano de 2003, período no qual ocorre a saída da Odebrecht do grupo. Em 2005, a fábrica é inaugurada e inicia as operações industriais.

Do total de 164.600ha, a Veracel tem 78.100ha de plantio de eucaliptos e destina 79.000ha para preservação e manutenção das matas naturais.

A produção de celulose branqueada de eucalipto da Veracel é totalmente voltada para o mercado externo. Em 2006 a unidade obteve um volume de 976 mil toneladas de celulose e em 2007 superou um milhão de toneladas. O resultado da exportação foi 13,95% maior que em 2006, colocando a empresa em sexto lugar no ranking das maiores exportadoras do estado.

A Bahia Sul Celulose é o outro empreendimento industrial do setor de papel e celulose de grande porte implantado no Extremo Sul da Bahia. A unidade fabril está localizada no município de Mucuri. Inicialmente fruto da parceria entre as Companhias Vale do Rio Doce e Suzano Papel e Celulose, atualmente tem como única acionista a Suzano.

Também com processo agroindustrial integrado desde a matéria-prima até o produto final, tem uma área total de 188.729ha nos estados da Bahia (extremo sul) e Espírito Santo (norte), com 109.735ha de eucaliptos plantados e 63.895ha destinados à preservação dos recursos naturais.

A Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, unidade de Mucuri, na Bahia, passou por uma ampliação, concluída em 2007, que aumentou a produção de 600 mil toneladas de celulose para cerca de 1,6 milhão de toneladas/ano, voltada em grande parte (70%) para o mercado externo, sendo destinadas 860 mil toneladas de papel para diversos usos. A celulose é exportada para quarenta países da América Latina e da Europa, com destaque para França, Itália, Espanha e Inglaterra.

Do papel produzido na Suzano Mucuri, 56% atendem às demandas internas e 44% são exportados. Dentre os tipos de papel, estão: papel revestido (utilizado em revistas), papel cartão (embalagem), *report* (para copiadoras e impressoras) e papel não revestido (livros e cadernos), sendo que deste último a Suzano é líder nacional, com 22% do mercado.

O setor de papel e celulose no Brasil registra índices de produtividade elevados, com área plantada de cerca de 1,7 milhões de hectares, produção de 30m³/ha de florestas de eucalipto e exportação total de US\$ 4 bilhões, com participação no Produto Interno Bruto de 1,2% no ano de 2006.

O total de investimentos também demonstra a grandiosidade dos negócios. Entre os anos de 2003 e 2006 foram investidos US\$ 3,5 bilhões e somente no ano de 2007 foram investidos, em obras executadas e em execução, um total de US\$ 3 bilhões, sendo que para o horizonte 2008-2012 a previsão é de mais US\$ 7,9 bilhões.

A produção de celulose em 2007 registrou um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior e de 2,8% na produção de papel. Com este acréscimo, o Brasil encerrou 2007 com 11,8 milhões de toneladas, saltando para a sexta posição no ranking de produtores mundiais, ultrapassando o Japão. O País já ocupa hoje o lugar de maior produtor mundial de celulose fibra curta branqueada de mercado.

Quanto às demandas por papel, registra-se um crescimento nos países emergentes, principalmente na Ásia, com destaque para a China, terceiro maior produtor e consumidor de papel. O uso cada vez mais intensivo de propaganda (mala direta), além das tecnologias para escritórios (fax, copiadoras, impressoras, vendas de livros pela internet etc.) e o barateamento da impressão, vem promovendo este crescimento. Por outro lado, registra-se também declínio devido ao uso de catálogos eletrônicos, e-mail, marketing, jornais, revistas, etc., o que implica nas diferenças regionais em relação ao consumo e à demanda.

O consumo de papel em 2007 apresentou um crescimento de 5,3% em relação a 2005, com um consumo per capita de 42,6 kg/hab/ano. A produção também teve saldo positivo, com 8,97 milhões de toneladas de papel de diversos tipos, incluindo papéis para imprimir e escrever, embalagens, cartão, sanitário, entre outros.

O valor das exportações atingiu, no final de 2007, US\$ 4,7 bilhões, contabilizando um incremento de 16,1% em relação ao ano anterior. No ano de 2007, os principais importadores da celulose brasileira foram a Europa, 54%, a América do Norte, 21%, a China, 13%, Ásia e Oceania, 10%, e a América Latina, 2% (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL, 2007).

De acordo com os indicadores preliminares, o setor acredita que, em 2008, a produção brasileira de celulose e papel poderá crescer em torno de 8,5%, totalizando 12,8 milhões de toneladas e um aumento de 14% no valor das vendas externas.

Deve-se levar em conta que a cadeia produtiva do setor ainda abrange madeira, energia, movelaria, produção de artefatos de papel e papelão, reciclagem de papel, produção gráfica, dentre outros, o que eleva ainda mais os valores das exportações.

De forma geral, a indústria de papel e celulose detém algumas características que lhes são pertinentes, como a elevada concentração da atividade, tanto no sentido de formar oligopólios quanto no tocante a sua implantação, haja vista que necessita de grandes extensões de terras, de preferência em parcelas contínuas, de produção em larga escala, para a entrada e permanência no mercado de forma competitiva, e de investimento, com elevados custos de implantação e manutenção.

A concentração de grandes grupos empresariais leva à expansão da atividade sem conflitos entre as empresas presentes no mercado, mas, no entanto, gera a concentração do mercado nas mãos de poucas indústrias de peso. A disputa pelo mercado tem suas bases fundadas na introdução de inovações técnicas voltadas especificamente para a redução de custos e melhoria na qualidade final, tanto do papel como da pasta celulósica. A dinâmica concorrencial é, portanto, dependente dos custos da produção, que, por sua vez, estão relacionados à capacidade de obtenção de matéria-prima e à disponibilidade de terras para a ampliação dos plantios.

RECURSOS MINERAIS

A constituição geológica do território baiano, representada por terrenos muito antigos e formada por grande diversidade de seus constituintes, confere à Bahia o patamar de um dos principais produtores de bens minerais do Brasil, ocupando o quinto lugar entre os produtores de bens não-metálicos.

Dentre eles, destacam-se a brita, areia-arenoso, magnesita, rochas de revestimento, argila vermelha, sal-gema, barita, talco, calcário, dolomita, grafita, diatomita, vermiculita, caulim, fosfato natural, feldspato, gesso, cromita refratária e quartzo, além das gemas, segundo informações da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). Entretanto, não obstante o potencial produtivo, a oferta interna não supre a demanda, levando o Estado a importar a maior parte dos produtos minerais de que necessita.

Segundo estudos de Gonçalves e Melo (2004), as rochas ornamentais sobressaem na região em relação aos demais recursos minerais, sendo o município de Guaratinga o principal produtor. Registram boa produção os municípios de Teixeira de Freitas e Medeiros Neto, enquanto os municípios de Vereda, Itanhém e Itamaraju têm maior participação na produção de rochas graníticas e outras matérias-primas para a construção civil. Ressalta-se que esses últimos municípios tinham, no passado, produção quase que exclusiva de pedras preciosas.

O mercado das rochas ornamentais no estado da Bahia é expressivo, tanto no montante da produção quanto no número de municípios nos quais há a ocorrência, além de apresentar grande diversidade. Conformam-se como o terceiro maior produtor nacional, com uma diversidade de padrões cromáticos superior a qualquer outra no Brasil, destacando-se desde as rochas azuis até outras variedades cromáticas em granitos e rochas exóticas, como os conglomerados (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2007), em reservas que são superiores a 2,5 milhões de m³.

A valorização do setor nos mercados nacional e internacional elevou a produção estadual de 5% para 7%, colocando as rochas ornamentais como o sexto item mais importante da plataforma econômica do Estado, o que representa cerca de 10% da produção nacional, atrás apenas do Espírito Santo, 47%, e de Minas Gerais, 18%.

Na área em estudo, a variedade de rochas ornamentais com maior valor de exploração é o granito, presente em praticamente toda a região, mas em especial na sua porção central e oeste, nos municípios de Teixeira de Freitas, Guaratinga, Itanhém e Medeiros Neto. Além do granito *stricto sensu*, encontram-se monzogranitos, sienogranitos, tonalitos, gnaisses migmatizados, charnockitos e outros.

O município de Guaratinga se sobressai em importância, ressaltando as excelentes condições geológicas presentes em seu território. Entre as variedades encontradas, cita-se: granito amarelo, dourado Bahia, rosa Guaratinga, ouro Bahia, granito rosa, amarelo Itabela, granito caramelo, granito verde fontaine, branco desenhado (samba white), microponto (branco Itaúna), macro dois (verde cruzeiro), macroponto (branco Caravelas ou Regina).

Entre os locais que exploram o granito, citam-se: por sua importância, as proximidades da localidade de São João do Sul, a oeste da cidade de Guaratinga, representada, dentre outras, pela empresa Multirocha Mineração; as proximidades do povoado de Salomão, município de Itanhém; e o entorno da área urbana de Guaratinga.

Segundo Gonçalves e Melo (2004, p. 29), o Extremo Sul da Bahia chegou a ser responsável por cerca de 25% do total da produção baiana de rochas ornamentais comercializada na década de 1990, mantendo aproximadamente esse percentual até os dias atuais.

Como insumos para a indústria da construção civil, são extraídos na área rochas para brita, pó de brita, pedras de talhe (calçamentos urbanos) e de alvenaria ou de alicerce, oriundos das ocorrências de rochas gnáissicas, granito-gnáissicas e granulíticas. Ocorrem nas proximidades do povoado de São Domingos, município de Itamaraju, e no município de Mucuri, representado pela indústria Polimix/Paranasa, localizada às margens da BR-101.

A extração da areia se dá em praticamente toda a área em dois tipos distintos de depósitos arenosos: o fluvial e o residual. Nos depósitos fluviais, a areia é retirada dos leitos ativos dos rios, sendo os mais importantes aqueles situados no rio Jucuruçu, município de Itamaraju, além do rio Buranhém, no município de Eunápolis.

Os depósitos residuais são conhecidos regionalmente como mussunungas, bastante diferentes dos depósitos fluviais, em que as areias são geralmente mais finas, lavadas e sem salinidade, com granulometria que vai desde as areias muito finas até as mais grosseiras e apresentam maiores escalas de extração. O mais representativo deste tipo de depósito arenoso é o de Campo do Alecrim, município de Eunápolis, além do localizado na Fazenda Santa Bárbara, também em Eunápolis (GONÇALVES; MELO, 2004, p. 32-33).

Além dessas áreas, registra-se a existência de regiões de mussunungas também próximas ao litoral, nos municípios de Prado e Porto Seguro, sem, no entanto, haver encontrado registros de sua exploração econômica.

A composição argilo-mineral, entre outras particularidades físicas, permite a exploração desse insumo para aplicação na indústria, em destaque a de construção civil, na fabricação de telhas, tijolos, blocos, manilhas, etc, bem como na produção de cerâmicas, em especial a cerâmica vermelha, pelo elevado teor de óxido de ferro encontrado.

A sua ocorrência se dá, basicamente, ao longo dos principais rios da região, como os rios Santa Cruz, Buranhém, Jucuruçu e Alcobaça (GONÇALVES; MELO, 2004), especialmente nos locais em que eles formam meandros e calhas mais estreitas, possibilitando extensos depósitos de várzeas. A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, (2007) ressalta uma expressiva concentração de unidades produtoras no município de Itamaraju.

Com isso explica-se a instalação de diversas olarias para o beneficiamento das argilas, como aquelas localizadas às margens da BA-290, nas proximidades da cidade de Teixeira de Freitas.

Além da argila vermelha, ocorrem, em menores proporções, a argila branca e o caulim, encontradas na Fazenda das Pedras, município de Mucuri, e no município de Prado, quase divisa com Itamaraju, com acesso via BR-489, representado, neste exemplo, pela empresa Caulim Monte Pascoal. Além dessas, destacam-se as ocorrências nas proximidades dos povoados de Argolo e Bela Vista, município de Nova Viçosa (GONÇALVES; MELO, 2004), e no município de Santa Cruz Cabralia, onde registram-se garimpos para extração de argila.

Junto com as rochas ornamentais, a grafita desponta como o bem mineral mais importante da região, ocorrendo especialmente nos municípios de Itagimirim, Eunápolis, Guaratinga e Maiquinique, com reservas cujas perspectivas de exploração se estendem ainda por várias décadas, e com particularidades específicas quanto à composição do mineral, de excelente qualidade e elevada concentração de carbono. Em Maiquinique o teor de carbono é de 95%.

A grafita é um mineral produzido em poucos países, sendo que o Brasil está entre eles, junto com China, Canadá, Madagascar, Rússia, Índia e Sri Lanka. Constitui-se de relevante importância como matéria-prima no fabrico de lubrificantes e ingredientes para tintas, metalurgia e na indústria de refratários, sendo esta última a maior consumidora, além de tijolos, condutores de baterias alcalinas, escovas de motores elétricos, minas de lápis e lapiseiras, dentre outros.

Na região, os locais de produção considerados mais importantes são o distrito de União Baiana, município de Itagimirim, a Fazenda Alvorada, município de Eunápolis, e o município de Maiquinique, representado pela empresa Carbografite do Brasil. A grafite explotada no município de Maiquinique pela Carbografite tem depósito avaliado para cerca de oitenta anos de atividade, produzindo aproximadamente 400 toneladas/mês, com visão de expansão para 2.000 toneladas/mês até o final do ano de 2006. A produção tem aplicabilidade na indústria metalquímica e de condutores de baterias.

As gemas, principalmente representadas pela água-marinha, da família dos berilos, estão entre os recursos minerais que têm ocorrência econômica na região. Diversos são os tipos de berilos encontrados, desde os esverdeados até as variedades em azul e amarelo.

De maneira geral, não têm grande expressividade, quando comparada àquela registrada no início do século XX, data do início das explorações. A maior parte das minas e dos garimpos está inativa, e aquelas que permanecem em atividade não registram produção elevada, além de trabalharem de forma artesanal e sem a aplicação de recursos técnicos avançados.

Como área produtora de água-marinha, temos as proximidades da localidade de Água Fria, município de Vereda, onde, na década de 1950, foi encontrado um exemplar cujo peso superava os dezenove quilos (GONÇALVES; MELO, 2004, p. 38). Nas proximidades do povoado de Vila Marinha, município de Teixeira de Freitas, bacia do rio Alcobaça, também existem antigas frentes de garimpagem da água-marinha e de crisoberilo, mas que atualmente não estão em produção.

Como frentes ativas de garimpagem, temos a área denominada Pedra Azul-Água Fria, que engloba partes dos municípios de Vereda e Itanhém e, especialmente, as localidades de Sulzinho, Salomão, Centenário e Cabeceiras do Sulzinho, onde a garimpagem também é realizada de forma artesanal e rudimentar pelos moradores do local. Nesta área ocorrem berilos na variedade água-marinha e, com mais raridade, crisoberilo e heliodoro, associado ao quartzo, caulinita e moscovita, além da turmalina preta.

Além dos berilos em suas variedades, são encontrados na região, em garimpos inativos, outros minerais comercialmente considerados como gemas, a exemplo da ametista, andaluzita, cianita e cristal-de-rocha, especialmente no vale do rio Jequitinhonha, mundialmente reconhecido pela excelência das gemas que produz.

Nos municípios localizados a leste da área, no litoral, sobressaem os minerais pesados de praia, além do carbonato, representado predominantemente pelo calcário marinho.

Com atividades de lavra paralisadas, o principal depósito de minerais pesados de praia localiza-se em Cumuruxatiba, município de Prado, ocupando uma área que se estende desde a foz do rio Japará Grande, ao sul, até a vila de Cumuruxatiba, ao norte, em um total de 6km ao longo da linha de praia, com predomínio de ilmenita, monazita e zirconita.

Nessa área, no trecho denominado Japará-Mirim, foi encontrada a maior reserva de ilmenita, 87.000t, de um total de 170.000t existentes na área, enquanto no trecho de Areia Preta são encontradas 2.650t de monazita, de um total de 4.600t, e 1.880t de zirconita, de um total de 3.700 toneladas.

Reservas de 150.000t de ilmenita, 3.440t de monazita, 9.675t de zirconita e 1.720t de rutilo foram identificadas próximo à área anterior, a cerca de 10km ao norte da cidade de Alcobaça, nos depósitos denominados Quati e Guaratiba, ocupando uma área de aproximadamente 1,8km de extensão e largura média de 10 metros.

Os carbonatos, representado pelo calcário marinho, são formados pelos recifes de corais e ocorrem em alguns trechos do litoral do Estado. Na praia de Cumuruxatiba, município de Prado, ocorre de forma descontínua até a ponta do Caí, ao norte, mas sem muita expressão. Mais ao norte, no recife de Fora, nas proximidades de Porto Seguro, se estende por 3km, paralelo à

linha de praia, com largura média de 1,5km. Já no município de Santa Cruz Cabrália, em Coroa Alta e Coroa Vermelha, ocorre em cerca de 7km de extensão por 800m de largura.

O calcário marinho é extraído em pequenas quantidades, com pouca representatividade econômica, objetivando atender a demandas locais.

Esses são os principais recursos minerais encontrados na área em estudo, seja em atividade ou em minas e garimpos inativos, além de registros na forma de indícios e ocorrências, com relação ao conjunto e devido às diversas ocorrências, os granitos, que são encontrados em praticamente toda a área.

TURISMO

A atividade turística assumiu importância fundamental na economia brasileira. A sua contribuição para o crescimento da economia é ímpar, pois amplia substancialmente os horizontes no tocante a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população. Essa ação tão ampla pode ser explicada a partir do fato de que praticamente todos os setores da economia são beneficiados pela atividade, e, sendo assim, toda a população, direta ou indiretamente, acaba sendo agraciada por seus benefícios.

Com essa dinâmica, o turismo ganhou, nos dias atuais, status de propulsor do desenvolvimento sustentável, exigindo tecnicamente a implementação de políticas públicas que objetivem sanear os mais diversos problemas socioambientais, tais como a redução das desigualdades sociais locais, disseminação das redes de tratamento de água e esgoto, limpeza urbana, preservação de áreas verdes e criação de unidades de conservação, dentre outros.

Da mesma forma que no cenário nacional, a atividade turística na Bahia passou a ser vislumbrada como importante vetor de desenvolvimento por possuir considerável potencial para a geração de capital, possibilitando, com isso, aporte de renda e ocupação empregatícia sazonal ou permanente.

Tem demonstrado ser uma das atividades com maior possibilidade de desenvolvimento e viabilidade econômica nas últimas décadas, pois o Estado é atualmente um dos maiores e mais importantes destinos do País, seja no mercado interno ou no externo. A atividade consegue abranger as mais diversas modalidades e práticas, satisfazendo com isso uma clientela consideravelmente distinta, oferecendo um leque de serviços e atrativos que consegue agradar aos mais variados perfis.

Entretanto, ainda existe grande lacuna para novos investimentos, principalmente por se tratar de um Estado de grande dimensão territorial, com regiões em estágio inicial de exploração ou ainda inexploradas pelo setor. Segundo dados da Secretária de Cultura e Turismo (SCT), atualmente Secretaria de Turismo, relativos ao ano de 2003, existe na Bahia uma demanda ainda não satisfeita de aproximadamente dois milhões de visitantes ao ano.

A receita gerada pelo turismo se justifica e, ao mesmo tempo, incentiva o incremento nos investimentos. A participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) estadual vem crescendo de forma contínua, passando de 4% em 1991 para 7,9% em 2004, permitindo que o Estado se mantenha em segundo lugar no *ranking* do turismo de lazer do País e no terceiro lugar ao considerar a atividade como um todo (BAHIA, 2005).

Nesse mesmo período (1991-2004), em termos absolutos, a receita proveniente do turismo nacional mais que dobrou, com crescimento médio anual de 6,08%. Entretanto, a receita proveniente dos turistas estrangeiros atingiu números mais expressivos, crescendo mais do que cinco vezes, registrando crescimento médio anual de 13,74% (BAHIA, 2005), como pode ser visto no Gráfico 02.

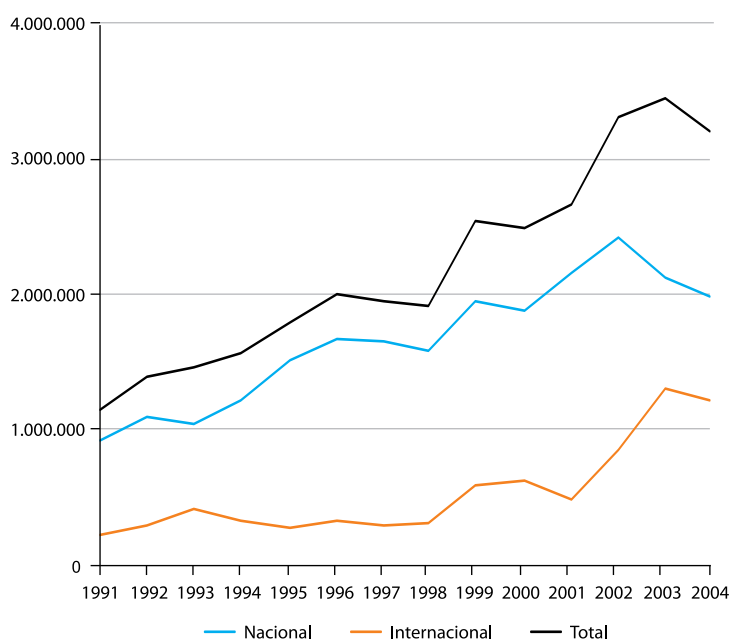
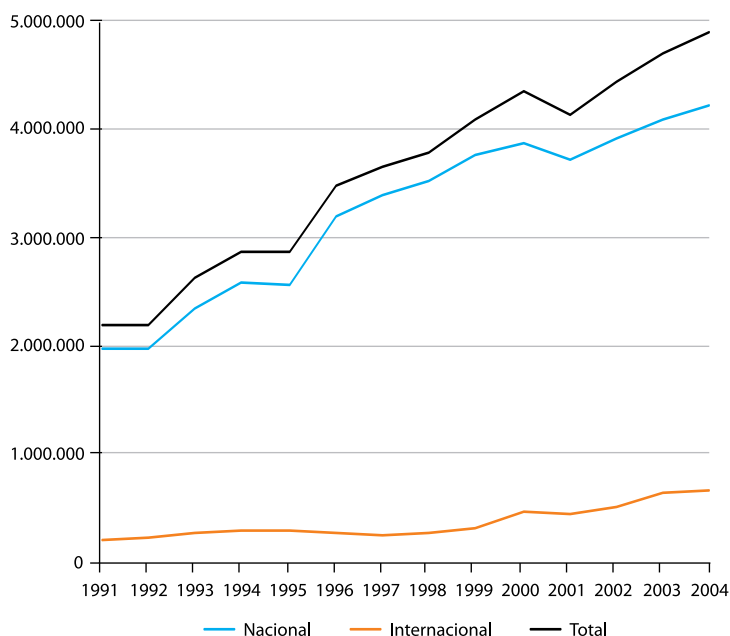


Gráfico 02 – Receita turística na Bahia – 1991-2004

O fluxo total de turistas, também segundo a SCT, mais que dobrou quando considerado este mesmo período, com crescimento total de 115%. Mas foi no segmento internacional que foram registrados os maiores percentuais de aumento, 217,92%, com crescimento médio anual de 9,64%, cujo comportamento pode ser visualizado no Gráfico 03, apesar do segmento nacional ser responsável pelo maior percentual dos visitantes, 86,44%, tomando como referência o ano de 2004 (BAHIA, 2005).

Ainda segundo a SCT, percebe-se que o fluxo internacional registrou incremento menor que a receita, indicando um fluxo de pessoas que detêm renda mais elevada em busca dos destinos turísticos do Estado.



Fonte: BAHIA. SCT, 2005.

Gráfico 03 – Fluxo turístico na Bahia – 1991-2004

Para consolidar o setor, o governo vem desenvolvendo programas e projetos que buscam a eficiência do Estado, incorporando novas áreas, ampliando os serviços e buscando novos atrativos para aquelas já existentes. Como mecanismo voltado para incrementar a atividade, lançou o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), em parceria com o setor privado, que já conta com as versões I e II.

De forma geral, as ações implementadas evoluíram nos últimos cinquenta anos, porém, só nas três últimas décadas ganharam contorno diferenciado, quando importantes programas – Caminhos da Bahia (final da década de 70), Prodetur-Ba I (1991 e Prodetur-Ba II (2004) – municiaram estruturalmente a atividade, com a criação de empreendimentos do segmento de hotelaria e alimentação, obras de recuperação do patrimônio histórico, revitalização ambiental e saneamento, abertura e recuperação de estradas e aeroportos, construção de uma base voltada especialmente para a receptividade e estímulo à sustentabilidade turística, além da implementação de importante projeto de capacitação de mão-de-obra voltada especialmente para os serviços hoteleiro e gastronômico, o Programa Boas Vindas.

Através do Prodetur-Ba I e II, coordenados pela Secretaria de Cultura e Turismo atualmente Secretaria de Turismo, por meio da Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa), tais ações têm sido implementadas com resultados bastante satisfatórios do ponto de vista organizacional. Para todo o Estado, o Prodetur II conta com recursos da ordem de U\$ 16,6 milhões.

No Extremo Sul, os investimentos estão voltados para a qualificação de mão-de-obra turística e hoteleira através de treinamentos e cursos especializados, sinalização turística – que facilitará o deslocamento e tornará mais precisa a informação turística para toda a clientela –, recuperação e proteção da Bacia do Rio dos Mangues, em Porto Seguro – importante manancial aquífero do município –, e gestão turística de âmbito municipal – que habilita e prepara quadros para o gerenciamento de ações na área de interesse.

Outras fontes de recursos são buscadas pelo Governo do Estado no sentido de atender à demanda estadual e ampliar horizontes do setor. Dentre elas pode-se citar o BNDES, o Governo Federal, a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial, dentre outros, além de diversos parceiros da iniciativa privada. Somente do setor público, o volume de investimentos previstos para o período 1991-2020 – entre obras concluídas, em andamento e projetadas – está em US\$ 3,3 bilhões, segundo a Secretaria de Turismo da Bahia (BAHIA, 2007), conforme pode ser visualizado na Tabela 20.

Tabela 20 Investimentos públicos em Zonas Turísticas (em US\$ 1.000) – 1991-2020					
Zonas Turísticas	Concluídos	Em execução	Em projeto	Total	% do Total
Vale do Jiquiriçá	869	-	-	869	0,03
Lagos do São Francisco	5.348	93	907	6.348	0,19
Caminhos do Oeste	5.600	811	1.831	8.242	0,25
Costa dos Coqueiros	128.587	2.329	140.300	271.216	8,09
Baía de Todos os Santos	894.363	53.698	288.150	1.236.211	36,89
Costa do Dendê	68.643	37	214.462	283.142	8,45
Costa do Cacao	109.584	11.014	230.227	350.825	10,47
Costa do Descobrimento	145.967	3.329	174.967	324.263	9,68
Costa das Baleias	45.002	90	172.412	217.504	6,49
Chapada Diamantina	107.355	10.859	205.439	323.653	9,66
Outras	143.819	3.625	181.578	329.022	9,82
Total Geral	1.655.137	85.885	1.610.273	3.351.295	100,00

Fonte: BAHIA. SCT, 2007.

Na iniciativa privada, os números também são representativos (Tabela 21), permitindo as considerações positivas pertinentes aos resultados alcançados e previstos para o setor.

Juntas, as esferas pública e privada somam um total de mais de US\$ 11 bilhões em investimentos no setor turístico em todo o Estado. Destes, mais da metade, 69,68%, pertencem à iniciativa privada.

Tabela 21
Investimentos privados em Zonas Turísticas (em US\$ 1.000) – 1991-2020

Zonas Turísticas	Concluídos	Em execução	Em projeto	Total	% do Total
Costa dos Coqueiros	281.499	167.426	2.350.519	2.799.444	36,35
Baía de Todos os Santos	258.412	41.067	600.515	899.994	11,69
Costa do Dendê	29.146	-	443.000	472.146	6,13
Costa do Cacau	78.622	41.200	779.000	898.822	11,67
Costa do Descobrimento	277.946	5.000	1.368.400	1.651.346	21,44
Costa das Baleias	51.201	-	298.450	349.651	4,54
Chapada Diamantina	18.350	200	307.000	325.550	4,23
Outras	16.545	-	288.000	304.545	3,95
Total Geral	1.011.721	254.893	6.434.884	7.701.498	100,00

Fonte: BAHIA. SCT, 2007.

A região costeira das Bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha está espacialmente inserida nas Zonas Turísticas da Costa das Baleias e da Costa do Descobrimento, respectivamente, e juntas formam um complexo de significativa importância econômica no Estado. As duas Zonas Turísticas se beneficiam com mais de US\$ 2,5 bilhões de investimentos num horizonte de vinte anos (1991-2020), seja da iniciativa privada ou da pública, o que corresponde a 23% do total previsto para a Bahia.

A composição de florestas tropicais, manguezais e restingas, com um relevo intercalado por falésias, ilhas vulcânicas e planícies costeiras, além de uma exuberante formação coralínea, estabelecem um ambiente extremamente paradisíaco e de beleza cênica ímpar, propício à implementação de uma dinâmica turística também ímpar no Estado.

Juntam-se a esse cenário os elementos históricos herdados do processo colonial e indígena – provenientes das comunidades remanescentes que hoje procuram se inserir nesse novo contexto econômico – e uma considerável estrutura receptiva já implantada.

A cultura, nesse contexto, vem sendo cada vez mais pensada como ponto diferencial dentro da atividade turística. O Estado da Bahia tem trabalhado no sentido de inserir a riqueza histórica e cultural (ímpar no território brasileiro) como cerne da estratégia de fortalecimento e ampliação do turismo e, especificamente, como o diferencial capaz de atrair um maior número de turistas, nacionais ou estrangeiros. A Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, palco que foram do advento do descobrimento do Brasil e nas quais os registros detêm riqueza incomparável, constituem este elemento de diferenciação.

A região ainda oferece aos seus visitantes inúmeras possibilidades de lazer no litoral, onde diversas modalidades de turismo podem ser desenvolvidas, a exemplo do ecoturismo, do turismo de aventura e do já estabelecido turismo de lazer puro e simples. Este último conta

com assídua clientela jovem, proveniente principalmente da região Sudeste do Brasil, onde os Estados de Minas Gerais e São Paulo se destacam como principais emissores de visitantes, enquanto os argentinos representam quase que a totalidade dos estrangeiros, concentrando-se especialmente na Costa do Descobrimento, onde o município de Porto Seguro absorve a maior parte da demanda turística.

A inauguração do Centro de Convenções de Porto Seguro, em 2000, e a criação da Fundação Porto Seguro Convention Bureau, em abril de 2001, potencializaram fortemente o turismo de eventos e negócios na Costa do Descobrimento, gerando assim uma alternativa para o aporte turístico, especialmente na baixa estação, quando a demanda é reprimida, já que o carro chefe, o turismo de lazer, apresenta considerável sazonalidade, sendo mais intenso nos meses de verão. Explorado basicamente em períodos de baixa estação dos demais tipos de turismo, o turismo de eventos e negócios tem como característica própria um potencial de renda superior aos demais, pois costuma ter poder aquisitivo mais elevado e, com isso, gerar gasto médio maior.

Tais iniciativas fizeram com que parcelas da iniciativa privada hoteleira despertassem para tal oportunidade, a exemplo do Arraial d'Ajuda Eco Resort, do Hotel Beach Hills e do Barceló Porto Seguro Hotel, que hoje disputam acirradamente este mercado em expansão e investem fortemente para atrair esta clientela. Torna-se, assim, estratégico no setor.

Não obstante a importância dos empreendimentos hoteleiros do tipo *resorts* que se implantaram na região, é importante ressaltar que a sua implantação merece que algumas ponderações sejam feitas, especificamente acerca do potencial multiplicador para as economias dos locais em que se instalam.

Com essência pouco integradora, os *resorts* voltam-se, cada vez mais, para a implantação de atividades que os transformem em objetos finais da viagem. Ao oferecerem amplas e variadas opções de lazer, conseguem manter os turistas em tempo integral em suas dependências. Os *resorts*, por sua vez, ao se abastecerem em outras regiões pouco movimentam a economia local, e, também, ao exigirem mão-de-obra altamente especializada não existente na comunidade local, acabam por não produzirem empregos diretos, e, se o fazem, são em número bem reduzido.

O número de visitantes pode ser mensurado a partir da avaliação da oferta hoteleira da área, que somados correspondem a 881 empreendimentos de hotelaria, 17.659 quartos e 57.536 leitos, respectivamente 29,09%, 28,19% e 34,19% em relação ao total do Estado.

Deste total, a cidade de Porto Seguro participa com 62,66% dos empreendimentos, 70,22% dos quartos e 70,77% dos leitos, colocando-a no segundo lugar no Estado, com 24,2% dos leitos em hotéis, à frente de Salvador, que tem 15,25% (Tabela 22).

Tabela 22

Oferta hoteleira da Bahia, por Zona Turística e algumas cidades

Zona Turística	Empreendimentos	Quartos	Leitos
Costa dos Coqueiros	272	5.738	14.112
Baía de Todos os Santos	475	14.905	32.355
Salvador	300	12.136	25.668
Costa do Dendê	306	3.972	11.158
Costa do Cacaú	319	5.229	14.952
Costa do Descobrimento	634	13.919	45.163
Porto Seguro	552	12.401	40.716
Santa Cruz Cabralia	69	1.419	4.205
Belmonte	13	99	242
Costa das Baleias	247	3.740	12.373
Prado	108	1.592	5.163
Alcobaça	26	597	2.140
Caravelas	15	237	715
Nova Viçosa	66	863	3.111
Mucuri	32	451	1.244
Chapada Diamantina	195	2.783	7.741
Caminhos do Oeste	177	3.167	8.687
Lagos do São Francisco	55	1.347	3.392
Vale do Jiquiriçá	14	265	655
Caminhos do Sertão	85	1.836	4.322
Outros	250	5.750	13.362
Totais	3.029	62.651	168.272

Fonte: BAHIA. SCT, 2005, p.140-141.

A ocupação hoteleira também vem se mantendo elevada em todo o estado da Bahia. Ao longo do período 1991-2004, passou de 44% para 62,1%, ou seja, um aumento de mais de 18 pontos percentuais (BAHIA, 2005).

Os números representam o registro da qualidade da infra-estrutura hoteleira no estado da Bahia. Com equipamentos compatíveis com os padrões internacionais de qualidade, a Bahia procura melhorar e diversificar a oferta turística em todos os ramos da atividade, como a melhoria e ampliação da infra-estrutura de transportes, principalmente rodovias e aeroportos, com o intuito de elevar o Estado a um patamar de competitividade nos mercados nacional e internacional.

A atividade turística na Bahia e na região em estudo já se constitui uma realidade consolidada, com dinâmica específica de economias das mais diversas partes do mundo.

Não obstante os ganhos positivos advindos da dinâmica turística, diversos são também os resultados negativos da atividade para o meio ambiente e, conseqüentemente, para o ser humano.

A crescente demanda e o retorno econômico da atividade geram conflitos no campo e nas cidades. A valorização do uso do solo, em especial nos principais centros e nas áreas urbanas próximas aos principais pontos turísticos, leva à implantação de sofisticados empreendimentos de elevado custo, voltados a um público específico, detentor de elevado poder aquisitivo, a exemplo das localidades de Santo André, Arraial d'Ajuda e Ponta do Corumbau, no município de Porto Seguro, que agregam empreendimentos deste porte, principalmente *resorts* e loteamentos de veraneio.

Essas áreas de costa, próximas às principais praias, sofrem com o risco de uma urbanização sem planejamento que ultrapasse as suas capacidades de suporte. A expansão urbana na direção das praias degrada a paisagem, compromete o lençol freático e a balneabilidade, desvaloriza os destinos turísticos e onera o poder público e o setor privado com os riscos de decadência de regiões turísticas com alto potencial econômico.

Nos espaços urbanos dos grandes centros regionais há o crescente aumento de uma periferia sem infra-estrutura adequada. Em geral, essa formação se dá a partir da migração de pessoas do campo que, por não conseguirem desenvolver atividades que proporcionem o sustento, buscam nas áreas urbanas oportunidades de trabalho e moradia. Com isso, crescem a degradação humana e a ambiental.

O turismo tem na região grande palco para o desenvolvimento de suas atividades. Cenários ímpares, urbanos e rurais, paisagens paradisíacas e uma grande riqueza cultural. Contudo, não obstante os ganhos, também sofrem com os mesmos problemas existentes nos mais diversos pontos turísticos do mundo. A continuidade descontrolada da exploração pode, em curto e médio prazos, inviabilizar a manutenção da qualidade de vida dos ecossistemas.

Costa das Baleias e Costa do Descobrimento – Atrações turísticas, por município

Mucuri

O município é porta de entrada da Bahia para quem vem do estado do Espírito Santo, principalmente dos estados do Sudeste e via BR-101. Oferece atividades das mais diversas, sendo ideal para aqueles que apreciam a prática do turismo ecológico, onde praias desertas, estuários, manguezais, falésias e resquícios de mata atlântica possibilitam ao visitante inigualável beleza cênica, além de atrativo para os praticantes de *trekking*, mergulho ou pesca de arremesso.

Com relação a possibilidades de crescimento do turismo, oferece boas condições para empreendimentos mais ousados, pois possui uma fiel clientela, principalmente oriunda de estados vizinhos, que visita suas praias principalmente no período de verão.

Boa parte da infra-estrutura montada na cidade, como hotéis, restaurantes, o aeroporto (particular) está direcionada para o turismo de negócio, apesar de possuir belas praias e grandes opções de investimentos.

Praias locais: Mucuri, Malvinas, Jacutinga, Costa Dourada, Barra, Sossega, praia dos Coqueiros, Cacimba do Padre, praia dos Lençóis, praia do Riacho (Foto 15).



Foto 15 - Falésias, Costa Dourada, Mucuri

Atrações e passeios: Passarela Ecológica, também conhecida como Passarela do Gigica, totalmente construída em madeira, cortando 300m de manguezal. O percurso é demarcado por placas educativas que contam a história do caranguejo; Parque Ecológico do Rio Mucurizinho; Estuário do Rio Mucuri; montanhas (São Jorge); Rio Mucuri; Fazenda Guanabara; Dona Preta (Senhora Frankilina); Costa Dourada; Espaço do Artesanato; Núcleo de Educação Ambiental; Museu do NEA; Porto.

Eventos: Festa de São Sebastião (janeiro); Carnaval (fevereiro ou março); Festa de São José – padroeiro da cidade (março); Forró da Formiguinha, Forró da Gazinelândia, Forró do Peruá e Festa de São Pedro (junho); Ginkareta móvel, vaquejada, Festa da Baleia Jubarte (julho); Festa da Cidade (outubro).

Nova Viçosa

Considerada portão de entrada para Abrolhos e fundada às margens do rio Peruípe, no século XVIII, somente em 1962 ganhou status de município.

O turismo de lazer oferece atrativo o ano inteiro, sendo largamente aproveitado por visitantes em grande parte de estados próximos, como mineiros, capixabas, goianos, além de cariocas e paulistas.

Outro destaque é o turismo ecológico, onde passeios até as áreas das aldeias indígenas de Barra Velha e Coroa Vermelha são muito procurados. O carro chefe das atrações é, sem dúvida, a visita ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Durante o percurso até as ilhas, podem-se observar, nos meses de julho a novembro, diversas baleias, que procuram as águas

quentes e mansas do arquipélago para procriar e amamentar seus filhotes até o retorno para as águas geladas da Antártica.

No arquipélago, o *trekking* nas ilhas, a observação das aves e seus ninhos e o mergulho completam o passeio. Encontram-se, também, formações coralíneas exuberantes, como o Chapeirão ou Cérebro, formação que impressiona por sua beleza e grandiosidade, alguns alcançando até 16 metros de altura e de natureza endêmica.

Praias locais: Pontal da Barra, Lugar Comum, Pau Fincado, Sabacui, Costa do Atlântico, Ilha da Coroa Vermelha, Ilha Cassumba, Ilha Cassumba/Barra Velha, Ilha Cassumba/Pontal Catoeiro, Arquipélago de Abrolhos.

Atrações e passeios: Helvécia, remanescente de quilombo com colonização suíça, alemã e francesa; estação ferroviária; Casa de Câmara e Cadeia; Sobrado do Porto; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; Museu Ecológico, atração cultural.

Eventos: Festa de Iemanjá, Festa de São Sebastião – mouros e cristãos – e Folia de Reis (janeiro); Carnaval (fevereiro ou março); Festa de São Benedito (abril); Festa do Divino Espírito Santo, São João e São Pedro (junho); Festa da Baleia Jubarte (julho); Festa de Cosme e Damião e de Nossa Senhora da Piedade (setembro); Aniversário da cidade (outubro); Festa de Nossa Senhora da Conceição (dezembro).

Caravelas

Beleza natural e tranquilidade são as características que mais se destacam neste município de arquitetura colonial marcante, que se notabiliza também por ser a segunda mais velha cidade do Brasil, e devido às boas condições de navegabilidade das suas águas, tornou-se o mais adequado ponto de saída para as embarcações que partem para o Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

Por ser ribeirinha, localizada às margens do rio Macaco, o visitante que se dispuser a conhecer o município, terá o prazer único de desfrutar de dois ambientes espetaculares: a belíssima paisagem estuarina local e as fantásticas praias de águas tranquilas e límpidas. Caravelas possui cerca de 20 mil hectares do que é considerado um dos maiores manguezais da Bahia, todo apto à navegação e com contatos com restinga e Mata Atlântica.

A cidade de Caravelas ficou conhecida nacionalmente quando, no século XIX, pelos idos de 1881, foi contemplada com a construção da estrada de ferro Bahia–Minas, que na época movimentou grande parte da economia do município.

Praias locais: Kitongo (fluvial), Armação, Grauçá, Iemanjá, Iansã, Ponta da Baleia, Barra Nova, Barra Velha, Ponta do Catueiro, Pontal do Sul.

Atrações e passeios: Ilha Cassumba, Rio Caravelas, Centro Histórico, Instituto Baleia Jubarte, Praia da Tapera, Parcel das Paredes (mergulho), Parque Nacional Marinho de Abrolhos (Arquipélago e Parcel dos Abrolhos e Centro de Visitantes na Praia do Kitongo), lojas de artesanato.

Eventos: Festa dos Santos Reis, Carnabarra, Puxada do Mastro de São Sebastião e encenação da batalha entre mouros e cristãos (janeiro); Festa de Iemanjá (fevereiro); Carnaval (fevereiro ou março); Aniversário do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e Festa Cívica (abril); Festas de Santo Antônio – padroeiro da cidade –, Corpus Christi, São João e São Pedro (junho); Festa de Nossa Senhora de Lourdes (agosto); Festa de São Cosme e São Damião (setembro); Semana Cultural da Baleia Jubarte (novembro); Festa de Nossa Senhora da Conceição (dezembro).

Alcobaça

Um dos mais paradisíacos municípios baianos, localizado entre o rio Itanhém e o mar, destaca-se pela sua acolhedora beleza natural e harmoniosas composições arquitetônicas oriundas da colonização portuguesa, com suas casas enfileiradas e ruas arborizadas.

Geologicamente, Alcobaça situa-se numa formação peninsular que do ponto de vista turístico lhe confere cenário paisagístico raro, que se bem explorado poderá render importantes divisas para a região. Alguns quilômetros de praias ainda quase intocadas qualificam a costa como um destino interessante para quem procura por tranquilidade, natureza e um ambiente saudável.

O município é também um dos pontos de partida para o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, oferecendo embarcações equipadas e atividades aquáticas como o mergulho. A vocação para os esportes náuticos é clara, porém a sua exploração ainda está em fase inicial, ou pouco explorada, nas praias do norte (Praia do Coqueiro). O mar oferece ondas próprias para a prática do surf. Em outras praias, o jet-ski, a canoagem, o esqui aquático e o mergulho contemplativo podem ser amplamente praticados.

Praias locais: Coqueiro, Alcobaça, Farol, Barra, Barra do Itanhém, Zeloris e Coqueiro.

Atrações e passeios: Mergulho nos Recifes, Parque Nacional Marinho de Abrolhos, Recifes de Areia, Recife do Timbebas, Igreja de São Bernardo, Cacimba do Conselho, Centro Histórico, Recife das Lixas e Lojas de Artesanatos.

Eventos: Festa de São Sebastião – luta entre mouros e cristãos (janeiro); Festa de São João (junho); Festa de São Bernardo (agosto); Aniversário da cidade (novembro).

Prado

Com grande diversidade geológica, este município possui uma grande variedade paisagística, com destaque para as suas magníficas falésias, que atraem visitantes dispostos a contemplar tais formações. Praias limpas, calmas e mornas, coqueirais extensos, rios e pequenas cachoeiras completam o ambiente natural local. A cidade oferece ainda passeios ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos como atração turística.

Dotada de boa estrutura hoteleira, contando com aproximadamente 2.351 leitos (SCT), Prado é, sem dúvida, o município da Costa das Baleias que mais rápido assimilou a natural vocação turística.

Ribeirinho (Rio Jucuruçu) e costeiro ao mesmo tempo, possibilita diversos tipos de turismo, seja de lazer ou de aventura. Uma arquitetura composta por casarios do século XVIII contrasta

com o modernismo das novas casas de veraneio, hotéis e pousadas que compõe a paisagem urbanizada do Prado.

Praias locais: Barra do Cai, Barra do Jacuruçu, Lagoa Grande, Paixão, Guaratiba, Ostras, Cumuruxatiba, Calambrião, Coqueiral, Corumbaú, Pichani, Farol, Imbassuba, Dois Irmãos, Novo Prado, Quati, Rio do Peixe, Tororão, Viçosa (Amendoeiras), Japará Mirim (Pequena), Segredo, Japará Grande, Areia Preta, Ponta do Moreira (Foto 16).



Foto 16 – Balneário de Guaratiba, Prado

Atrações e passeios: Falésias da Praia do Tororão, Lagoa Grande, Lagoa Pequena, Museu Aberto do Descobrimento, Parque das Guaratibas, Centro Histórico, Ilha da Alegria, Cumuruxatiba, artesanatos, Praia da Areia Preta. O povoado de Cumuruxatiba, fundado como uma vila de pescadores e outrora habitado por tupiniquins e tapuias, é considerado a nova vedete do litoral baiano, um dos destinos mais visitados por turistas brasileiros e estrangeiros.

Eventos: Festa de Reis, Torneio de Canoa Rústica, Torneio de Atletismo, Torneio de Futevôlei, Festa de Nossa Senhora da Conceição – padroeira local (janeiro); Festa de São Sebastião, Torneio de Handebol de Areia, Marujada e Festa de Iemanjá (fevereiro); Carnaval (fevereiro ou março); Festa de São Benedito (março); Festa de Santo Antônio e São João, Festa de São Pedro – procissão marítima (junho); Aniversário da cidade (agosto); Feira de Artesanato (dezembro).

Belmonte

Partindo de Salvador em direção ao extremo sul da Bahia, o município é a porta de entrada para a Costa do Descobrimento. Bastante pitoresco, tranquilo e com uma geografia própria,

oferece possibilidades variadas para o visitante. Sendo fluvial e oceânico ao mesmo tempo, permite uma considerável diversidade de lazer.

Apesar das potencialidades, Belmonte não tem grande expressividade no cenário regional e nacional quanto à atividade turística. A proximidade de dois pólos de grande importância setorial, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, faz com que Belmonte e suas belezas naturais e culturais sejam subdimensionadas e subutilizadas. Necessita, portanto, de uma política direta e específica, no sentido de formar condições de exploração sustentável de seu potencial, com incorporação efetiva à dinâmica regional.

Para tanto, Belmonte deve definir uma proposta turística que a transforme em um pólo de atração com identidade própria, dentro da dinâmica da Costa do Descobrimento, complementando, assim, o conjunto de municípios que vislumbram no turismo uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico.

Praias locais: Barra, Mar Moreno, Meio, Norte, Barra Nova do Peso, Mangue Alto, Mogiquiçaba, Rio Preto.

Atrações e passeios: Rio Jequitinhonha, Vila de Mogiquiçaba, Rio Preto, Rio Passui, Banco Royal Charlotte (Pesqueiro), Lagoa da Sorte, Ilha do França.

Eventos: Procissão Marítima do Senhor dos Navegantes, Festa de Reis, Festa de São Sebastião (janeiro); Festa de Iemanjá (fevereiro); Semana da Cultura Indígena “Memória dos Botocudos” (abril); Aniversário do município (maio); Semana Ecológica da Costa do Descobrimento e São Pedro (junho); Festa de Nossa Senhora do Carmo e Festa de São Vicente de Paula (julho); Festa de Nossa Senhora das Cabeças (agosto).

Santa Cruz Cabralia

Segundo mais importante destino turístico da Costa do Descobrimento, o município conta com importante estrutura receptiva e grande diversidade paisagística e cultural para atender à clientela que procura ecologia, lazer e cultura.

Palco da primeira missa celebrada em território brasileiro, ganhou notoriedade por ter sido construído em sua área urbana o “marco do descobrimento”, peça comemorativa em alusão aos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil.

A proximidade com Porto Seguro é um fator positivo em se tratando de economia turística, pois, como pólo secundário, Santa Cruz Cabralia se incorpora aos roteiros que têm em Porto Seguro ponto de início ou fim. Assim, parcela importante do capital que se destina a esta cidade também beneficia sua vizinha, Santa Cruz Cabralia.

Praias locais: Apuã, Arakaki, Lençóis, Mutari, Coroa Vermelha, Ponta de Mutá, Santo André, Jacumã, Tartarugas, Ponta de Santo Antônio, Bobocas ou Golfinhos e Guaiú.

Atrações e passeios: Centro Histórico, Mirante do Loteamento Coroa Vermelha, Mirante “Vai que é lindo”, Terra Indígena da Coroa Vermelha, Terminal Turístico de Coroa Vermelha, Rio

João de Tiba, Rio Santo Antônio, Parque Ecológico do Santuário, Recifes do Boqueirão, Parque Marinho de Coroa Alta, Ilha Paraíso, Recifes Araripe e Angaba, Povoado Santo André, Povoado Santo Antônio, Povoado de Guaiú.

Eventos: Dia do Índio, Comemoração do Descobrimento, Encenação da Primeira Missa, Mica-reta (abril); Festa do Divino (maio); Semana Ecológica da Costa do Descobrimento, Festa dos Pescadores e Festas Juninas (junho); Dia da Cidade (julho); Feira da Cultura (setembro); Festa da Cultura Negra e Festa do Padroeiro São João (novembro); Nossa Senhora da Conceição – padroeira do município – e Chegança (dezembro).

Porto Seguro

Segundo maior pólo turístico da Bahia, agrega a mais importante rede hoteleira baiana, com oferta de leitos superior a Salvador. Primeiro pólo turístico estadual, o município oferece também serviços de qualidade reconhecida internacionalmente, que aliado a sua destacada paisagem natural torna-se um ponto de referência para os mais diversos tipos de visitantes.

Apesar de possuir grande diversidade de atributos naturais e históricos, é o turismo de lazer que atrai para a cidade a maior parte da clientela que a visita, sendo formada predominantemente por jovens oriundos de estados próximos, que disputam durante o dia as praias e as barracas temáticas e à noite a Passarela do Álcool, o Arraial d'Ajuda e Trancoso.

A partir da década de 1980, a atividade turística no município passou a ocupar um lugar de destaque na economia local e estruturalmente evoluiu rapidamente, tornando-se um pólo reconhecido nacional e internacionalmente, principalmente após a inauguração do Aeroporto Internacional de Porto Seguro.

Porto Seguro hoje procura viabilizar o desenvolvimento do Turismo de Negócios com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela baixa estação, quando o fluxo de visitantes é reduzido. Para isso, a criação do Centro de Convenções, do Convention Bureau e ações realizadas por parcela da hotelaria local têm contribuído de maneira importante para o desenvolvimento de tal modalidade turística no município.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação da Natureza são espaços especialmente protegidos por Diploma Legal, com a finalidade de preservação e conservação dos seus recursos naturais e atributos histórico-culturais quando assim forem declaradas, conforme a categoria em que se enquadram.

A legislação tem sido a forma mais eficaz, apesar das falhas em sua aplicabilidade, na tentativa de minimizar os efeitos e de coibir a devastação dos recursos naturais. As áreas que representam grande riqueza em seus ecossistemas e que estão sob qualquer tipo de ameaça são instituídas como áreas protegidas. No entanto, o que se observa é a sua descaracterização antes mesmo da implementação da legislação específica ou o seu descumprimento, com o desrespeito de seus limites e ausência efetiva de fiscalização.

A Lei nº 9.985, de 18/07/2000, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Esta, por sua vez, em seu art. 2º, item I, define Unidade de Conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O Capítulo III das Categorias de Unidades de Conservação da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, em seu art. 7º, dividiu as Unidades de Conservação em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

O art. 8º identifica as Unidades de Proteção Integral, e os artigos 9, 10, 11, 12 e 13 as caracterizam:

- Estação Ecológica: tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- Reserva Biológica: tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- Parque Nacional: tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e preservação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
- Refúgio de Vida Silvestre: tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

O art.14 identifica as Unidades de Uso Sustentável, e os artigos 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 as caracterizam:

- Área de Proteção Ambiental: é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem das populações humanas. Tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- Área de Relevante Interesse Ecológico: é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias, ou

que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, e compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

- Floresta Nacional: área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.
- Reserva Extrativista: área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- Reserva de Fauna: área natural, com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural que abriga populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

O Decreto nº 3.834, de 05/06/01 – regulamenta o art. 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona, e dá outras providências.

O Decreto nº 4.340, de 02/08/02 – regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências.

Chama-se a atenção para o fato de que a Lei nº 9.985/00 não mais considera como Unidades de Conservação:

- as Áreas Especiais de Interesse Turísticos, que são regidas pela Lei nº 6.513, de 20/12/77;
- os Hortos Florestais disciplinados pelo Decreto Federal nº 4.439, de 26/07/39; e,
- os Jardins Zoológicos, criados pela Lei Federal nº 7.173, de 14/02/83.

A resolução Conama 11, de 03/12/87, declarava como Unidades de Conservação: Estações Ecológicas; Reservas Ecológicas; Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas zonas de vida silvestre e os Corredores Ecológicos; Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; Reservas

Biológicas; Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; Monumentos Naturais; Jardins Botânicos; Jardins Zoológicos; Hortos Florestais e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

O Capítulo VI da Lei nº 9.985/00 das Reservas da Biosfera, em seu artigo 41, referencia a Reserva da Biosfera como um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com o objetivo básico de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. Os municípios litorâneos que compõem a área em estudo se incluem na área da Mata Atlântica, considerada Reserva da Biosfera.

A Lei Estadual nº 7.799, de 07/02/2001, institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais. O Decreto nº 7.967, de 05/06/2001, publicado no D.O. de 06/06/2001, aprova o regulamento da Lei nº 7.799, de 07/02/2001, e institui a Política Estadual de Administração de Recursos Ambientais. No Capítulo V – Da Criação e Implantação dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, na Seção I – Das Áreas de Proteção Ambiental, Subseção I, Art. 77, agrupa as Áreas de Proteção Ambiental, APA's Estaduais em cinco Sistemas, dos quais o IV engloba unidades existentes na área em estudo.

- Sistemas I – Sistema de Áreas Protegidas do Litoral Sul
 - a) APA Santo Antônio
 - b) APA Caraíva Trancoso
 - c) APA Coroa Vermelha
 - d) APA Ponta da Baleia Abrolhos, dentre outras que estão fora da área

Todas as unidades de conservação deverão dispor de um plano de manejo, documento técnico elaborado a partir dos objetivos da unidade, visando estabelecer o seu zoneamento e o uso e manejo dos recursos naturais. O plano de manejo de uma unidade deverá ser elaborado no prazo de até cinco anos da data de criação da unidade de conservação.

As unidades de conservação do grupo integral têm por objetivo a preservação dos seus recursos naturais, admitindo-se apenas o seu uso indireto, ou seja, aquele que não envolve coleta, consumo, dano ou destruição dos recursos naturais. Na área mapeada temos cinco unidades que se enquadram nesta categoria: Os Parques Nacionais de Monte Pascoal, do Descobrimento, Pau Brasil, Marinho de Abrolhos e o Parque Natural Municipal Marinho Recife de Fora.

Dentre os cinco Parques Nacionais (Parna) identificados na área cita-se, entre os demais, por sua importância turística e ambiental e especificidade, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, situado há aproximadamente setenta quilômetros da costa do município de Caravelas, ao qual pertence. Tem por objetivos a proteção dos ecossistemas marinhos excepcionalmente ricos em recifes, algas, espécies marinhas, algumas delas ameaçadas de extinção, como as tartarugas marinhas, as baleias jubarte e o coral cérebro, aliando-se seus objetivos conservacionistas às atividades científicas, educacionais e recreativas.

No Parque encontra-se a sede do Projeto Baleia Jubarte, que estuda o comportamento e a ecologia da espécie e que está catalogando, através de fotografias, os indivíduos que procuram suas águas para procriação. Atualmente, convergem para a área em tempos de procriação aproximadamente 12.000 indivíduos, o que corresponde a um décimo da sua população original.

A fauna terrestre é limitada em função do pouco espaço disponível e dos solos rasos, representados basicamente por ratos, aranhas e lagartos. Destacam-se, entretanto, as aves, com algumas espécies endêmicas do arquipélago, como o atobá-branco, o atobá-marrom, as fragatas e a grazina. Nos meses de março a novembro, são encontradas duas espécies de aves migratórias: o benedito e o trinta-réis.

O arquipélago de Abrolhos é formado por um grupo de cinco ilhas, todas de origem vulcânica, entretanto a maior delas, Ilha de Santa Bárbara, não está incluída nos limites do parque nem sob sua jurisdição, por pertencer à Marinha do Brasil, sendo proibido o desembarque na mesma sem autorização expressa do 2º Distrito Naval.

O Parque Nacional de Abrolhos é formado pelas ilhas Sueste, Siriba, Redonda e Guarita, cada uma delas servindo de abrigo e reprodução de espécies endêmicas ou migratórias. A Ilha Sueste é a mais afastada e abriga a maior colônia de atobá-marrom (*Sula leucogaster*) do arquipélago. Na Ilha Redonda encontramos registros de desova da tartaruga marinha da espécie *Caretta caretta*, sendo o local de reprodução das fragatas (*Fregata magnificens*).

A Ilha Siriba abriga a maior colônia de atobá-branco (*Sula dactylatra*). Somente nela é permitida a visitação de turistas, onde é possível caminhar em seu entorno, sendo proibida a caminhada em sua parte central, por conta dos ninhos das aves. A Ilha Guarita é a menor de todas, com apenas cem metros de extensão. É o local de reprodução do Benedito (*Anous stolidus*), ave migratória presente no arquipélago nos meses de março a novembro.

O Parque possui atributos raros, como o maior banco de corais da América do Sul, grande variedade de peixes e único local da América do Sul de reprodução das baleias jubarte entre os meses de junho a novembro.

Os usos conflitantes dizem respeito ao excesso de turistas que visitam o local, mergulhadores e presença de embarcações e pescadores nas proximidades da área do Parque, o que pode impactar negativamente o seu entorno.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA's), as Reservas Extrativistas e as RPPNs existentes são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação dos seus recursos naturais e a proteção de sua diversidade biológica, com a garantia da sustentabilidade dos mesmos. Na área, registram-se as APA's estaduais Santo Antônio, Coroa Vermelha, Caraíva-Trancoso, Ponta da Baleia/Abrolhos, e as municipais Vale das Cataratas, Itapebi e Costa Dourada.

As APA's poderão ser criadas no âmbito federal, estadual ou municipal, mas na área mapeada coexistem quatro estaduais e duas municipais. Nenhuma APA federal foi criada no território baiano.

As APA's estão sujeitas a modelos adequados de conservação do solo, dirigidas prioritariamente ao desenvolvimento do turismo sustentável. Com um controle de uso e ocupação desse solo, sem alteração no regime de propriedade, as APA's oferecem oportunidades para o desenvolvimento econômico das populações locais do presente, sem prejuízos para as gerações futuras, harmonizando o desenvolvimento de atividades produtivas com a proteção dos recursos naturais, a preservação dos conjuntos arquitetônicos e a valorização dos bens culturais.

As APA's asseguram a implantação e a consolidação de projetos turísticos de baixa densidade e de elevado nível de qualidade, com a garantia de manutenção ambiental, impedindo assim o turismo predatório.

A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, com 89.500 hectares, localizada em área de difícil acesso em terras pertencentes aos municípios de Prado e Porto Seguro, no bioma Mata Atlântica, se constitui basicamente em uma vila de pescadores, em local de beleza ímpar. A presença de modestas (mas belas) pousadas contrasta com um imponente *resort* construído à beira mar. O acesso se faz partindo de Cumuruxatiba.

A estreita faixa de areia branca, situada praticamente às margens da única via asfaltada que dá acesso à sede da Reserva Extrativista (Resex), parece convidar o visitante a apreciar toda sua beleza. No lado oposto, ao fundo, encontra-se um extenso manguezal com espécies arbóreas de porte incomum. Ao longo do percurso, pequenas residências de pescadores e seus instrumentos de trabalho denotam o modo simples de viver desses habitantes e seus meios de sobrevivência.

Seu objetivo é garantir a conservação dos recursos naturais e a sobrevivência das populações tradicionais através do manejo sustentável de áreas de manguezais, estuários e banco de corais, compatibilizando o uso dos recursos naturais com o desenvolvimento e tradições das populações locais.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's), com a Lei 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, conquistaram a posição de Unidades de Conservação. Embora classificadas como Unidades de Uso Sustentável pela SNUC, poderiam ser consideradas como de proteção integral, de fato, uma vez que o item III, § 2º, artigo 21, que possibilitava a extração de recursos naturais na áreas das RPPN, foi vetado pelo presidente da república.

A criação dessa modalidade (RPPN) em área estratégica, de maneira integrada com proprietários e os segmentos da sociedade civil organizada, é incentivada através da isenção do imposto territorial e visa viabilizar a implantação efetiva do Corredor Central da Mata Atlântica entre os rios Doce, no Espírito Santo, e Jequitinhonha, na Bahia, com o objetivo de manter, restaurar a conectividade e facilitar a transferência da biodiversidade através do fluxo genético entre populações.

Dentre as RPPNs existentes na região, a Estação Veracel se destaca por tratar-se de uma área que sofreu pouca interferência do homem, estando cerca de 70% coberta por floresta pri-

mária de Mata Atlântica, guardando uma rara biodiversidade com 308 espécies de árvores catalogadas, sendo considerada uma das 20 áreas com maior diversidade de plantas arbóreas do planeta. A conservação desta floresta contribui também para preservar mananciais, além de abrigar 115 nascentes no seu interior.

A Estação Veracruz/Veracel foi reconhecida pelo Ibama como RPPN em 1998, e em 1999 foi a vez da Unesco reconhecê-la como Sítio do Patrimônio Mundial Natural (SPMN).

Na área estudada foram identificadas quatro Áreas de Proteção Ambiental Estaduais (APA's), três APA's municipais, uma Reserva Extrativista Marinha (Federal), quatro Parques Nacionais, um Parque Municipal e sete Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Quadro 02), cada uma com características específicas e atrativos ímpares.

(continua)

Quadro 02 Unidades de Conservação						
Categoria	Município	Área (ha)	Objeto de preservação	Decreto / Data de criação	Administração	Plano de manejo ou zoneamento
Unidades de Proteção Integral						
Parque Nacional do Monte Pascoal	Porto Seguro	44.816	Ecossistemas de transição litoral-floresta tropical; remanescentes de mata; recifes; fauna	Decreto Federal n.º 242, de 29.11.61	Ibama	PM
Parque Nacional do Descobrimento	Prado	21.213	Remanescentes de Mata Atlântica; fauna	Decreto Federal de 20.04.99	Ibama	PM
Parque Nacional do Pau Brasil	Porto Seguro	11.590	Remanescentes de Mata Atlântica; fauna ameaçada de extinção	Decreto Federal de 20.04.99	Ibama	PM
Parque Nacional Marinho de Abrolhos	Caravelas	91.235	Fauna com espécies migratórias e endêmicas; corais	Decreto Federal n.º 88.218, de 06.04.83	Ibama	PM
Parque Municipal do Recife de Fora	Porto Seguro	1.750	Fauna com espécies migratórias e endêmicas; corais	Decreto Municipal n.º 260, de 16.12.97	Prefeitura de Porto Seguro	-
Unidades de Uso Sustentável						
APA da Ponta da Baleia/ Abrolhos	Alcobaça/ Caravelas	34.600	Ecossistemas marinhos, recifes e bancos de corais; restinga arbórea-arbustiva, manguezais; refúgio de animais ameaçados de extinção	Decreto Estadual n.º 2.218, de 14/06/1993	CRA	-
APA de Caraíva/ Trancoso	Porto Seguro	31.900	Ecossistemas litorâneos, restingas e dunas; remanescente de Mata Atlântica; fauna		CRA	ZEE
APA de Santo Antônio	Belmonte/ Santa Cruz Cabrália	23.000	Ecossistemas litorâneos, restingas e dunas; remanescente de Mata Atlântica; fauna	Decreto n.º 3.413, de 31/08/1994	CRA	ZEE
APA da Coroa Vermelha	Porto Seguro/ Santa Cruz Cabrália	4.100	Restinga, manguezais; remanescentes de Mata Atlântica, floresta ombrófila densa; brejos e várzeas; recifes e corais; fauna	Decreto n.º 2.184, de 07/06/1993	CRA	ZEE
APA da Costa Dourada	Mucuri	3.435	Falésias, desembocaduras de riachos e restingas	Decreto Municipal n.º 274, de 01.07.99	Prefeitura de Mucuri	-

(conclusão)

Quadro 02 Unidades de Conservação						
Categoria	Município	Área (ha)	Objeto de preservação	Decreto / Data de criação	Administração	Plano de manejo ou zoneamento
Resex de Corumbau	Porto Seguro/ Prado	89.889	Cinturão pesqueiro entre a Ponta do Espelho, Praia de Coruípe, a Barra das Ostras e Praia de Comuruxatiba	Diário Oficial da União em 21/09/00	Federal	-
RPPN Estação Santa Cruz / Veracel	Porto Seguro	6.069	Remanescentes de Mata Atlântica, fauna e flora	Portaria Federal nº. 149/98-N	Particular	PM
RPPN Fazenda Avaí	Caravelas	469	Remanescentes de Mata Atlântica, fauna e flora	Portaria Federal nº. 701/90	Particular	-
RPPN Portal do Curupira	Porto Seguro	50	Remanescentes de Mata Atlântica, fauna e flora	Portaria Federal nº. 106/01	Particular	-
RPPN Fazenda Pindorama	Itabela	47	Remanescentes de Mata Atlântica, fauna e flora	Portaria Federal nº. 059/98-N	Particular	-
RPPN Lagoa do Peixe	Caravelas	31	Remanescentes de Mata Atlântica, fauna e flora	Portaria Federal nº. 35/00	Particular	-
RPPN Carroula	Prado	15	Remanescentes de Mata Atlântica, fauna e flora	Portaria Federal nº. 175/02	Particular	-
RPPN da Mata Atlântica da Manona	Porto Seguro	7	Mata Atlântica, áreas alagadiças, matas ciliares, tabuleiros e mussunungas; fauna	Portaria Federal nº. 108/01	Particular	-

FONTE: Ibama, 2007; CRA, 2007.

Diversas são as ameaças à preservação dos ecossistemas presentes nessas áreas, sendo que o fato de muitas das Unidades de Conservação não estarem efetivamente implantadas constitui o primeiro entrave.

Além disso, atividades desenvolvidas em seu entorno sem os devidos cuidados agravam os problemas, a exemplo dos plantios dos maciços florestais que não respeitam o estabelecido na lei de 10 quilômetros de distância do limite das UC's, da demora na demarcação de terras indígenas que ocupam áreas protegidas, como é o caso do Parna de Monte Pascoal, palco de queimadas, desmatamento e abusos contra o meio ambiente, assoreamento de leitos, descaracterização das nascentes (áreas de proteção permanente), dentre outros impactos em toda a extensão da área e atingindo todas as Unidades de Conservação.

O intenso e crescente interesse turístico existente na região faz com que esses ambientes sofram, adicionalmente, impactos relevantes gerados pela especulação imobiliária, invasões para a construção de moradias, ocorrendo focos de poluição por esgotos domésticos e lixo urbano.

As mais recentes preocupações referem-se aos projetos de implantação de carcinicultura na região dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, região que corresponde ao entorno do PARNA Marinho de Abrolhos e em região extremamente frágil de mangues, restingas e ecossistemas significativos e importantes, além dos projetos de prospecção de gás e petróleo.

leo. As conseqüências que essas atividades podem trazer para os frágeis e ricos ecossistemas existentes na região podem ser irreversíveis, comprometendo definitivamente a manutenção do equilíbrio ambiental local.

Dessa forma, concebe-se que implicações ambientais sempre existirão. Todavia, a criação de Unidades de Conservação é uma medida extrema na tentativa de manutenção das riquezas ambientais. Esse processo deve, antes de tudo, ser precedido da formação da consciência de co-responsabilidade, indispensável para a promoção da sustentabilidade regional.

ASSENTAMENTOS RURAIS

O direito ao acesso à terra e os movimentos sociais que buscam sua concretização, bem como o reconhecimento da necessidade e pertinência da implementação de uma política de reforma agrária ampla e consistente, constituem temas recorrentes na dinâmica social, política e econômica brasileira.

As origens dessas questões ultrapassam limites temporais mais recentes, uma vez que advêm dos processos de conformação do território nacional, implementados com base nas grandes propriedades – as capitanias hereditárias – e mantidos até os dias atuais com os modernos latifúndios.

Alguns períodos permitem contatar, mais especificamente, um dos fatores fundamentais e dos mais importantes para a compreensão da problemática: a estreita relação entre a questão fundiária e o poder. Considerado este vínculo, concebe-se que a dominação econômica, política e social vem se conservando com a manutenção e ampliação da concentração de terras agricultáveis e da exploração do valor que detêm e geram.

De maneira geral, a política de desenvolvimento implementada no País levou à ampliação da desigualdade social, à concentração de renda, à intensificação da concentração fundiária e, conseqüentemente, ao agravamento dos problemas sociais, políticos e econômicos.

Concomitantemente, e em resposta a esses processos, surgem os movimentos sociais organizados em prol do direito à terra. Uma das particularidades desses organismos refere-se ao instrumento que viabiliza sua consolidação, conformado pela forma de atuação que mantém uma linha de ação apoiada em atos contundentes de exigências pelos direitos, não somente sobre o quantitativo de assentados, mas, principalmente, quanto ao apoio infra-estrutural, social e econômico após a concretização dos projetos.

Com essa nova perspectiva, objetiva-se mais do que o acesso à terra a partir da incorporação de projetos que proporcionem aos assentados o arcabouço necessário para a promoção da auto-sustentabilidade e, com isso, a manutenção das famílias na terra. Esta visão da sustentabilidade nos programas de assentamentos começa a fazer parte das reivindicações do movimento há pouco tempo, mas já é considerada essencial na formulação da política de reforma agrária.

Em contrapartida, a sua forma de atuação retrata um dos problemas mais complexos do Brasil na atualidade, que são as ocupações e os conflitos por terras, cada vez mais frequentes e que vêm, ao longo do tempo, alimentando a violência no campo. De forma geral, identificam-se configurações historicamente engendradas às quais esses organismos estão intrinsecamente atrelados.

Alguns autores apontam estreitas relações entre ocupações e conflitos por terras com a efetivação de assentamentos. Ou seja, na medida em que ações coercitivas são intensificadas, há um relativo aumento no total de efetivações de projetos, levando a concluir que o fortalecimento dos ideais de luta e a intensificação das ações (manifestações, ocupações) exercem influência significativa sobre os órgãos competentes.

Segundo Fernandes (2006), os números da reforma agrária seriam muito diferentes se não houvesse a pressão por parte da sociedade organizada, isto é, sem esses movimentos a concentração fundiária no Brasil estaria muito maior. Em função disso, o autor ressalta ser imprescindível que haja o fortalecimento da consciência política dos movimentos camponeses para que se confirmem mudanças reais na atual tendência da política da reforma agrária brasileira.

Dentre os organismos sociais que buscam a estruturação da política fundiária no Brasil cita-se o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, na Bahia, o Movimento de Luta pela Terra (MLT) e o Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia (CETA). Dentre esses, o MST é o que participa do maior número de movimentos e que concentra a maior participação em projetos de assentamentos.

Na busca de alternativas para minimizar os problemas do campo, o governo federal lança, em 1997, o Programa Cédula da Terra (PCT), em caráter piloto e com meta de promover uma regularização fundiária, em parceria com Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão estadual vinculado à Secretaria de Agricultura no estado da Bahia.

Em linhas gerais, o programa Cédula da Terra conformou-se como um processo de compra direta entre as associações de trabalhadores e os proprietários das terras com a intermediação do governo estadual. Ao governo coube a avaliação do imóvel (cujas dimensões deveriam sempre estar abaixo daquelas estipuladas para reforma agrária), a definição do valor do financiamento e, após a realização do negócio, a implantação da infra-estrutura e serviços de apoio às atividades agropecuárias e de convivência social. Às associações coube o empréstimo bancário com carência de três anos para início da quitação.

Ao alcançar abrangência nacional, é reestruturado como Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e conta com parceria entre o Governo Federal e o Banco Mundial. Contudo, não registra alterações em sua essência quando comparado ao Projeto Cédula da Terra, mantendo como objetivo “diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos

trabalhadores rurais por meio da concessão de linhas de crédito para compra de imóvel” (BRASIL, 2005). O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) dispõe de linhas de crédito para atender a públicos específicos, como Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra, Consolidação da Agricultura Familiar, Terras para a Liberdade e Terra Negra.

Entretanto, o principal ponto de análise e críticas desses projetos é que nenhum dos dois é condizente com um programa de reforma agrária, apesar de serem apresentados como tal, inequívoca ou equivocadamente. Segundo Guiomar Germani, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (ZARIAS, 2003), ambos promovem o acesso à terra por meio da lógica do mercado – compra e venda –, sem a especificidade lógica da reforma agrária, que tem como essência a pressão dos movimentos sociais para a desapropriação e o acesso. Além disso, a compra torna o acesso ainda mais seletivo e problemático.

Quanto ao estado da Bahia, a pesquisadora ressalta questões específicas acerca da implantação do Programa Cédula da Terra. Ressalta o fato de que, por suas características, o público atendido deveria ter sido beneficiado pela reforma agrária de fato e, neste contexto, tem-se o Extremo Sul como exemplo.

Como pré-requisito, o pretense proprietário de terra deveria fazer parte de uma associação, através da qual o processo de compra e venda se efetivaria. No norte do Estado, ponto inicial do Programa, não se constituiu empecilho, pois a maioria dos produtores já eram proprietários organizados. Mas no Extremo Sul uma outra realidade havia se conformado. Historicamente marcada pela forte atuação dos movimentos sociais, não havia associações formadas, apesar da demanda pela reforma.

Os trabalhadores precisaram formar essas associações para a compra da terra e não para se beneficiarem da desapropriação. Segundo a pesquisadora, a formação dessas associações trilhou “um processo não espontâneo por parte dos trabalhadores, que envolveu pessoas que tinham interesse direto na venda das terras e que articulavam a organização de grupos de sem terra” (ZARIAS, 2003, p. 2).

Ao conduzir esse movimento “não espontâneo” de organização, esses interesses específicos proporcionaram, conseqüentemente, o estabelecimento de inúmeras irregularidades que ajudaram a configurar um quadro de instabilidade do Programa na região, como por exemplo, superfaturamento dos valores das terras, dimensionamento de lotes não condizentes com as necessidades do produtor (seja menor ou maior), negociação de áreas com potencial agrícola muito baixo e com preços elevados, além de vendas de áreas de proteção integral nas quais existia reserva de Mata Atlântica.

Cabe ressaltar que nessa conjuntura de irregularidades o proprietário inicial da terra era o único que não arcava com os prejuízos que invariavelmente ocorriam, mas, mesmo assim, foram poucos os bem-sucedidos. Os pequenos produtores, endividados e sem crédito para novos financiamentos, permanecem “presos” à terra, sem condições financeiras para tocarem a produção ou se fixarem em outras regiões.

Além disso, a formação da associação como exigência para pleitear a terra junto ao Programa deu origem a um número significativo de instituições sem projetos solidamente constituídos e sem a estrutura suficiente para fornecer a seus associados a assistência necessária para a continuidade do processo após a aquisição das terras, muitas delas, inclusive, com existência apenas formal, oficialmente legalizadas para atender às exigências mínimas do processo. Analisando a origem da maioria dessas associações, constata-se uma coincidência com o lançamento do Programa, ou seja, surgem com evidente e única finalidade de adesão.

Olalde e outros (2004) ressaltam as implicações dessa deficiência, observando que é a partir dela que as terras são escolhidas, os preços são negociados, a definição dos projetos produtivos e da aplicação dos recursos é realizada, além da manutenção da unicidade do processo como organização voltada para o bem comum. A essas associações cabe, essencialmente, conduzir a construção do “capital social” [...], a “rede de relações de confiança, de normas de reciprocidade que facilitam a cooperação e a coordenação entre os indivíduos” (BUNCH, 1995 apud, OLALDE et al, 2004, p. 993).

De forma geral, uma análise do processo de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar demonstra, até então, uma dificuldade política e metodológica para fornecer aos produtores o incentivo inicial e necessário (técnico e financeiro) à construção e manutenção de suas atividades na terra. Desta realidade, concebe-se que o movimento atualmente denominado reforma agrária não possui, seja na escala nacional ou estadual, inclusive na Bahia, consistência suficiente para fornecer as bases e a estrutura necessárias para que o movimento possa se fazer perceber.

Permanece a estrutura fundiária dos tempos da conformação do território, mas as inovações tecnológicas e ideológicas fazem com que novas concepções sejam condicionadas à sociedade. Concepções que não visam proporcionar mudanças sociais de fato, e assim permanece o caráter, a essência da política capitalista de concentração de terras.

Considerando a permanência do latifúndio reconhecido agora como agronegócio, que se torna uma “bandeira” na atual conjuntura, objetiva-se especificamente mascarar esse caráter de expropriação e exclusão, procurando enfatizar o incremento da produtividade, as inovações tecnológicas e sua aplicação. Nos bastidores, ampliam a exclusão e a concentração de terra. Os pequenos produtores, a agricultura familiar camponesa, sem crédito e acesso a financiamentos, responsável pela maior parte da produção agropecuária, torna-se coadjuvante do processo, enquanto o agronegócio consegue a maior parte do crédito agrícola usando a produtividade como estratégia de mercado.

Esse é ponto fundamental para que sejam desfeitas considerações errôneas acerca de equiparações entre a política de assentamentos rurais e o complexo processo de reforma fundiária, uma vez que é somente no âmbito local que essas ações tornam-se visíveis e significativas em termos de intervenções públicas.

Segundo Rocha (2005, p. 5), o estado da Bahia é, no Brasil, o que possui um dos maiores números de famílias acampadas distribuídas em praticamente todo o seu território, perfazendo

um contingente de 20 a 25 mil. Visualiza-se, assim, o cenário conflitante em que o território baiano se insere, em maior ou menor intensidade a depender de particularidades regionais e das oscilações do mercado.

Especificamente na região das bacias do rio Jequitinhonha e do Extremo Sul do Estado, múltiplos fatores constituem cenários ímpares, propícios ao estabelecimento de crises sociais, nas quais a posse da terra é centro dos conflitos. Nas áreas próximas ao litoral, hoje conhecidas como Costa do Descobrimento e Costa das Baleias, os conflitos por terra remetem ao período inicial de sua ocupação, a partir da formação de extensos latifúndios gerando os primeiros conflitos com os índios pataxós, ocupantes iniciais da região. A partir da década de 1980, mais um fator – o turismo – surge com a intensificação do movimento pela Reforma Agrária em todo o País e a região passa a registrar conflitos constantes e cada vez mais intensos.

Dentre esses fatores, podemos citar as oscilações do mercado de cacau, a presença de comunidades indígenas que requerem a legalização da posse de suas terras, a ocupação desordenada, e muitas vezes ilegal, de condomínios, hotéis e *resorts* de luxo nas áreas com vocação turística, a exemplo das regiões de Cumuruxatiba, Ponta de Corumbau, Trancoso e Belmonte, e que, por sua vez, implica na especulação imobiliária, além da instalação da indústria de papel e celulose, que demanda grandes investimentos e extensas áreas para a produção do eucalipto em suas florestas homogêneas contínuas.

Em uma análise do Programa Cédula da Terra (PCT) no estado da Bahia, Olalde e outros (2004) tece diversas considerações. Além de demonstrar o que gerou a criação da maioria das instituições em caráter circunstancial, como citado anteriormente, aponta diversas falhas nas associações comunitárias e problemas que derivam da origem, da existência anterior ou não da organização, e da atuação de seus mediadores, isto é, do grau de comprometimento.

As associações comunitárias existentes na região, conforme pode ser visto na Tabela 23, diferenciam-se segundo a origem de seus associados, que em maior ou menor intensidade interferem na condução e manutenção dos grupos.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego da Barriguda, do município de Itamaraju, é exemplo de organismo formado por grupos de agricultores já existentes, mas que não possuíam uma organização formal constituída. Neste caso, famílias oriundas da própria comunidade conseguiram formar um grupo mais coeso, que garantiu um resultado considerado satisfatório pela coordenação do Programa, em função de sua articulação, organização e boa visão de médio e longo prazo.

Outras associações originaram-se a partir da reunião de interessados, que muitas vezes não se conheciam. Na área em estudo, cinco associações formaram-se com base nessa característica: a Associação dos Pequenos Produtores Nova Esperança, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Itamaraju–São Francisco e a Associação dos Pequenos Agricultores Renascer, do município de Prado, e a Associação dos Pequenos Produtores Santo Agostinho e a Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Lapinha, do município de Itamaraju.

Tabela 23 Associações Comunitárias e Projetos do Programa Cédula da Terra				
Municípios	Grupamento	Imóvel	Área (ha)	Famílias (nº)
Eunápolis	Associação Agrícola Produzir	Fazenda Santa Cruz	298,90	36
	Pequenos Produtores Terra Bahia	Fazenda Boa Esperança	340,00	35
	Associação Pequenos Produtores Lage Grande	Fazenda Dois Irmãos	243,40	25
Guaratinga	Associação Comunitária Produtores Agropecuária de Guaratinga	Fazenda Surpresa	443,00	30
	Associação Agricultores de Novo Horizonte	Fazenda Pouso Alegre	668,00	50
	Associação Vale do Jucuruçu	Fazenda Cachoeira Maria	969,00	70
	Associação Córrego da Barriguda	Fazendas Reunidas São João	375,00	36
	Associação de Agricultores São Paulinho	Fazenda São Paulinho	416,50	40
Itamaraju	Associação Pequenos Agricultores Santo Agostinho	Fazenda Santo Agostinho	351,70	40
	Associação Pequenos Agricultores Fazenda Lapinha	Fazenda Lapinha	271,70	40
	Associação Renascer	Fazenda Primavera	1.200,00	86
Itanhém	Associação São Geraldo	Fazenda São Geraldo	1.187,90	130
Itapebi	Associação União (NP)	Fazenda Ouro Verde	327,00	22
Porto Seguro	Associação Comunitária Frutos da Terra	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	525,00	50
Potiraguá	Associação dos Trabalhadores Rurais de Itambé	Fazenda Bela Vista	379,50	36
	Associação dos Pequenos Produtores de Nova Esperança	Fazenda Palmares	978,00	80
Prado	Associação dos Produtores Itamaraju-São Francisco	Comunitária Craveiro	674,00	50
	Associação Comunitária dos Agricultores Unidos para Vencer	Fazenda Serrânea	281,00	26
Total			9.929,60	882

Fonte: Incra-BA, 2007

Algumas foram formadas a partir da participação de pessoas que por diversos motivos se mostraram interessadas na sua formação – os mediadores –, que assumiam posições de destaque nas comunidades, como religiosos, políticos e proprietários de terra. No município de Itanhém, a Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda São Geraldo é exemplo da interferência de políticos em sua origem. Diversas irregularidades foram constatadas, desde problemas de ordem técnica e gerencial, até questões de desvios de verbas que inviabilizaram a concretização do projeto.

Os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária são em um total de vinte e quatro, distribuídos entre nove municípios, conforme a Tabela 24, atendendo a um total de 1.716 famílias em quase 4.000ha.

Desses, o Assentamento Primeiro de Abril, Fazenda Cumuruxatiba, município de Prado, é dos mais antigos e também dos mais organizados. Instalado em áreas originalmente indígenas, tem como principal cultivo o mamão que distribui para o Estado e para o País. Na área social, tem como projeto a instalação de um Centro de Formação Regional, que visa o atendimento de todos os assentamentos da área, atualmente atendidos pelo município de Porto Seguro.

Juntos, o Programa Cédula da Terra (PCT) e os Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária atendem a um total de 2.598 famílias em uma área de 49.838,49ha na região do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha. No entanto, há uma demanda crescente por políticas de reforma agrária e, também, por atendimento dessas famílias com programas de cunho social dentro dos próprios assentamentos.

Tabela 24
Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária

Municípios	Projetos	Área (ha)	Nº de famílias
Alcobaça	4045	5.100,00	158
Belmonte	Piaçava	3.171,63	90
	Tuiuty	510,00	20
Eunápolis	Maravilha	3.757,09	192
	Roça do Povo	136,84	76
Guaratinga	Lajedo Bonito	543,35	51
	Bela Vista	2.388,13	153
Itamaraju	Fazenda Nova Deli	1.512,11	55
	Pedra Bonita	696,60	41
Mucuri	Paulo Freire	2.312,85	100
	Chico Mendes II	885,00	69
Porto Seguro	Imbirussu de Dentro	1.514,39	98
	Terra Nova	754,68	28
	Fazenda Cumuraxatiba	4.450,47	152
	Fazenda Guaíra	746,17	30
	Fazenda Nossa Senhora do Rosário	671,74	44
Prado	Reunidas Corumbau	2.741,04	68
	Riacho das Ostras	1.980,73	84
	Três Irmãos	1.262,24	1
	Santa Luzia/Três Irmãos	1.161,60	57
	Embaúba I	676,94	43
Santa Cruz Cabrália	Estância Santa Cruz	319,50	14
	O Descobrimento (Rio Sul)	556,49	32
	São Miguel	2.059,30	60
	Total	39.908,89	1.716

Fonte: Incra-BA, 2007

Esses exemplos tornam evidentes características específicas da região das bacias do rio Jequitinhonha e do Extremo Sul quanto à forma de organização da luta pela terra. As políticas de acesso à terra implementadas até então, além de tênues quanto a sua concretização, encontraram adversidades desde o início de sua implementação nessa área. Cita-se, dentre outros, o baixo grau de associativismo das comunidades, interferências externas com interesses específicos e unilaterais, deficiências no planejamento que não promoveram a sustentabilidade necessária para os projetos, além das dificuldades relacionadas com a liberação de recursos e as diferenças entre a teoria e a prática.

Concebe-se, com isso, que a consolidação de um projeto de assentamento implica em muito mais do que solucionar questões de ordem econômica. Pressupõe a conformação de um arcabouço infra-estrutural no plano do associativismo, da organização interna e da conscientização do movimento como bem coletivo, mas que depende da participação individual.

PESCA E AQUICULTURA

A pesca representa uma vertente econômica importante não só para os municípios e a população litorânea, mas principalmente para a indústria pesqueira, visando atender as demandas crescentes por peixes, crustáceos e moluscos, oriundos do ambiente marinho, estuarino e da aquicultura. Apesar disso, esta atividade carece de um suporte logístico efetivo, principalmente para a pesca marinha artesanal, no que se refere a equipamentos, conservação, comercialização e sustentabilidade da atividade.

Historicamente, as ações e políticas direcionadas para a pesca no Brasil só se concretizaram efetivamente na década de 1960, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), através da Lei 221 de 1967, extinta em 1989. A partir de então, as atribuições passaram para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), marco importante para uma atividade que encontrava-se em estágio essencialmente artesanal, voltada para o mercado interno e que passou a desenvolver a pesca industrial direcionada para o mercado externo, resultando em um incremento significativo em nível nacional.

Ressalta-se, entretanto, que a política se direcionou apenas para regulamentar a atividade e conceder incentivos, negligenciando a questão do estoque de pescado, acarretando, a partir de 1985, uma desaceleração da atividade com redução da oferta de pescado, que mantém ao longo dos anos uma tendência decrescente, atribuída à pesca predatória e à superexploração de algumas espécies, refletindo na indústria pesqueira que sofreu uma redução drástica por falta de matéria-prima, com fechamento de empresas e conseqüente desemprego.

Em nível global, o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) de 2004 reafirma que os estoques marinhos permanecem ameaçados, apesar das tentativas de recuperação. Os dados demonstram que 25% dos recursos estão superexplorados, enquanto 52% são explorados no seu limite máximo, condição que, segundo relatos atuais, não apresentam grandes avanços no que tange a recuperação dos recursos.

Nesse contexto, salienta-se que, de modo geral, o manejo pesqueiro é monoespecífico, ou seja, voltado para uma espécie alvo da pesca, fato que incide na sobrepesca e no descarte de peixes devolvidos ao mar. A estimativa da FAO é de 27 milhões de toneladas de pescado jogados fora por ano, ao passo que nos manejos ecossistêmicos as frotas são multiespecíficas, o que leva à redução dos descartes e recuperação dos estoques.

A conservação da biodiversidade marinha ainda é insuficiente, apesar da legislação ambiental contemplar o litoral em quase sua totalidade com unidades de conservação e da constituição proteger os ecossistemas marinhos. No caso do litoral do Extremo Sul baiano, a cobertura é quase completa, com seis unidades de uso sustentável ao longo de toda a zona costeira, mas, apesar disso, verifica-se que há degradação, uso indevido de áreas frágeis e poluição dos manguezais com ameaças aos ambientes marinhos.

A faixa costeira da área de estudo abrange cerca de 315km, sem considerar as reentrâncias, equivalendo a 39% do extenso litoral baiano, ocupando territórios dos municípios de Belmonte, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. É dotada da maior concentração coralina do Atlântico Sul, fator que favorece a piscosidade e que faz desta região uma das maiores produtoras de pescado e importante pólo camaroneiro e lagosteiro do estado.

Também a densa drenagem existente tem papel importante na formação dos ecossistemas fluviomarinheiros (manguezais) ao longo das desembocaduras dos rios Mucuri, Alcobaça, Jucuruçu, Corumbau, Buranhém, João do Tiba, Santo Antônio, Jequitinhonha e, com destaque, o rio Peruípe, com seu baixo curso meândrico que se espalha na planície, contribuindo para a formação de extenso manguezal em um raio de aproximadamente 30km entre as cidades de Caravelas e Nova Viçosa, constituindo-se em berçário para várias espécies marinhas, além de representar uma fonte de renda e de alimento para a população local.

Os dados relativos à produção pesqueira, disponibilizados pelo Ibama através da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, permite fazer uma análise do setor com dados estimados referentes a 2005. Na Tabela 25 observa-se que no período de 2001 a 2005 o estado da Bahia destaca-se com a maior produção de pescado entre os estados do Nordeste, 24% do total regional, seguido pelo Maranhão e Ceará. Também em relação à produtividade/ano, constata-se que há um equilíbrio no período, levando à conclusão que as ações em defesa da pesca vêm obtendo resultados positivos.

Tabela 25
Produção de pescado estimada – Região e Estados do Nordeste, Brasil – 2001-2005

Brasil / Região Nordeste / Estados	Produção de pescado / ano (t)				
	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	939.756,0	1.006.869,0	990.272,0	1.015.914,0	1.009.073,0
Região Nordeste	244.748,0	285.125,5	315.583,5	323.269,5	321.689,0
Alagoas	10.532,5	10.846,5	14.926,0	13.026,5	13.989,0
Bahia	70.366,5	86.616,5	75.424,0	80.964,5	77.856,5
Ceará	34.993,0	43.752,5	65.355,0	86.619,0	64.020,5
Maranhão	58.828,0	59.242,5	59.723,0	59.295,0	63.542,5
Paraíba	17.429,5	13.943,0	10.996,5	10.828,5	8.838,5
Pernambuco	12.432,0	17.003,0	16.599,0	19.039,5	25.798,5
Piauí	7.882,5	9.107,0	8.875,5	9.009,5	9.155,0
Rio G. do Norte	26.526,5	39.255,0	57.196,0	53.044,5	46.209,0
Sergipe	5.757,5	6.459,5	7.498,0	9.442,5	12.279,5

Fonte: Ibama / DIFAP / CGREP

A produção de pescado no Estado em relação às categorias ou espécies (Tabela 26), entre as quais os peixes são predominantes, além dos crustáceos, tiveram, entre 2003 e 2005, um incremento de 43 %, confirmando que os períodos de defeso definidos por Lei têm conseguido reduzir os riscos de escassez da espécie, apesar de se constatar que ainda é preciso uma maior fiscalização para coibir a pesca predatória.

Tabela 26
Produção pesqueira do Estado da Bahia

Categoria	Produção (t) / Ano			
	1998	2002	2003	2005
Peixes	32.550,00	40.752,50	34.815,54	32.206,50
Crustáceos	7.955,10	6.461,69	8.522,65	12.172,60
Moluscos	439,00	159,68	43,42	1.251,90
Total	40.945,00	47.373,87	43.381,61	45.631,00

Fonte: SEAP/Prozee/Ibama/Bahia Pesca, 1998, 2002, 2003 e 2005

Conforme o Boletim Estatístico da Pesca, a produção de pescado em 2005 no litoral do Extremo Sul teve um incremento em torno de 4% em relação a 2003, totalizando cerca de 9.185,2 toneladas, das quais 42% foram registradas em Nova Viçosa, seguida de Prado com 19,5% e de Alcobaça com 16,6%. Em relação aos crustáceos, o município de Nova Viçosa detém grande parte da produção de camarão, e Alcobaça se destaca como pólo lagosteiro (Tabela 27).

(continua)

Tabela 27
Produção de pescado marítimo e estuarino, selecionados por município – Extremo Sul, Bahia – 2005

Espécies selecionadas	Municípios / Produção (t)							
	Alcobaça	Belmonte	Caravelas	Mucuri	Nova Viçosa	Porto Seguro	Prado	Sta Cruz Cabrália
Albacora	0,0	3,9	0,0	0,0	0,1	29,7	16,8	43,9
Ariacó	87,2	5,5	21,3	40,0	52,5	15,3	57,5	8,6
Arraia	86,5	9,2	25,6	10,0	43,6	17,6	50,1	18,0
Badejo	47,5	16,3	37,5	4,4	26,3	145,9	131,3	37,3
Bonito	64,1	1,3	0,0	0,1	0,1	6,8	9,4	0,6
Camarão G	25,4	1,2	24,5	5,1	7,6	15,8	15,0	0,9
Camarão M	19,2	1,3	17,0	2,5	17,0	1,8	9,4	0,1
Camarão P	209,0	32,7	706,7	249,2	1632,3	174,3	264,5	50,7
Caranguejo	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cação	47,5	8,3	14,6	4,5	22,3	40,2	83,8	27,9
Cavala	11,9	4,6	4,8	0,7	0,7	44,0	14,5	5,8
Cioba	26,5	22,8	51,5	4,0	49,6	64,7	501,8	19,5

(conclusão)

Tabela 27
Produção de pescado marítimo e estuarino, selecionados por município – Extremo Sul, Bahia – 2005

Espécies selecionadas	Municípios / Produção (t)							
	Alcobaça	Belmonte	Caravelas	Mucuri	Nova Viçosa	Porto Seguro	Prado	Sta Cruz Cabralia
Corvina	7,3	1,8	2,5	2,7	14,4	3,7	4,2	4,5
Dentão	2,1	204	26,7	0,8	6,7	21,5	30,8	1,7
Dourado	6,9	26,1	0,2	2,3	2,8	182,8	160,7	107,6
Guaiuba	15,4	17,9	76,5	5,2	4,7	182,5	53,5	94,2
Lagosta ver.	374,2	0,0	0,0	0,2	0,9	6,7	47,6	68,0
Pescada	20,2	15,5	35,5	10,4	6,8	10	48,1	1,1
Robalo	34,6	18,1	11,6	9,8	0,7	12,4	41,7	0,0
Siri	64,2	1,0	2,3	0,0	19,2	0,4	4,6	0,0
Vermelho	0,4	0,0	0,3	0,4	2,2	0,5	3,1	0,8
Outros	371,4	42,1	106,8	151,5	269,2	230,1	242,3	94,1
Total	1521,5	231,2	1166,0	504,1	2179,7	1206,7	1790,7	585,3

Fonte: SEAP / Prozee / Ibama / Bahia Pesca, 2005

A pesca é totalmente artesanal e efetuada principalmente por embarcações de pequeno porte, que se distribuem em toda a extensão litorânea. Em 2005, o saveiro médio representava 31% das embarcações, seguido pelo saveiro pequeno com 27,5% e a catraia com 18%, apresentando uma maior concentração em Nova Viçosa, Prado e Porto Seguro, os maiores produtores de pescado da região.

No que se refere à produção pesqueira por categoria, verificou-se que em 2005 os crustáceos tiveram uma grande representação, 44,7%, um incremento de 13% em relação a 2003, sendo que 81% destes corresponderam a camarão pequeno, seguido da lagosta com 12% do total (Tabela 28). Observou-se, também, que não há registro de moluscos na estatística da região.

Tabela 28
Produção pesqueira – Extremo Sul, Bahia – 2005

Categoria	Produção (t)	(%)
Peixes	5.079,9	55,3
Crustáceos	4.105,5	44,7

Fonte: Estatística da Pesca, 2007

Nas colônias de pesca existentes nos municípios costeiros, funcionam as Associações de Pescadores das diversas modalidades, inclusive para os descascadores de camarão, com objetivo de fortalecer a atividade, buscar melhores condições de trabalho, pleitear financiamentos para adquirir equipamentos e melhorar a condição de armazenagem, formas de beneficiamento do

pescado para agregar valores, além de promover eventos para informar e conscientizar os pescadores da necessidade de preservar o ambiente, respeitando os períodos da piracema e de defeso.

Os períodos de defeso obedecem ao calendário exposto na Tabela 29 e são definidos através de portarias do Ibama, com base nas épocas de reprodução das diferentes espécies, visando a sua preservação. Na região está estabelecido o defeso da lagosta, do robalo e do camarão, sendo que este último tem dois períodos em função da natureza, reprodução e principalmente a escassez deste crustáceo. O período de 01 de abril a 15 de maio foi determinado pela Instrução Normativa MMA 014 de 14/10/2004.

Tabela 29 Pescado e período de defeso – Extremo Sul, Bahia	
Pescado	Período de defeso
Camarão	01 de abril a 15 de maio 15 de setembro a 30 de abril
Lagosta	01 de janeiro a 30 de abril
Robalo	15 de maio a 31 de julho

Fonte: Agecom, 2004

Na época do defeso o pescador recebe o seguro-desemprego, instituído pela Lei 8.287, de 20 de dezembro de 1991; para isso é necessário que este esteja cadastrado e que exerça a atividade de forma artesanal.

A atividade pesqueira ainda enfrenta muitos problemas, como a falta de infra-estrutura no que tange aos pontos de desembarque, a pesca predatória, poluição ambiental e intermediação na comercialização.

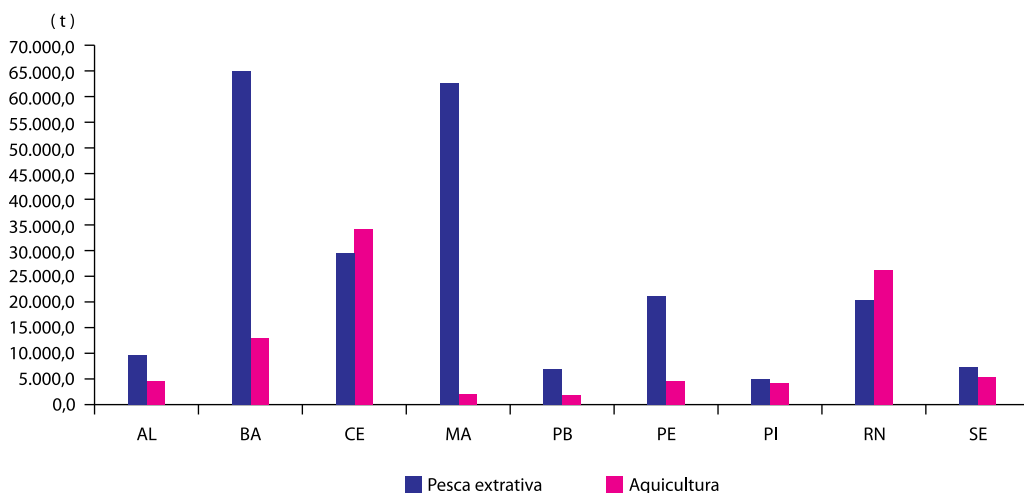
É importante salientar que o governo estadual, através da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária / Bahia Pesca, vem investindo no setor, visando dotá-lo de infra-estrutura com vistas à otimização e ao desenvolvimento sustentável da pesca extrativa no estado.

Nesse contexto, é importante destacar algumas iniciativas do Governo Federal, que vem incrementando o setor e promovendo melhorias na vida dos pescadores através do projeto Profrota, com liberação de financiamento para compra de embarcações; do projeto Pescando Letras, visando a alfabetização de pescadores que não tiveram acesso a educação formal, levando em conta a disponibilidade destes profissionais, aproveitando os períodos de defeso / piracema; e a Feira do Peixe, que consiste na distribuição de kits com estrutura desmontável, caixa isotérmica, balcões e outros equipamentos que possibilitem a conservação e a venda do pescado, e cuja meta é reduzir a intermediação na comercialização dos produtos, proporcionando ao pescador ou à aquicultura a possibilidade de agregar renda e ao mesmo tempo beneficiar o consumidor com preços mais justos.

Em relação à aquicultura, fica evidente que é uma atividade em ascensão no Nordeste e que vem contribuindo para o equilíbrio da produção pesqueira. O Gráfico 04 permite comparar a

produção estimada da pesca extrativa com a aquicultura em 2005, demonstrando o avanço desta modalidade nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, onde a aquicultura marinha e continental voltada para a piscicultura e principalmente para a carcinicultura supera a produção da pesca extrativa, representando cerca de 53,6% e 56,3% respectivamente. Na Bahia, a ainda é pouco explorada e correspondeu a 16,4%, com perspectiva de crescimento.

Gráfico 04
Produção estimada, por modalidade de pesca – Estados do Nordeste – 2005



Fonte: Ibama / DIFAP / CGREP

A existência de ambientes potencialmente disponíveis, como as barragens públicas, planícies e estuários, tem contribuído para o crescimento da aquicultura. Apesar das barragens estarem, na maioria, direcionadas para geração de energia, abastecimento ou irrigação, permitem multiusos, e o governo da Bahia tem investido no desenvolvimento da piscicultura através da Seagri / Bahia Pesca.

Os dados relativos a essa atividade na área de estudo são escassos, entretanto, a existência de uma estação de piscicultura em Itamaraju com capacidade de produção de 2,5 milhões de alevinos por ano para atender os programas de peixamento no Sul e Extremo Sul evidencia a importância e as perspectivas de expansão da aquicultura nas respectivas regiões.

No que se refere à carcinicultura, há uma tendência de crescimento com políticas governamentais que vêm estimulando este agronegócio, responsável pelo superávit da balança comercial de pescado brasileiro, apesar dos impactos socioambientais negativos que a atividade pode provocar.

Essa atividade na região do Extremo Sul ainda encontra-se em estágio embrionário, entretanto, a Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex) está propondo a implantação de um grande empreendimento voltado para a carcinicultura, em uma área com cerca de 1.500 hectares, localizada no município de Caravelas.

As preocupações ficam a cargo da fragilidade da área, constituída por mangues, restingas, lagoas costeiras e nascentes, e a preservação dos corais, que dependem diretamente da integridade deste ecossistema, especialmente dos manguezais, que funcionam como filtro. Além disso, vivem na região 1.372 habitantes, distribuídos em 300 famílias, que sobrevivem da atividade extrativa voltada para a pesca e a mariscagem, dependentes da qualidade dos estuários.

A experiência com a carcinicultura vem, ao longo do tempo, demonstrando que se trata de uma atividade não sustentável nos moldes atuais, nos quais a expansão irracional com superpovoamentos de tanques tende a acarretar o acúmulo de matéria orgânica nos viveiros. Também o uso indiscriminado de produtos químicos, antibióticos e insumos para alimentação tem provocado a degradação de manguezais, perda da biodiversidade, extermínio e debilitação genética dos camarões silvestres.

Apesar de toda constatação da insustentabilidade da carcinicultura, os empreendedores continuam usando argumentos para convencer a população de que a atividade é geradora de empregos diretos e que é preferencialmente desenvolvida por pequenos produtores. No entanto, é importante salientar que estes, na maioria, estão ligados a programas de parceria com grandes empresas, das quais recebem insumos e assistência técnica e estabelecem contratos de exclusividade na compra da produção com valores menores que os de mercado, o que dificulta a melhoria efetiva da renda e continua promovendo a concentração da renda.

Também o predomínio de pequenos produtores não reduziu a desigualdade social nas áreas carcinicultoras como vem sendo preconizado, pois apesar dos grandes empreendimentos representarem apenas cerca de 4% do total, ocupam quase 50% das áreas, levando a uma alta concentração da atividade nos grandes grupos.

Outro dado de extrema gravidade é o consumo de água. Para cada tonelada de camarão produzido são utilizados de 50 a 60 milhões de litros, que são lançados aos estuários provocando alterações na hidrodinâmica e na composição dos nutrientes em função dos efluentes lançados, principalmente os aportes de matéria orgânica produzidos pelas fezes dos camarões, ração, fungicidas e antibióticos, podendo provocar o surgimento de bactérias, com riscos de toxicidade para o homem.

Como já foi citado, a introdução de espécies exóticas em cativeiro deixa vulneráveis as espécies locais, pois há sempre a possibilidade daquelas migrarem para o ambiente natural, passando a competir e colocar em risco as espécies silvestres e, conseqüentemente, o equilíbrio ambiental.

Nesse contexto, não se pode negligenciar o fato desse projeto de carcinicultura estar muito próximo de Abrolhos, cuja importância merece um enfoque especial em razão de possuir o maior e mais relevante complexo coralíneo do Atlântico Sul, importante para o equilíbrio da piscosidade e sustentabilidade do ambiente marinho. Este complexo compreende uma área de 56.000km² entre a foz do Rio Doce, no Espírito Santo, e a desembocadura do rio Jequitinhonha, na Bahia, e nesse trecho a plataforma continental se expande chegando a atingir 250km de largura.

É importante destacar que a unidade de conservação, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, foi criada para proteger os recifes e encontra-se sob influência dos estuários próximos à área, onde estão previstas as fazendas de camarão da Coopex, que fornecem alimentos para os corais e peixes em estado larval.

O ambiente também desperta interesse científico e turístico não só pela diversidade da fauna e flora marinha com espécies endêmicas, onde vivem mais de 200 espécies de peixes e uma variedade de aves que encontram nos rochedos um refúgio para abrigar seus ninhos, mas, principalmente, por ser o local escolhido como berçário pelas baleias Jubarte, que promovem lindo espetáculo entre os meses de julho e novembro.

Apesar desse complexo recifal ser protegido pela legislação, encontra-se em constante ameaça de degradação, em razão das diversas atividades impactantes como a pesca predatória; a prospecção e exploração de petróleo e gás natural; os desmatamentos, provocando o aumento do escoamento das águas de superfície, carreando maior volume de sedimentos e causando maior turbidez das águas; projetos industriais; inúmeros empreendimentos turísticos que têm proliferado nas últimas décadas, levando à geração de uma maior carga de detritos; além do turismo marinho, afetando diretamente os recifes de corais, com consequências incalculáveis para o ambiente.

Conclui-se que mesmo usando técnicas exigidas para o equilíbrio ambiental, fica patente que a carcinicultura provoca passivos sociais e ecológicos que precisam ser refletidos e revistos, seja para buscar um novo direcionamento da atividade para áreas menos, seja para a sua permanência nas zonas costeiras com maior rigidez quanto à densidade de tanques ou gaiolas em relação à área, dimensionando o volume de efluentes e a capacidade deles serem diluídos em percentuais aceitáveis.

USOS E CONFLITOS

A importância e complexidade dos conflitos gerados pela diversidade de uso nesses espaços ressaltam a necessidade da abordagem dessa temática de forma individualizada, esquematizando as principais questões identificadas na área, adicionalmente às análises efetuadas nos respectivos textos ao longo do estudo.

As várias atividades existentes e potenciais, bem como a importância que a região assumiu para a economia estadual, conduziram a um cenário que reflete uma sobrecarga na capacidade de suporte dos sistemas. Os principais conflitos existentes na região relacionam-se à exploração das atividades agropastoris, turísticas, extrativas e de pesca, bases da economia regional, que repercutem de forma direta e/ou indireta na qualidade de vida da população, seja pela degradação dos ambientes de vivência, seja pelas limitações no acesso a serviços básicos essenciais.

Belezas naturais singulares e detentora de um sítio histórico e cultural ímpar no território nacional imprimem à região vocação naturalmente turística. Com uma política voltada para a atração de um número cada vez maior de visitantes, nacionais e estrangeiros, em especial o turista de maior poder aquisitivo, a atividade traz para a área grande aporte de investimentos direcionados para a implantação de empreendimentos especialmente concebidos para este público.

À especificidade das instalações soma-se a necessidade de mão-de-obra cada vez mais especializada, não encontrada nas comunidades locais, constituídas, em sua grande maioria, por pescadores. Com isso, não há retorno econômico nem na formação de empregos nem no incremento de comércio locais, haja vista que neste último caso o abastecimento dos empreendimentos é feito em outras regiões.

Outro conflito gerado pelo turismo é a valorização das terras nos locais onde é explorado. A especulação imobiliária, bem como a elevação de bens e serviços oferecidos, limita o poder aquisitivo. A implantação de complexos turísticos em área litorâneas, por vezes, impede o acesso às praias, levando à “privatização” de um bem comum.

Todos esses fatores, associados ou independentemente, são condicionantes de um outro conflito: o êxodo rural. Fortemente pressionada, a população local que vive da pesca e artesanato acaba sendo deslocada para outras áreas, o que contribui, por sua vez, para o agravamento de outro problema: a periferização e favelização das cidades.

As riquezas naturais estão sob constante pressão das atividades econômicas aí desenvolvidas. Positivamente e com grandes dificuldades, as unidades de preservação ainda conseguem manter os últimos resquícios de uma riqueza sem equivalência em nenhum outro local do mundo, a Mata Atlântica, diversos animais e plantas listados com risco iminente de extinção.

Dentre os muitos conflitos identificados nas Unidades de Conservação, relata-se aqueles gerados pela demora na regularização das Unidades, os que envolvem a ocupação desordenada do solo, invasões, retirada de vegetação natural, supressão de mata ciliar, retirada de areia, queimadas, captura ilegal de animais e plantas silvestres e posterior comércio, existência de comunidades tradicionais em suas áreas, como a comunidade indígena pataxó do Parque Nacional do Monte Pascoal, município de Porto Seguro, que invoca para si a propriedade da terra e permanece na área.

Atividades extrativas também são geradoras de grandes conflitos e problemas ambientais que podem atingir proporções das mais diversas. A exploração dos recursos minerais, seja areia, granitos, mármore ou pedras preciosas, gera como principais problemas desmatamentos, assoreamentos dos cursos d'água, contaminação dos recursos hídricos, descaracterização da paisagem. As áreas de extração operam, muitas vezes, na clandestinidade, o que pode dificultar fiscalizações.

A agricultura e a pecuária concorrem quanto aos conflitos que geram, pelo uso indiscriminado e irresponsável de agrotóxicos e herbicidas, comprometimento da qualidade dos recursos hídricos, descaracterização da paisagem, desmatamento da vegetação natural, descarte inadequado de lixo orgânico e inorgânico (destaque para as embalagens de produtos químicos altamente poluentes), além de contribuírem para o acirramento dos conflitos pela reforma agrária.

O cultivo da cana-de-açúcar e as recentes previsões de crescimento no consumo mundial de etanol para veículos automotores acirram conflitos existentes na região, especialmente nos municípios de Medeiros Neto, Ibirapoã, Mucuri e Santa Cruz Cabrália, onde o plantio é mais concentrado. Os principais questionamentos referem-se à utilização de extensas áreas por uma cultura homogênea, que utiliza grandes quantidades de pesticidas, agrotóxicos e fertilizantes, contaminando o solo e os recursos hídricos, o desmatamento, a prática de queimadas para o cultivo, descarte inadequado de vasilhames e os resíduos da produção do álcool e do açúcar – o vinhoto, produto altamente tóxico que se infiltra no solo e contamina os lençóis freáticos, além de exalar forte e desagradável cheiro.

Quanto à silvicultura, atualmente há maior cobrança com relação aos problemas decorrentes da atividade. Até pouco tempo, os principais conflitos diziam respeito ao acirramento pela disputa de terra, haja vista que em função da necessidade de grandes áreas para o plantio de suas florestas de eucalipto, a silvicultura é alvo constante dos movimentos de luta pela terra.

Antes da implantação e do cultivo do eucalipto, foi estabelecido que os maciços florestais fossem implementados prioritariamente em áreas degradadas. Entretanto, Pedreira (2004) discorre que no Extremo Sul da Bahia a formação das florestas ocupou, essencialmente, áreas

que estavam ocupadas com florestas naturais e que somente mais tarde estendeu-se para aquelas ocupadas com pastagens e cultivos, estas últimas em percentual muito menor do que as anteriores.

Com base nisso, discute as implicações desse fato sobre a agricultura familiar, sugerindo as possibilidades errôneas e simplistas de algumas considerações que indicam pouco impacto da atividade na região.

[...] essa conclusão escamoteia um aspecto muito importante, qual seja: a implantação de eucalipto, ao ocupar áreas passíveis de serem utilizadas pela agricultura familiar, a exemplo das terras improdutivas, cobertas com matas e florestas naturais, e, mesmo, aquelas ocupadas com pastagens naturais, termina bloqueando as possibilidades de reprodução dos agricultores familiares (PEDREIRA, 2004, p. 1013).

Nesse sentido, uma das questões mais discutidas no âmbito social diz respeito ao desemprego dos trabalhadores rurais, causado pela aquisição das terras para a implantação dos maciços florestais, pelo não aproveitamento da mão-de-obra local não especializada, pelas dificuldades de inserção em outra realidade (a urbana), pela dificuldade de absorção da atividade urbana dessa mão-de-obra excedente no campo.

Todas essas dificuldades fazem com que parte desses trabalhadores que não se enquadram na nova realidade socioeconômica se converta em “trabalho” garantido e de baixo custo para as indústrias, em troca de rejeitos da cultura. Em diversos locais é possível identificar famílias que se ocupam de atividades consideradas subemprego, como a queima dos refugos da indústria quando da colheita da madeira.

Em sistema de troca, a indústria fornece o material e os trabalhadores limpam a área para um novo plantio. O refugo, constituído de gravetos, tocos e raízes das plantas, chamado de “facho”, é queimado em fornos rudimentares construídos pelos próprios trabalhadores em áreas próximas às culturas em condições de trabalho insalubres, ilegais, degradantes. Entretanto, o trabalho é essencial para a sobrevivência de muitas famílias.

Na localidade de Cruzelândia, município de Mucuri, o refugo da Bahia Sul Celulose alimenta diversas famílias, que vendem o produto de seu trabalho – o carvão – a usinas do estado do Espírito Santo como fonte de energia. Os trabalhadores se organizaram, junto com trabalhadores de outras localidades próximas, e formaram a Associação dos Trabalhadores do Facho, na tentativa de buscar melhores condições de trabalho, maior retorno no escoamento da produção, além de ampliar os contatos com a indústria e garantir o trabalho.

A intensa redução de oferta de trabalho nas áreas de monocultura de eucalipto pode ser avaliada a partir da constatação de que em quinze hectares plantados com o cultivo ocorre a geração de um emprego, enquanto a mesma área plantada com cultivos tradicionais gera 30 empregos no campo (VIANA, 2004, p. 10).

Também a atividade florestal em si tem como principais problemas a retirada de água do solo, o empobrecimento do solo com a retirada de nutrientes, a desertificação de amplas

áreas em função da inserção de espécies exóticas, extinção da fauna e contaminação dos recursos hídricos.

As questões ambientais referem-se ao fato de que todo ciclo de produção do papel e da celulose tem caráter impactante. À atividade industrial somam-se boa parte desses mesmos conflitos como as questões de contaminação do ar e do solo e, principalmente, a contaminação dos cursos d'água, além do baixo encadeamento do setor e limitada capacidade de geração de emprego.

A lignina solúvel, também chamada de "licor negro", é um subproduto do processo de obtenção da celulose e é constituído da "cola da madeira" (lignina) e de reagentes químicos. Trata-se de um resíduo altamente tóxico e poluente do ambiente.

Objetivando reduzir os custos ambientais, inclusive para atender às exigências do mercado como condição para a manutenção das atividades, o licor negro está sendo reutilizado por algumas empresas na produção de energia, tornando-as auto-suficientes nesse item.

Uma das mais controversas discussões sobre as indústrias de papel e celulose está na utilização do cloro durante o processo e seu efeito potencial reagente, altamente poluidor do ambiente, e da elevada quantidade de água utilizada, à qual é adicionado volume muito elevado de resíduos. Por se manter e acumular na cadeia alimentar, devido a sua natureza bioacumulativa, o cloro é alvo de tão intensas críticas e preocupações.

O volume de água descartada na produção do papel e da celulose é aproximadamente o mesmo utilizado no processo. A implantação de circuitos fechados tem reduzido substancialmente esse volume, que, no entanto, ainda permanece elevado.

Os principais poluentes que podem ser encontrados nos efluentes são: reagentes usados na fabricação da polpa de celulose e na recuperação dos produtos químicos, reagentes utilizados no processo de branqueamento da celulose, substâncias químicas residuais e solúveis provenientes da lavagem nos processos de reciclagem de papel, dentre outros. De forma geral, os efeitos no ambiente são extremamente nocivos, podendo ocorrer a alteração do pH, alteração da cor, comprometimento dos níveis de oxigênio, alteração na turbidez e toxicidade.

Todas as questões "negativas" são rechaçadas pela indústria, justificando a implantação através de contraposições ou de alternativas para aquelas de efeitos comprovadamente danosos.

Como reflexos de boa parte desses conflitos, os centros urbanos se constituem palco de complexos problemas ambientais e sociais. O aumento do êxodo rural provocado pelo desemprego e dificuldades na manutenção da produção leva ao "inchaço" e favelização dos centros regionais, aumento da marginalidade e violência e a degradação do ambiente urbano.

Um dos problemas mais comuns das aglomerações urbanas refere-se ao descarte inadequado dos resíduos sólidos e líquidos (entulhos, lixo e esgoto sem rede coletora e tratamento prévio adequado), que acaba por provocar contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do solo e do ar e, assim, compromete o uso da terra de forma adequada e sem

risco à saúde. As áreas urbanizadas padecem desse problema e sua dimensão é diretamente proporcional ao tamanho da aglomeração, seja povoado, vila ou cidade.

O projeto de implantação da carcinicultura já suscita vários conflitos, desde ambientais a sociais. A contaminação dos recursos hídricos pela utilização de medicamentos (antibióticos), rações com adição de produtos específicos e que serão lançados como rejeitos no ambiente, a inserção de uma espécie que não faz parte do ecossistema e sem predadores naturais, causam preocupações devido à possibilidade do desequilíbrio ambiental. Ressalta-se, neste ponto, a importância adicional dos manguezais para a alimentação do extenso banco de corais existente em sua costa e para as baleias jubarte e franca, que buscam a região para a procriação e alimentação.

Além disso, a extensa área de influência do projeto (direta e indireta), o elevado número de famílias que vivem exclusivamente da pesca e mariscagem que podem ter seu meio de sustento ameaçados, ressaltam a questão social. O custo elevado restringe a sua inserção na atividade, vislumbrando-se um quadro de ampliação das desigualdades sociais para a região e agravamento da qualidade de vida.

Ressalta-se que boa parte dos conflitos identificados (Tabela 30) é de responsabilidade dos órgãos públicos competentes, como a implantação de redes de esgoto e de tratamento e distribuição de água, bem como o tratamento do lixo doméstico. Apesar disso, torna-se imprescindível que sejam realizadas campanhas voltadas para a conscientização da população sobre a necessidade de ações coletivas e individuais no sentido de melhorar a qualidade de vida.

Tabela 30 Usos e Conflitos	
Principais usos	Conflitos
Turismo	Urbanização Especulação imobiliária Áreas protegidas Comunidades tradicionais (indígenas)
Urbanização	Especulação imobiliária Descarte inadequado de resíduos (lixo e esgoto) Expansão desordenada Áreas protegidas Turismo e lazer
Silvicultura	Atividades agropastoris Assentamentos rurais Comunidades tradicionais (indígenas) Degradação ambiental Contaminação de ecossistemas
Exploração mineral	Degradação ambiental Contaminação de ecossistemas Áreas protegidas Desmatamento
Atividades agropastoris	Contaminação de ecossistemas Degradação ambiental Desmatamento Erosão Áreas protegidas Assentamentos rurais
Indústria	Contaminação (ar, água e solo) Degradação ambiental Risco de acidentes Pesca
Pesca	Indústria (dejetos) Urbanização (mangues) Descarte inadequado de resíduos Contaminação (carcinicultura, a implantar) Pesca e mariscagem

Fonte: SEI, 2008. Elaboração própria.

CENÁRIOS E TENDÊNCIAS

O cenário atual que se revela nas áreas das bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha, reflete o processo de ocupação e apropriação dos espaços, que teve início nos primórdios da colonização, voltado para exploração dos recursos florestais e que, ao longo do tempo, em momentos e objetivos diferenciados, vem se perpetuando, apesar das tentativas de preservar o que restou da floresta original.

Constata-se, assim, que a cobertura vegetal que ocupava toda a extensão mapeada encontra-se praticamente devastada, representando hoje cerca de 1,8%, que corresponde às Unidades de Conservação protegidas por lei, aos remanescentes encontrados nos topos de difícil acesso e nas áreas de reserva legal das propriedades privadas.

Na tentativa de preservar o que resta da Mata Atlântica, foi criado o Corredor Central da Mata Atlântica pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Conservação Internacional e a Fundação Mata Atlântica, que já atua há mais de dez anos dentro do Projeto Corredores Ecológicos, que engloba o Sul e Extremo Sul da Bahia e grande parte do Espírito Santo.

A proposta do Corredor Central da Mata Atlântica é promover a conectividade entre os remanescentes onde se incluem, principalmente, as Unidades de Conservação permanentes e as reservas permanentes das empresas de celulose; também promover a restauração ambiental com a participação social, buscando alternativas que minimizem os impactos nas áreas de interstício, possibilitando a polinização e a dispersão de sementes, o intercâmbio genético da flora e fauna, fundamentais para a sustentação da biodiversidade.

Nesse contexto, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ibama, desenvolveu um projeto de ampliação de 50,3% do Parque do Descobrimento, localizado no município de Prado, que passará a ser a maior área de reserva de Mata Atlântica do Nordeste e uma das maiores do Brasil, e de 106% do Parque Nacional de Pau Brasil, em Porto Seguro, ambos com vistas à preservação dos remanescentes próximos e no entorno, incluindo os campos de mussunungas. Ainda está prevista a criação do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) do rio dos Frades, onde ocorrem restingas com orquídeas e bromélias endêmicas.

Apesar da política de preservação das áreas remanescentes e em regeneração, o extrativismo vegetal ainda é praticado de forma ilegal e os remanescentes da floresta continuam pressionados por agentes que conseguem burlar a lei. Verifica-se que até as unidades de proteção permanentes são alvo desta prática, apesar da fiscalização do Ibama, que não dispõe de uma estrutura adequada tanto de equipamentos quanto de pessoal para combater mais efetivamente a extração de madeira.

Também a piaçava, espécie de palmeira endêmica na região, se constitui numa alternativa econômica para a população local. No entanto, a extração sem controle poderá levar à escassez ou até ao desaparecimento da espécie; para preservá-la foi criado o Projeto Piaçava Sustentável, com as parcerias da Veracel, Suzano e Aracruz Celulose, abrangendo Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. O Projeto visa a utilização de um sistema de manejo que discipline a atividade. Além da extração da fibra, os frutos também serão aproveitados no beneficiamento e comercialização, agregando valor aos produtos finais, gerando uma melhoria da renda familiar e a sustentabilidade da piaçava.

A extração do fruto da aroeira também requer cuidados; hoje, a atividade é praticada por pequenos produtores e se constitui uma fonte de renda importante. No assentamento Riacho das Ostras, no município de Prado, esta prática já segue normas estabelecidas para a qualidade do produto, principalmente visando a preservação da espécie. Entretanto, nas demais áreas a extração se realiza de forma aleatória, exigindo um trabalho de conscientização nesta direção.

Como já foi dito anteriormente, a cobertura vegetal, em grande parte, foi substituída por atividades econômicas e atualmente a matriz dominante da paisagem é a pastagem, embora ela venha perdendo espaço para a silvicultura com a monocultura de eucalipto. As pastagens servem de suporte para pecuária bovina, na maioria em sistema extensivo, geralmente são mal manejadas, e, em algumas partes, há sinais de degradação.

Nesta área a pecuária é desenvolvida em larga escala e concentra o maior rebanho bovino do estado. A região do Extremo Sul é o principal pólo de novillo precoce da Bahia e do Nordeste, que desde 1996 vem investindo em tecnologia com a proposta de obter novilhos dentro das especificações e padrões exigidos pelo mercado internacional. A Bahia é o terceiro estado brasileiro em número de pecuaristas cadastrados no Programa do Novillo Precoce.

As condições sanitárias do estado são satisfatórias, principalmente com a certificação de zona livre de febre aftosa sem vacinação divulgada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa em novembro de 2007, resultado de um esforço para manter o rebanho livre da doença. O último registro da febre no estado ocorreu em 1997, entretanto, a continuidade da vacinação é importante em razão dos estados vizinhos ainda correrem riscos de contaminação.

Não obstante a melhoria do rebanho com o Programa do Novillo Precoce e da certificação de zona livre de febre aftosa, o estado ainda não se credenciou como exportador de carne bovina. Contudo, a área de abrangência deste trabalho vem buscando eficiência para conquistar mercados externos no que se refere ao processo de rastreamento dos rebanhos e instalação de frigorífico dentro das normas estabelecidas pelos países importadores, especialmente a União Européia, comprador potencial da carne brasileira.

Quanto à pecuária leiteira, o estado é o maior produtor de leite do Nordeste, respondendo por 28% da produção regional e ainda possui o terceiro maior rebanho de vacas leiteiras do País, consome uma média de 1,5 bilhão de litros de leite por ano e produz apenas 920 milhões, em razão da baixa produtividade e sazonalidade. Na avaliação do setor, a pecuária leiteira baiana

encontra-se entre as piores do Brasil, estando na 23ª posição na produção de leite por vaca no cenário nacional. A melhoria de produtividade está relacionada ao uso de tecnologias capazes de melhorar os fatores de produção, a genética, alimentação e sanidade animal.

A região do Extremo Sul está incluída no Programa de Reestruturação da Pecuária Leiteira, realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em parceria com o Sebrae e a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia, que tem como objetivo acabar com o déficit de leite no estado. Entre as metas do programa estão a melhoria da produtividade, através de uma intervenção técnica nas propriedades, organização dos pequenos produtores, que representam mais de 70% do abastecimento das agroindústrias, investimento na capacitação dos trabalhadores e busca de alternativas para minimizar a redução do produto na entressafra.

A produção de leite não tem perspectivas de crescimento na região para os próximos anos, o que poderia melhorar a situação de importadora.

Como foi dito anteriormente, a área de pastagem vem sendo substituída por eucalipto, motivada pela rentabilidade por hectare que é oito vezes maior que o da pecuária, fato que elevou o preço da terra na região, estimulando os pequenos e médios produtores a desfazerem das suas terras, fato que possibilitou as reflorestadoras adquirirem áreas para implantar a monocultura de eucalipto.

Hoje a silvicultura ocupa o segundo lugar e continua avançando através dos Programas de Fomento iniciados em 1990 pela Aracruz, tendo continuidade em 1992 com a Suzano Papel e Celulose e em 2003 com a Veracel. Estes programas geralmente servem de incentivo aos produtores para investirem cada vez mais na cultura do eucalipto em função dos resultados financeiros, que suplantam tanto a pecuária quanto as culturas. Além disso, o eucalipto não está sujeito a oscilações de preços e entraves na comercialização.

A silvicultura, embora empregue de forma direta e indireta, possui baixa absorção de mão-de-obra e os produtores que venderam suas propriedades para as reflorestadoras e a mão-de-obra excedente e sem qualificação são potenciais desempregados, gerando com isso sérios problemas sociais, aumentando a pressão no campo e a favelização dos centros urbanos.

A indústria de celulose transformou a dinâmica regional e é referência de peso nas exportações brasileiras, entretanto, é uma atividade impactante desde a etapa inicial, com a destruição da biodiversidade para o cultivo do eucalipto, até o processo industrial, com utilização de substâncias nocivas ao ambiente, além de ser responsável pelo êxodo rural sem precedente na região.

Embora o setor da celulose venha investindo em ações no âmbito social, com projetos de apicultura solidária, piaçava sustentável, no cultivo de maracujá contribuindo com estacas e mudas de eucalipto para dar sustentação à cultura e sustentabilidade, a propriedade atua ainda em segmentos culturais e educacionais, tudo isso é muito pouco diante do comprometimento socioambiental causado pela monocultura do eucalipto, e também se comparado ao volume de negócios e lucratividade dessas empresas.

As perspectivas relativas ao segmento da celulose são preocupantes e requerem, por parte do governo, uma política que estabeleça critérios para limitar a expansão do eucalipto, tanto para as áreas adquiridas pelas reflorestadoras como para o programa de fomento, evitando, assim, a substituição generalizada das pastagens e das áreas de reserva de mata por floresta de eucalipto.

Constata-se, ainda, que a estrutura fundiária concentradora instalada nesta região desde o início da sua ocupação é caracterizada por grandes propriedades destinadas à pecuária, foi ampliada posteriormente com extensas áreas com florestas de eucalipto, fator que acabou gerando e ampliando os conflitos pela posse da terra.

As questões fundiárias vêm sendo minimizadas com o Programa de Reforma Agrária, onde totalizam atualmente 43 assentamentos instalados, distribuídos em doze municípios entre os quais se destacam os municípios de Prado e Itamaraju com o maior número de assentados. Em razão do quantitativo de trabalhadores que estão vivendo em acampamentos, novos assentamentos deverão ser regularizados.

O Programa de Regularização Fundiária do Governo vem beneficiando pequenos produtores, facilitando com a titularidade das terras, o acesso aos programas de governo voltados para este segmento.

Quanto ao panorama agrícola, um novo modelo, com base na diversificação de culturas, vem sendo implantado em substituição ao centralizado na pecuária, com objetivo de possibilitar um desenvolvimento socioeconômico ambiental, ou seja, que a exploração dos recursos naturais permita gerar riquezas e também bem-estar ao homem, preservando o meio ambiente. Este modelo tem aplicabilidade nas pequenas propriedades e nos assentamentos da reforma agrária. Porém, nada impede que as grandes propriedades os implementem.

Verifica-se que a orientação dos assentamentos está baseada na diversificação com a rotação de culturas, integrada à criação animal, o que possibilita a adubação orgânica, reduzindo gastos de custeio. Nesse contexto, verifica-se que a experiência é animadora em termos de produtividade e sustentabilidade ambiental.

No segmento agrícola de organização empresarial destacam-se os cultivos do mamão, café conillon e cana-de-açúcar, que desempenham papel importante na absorção de mão-de-obra e contribuem substancialmente na composição da renda dos municípios produtores. A cadeia produtiva do mamão no Extremo Sul da Bahia é a mais extensa do País e uma das maiores áreas da cultura no mundo, com uma produção média de mil e quinhentas toneladas por dia, com predominância do tipo papaya ou havaí.

A certificação do mamão cultivado em cinco empresas no Extremo Sul possibilitou a entrada do produto no mercado americano, uma vez que a Europa, o Canadá e a Alemanha já são importadores consolidados. A nova condição do mamão no mercado externo vem imprimindo uma maior dinâmica no setor, voltada para ampliação da produção com meta para atingir outros mercados, especialmente o asiático.

A fruticultura da região, pelo seu potencial, já se constitui um setor dinâmico: além do mamão, vêm se desenvolvendo o maracujá, o abacaxi e o cupuaçu.

A cafeicultura também tem relevância com produção de café robusta da variedade conillon, voltado para fabricação de solúveis. Na região, o café tem possibilidade de se expandir pela sua elevada produtividade e baixo custo de produção; contudo, o preço do produto é o verdadeiro regulador da cultura.

A cultura da cana-de-açúcar vem tomando posição de destaque em função da política dos governos de alguns países em utilizar o etanol, considerado o “ouro verde do século 21”, como alternativa para reduzir a emissão de gases na atmosfera e a dependência em relação aos combustíveis fósseis responsáveis pelo aquecimento global. Para atender esta demanda crescente, o governo está incentivando, através do Programa de Bioenergia, novos plantios de cana-de-açúcar em todo o estado e especialmente no Extremo Sul, onde encontra-se em andamento uma usina no município de Lajedão e a reativação em Santa Cruz Cabralia, sem contar com o complexo sucroalcooleiro instalado recentemente em Ibirapuã.

Nessa perspectiva, os ambientalistas começam a alertar para o perigo da monocultura de cana-de-açúcar, contrariando a proposta de diversificação de culturas para dar maior sustentabilidade aos recursos naturais e dos impactos em relação ao programa de reforma agrária, expulsos da terra, na maioria, pela monocultura do eucalipto.

O cacau, que viveu um longo período de decadência em função dos problemas fitossanitários, vem se revitalizando com o processo de clonagem. O Plano Executivo de Aceleração do Desenvolvimento do Agronegócio da Região Cacaueira, do Governo do Estado, que contempla as áreas de cacau com diversas ações, vem contribuindo com programas direcionados para o desenvolvimento de cacau orgânico junto aos pequenos produtores.

Dentre as culturas temporárias mais tradicionais, o feijão e o milho são pouco expressivos e cultivados para subsistência, à exceção da mandioca, que tem uma produção que permite sua comercialização e está inserida em programa desenvolvido pela Embrapa, Ceplac e Ebda com a proposta de melhoria na qualidade e na produtividade da cultura.

O coco-da-baía, cultivado com maior densidade na faixa costeira, se constitui uma excelente alternativa para o agronegócio familiar. Importante na geração de renda e alimentação, trata-se de uma cultura perene, capaz de criar uma cadeia produtiva auto-sustentável da qual tudo é aproveitado.

Em concomitância com essa dinâmica, ressalta-se a necessidade e importância de um seguimento agroindustrial no processo de desenvolvimento regional, promovendo a integração entre os produtores rurais e a indústria, agregando valores e fortalecendo a agricultura familiar. Dentre as culturas a serem contempladas se incluem a pimenta-do-reino, urucum, pupunha, mandioca, coco-da-baía e outros.

A região possui um extenso litoral que possibilita o desenvolvimento da pesca, além disso, é dotado de uma densa rede de drenagem, com rios importantes cujas desembocaduras

propiciam a formação de manguezais, ecossistema importante para a reprodução de muitas espécies marinhas e para o desenvolvimento da mariscagem, atividade executada como fonte de renda para a população local.

A concentração de corais deste litoral favorece a piscosidade, o que torna a pesca uma atividade importante, destacando a região como o principal pólo camaroneiro e lagosteiro do estado. A pesca ainda é essencialmente artesanal, carece de infra-estrutura tanto em nível de embarcação quanto em desembarque, conservação e comercialização. No entanto, registram-se programas do governo federal e estadual visando fortalecer a atividade no aspecto da infra-estrutura, na conscientização do profissional em relação à preservação e aos períodos de defeso.

A aqüicultura é incipiente com a instalação da estação de piscicultura em Itamaraju, com capacidade para atender às futuras demandas regionais. A carcinicultura encontra-se em fase embrionária, em nível de projeto no município de Caravelas, no momento embargado pelo Ibama em razão dos impactos que poderão advir desta atividade.

No que tange aos recursos minerais, as rochas ornamentais se destacam tanto em importância econômica como na variedade existente, com ocorrência em quase toda a região, apresentando uma diversidade de padrões cromáticos. Nesse gênero o granito é o principal em volume de exploração, principalmente nos municípios de Guaratinga, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Itanhém, participando com aproximadamente 25% da produção do estado em rochas ornamentais.

Registra-se ainda a exploração de grafita, mineral importante economicamente, com perspectivas de exploração para várias décadas, cuja composição se destaca pela elevada concentração de carbono. Também as gemas como água marinha e outras variedades de berilo têm ocorrência econômica apesar de estarem se tornando cada vez mais escassas, com garimpos de baixa produtividade, trabalhando de forma artesanal, sem nenhum recurso técnico mais avançado.

Há ainda rochas de composição argilo-mineral exploradas para produção de componentes usados na construção civil, inclusive com as instalações de olarias próximas a esses depósitos.

Em relação à estrutura industrial, a região é constituída principalmente pela produção de papel e celulose, seguida do setor moveleiro, que vem crescendo em função da oferta de madeira procedente da celulose, dos segmentos industriais relativos à construção civil, produtos alimentícios, onde tem destaque os laticínios, com tendências a expandir-se a partir da melhoria da pecuária leiteira, e também a produção de açúcar e álcool com perspectivas de ampliação com novas usinas já projetadas, visando atender a demanda crescente por biocombustível nos mercados interno e externo.

As potencialidades da área em atrativos naturais, históricos e culturais, dotada de extenso litoral abrangendo a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, que vai de Belmonte até Mucuri, fizeram desta região um circuito turístico importante inserido nos roteiros internacionais, tendo como centro principal a cidade de Porto Seguro, com interligações diretas com

lugares especiais como Trancoso, Arraial d'Ajuda, Santa Cruz Cabrália e Caraíva, formando um mosaico de opções de lazer que apresenta boa infra-estrutura de transporte e uma rede hoteleira diversificada.

O Arquipélago de Abrolhos também se constitui um ponto de interesse, tendo como foco as baleias jubarte e as formações coralíneas. As demais cidades localizadas ao longo da zona costeira apresentam atrativos principalmente em função das belas praias, bastante visitadas no verão, gerando renda para a população local.

O turismo é o segmento que gera emprego e renda, porém trata-se de uma atividade sazonal que absorve um número considerável de mão-de-obra no verão, possibilita negócios em todos os segmentos de forma direta e indireta. Contudo, na baixa estação, com a diminuição dos visitantes ocorre uma desaceleração da economia local. Para minimizar esta situação, o setor vem dinamizando, promovendo turismo de negócios, congressos, festas populares, feiras, promoções em feriados prolongados, etc., visando dinamizar o setor e contribuir para a manutenção das estruturas estabelecidas e dos postos de trabalho.

Constata-se, assim, que a região Extremo Sul é uma das principais em atração para investimentos no estado – perde apenas para a Região Metropolitana de Salvador –, direcionados principalmente para a celulose e o agronegócio voltado para a fruticultura e o biocombustível, apoiado em programas do governo que visam transformar a região em um pólo produtor de bioenergia do estado.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, Patrícia Raggi; CASTELLO, Jorge P. *O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil*. Disponível em: < <http://www.comciencia.br> > . Acesso em: dez. 2006.
- ABROLHOS ameaçado por empreendimento de carcinicultura. Belo Horizonte: Conservação Internacional Brasil, [2006]. Disponível em: < <http://www.conservation.org.br> > . Acesso em: set. 2006.
- ALMEIDA, Danilo S. de. *Recuperação ambiental da Mata Atlântica*. Ilhéus: Editus, 2000.
- AQUICULTURA no Brasil. Brasília: SEAP, [2006]. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/seap> > . Acesso em: set. 2006.
- ARAGÃO, Wilson Menezes. *A importância do coqueiro anã verde*. Viçosa/MG: Universidade On-line de Viçosa, [2007]. Disponível em: < <http://www.uov.com.br> > . Acesso em: jun. 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL *Responsável pela representação institucional do setor de papel e celulose no Brasil e no exterior, apresenta informações e dados sobre a atividade*. São Paulo: BRACELPA, [2007] Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/br/index.htm> > . Acesso em: out. 2007
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA (BA). Disponível em: < <http://www.anai.org.br> > . Acesso em: 2007.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Disponível em: < <http://www.sct.ba.gov.br> > . Acesso em: mar. 2007.
- _____. *Século XXI: consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020*. Salvador: SCT, 2005. (Coleção Selo Turismo).
- BAHIA. Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação. *Plano diretor de recursos hídricos: bacias hidrográficas do Extremo Sul*. Salvador: SRHSH, 1997.
- _____. *Regiões Administrativas da Água*. Salvador: SRHSH, 1996. 1 mapa, color. Escala 1:1.250.000.
- BAHIAINVEST. Disponível em: < <http://www.bahiainvest.com.br> > . Acesso em: 2007
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa nacional de crédito fundiário: para quem é da terra criar raízes*. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=154> > . Acesso em: 27 mar. 2006.
- CANA-DE-AÇÚCAR. Salvador: SICM, [2007]. Disponível em: < <http://www.bahiainvest.com.br> > . Acesso em: Jun. 2007.
- CANA-DE-AÇÚCAR: história no Brasil. São Paulo: UNICA, [2007]. Disponível em: < <http://www.unica.com.br> > . Acesso em: Jun. 2007.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Uso atual das terras*: Centro Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia. Salvador: CEI, 1994. 44 p. (Série especiais CEI, 9).
- CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. *Atlas climatológico do Estado da Bahia: o clima como recurso natural básico à organização do espaço geográfico*. Salvador: CEPLAB, 1978. Documento síntese.
- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. Disponível em: < <http://www.cbpm.com.br> > . Acesso em: maio 2007.

- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL; COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. *Projeto Extremo Sul da Bahia: Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil*. Salvador: CBPM; CPRM, 2002. 1 CD-Rom.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento para o Extremo Sul da Bahia*. Salvador: CAR, 1994.
- COSTA, R. S. *Análise econômica da cultura do coco no município de Ilhéus, Bahia*. 2002. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2002.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise & Dados: agro baiano*, Salvador, v.13, n.4, p. 835-849, mar. 2004.
- CULTURA do Urucum é alternativa econômica no Extremo Sul baiano. Salvador: AGECON, [2007]. Disponível em: < <http://www.agecom.ba.gov.br> >. Acesso em: ago. 2007.
- DEGÁSPARI, C. H.; WASZCZYNSKYJ, N.; SANTOS, R.J. dos. Atividades antioxidantes de extrato de fruto de aroeira (*Schinus terebenthifolius* Raddi). *Visão Acadêmica*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 83 – 90, jul./dez. 2004.
- O DIAGNÓSTICO da Pesca extrativa no Brasil. Brasília: SEAP, [2006]. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/seap> >. Acesso em: set. 2006.
- DIAS, Noilton J. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. *Bahia Análise & Dados: população, meio ambiente e desenvolvimento II* Salvador, v. 10, n. 4, p. 320-325, mar. 2001.
- DUFUMIER, Marc et al. Reestruturação da cacauicultura. *Bahia Análise & Dados: agro baiano*, Salvador, v.13, n. 4, p. 869-885, mar. 2004.
- EREMKIN, Tânia. Bahia defende maior uso do urucum. *A Tarde*, Salvador, 18 jul. 2005. Caderno Rural, p. 4-5.
- ESTATÍSTICA da Cocoicultura no Brasil 1942 / 2001. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, [2007]. Disponível em: < <http://www.cpatc.embrapa.br> >. Acesso em: jul. 2007.
- ESTATÍSTICA da Pesca 2005 - Brasil - Grandes regiões e Unidades da Federação. Brasília: IBAMA, 2007. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: maio 2007.
- ETANOL, um amplo mercado a ser explorado. Salvador: SICM, [2007]. Disponível em: < <http://www.bahiainvest.com.br> >. Acesso em: jun. 2007.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA.. Disponível em: < <http://www.fieb.org.br> >. Acesso em: jul. 2007.
- FERNANDES, Bernardo M. *Enumerando a Reforma Agrária*. [S.l.]: MST, 2006. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos> >. Acesso em: 15 mar. 2006.
- FRAIFÉ FILHO, Gilberto de ANDRADE, et al. Avaliação da variedade de mamoeiro no Extremo Sul da Bahia. *Magistra*, Cruz das Almas-BA, v.13, n.1, jan./jun. 2001.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul: principais vetores de crescimento*. Salvador: CPE, 1994. (Série estudos e pesquisas, 22).
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Disponível em: < <http://www.funasa.gov.br> >. Acesso em: 2007.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio (Brasil). *Povos Indígenas*. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br> >. Acesso em: 2 mar. 2006.
- GONÇALVES, José Carlos V.; MELO, Roberto Campêlo de (Org.). *Projeto Extremo Sul da Bahia: Estado da Bahia: geologia e recursos minerais*, Salvador: CBPM, 2004.
- HISTÓRIA do Café: o café brasileiro na atualidade. Rio de Janeiro: Abic, [2007]. Disponível em: < <http://www.abic.com.br> >. Acesso em: jul. 2007.

IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 2007.

_____. *Folha SE. 24 Rio Doce: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1987 (Levantamento de recursos naturais, 34).

_____. *Manual técnico de uso da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006. (Manuais técnicos em Geociências, n. 7).

INCRA. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br> >. Acesso em: 2005.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. *A comunidade de fala de Helvécia-Ba*. Disponível em: < <http://www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm> >. Acesso em: maio 2006.

MAMÃO do Extremo Sul recebe certificação. Disponível em: < <http://www.embrapa.br> >. Acesso em: jul. 2007.

MEGAPROJETO de carcinicultura ameaça Abrolhos. Brasília: IBAMA, [2006]. Disponível em: < www.ibama.gov.br >. Acesso em: mar. 2006.

MEIRA NETO, João Augusto Alves et al. Composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação de Muçununga nos municípios de Caravelas e Mucuri, Bahia. *R. Árvore*, Viçosa-MG, v. 29, n.1, p. 139-150, 2005.

MESQUITA, Augusto Sávio. A participação do Estado no desenvolvimento da agricultura baiana. *Bahia Agrícola*, Salvador v. 4, n. 3, dez. 2001.

OLALDE, Alicia R.; COSTA, Geraldo S.; CANTO, Ana Maria M. E. Uma análise do Programa Cédula da Terra no Estado da Bahia. *Bahia Análise & Dados: agro baiano*. Salvador, v. 13, n. 4, p. 991-1003, mar. 2004.

ORIGEM e caracterização do cupuaçuzeiro no Sul da Bahia. Disponível em: < <http://www.magistra.ufba.br> >. Acesso em: set. 2007.

PAIVA, M. P. *Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil – avaliação do potencial sustentável de recursos na Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE*. Fortaleza: UFC Edições, 1997. 287 p.

PEDREIRA, Marcia da S. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. *Bahia Análise e Dados: agro baiano*. Salvador, v. 13, n. 4, p. 1005-1018, mar. 2004.

PIMENTA-DO-REINO. Disponível em: < <http://www.cpatu.embrapa.br/sistema> >. Acesso em: ago. 2007.

PIRES, Mônica de Moura et al. A cultura do coco: uma análise econômica. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal/SP, v. 26, n. 1, p. 173-176, abr. 2004.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2002 – 2006. Rio de Janeiro: IBGE; SIDRA, 2007. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric> > . Acesso em: nov. 2007.

PRODUÇÃO PECUÁRIA MUNICIPAL 2001 – 2005. Rio de Janeiro: IBGE; SIDRA, 2007. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua> >. Acesso em: jan. 2007.

PROGRAMA Pólos Sucroalcooleiros da Bahia. Salvador: SEAGRI, [2007]. Disponível em: < www.seagri.ba.gov.br >. Acesso em: Jun. 2007.

PUPUNHA: produção diversificada em Cabrália. *A Tarde*, Salvador, 31 out. 2005. Caderno Rural, p. 4-5.

ROCHA, Alynson dos Santos. O “efeito Doroty” e a questão agrária no Brasil e na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 131, p. 4-6, abr. 2005.

SANTOS, André P. dos. *Evolução do uso do solo da região cacauzeira da Bahia e sua relação com a degradação da Mata Atlântica*. Ilhéus: UESC, 1999.

SILVA, Guilherme. Aventura, quilombo e biodiversidade em Viçosa. *A Tarde*, Salvador, 7 out. 2006. Caderno Especial - Costa das Baleias, p. 5.

SILVA, Sylvio C. B. de M. e. Desequilíbrios regionais no Estado da Bahia: avaliação e questões estratégicas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades regionais*. Salvador: SEI, 2004. p. 203-218. (Série estudos e pesquisas, 67).

SOUZA, Juscelino. Uesb tem maior banco de germoplasma. *A Tarde*, Salvador, 18 jul. 2005. Caderno Rural, p. 5.

SOUZA, Roberta L de; OLIVEIRA, Meire Jane L de. Análise do setor de papel e celulose de mercado na década de 90: mundo, Brasil e Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002, p. 65-89. (Série estudos e pesquisas, 57).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br> >. Acesso em: 2006, 2007.

_____. *Dinâmica sóciodemográfica da Bahia: 1980-2002*. Salvador: SEI, 2003. v. 2, (Série estudos e pesquisas, 60).

_____. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 56).

_____. *Balanço hídrico do Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 1999. (Série estudos e pesquisas, 45).

_____. *Mudanças sócio-demográficas recentes: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1998. 120 p. (Série estudos e pesquisas, 40).

_____. *Complexo madeireiro/moveleiro na Bahia: proposta de implantação*. Salvador: SEI, 1997. (Série estudos e pesquisas, 33).

_____. *Celulose e turismo: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1995 (Série estudos e pesquisas, 28).

TORALLES, Maria Eduarda. Maracujá eleva renda de famílias carentes em Alcobaça. *A Tarde*, Salvador, 13 fev. 2006a. Caderno Rural, p. 4-5.

_____. Suporte no Extremo Sul: pequenos produtores recebem apoio na produção de maracujá em Alcobaça e de mel, em Teixeira de Freitas. *A Tarde*, Salvador, 3 abr. 2006b. Caderno Rural, p. 8.

_____. Sem-Terra ocupam fazenda da Suzano em Teixeira de Freitas. *A Tarde*, Salvador, 17 abr. 2006c. Disponível em: < <http://www.atarde.com.br> >. Acesso em: 26 abr. 2006.

_____. Temporal deixa desabrigados em Itabela. *A Tarde*, Salvador, 30 nov. 2005. Caderno Municípios, p. 8.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica. Disponível em: < <http://www.unb.br> >. Acesso em: abr. 2007.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. *Classificação da vegetação brasileira adaptada em sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VIANA, Maurício B. *O eucalipto e os efeitos ambientais dos seu plantio em escala*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004, 29 p.

ZARIAS, Alexandre. Programa de acesso à terra não é reforma agrária. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Reportagens*, n. 43, jun. 2003. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr05.shtml> >. Acesso em: 21 mar. 2006.

GLOSSÁRIO

APA

Área de Proteção Ambiental – Estadual (Unidades de uso sustentável)

CBERS

Chinese–Brazilian Earth Resources Satellite (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres)

CCMA

Corredor Central da Mata Atlântica

CONAMA

Conselho Nacional do Meio Ambiente

ESCRUBE

Extrato vegetal arbustivo em forma de moitas encontrado na restinga

FNMA

Fundo Nacional do Meio Ambiente

GPS

Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)

HOTSPOT

Área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau.

IESB

Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

ITR

Imposto Territorial Rural

MDF

Medium Density Fiberboard (Fibra de média densidade – madeira) – produto ideal para a indústria de móveis, decoração, maquetes, etc. Conhecido mundialmente e ecologicamente correto.

MUSSUNUNGA

São composições florísticas que ocorrem no domínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Mata Atlântica) em locais de solos arenosos e úmidos.

PARNA

Parque Nacional

RESEX

Reserva Extrativista

RPPN

Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS

Refúgio da Vida Silvestre

SNUC

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPMN

Sítio do Patrimônio Mundial Natural

UC

Unidade de Conservação

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VBP

Valor Bruto da Produção da Agropecuária

ANEXO

PONTOS DE CONTROLE – GPS

(continua)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
1	Pastagem, vegetação natural e eucalipto	Mucuri	-18,31167	-39,66344
2	Eucalipto em grande extensão	Mucuri	-18,28130	-39,72091
3	Vegetação natural e eucalipto	Mucuri	-18,27213	-39,66405
4	Praia do Josué / Costa Dourada	Mucuri	-18,20174	-39,62071
5	Eucalipto	Mucuri	-18,18803	-39,89135
6	Eucalipto	Mucuri	-18,17088	-39,60797
7	Eucalipto	Mucuri	-18,16741	-39,92997
8	Pastagem e eucalipto	Mucuri	-18,12730	-39,81041
9	Pastagem, cana-de-açúcar e eucalipto	Mucuri	-18,10160	-40,03400
10	Mata com cacau e eucalipto	Mucuri	-18,09833	-39,89359
11	Policultura	Mucuri	-18,06620	-39,79901
12	Eucalipto em grande extensão, pastagem, coco	Mucuri	-18,06241	-39,68537
13	Pastagem com palmeiras, resquício de mata, coco	Mucuri	-18,06001	-39,57017
14	Coco	Mucuri	-18,04859	-39,59319
15	Pastagem	Mucuri	-18,04277	-39,97882
16	Restinga	Mucuri	-18,04248	-39,52373
17	Coco, eucalipto	Mucuri	-18,04243	-39,64404
18	Cana-de-açúcar em grande extensão, e eucalipto	Mucuri	-18,03428	-40,03564
19	Eucalipto	Mucuri	-18,03351	-40,00985
20	Cana-de-açúcar	Mucuri	-17,99520	-40,12081
21	Pastagem	Mucuri	-17,99453	-40,17031
22	Cana-de-açúcar, pastagem	Mucuri	-17,96411	-40,18420
23	Cana-de-açúcar, eucalipto	Mucuri	-17,94033	-40,20120
24	Pastagem, eucalipto	Nova Viçosa	-17,90650	-39,94036
25	Mamão	Mucuri	-17,90250	-40,11619
26	Pastagem, eucalipto	Nova Viçosa	-17,89036	-39,89051
27	Cana-de-açúcar	Mucuri	-17,87031	-40,08961
28	Cana-de-açúcar	Mucuri	-17,85523	-40,17189
29	Pastagem, eucalipto	Nova Viçosa	-17,85156	-39,87738
30	Pastagem, eucalipto	Nova Viçosa	-17,85010	-40,01758
31	Pastagem, cana-de-açúcar, eucalipto em pequenas áreas	Mucuri	-17,84890	-40,10108
32	Policultura	Nova Viçosa	-17,82442	-39,66865
33	Eucalipto, pastagem	Ibirapoã	-17,80075	-39,99048
34	Vegetação natural extensa e eucalipto nos topos	Caravelas	-17,79213	-39,60359

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
35	Cana-de-açúcar	Mucuri	-17,78472	-40,16050
36	Eucalipto, pastagem e coco	Caravelas	-17,76359	-39,59429
37	Eucalipto, mandioca	Ibirapoã	-17,76218	-39,97983
38	Cana-de-açúcar, pastagem	Ibirapoã	-17,72485	-40,20176
39	Pastagem, palmeira	Ibirapoã	-17,72257	-39,99459
40	Pastagem	Caravelas	-17,71442	-39,50599
41	Cana-de-açúcar	Ibirapoã	-17,66445	-40,16695
42	Eucalipto, pastagem, vegetação natural nas margens dos rios	Caravelas	-17,65988	-39,80293
43	Vegetação natural, eucalipto	Caravelas	-17,65765	-39,38185
44	Eucalipto, pastagem	Caravelas	-17,64207	-39,76984
45	Pastagem extensa, eucalipto tipo fomento	Caravelas	-17,62102	-39,84066
46	Coco	Alcobaça	-17,61553	-39,27663
47	Pastagem extensa, eucalipto	Caravelas	-17,60305	-39,88876
48	Pastagem	Lajedão	-17,58177	-40,38518
49	Eucalipto, pastagem	Caravelas	-17,57898	-39,53061
50	Pastagem, coco, vegetação natural	Alcobaça	-17,57250	-39,21081
51	Eucalipto	Alcobaça	-17,56966	-39,49678
52	Consórcio eucalipto com pastagens (fomento)	Caravelas	-17,56805	-39,97006
53	Eucalipto, pastagem	Alcobaça	-17,55824	-39,60387
54	Pastagem extensa, eucalipto	Caravelas	-17,54807	-39,85988
55	Mangue	Alcobaça	-17,53796	-39,22466
56	Pastagem	Teixeira de Freitas	-17,52007	-39,78953
57	Pastagem	Alcobaça	-17,50883	-39,34695
58	Eucalipto extenso	Alcobaça	-17,50169	-39,50402
59	Pastagem com eucalipto	Caravelas	-17,50101	-40,21791
60	Pastagem extensa, eucalipto	Teixeira de Freitas	-17,49602	-39,86768
61	Pastagem extensa, eucalipto	Alcobaça	-17,46960	-39,53552
62	Cana-de-açúcar extensa	Caravelas	-17,46584	-40,09729
63	Eucalipto	Teixeira de Freitas	-17,43624	-39,75955
64	Pastagem, cana-de-açúcar	Lajedão	-17,43559	-40,33903
65	Pastagem, cana-de-açúcar	Medeiros Neto	-17,43192	-40,20635
66	Eucalipto	Teixeira de Freitas	-17,43155	-39,68775
67	Pastagem e policultura	Alcobaça	-17,42840	-39,52665
68	Pastagem	Alcobaça	-17,42230	-39,48342
69	Pastagem, eucalipto e café	Lajedão	-17,41638	-40,31471
70	Pastagem extensa	Medeiros Neto	-17,41616	-39,99639
71	Pastagem	Alcobaça	-17,41341	-39,60650
72	Pastagem, café, mamão	Teixeira de Freitas	-17,40853	-39,67782
73	Pastagem extensa	Medeiros Neto	-17,40117	-40,25414
74	Pastagem, policultura	Alcobaça	-17,38734	-39,59686
75	Pastagem extensa e eucalipto	Medeiros Neto	-17,37346	-40,41984
76	Eucalipto e pastagem	Teixeira de Freitas	-17,36837	-39,96915
77	Eucalipto e pastagem	Teixeira de Freitas	-17,36739	-39,68467
78	Policultura	Alcobaça	-17,36672	-39,41518
79	Pastagem, mamão, resquício de mata	Teixeira de Freitas	-17,35950	-39,63746
80	Eucalipto	Prado	-17,35388	-39,25180
81	Eucalipto	Alcobaça	-17,35218	-39,42568

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
82	Pastagem	Vereda	-17,34273	-39,86285
83	Eucalipto	Teixeira de Freitas	-17,34099	-39,68667
84	Consórcio eucalipto com pastagens (fomento)	Alcobaça	-17,33962	-39,35725
85	Eucalipto	Medeiros Neto	-17,33842	-40,06001
86	Pastagem e eucalipto	Prado	-17,32510	-39,34686
87	Eucalipto	Teixeira de Freitas	-17,32167	-39,74225
88	Eucalipto e pastagem	Teixeira de Freitas	-17,32035	-39,63180
89	Pastagem com vegetação e cana-de-açúcar em pequenas áreas	Medeiros Neto	-17,30837	-40,21815
90	Pastagem	Medeiros Neto	-17,29941	-40,53300
91	Pastagem, eucalipto nos topos e encostas, ocorrência de urucum	Teixeira de Freitas	-17,29894	-39,75601
92	Pastagem	Medeiros Neto	-17,29153	-40,11835
93	Pastagem extensa	Medeiros Neto	-17,29136	-40,07634
94	Eucalipto	Prado	-17,29108	-39,31243
95	Pastagem extensa	Vereda	-17,29022	-39,63413
96	Eucalipto	Vereda	-17,27071	-39,84231
97	Pastagem, eucalipto, mata	Vereda	-17,27040	-39,88591
98	Pastagem extensa	Prado	-17,26294	-39,34638
99	Pastagem	Vereda	-17,25113	-39,86761
100	Eucalipto	Prado	-17,25106	-39,61821
101	Eucalipto em pequenas áreas, mamão	Prado	-17,25007	-39,59322
102	Eucalipto	Prado	-17,23734	-39,28899
103	Cana-de-açúcar	Itanhém	-17,23587	-40,24664
104	Pastagem extensa	Prado	-17,20711	-39,24853
105	Pastagem e eucalipto	Prado	-17,18650	-39,58676
106	Pastagem	Prado	-17,18026	-39,40084
107	Pastagem	Itanhém	-17,17791	-40,13969
108	Pastagem	Itanhém	-17,17459	-40,54436
109	Pastagem extensa	Prado	-17,15761	-39,40041
110	Vegetação natural	Vereda	-17,14760	-39,56808
111	Coco consorciado com café, cacau, mandioca, pastagem	Itanhém	-17,14701	-40,15975
112	Pastagem, pimenta do reino	Itamaraju	-17,12121	-39,56827
113	Café	Vereda	-17,09090	-40,16401
114	Café e coco	Prado	-17,08597	-39,44830
115	Pastagem, mamão	Itamaraju	-17,08063	-39,56856
116	Vegetação natural	Prado	-17,07889	-39,18334
117	Café	Itamaraju	-17,06827	-39,55811
118	Pastagem	Itamaraju	-17,05000	-39,56000
119	Café	Itamaraju	-17,05000	-39,58000
120	Pastagem	Itamaraju	-17,04000	-39,59000
121	Contato mata-cerrado	Prado	-17,02280	-39,20115
122	Vegetação natural	Prado	-17,02226	-39,18216
123	Pastagem	Itamaraju	-17,01000	-39,61000
124	Pastagem	Itamaraju	-17,01000	-39,62000
125	Pastagem	Itamaraju	-17,01000	-39,63000
126	Pastagem	Prado	-17,00780	-39,20942
127	Vegetação natural	Itamaraju	-17,00000	-39,60000
128	Vegetação natural	Prado	-16,99432	-39,39072

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
129	Vegetação natural	Itamaraju	-16,99000	-39,64000
130	Pastagem	Itamaraju	-16,99000	-39,65000
131	Policultura	Prado	-16,98293	-39,30871
132	Policultura	Prado	-16,98053	-39,22557
133	Eucalipto e vegetação natural	Prado	-16,98041	-39,34704
134	Pastagem	Itamaraju	-16,98000	-39,67000
135	Pastagem	Itamaraju	-16,98000	-39,70000
136	Pastagem	Itamaraju	-16,98000	-39,72000
137	Policultura	Prado	-16,97980	-39,35237
138	Pastagem	Itamaraju	-16,97000	-39,69000
139	Pastagem	Itamaraju	-16,96000	-39,64000
140	Pastagem	Itamaraju	-16,95000	-39,71000
141	Policultura	Itamaraju	-16,95000	-39,73000
142	Mandioca, coco	Itamaraju	-16,95000	-39,74000
143	Coco	Prado	-16,94207	-39,18224
144	Pastagem	Itamaraju	-16,94000	-39,55000
145	Pastagem	Itamaraju	-16,94000	-39,74000
146	Vegetação natural	Itamaraju	-16,94000	-39,78000
147	Pastagem	Itamaraju	-16,94000	-39,65000
148	Pastagem	Itamaraju	-16,94000	-39,66000
149	Vegetação natural	Itamaraju	-16,93000	-39,53000
150	Cacau e pastagem	Itamaraju	-16,93000	-39,65000
151	Pastagem	Itamaraju	-16,92000	-39,76000
152	Cacau	Itamaraju	-16,92000	-39,66000
153	Cacau	Itamaraju	-16,91000	-39,65000
154	Pastagem	Itamaraju	-16,90000	-39,75000
155	Pastagem e culturas	Prado	-16,89538	-39,11384
156	Vegetação natural e cacau	Itamaraju	-16,89000	-39,78000
157	Pastagem e café	Itamaraju	-16,89000	-39,65000
158	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,88770	-39,41608
159	Vegetação natural	Itamaraju	-16,88000	-39,77000
160	Pastagem com cacau	Itamaraju	-16,86022	-39,90196
161	Pastagem e café	Itamaraju	-16,86000	-39,67000
162	Vegetação natural e cacau	Jucuruçu	-16,84327	-40,00744
163	Pastagem	Porto Seguro	-16,84000	-39,41000
164	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,84000	-39,31000
165	Eucalipto	Porto Seguro	-16,83000	-39,47000
166	Pastagem	Porto Seguro	-16,83000	-39,42000
167	Pastagem	Porto Seguro	-16,83000	-39,38000
168	Pastagem	Itamaraju	-16,83000	-39,68000
169	Pastagem	Jucuruçu	-16,83000	-39,86000
170	Restinga	Porto Seguro	-16,82000	-39,15000
171	Pastagem	Porto Seguro	-16,82000	-39,46000
172	Pastagem	Porto Seguro	-16,82000	-39,36000
173	Vegetação natural	Itamaraju	-16,82000	-39,65000
174	Café	Porto Seguro	-16,81000	-39,35000
175	Vegetação natural	Itamaraju	-16,81000	-39,69000

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
176	Pastagem	Itamaraju	-16,81000	-39,72000
177	Pastagem	Jucuruçu	-16,81000	-39,86000
178	Café	Porto Seguro	-16,80000	-39,36000
179	Vegetação natural	Itamaraju	-16,80000	-39,69000
180	Vegetação natural	Itamaraju	-16,80000	-39,70000
181	Pastagem	Porto Seguro	-16,79456	-39,17673
182	Pastagem e café	Jucuruçu	-16,79399	-39,82880
183	Pastagem	Itabela	-16,79000	-39,48000
184	Pastagem	Porto Seguro	-16,79000	-39,36000
185	Vegetação natural	Itamaraju	-16,79000	-39,74000
186	Cacau, café, pimenta do reino	Jucuruçu	-16,78617	-39,79992
187	Mamão	Porto Seguro	-16,78000	-39,38000
188	Vegetação natural	Itamaraju	-16,78000	-39,72000
189	Mamão	Porto Seguro	-16,77000	-39,41000
190	Pastagem, cacau	Itabela	-16,76000	-39,66000
191	Eucalipto e pastagem	Itabela	-16,76000	-39,64000
192	Pastagem	Itabela	-16,76000	-39,59000
193	Pastagem	Porto Seguro	-16,75000	-39,18000
194	Eucalipto	Itabela	-16,75000	-39,47000
195	Pastagem	Itamaraju	-16,75000	-39,75000
196	Pastagem e café	Guaratinga	-16,75000	-39,67000
197	Eucalipto	Itabela	-16,75000	-39,54000
198	Eucalipto	Itabela	-16,74000	-39,50000
199	Mamão	Porto Seguro	-16,73909	-39,23872
200	Café	Itabela	-16,73000	-39,45000
201	Cacau, policultura e pastagem	Guaratinga	-16,73000	-39,68000
202	Café e pastagem	Guaratinga	-16,72242	-39,78599
203	Pastagem	Porto Seguro	-16,72000	-39,20000
204	Vegetação natural	Guaratinga	-16,72000	-39,73000
205	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,71000	-39,13000
206	Pastagem	Porto Seguro	-16,71000	-39,18000
207	Mussununga	Porto Seguro	-16,71000	-39,20000
208	Pastagem	Itabela	-16,71000	-39,44000
209	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,70000	-39,11000
210	Café	Itabela	-16,70000	-39,46000
211	Mamão e café	Porto Seguro	-16,69199	-39,28413
212	Mussununga	Porto Seguro	-16,69000	-39,15000
213	Floresta	Guaratinga	-16,69000	-39,68000
214	Vegetação natural	Guaratinga	-16,69000	-39,69000
215	Eucalipto	Itabela	-16,69000	-39,48000
216	Pastagem	Guaratinga	-16,68000	-40,19000
217	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,67000	-39,16000
218	Pastagem	Itabela	-16,67000	-39,50000
219	Restinga	Porto Seguro	-16,66000	-39,10000
220	Pastagem	Porto Seguro	-16,66000	-39,15000
221	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,66000	-39,25000
222	Café e mamão	Porto Seguro	-16,65270	-39,38328

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
223	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,65000	-39,14000
224	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,65000	-39,25000
225	Pastagem	Porto Seguro	-16,65000	-39,28000
226	Pastagem e café	Itabela	-16,64953	-39,64152
227	Mamão, eucalipto	Porto Seguro	-16,64469	-39,39960
228	Pastagem extensa	Porto Seguro	-16,64119	-39,35640
229	Área de alagamento	Porto Seguro	-16,64000	-39,14000
230	Mussununga	Porto Seguro	-16,64000	-39,26000
231	Mussununga	Porto Seguro	-16,64000	-39,24000
232	Pastagem	Guaratinga	-16,64000	-40,17000
233	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,63000	-39,26000
234	Mussununga	Porto Seguro	-16,63000	-39,27000
235	Pastagem	Porto Seguro	-16,63000	-39,29000
236	Café	Itabela	-16,63000	-39,52000
237	Pastagem	Porto Seguro	-16,62000	-39,28000
238	Café, pastagem	Porto Seguro	-16,61425	-39,44970
239	Vegetação natural	Itabela	-16,61163	-39,64825
240	Pastagem	Porto Seguro	-16,61000	-39,29000
241	Vegetação natural, pastagem	Itabela	-16,61000	-39,49000
242	Pastagem	Guaratinga	-16,61000	-40,15000
243	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,60000	-39,13000
244	Pastagem	Porto Seguro	-16,60000	-39,31000
245	Pastagem	Porto Seguro	-16,60000	-39,29000
246	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,60000	-39,46000
247	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,60000	-39,18000
248	Maracujá	Itabela	-16,59685	-39,62839
249	Pastagem	Porto Seguro	-16,59000	-39,31000
250	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,59000	-39,38000
251	Café	Itabela	-16,58569	-39,63309
252	Vegetação natural e pastagem	Porto Seguro	-16,58000	-39,09000
253	Pastagem e policultura	Porto Seguro	-16,58000	-39,40000
254	Vegetação natural e pastagem	Guaratinga	-16,58000	-40,12000
255	Pastagem, eucalipto, mandioca	Itabela	-16,57562	-39,64324
256	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,57000	-39,10000
257	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,57000	-39,34000
258	Café	Itabela	-16,57000	-39,59000
259	Café	Itabela	-16,57000	-39,63000
260	Cacau	Guaratinga	-16,57000	-39,74000
261	Pastagem	Guaratinga	-16,57000	-39,76000
262	Pastagem, eucalipto	Porto Seguro	-16,56000	-39,16000
263	Pastagem, policultura, eucalipto	Itabela	-16,56000	-39,67000
264	Pastagem	Guaratinga	-16,56000	-39,81000
265	Café	Guaratinga	-16,55000	-39,81000
266	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,54000	-39,11000
267	Pastagem	Guaratinga	-16,54000	-39,88000
268	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,52423	-39,14871
269	Pastagem, vegetação natural	Itabela	-16,52031	-39,57139

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
270	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,52000	-39,15000
271	Policultura	Porto Seguro	-16,50000	-39,15000
272	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,49868	-39,13618
273	Mamão	Porto Seguro	-16,48703	-39,14601
274	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,48000	-39,09000
275	Mamão	Porto Seguro	-16,47000	-39,15000
276	Vegetação natural	Porto Seguro	-16,45000	-39,07000
277	Policultura	Porto Seguro	-16,44000	-39,19000
278	Eucalipto, pastagem	Porto Seguro	-16,41078	-39,29083
279	Vegetação natural densa	Eunápolis	-16,40194	-39,58452
280	Policultura	Porto Seguro	-16,40000	-39,14000
281	Mata/CEPLAC	Porto Seguro	-16,39655	-39,18252
282	Mamão extenso, pastagem extensa	Porto Seguro	-16,39382	-39,42112
283	Café, pastagem	Santa Cruz Cabrália	-16,39317	-39,45908
284	Macadâmia	Santa Cruz Cabrália	-16,38540	-39,48189
285	Vegetação natural, policultura	Porto Seguro	-16,38000	-39,25000
286	Pastagem	Eunápolis	-16,38000	-39,63000
287	Pastagem	Eunápolis	-16,37000	-39,63000
288	Café	Santa Cruz Cabrália	-16,36000	-39,24000
289	Pastagem	Eunápolis	-16,35000	-39,67000
290	Eucalipto	Guaratinga	-16,34000	-39,69000
291	Eucalipto	Eunápolis	-16,34000	-39,65000
292	Graviola	Santa Cruz Cabrália	-16,33457	-39,31020
293	Policultura	Eunápolis	-16,33000	-39,67000
294	Eucalipto	Guaratinga	-16,33000	-39,77000
295	Mata conservada	Santa Cruz Cabrália	-16,32886	-39,34839
296	Eucalipto	Eunápolis	-16,32000	-39,72000
297	Eucalipto	Eunápolis	-16,32000	-39,78000
298	Eucalipto	Eunápolis	-16,32000	-39,79000
299	Pastagem	Guaratinga	-16,32000	-39,81000
300	Eucalipto e café	Eunápolis	-16,31248	-39,59776
301	Eucalipto	Eunápolis	-16,31000	-39,74000
302	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,30000	-39,07000
303	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,30000	-39,04000
304	Eucalipto, pastagem	Eunápolis	-16,27083	-39,58210
305	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,27000	-39,13000
306	Eucalipto – via implantada pela Veracel	Santa Cruz Cabrália	-16,25327	-39,36633
307	Pastagem pequena e vegetação pioneira	Santa Cruz Cabrália	-16,23564	-39,00670
308	Vegetação natural	Santa Cruz Cabrália	-16,23000	-39,05000
309	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,23000	-39,17000
310	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,22000	-39,08000
311	Eucalipto	Santa Cruz Cabrália	-16,22000	-39,20000
312	Pastagem, café, coco, banana, eucalipto extenso	Eunápolis	-16,21709	-39,72732
313	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,21000	-39,15000
314	Foz do rio João de Tiba; travessia de balsa	Santa Cruz Cabrália	-16,20560	-38,98726
315	Palmeiras	Santa Cruz Cabrália	-16,20000	-39,19000
316	Pastagem, eucalipto, resquíio de mata	Itagimirim	-16,19389	-39,75370

(continuação)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
317	Cana-de-açúcar	Santa Cruz Cabralia	-16,19148	-39,35239
318	Palmeiras	Santa Cruz Cabralia	-16,19000	-39,13000
319	Eucalipto (Veracel), vales com pastagem, topos com mata	Itagimirim	-16,17551	-39,80398
320	Mussununga	Santa Cruz Cabralia	-16,17000	-39,22000
321	Vegetação natural	Santa Cruz Cabralia	-16,16000	-39,19000
322	Cana-de-açúcar	Santa Cruz Cabralia	-16,15859	-39,33618
323	Eucalipto, mamão, pastagem, milho	Santa Cruz Cabralia	-16,14766	-39,29847
324	Restinga, APA Santo Antônio	Santa Cruz Cabralia	-16,14036	-38,96300
325	Coco	Santa Cruz Cabralia	-16,14000	-38,96000
326	Pastagem	Itagimirim	-16,13245	-39,84536
327	Eucalipto	Itagimirim	-16,12000	-39,61000
328	Aeroporto da Veracel, eucalipto	Santa Cruz Cabralia	-16,11644	-39,37945
329	Pastagem extensa	Itagimirim	-16,09175	-39,86245
330	Coco	Belmonte	-16,09000	-38,95000
331	Eucalipto	Itagimirim	-16,09000	-39,66000
332	Eucalipto extenso	Itagimirim	-16,08919	-39,74410
333	Eucalipto extenso	Itagimirim	-16,08361	-39,79693
334	Eucalipto	Itagimirim	-16,08000	-39,81000
335	Eucalipto	Itagimirim	-16,08000	-39,78000
336	Eucalipto	Itagimirim	-16,08000	-39,76000
337	Pastagem	Itagimirim	-16,08000	-39,72000
338	Pastagem	Itagimirim	-16,08000	-39,68000
339	Eucalipto, final do plantio	Itagimirim	-16,08000	-39,63000
340	Pastagem extensa com eucalipto	Itagimirim	-16,07964	-39,56412
341	Vegetação natural	Belmonte	-16,07000	-39,28000
342	Mussununga	Belmonte	-16,07000	-38,98000
343	Palmeiras	Itagimirim	-16,07000	-39,83000
344	Vegetação natural	Itagimirim	-16,07000	-39,78000
345	Pastagem extensa, eucalipto extenso	Santa Cruz Cabralia	-16,06967	-39,17076
346	Eucalipto extenso	Belmonte	-16,06830	-39,43897
347	Eucalipto extenso	Itapebi	-16,05052	-39,50710
348	Eucalipto, pastagem e policultura	Belmonte	-16,05000	-39,15000
349	Palmeiras	Belmonte	-16,05000	-38,96000
350	Vegetação natural, pastagem	Belmonte	-16,03315	-38,98952
351	Terminal marítimo da Veracel	Belmonte	-16,02541	-38,93364
352	Pastagem e eucalipto	Belmonte	-16,02000	-39,38000
353	Palmeiras	Belmonte	-16,02000	-39,34000
354	Mussununga	Belmonte	-16,02000	-39,05000
355	Vegetação natural	Itapebi	-16,02000	-39,43000
356	Pastagem, coco e palmeira	Belmonte	-16,01155	-39,08414
357	Eucalipto, coco, policultura	Belmonte	-16,01000	-39,10000
358	Mussununga	Belmonte	-16,00000	-39,30000
359	Mussununga	Belmonte	-16,00000	-39,27000
360	Vegetação natural	Itapebi	-16,00000	-39,46000
361	Eucalipto extenso	Itapebi	-15,99003	-39,51513
362	Palmeiras	Belmonte	-15,99000	-39,33000
363	Palmeiras	Belmonte	-15,98000	-39,04000

(conclusão)

Descrição, localização e coordenadas dos pontos de GPS				
Ponto	Descrição	Localização	Latitude	Longitude
364	Palmeiras	Belmonte	-15,96000	-39,02000
365	Palmeiras	Belmonte	-15,96000	-38,99000
366	Barragem no rio Jequitinhonha	Itapebi	-15,95021	-39,55895
367	Palmeiras	Belmonte	-15,95000	-39,44000
368	Vegetação natural	Itapebi	-15,95000	-39,49000
369	Vegetação natural	Belmonte	-15,93000	-39,46000
370	Pastagem	Itapebi	-15,92000	-39,49000
371	Pastagem	Itapebi	-15,90903	-39,87913
372	Pastagem	Itapebi	-15,90870	-39,57565
373	BA-274, estrada em péssimas condições	Itarantim	-15,90752	-39,94123
374	Vegetação natural	Itapebi	-15,90000	-39,52000
375	Pastagem com reservas de mata	Itapebi	-15,88553	-39,64734
376	Pastagem	Itapebi	-15,88487	-39,77497
377	Pastagem com mata conservada nos topos	Itarantim	-15,88133	-39,97486
378	Pastagem	Belmonte	-15,88000	-39,48000
379	Vegetação natural	Itapebi	-15,87000	-39,55000
380	Pastagem	Itarantim	-15,83112	-40,00057
381	Carbografite do Brasil	Maiquinique	-15,78061	-40,31736
382	Pastagem	Itarantim	-15,77594	-40,01031
383	Pastagem	Itarantim	-15,76402	-40,19295
384	Pastagem com mata conservada nos topos	Itarantim	-15,75053	-40,10184
385	Pastagem	Itarantim	-15,68595	-40,05774

Fonte: SEI, trabalho de campo em 2006 e 2007